

**MÍDIA, CULTURA E
(DES) INFORMAÇÃO:
Impactos da plataformização na vida
social**

**Organizadores:
Dra. Carla Montuori Fernandes
Dr. Luiz Ademir de Oliveira**

DEZEMBRO DE 2024

Produção Editorial
Direção Editorial e Capa: Luís de Oliveira
Revisão: Luiz Ademir de Oliveira
Diagramação: Helena Medeiros

OLIVEIRA, Luiz Ademir de & FERNANDES, Carla Montuori. (Org.).
Mídia, Cultura e (Des) Informação: Impactos da plataformização na vida social. 1ª ed, Pereira Barreto/SP: A Arte da Palavra, 2024.

I. Comunicação; II. Ciência Política; III. Linguística

ISBN: 978-65-5213-025-9

CDD 320

Comunicação, Ciência Política, Linguística.

EXPEDIENTE:

Organizador

Dr. Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ/UFJF)

Dra. Carla Montuori Fernandes (UNIP)

Conselho Editorial:

Dr. Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ/UFJF)

Dra. Carla Montuori Fernandes (UNIP)

Dra. Déborah Luísa Vieira dos Santos (UNIVALE)

Dr. Fernando de Resende Chaves (UNIP)

Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF)

Dra. Thamiris Franco Martins (UNIP)

Dra. Vanessa Maia Barbosa de Paiva (UFSJ)

Dr. Vinícius Borges Gomes (PUC-MG)

Sumário

SEÇÃO I - Plataformas, Midiatização e Fake News: Assimetrias versus Resistências	11
CAPÍTULO 1 - Literacia Racial e o poder das plataformas digitais: Desafiando narrativas dominantes – Vânia Márcia de Paula (UNIP)	12
CAPÍTULO 2 - Granadas veganas: Um caso de deepfake com a ativista Greta Thunberg - Humberto Guimarães Neto (UNIP), Lafaiete Martins (UNIP), Silvio Cesar de Oliveira (UNIP) e Issaaf Karhawi (USP)	32
CAPÍTULO 3 - A mudança na vacinação contra a poliomielite: repercussões na rede social X - Carla Montuori Fernandes (UNIP), Alex Luciano Fernandes (UNIP), Marina Alvarenga Botelho (UNIP)	50
CAPÍTULO 4 - Literacia e Jornalismo no combate à desinformação – Elvis Wanderley dos Santos (UNIP) e Luciana Janizello (UNIP)	67
CAPÍTULO 5 - A Digitalização do ‘Two Step Flow’: uma revisão epistemológica sob a perspectiva da desinformação - Carolina Ofranti Sampaio (UNB)	80
SEÇÃO II – Comunicação, Identidades e Disputas Simbólicas.....	98
CAPÍTULO 6 - O desafio de lidar com a violência na adolescência: do bullying ao cyberbullying - Ana Carla de Oliveira Mello Costa Pinho (UNIP)	99
CAPÍTULO 7 - Estigma e representação: como pessoas com deficiência são representadas em campanhas da boneca Barbie - Sarah Monteiro Amorim (Univale) e Deborah Luísa Vieira dos Santos (Univale)	123
CAPÍTULO 8 – “À Margem”: influência da necropolítica, estigmatização e emancipação das representações sociais para as pessoas em situação de rua em São João del-Rei - Luísa Meinberg de Almeida Firmino (UFSJ), Ana Isa Fonseca de Moura (UFSJ) e Ivan Vasconcelos Figueiredo (UFSJ).....	146
CAPÍTULO 9 - Preservação e Memória: a importância do arquivo de Bertha Lutz para a história da participação feminina na política brasileira”, de Ana Luiza Vieira Moraes (UFJF) e Luiz Ademir de Oliveira (UFJF e UFSJ)	169
CAPÍTULO 10 - “Heroína da própria história: análise do marcador social de gênero no protagonismo de Alice”, de Isabela Diamantino Braga dos Santos (Univale) e Deborah Luísa Vieira dos Santos (Univale).....	188
CAPÍTULO 11 - “Visibilidade midiática, identidade LGBTQ+ e mandato parlamentar: análise do enquadramento da Folha de S. Paulo sobre a atuação da deputada Duda Salabert - João Carlos de Sousa (UFSJ), Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ e UFJF) e Arthur Raposo Gomes (UFJF).....	209

CAPÍTULO 12 - A Representação da Identidade de Gênero e Orientação Sexual de Cole Mackenzie: uma análise da personagem na série Anne With An E - Gabriel da Cruz Ventura (Univale), Deborah Luísa Vieira dos Santos (Univale), Edmarcius Carvalho Novaes (Univale) e Suely Maria Rodrigues (Univale)	231
---	-----

SEÇÃO III - Mídia, Cultura e Sociedade..... 251

CAPÍTULO 13 - Camisa verde e amarela, direita e Madonna: uma disputa pelas cores, valores e representação - Diego Cabral (UFSJ) e Vanessa Maia Barbosa de Paiva (UFSJ).....	252
--	-----

CAPÍTULO 14 - A noção de político na enunciação da torcida organizada: a análise do enunciado ‘antes morto que vermelho’ - João Gabriel Andrade Ribeiro (UFJF) e Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ).....	265
---	-----

CAPÍTULO 15 - Uma Análise de Campos: como o BookTok fala de Clássicos Literários? - Sarah Sofia Szabó (UNIP)	283
---	-----

CAPÍTULO 16 - “Literar para Ressignificar: a percepção do Outro como contradiscurso à intolerância do fundamentalismo evangélico nas redes sociais- Claudinei Fernandes Paulino da Silva (UNIP)	300
--	-----

CAPÍTULO 17 - A dança do universo consciente: o papel das mudanças nas tecnologias de comunicação e das ferramentas literárias do jornalismo científico sobre a perspectiva de Marcelo Gleiser - Cristiano Otaviano (UFSJ) e Pedro Bustamante Teixeira (UFJF)	320
--	-----

CAPÍTULO 18 - Adaptações musicais como ferramenta diegética em Bridgerton - Lara Karoline Souza de Aquino (UNIP) e Adrianne de Paula Fonseca (UNIP)	336
--	-----

ORGANIZADORES/AUTORES.....	351
-----------------------------------	------------

PREFÁCIO

O livro “Mídia, Cultura e (Des) Informação: Impactos da Plataformização na vida social”, é fruto da colaboração interdisciplinar entre os programas de pós-Graduação em Comunicação – da Universidade Paulista (UNIP) e da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – de pesquisadores, docentes e discentes da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), da Universidade Vale do Rio Doce (Univale), da Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG) e de outras IFES brasileiras. A obra reúne estudos de docentes, discentes e egressos, vinculados aos grupos de pesquisa *Comunicação e Cultura nas Plataformas Digitais* e *Comunicação, Identidade e Cidadania*, ambos cadastrados no CNPq. Esses grupos integram pesquisadores de diferentes níveis acadêmicos (graduação, mestrado e doutorado) das instituições parceiras (UNIP, UFJF e UFSJ), promovendo trabalhos de pesquisa e extensão que exploram as intersecções entre comunicação, cidadania e tecnologia.

Com foco no impacto das mídias digitais na produção de saberes, na construção de identidades e nos debates culturais e políticos contemporâneos, os capítulos abordam temas como as dinâmicas das plataformas digitais, a desinformação, a literacia midiática e a análise de redes sociais. Particular atenção é dada às conexões entre as culturas locais e globais, destacando como os meios digitais podem contribuir para a amplificação ou o cerceamento da cidadania e do debate público.

Ao explorar as implicações da comunicação no contexto das plataformas digitais, este livro oferece reflexões sobre os desafios e as possibilidades que a tecnologia impõe às práticas cidadãs e ao enfrentamento de questões como a desinformação e o impacto das novas mídias na política e na sociedade contemporânea.

Na **Seção I**, intitulada “**Plataformas, Mídiação e Fake News: assimetrias versus resistências**”, traz 5 (cinco) artigos que discutem como o uso cada vez mais recorrente das plataformas tende a gerar novas formas de colonização da esfera pública. No entanto, como paradoxos da própria tecnologia apropriada pelos indivíduos, podem atuar também como maneiras de serem vozes dissonantes e contra hegemônicas. O **Capítulo 1**, “*Literacia Racial e o poder das plataformas digitais: Desafiando narrativas dominantes*”, de Vânia Márcia de Paula (UNIP), destaca como as mídias negras, como a *Alma Preta Jornalismo*, têm desempenhado um papel crucial na promoção da literacia racial e na desconstrução de narrativas midiáticas hegemônicas. O texto explora como essas plataformas fortalecem vozes marginalizadas e promovem a democratização da comunicação, mesmo diante de desafios como a discriminação algorítmica e limitações financeiras.

No **Capítulo 2**, “*Granadas veganas: Um caso de deepfake com a ativista Greta Thunberg*”, de Humberto Guimarães Neto (UNIP), Lafaiete Martins (UNIP), Silvio Cesar de Oliveira (UNIP) e Issaaf Karhawi (USP), é analisado o impacto dos *deepfakes* na desinformação. A partir de um caso envolvendo Greta Thunberg, os autores discutem os riscos dessa tecnologia no cenário digital e apresentam estratégias para gerenciar e mitigar suas consequências, como o uso de frameworks e a advocacia por regulação legal.

No **Capítulo 3**, “*A mudança na vacinação contra a poliomielite: repercussões na rede social X*”, Carla Montuori Fernandes (UNIP), Alex Luciano Fernandes (UNIP) e Marina Alvarenga Botelho (UNIP) analisam a substituição da vacina oral pela injetável contra a poliomielite em 2024 e as repercussões dessa mudança nas redes sociais. O estudo revela como a desinformação e teorias conspiratórias amplificaram a hesitação vacinal, utilizando Análise de Redes Sociais (ARS) para mapear os principais disseminadores de conteúdo falso e avaliar as narrativas predominantes na rede social X (antigo *Twitter*).

O **Capítulo 4**, *“Literacia e Jornalismo no combate à desinformação”*, de Elvis Wanderley dos Santos (UNIP) e Luciana Janizello (UNIP), explora o papel do jornalismo aliado à literacia midiática na construção de uma sociedade mais informada e crítica. O texto destaca a importância da verificação de fatos, do consumo consciente de informações e da responsabilidade individual na disseminação de conteúdos em um ambiente digital marcado pela desordem informacional.

No **Capítulo 5**, *“A Digitalização do ‘Two Step Flow’: uma revisão epistemológica sob a perspectiva da desinformação”*, Carolina Ofranti Sampaio (UNB) revisita a teoria do fluxo de comunicação em dois passos, propondo uma atualização para o contexto das sociedades midiáticas. A autora aborda o papel de líderes de opinião no ambiente digital, destacando as nuances entre crenças compartilhadas, falsa consciência e os impactos da desinformação na formação de opinião.

Na **Seção II – “Comunicação, Identidades e Disputas Simbólicas”** -, formado por 7 (sete) capítulos, parte-se da compreensão das mídias como arenas de disputas discursivas e simbólicas, são discutidas situações que tendem a reforçar estigmas e estereótipos contra minorias ou movimentos de se combater tais ações. O **Capítulo 6**, *“O desafio de lidar com a violência na adolescência: do bullying ao cyberbullying”*, de Ana Carla de Oliveira Mello Costa Pinho (UNIP), examina o crescimento do *bullying* digital e seus efeitos sobre adolescentes. O artigo discute o papel das regulamentações jurídicas na prevenção e punição do *ciberbullying*, ressaltando a importância de proteger jovens em um ambiente digital que se torna cada vez mais hostil.

No **Capítulo 7**, *“Estigma e representação: como pessoas com deficiência são representadas em campanhas da boneca Barbie”*, de Sarah Monteiro Amorim e Deborah Luísa Vieira dos Santos (UNIVALE) analisam a inclusão de bonecas representando pessoas com deficiência, evidenciando avanços em visibilidade, mas também limitações estruturais motivadas pelo

consumo de ativismo. O **Capítulo 8**, “*À margem: influência da necropolítica, estigmatização e emancipação das representações sociais para as pessoas em situação de rua em São João del-Rei*”, de Luísa Meinberg de Almeida Firmino (UFSJ), Ana Isa Fonseca de Moura (UFSJ) e Ivan Vasconcelos Figueiredo (UFSJ), aborda como necropolítica e estigmas moldam identidades, revelando perspectivas críticas dos próprios indivíduos em situação de rua.

No **Capítulo 9**, “*Preservação e Memória: a importância do arquivo de Bertha Lutz para a história da participação feminina na política brasileira*”, de Ana Luiza Vieira Moraes (UFJF) e Luiz Ademir de Oliveira (UFJF e UFSJ) discutem o papel dos arquivos na preservação da memória histórica e no estímulo ao protagonismo feminino na política. O **Capítulo 10**, “*Heroína da própria história: análise do marcador social de gênero no protagonismo de Alice*”, de Isabela Diamantino Braga dos Santos (UNIVALE) e Deborah Luísa Vieira dos Santos (UNIVALE), utiliza a análise fílmica para examinar como Alice, no filme de Tim Burton, desafia expectativas de subordinação feminina, afirmando sua independência.

No **Capítulo 11**, “*Visibilidade midiática, identidade LGBTQ+ e mandato parlamentar: análise do enquadramento da Folha de S. Paulo sobre a atuação da deputada Duda Salabert*”, de João Carlos de Sousa (UFSJ), Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ e UFJF) e Arthur Raposo Gomes (UFJF) analisam o enquadramento midiático de questões LGBTQ+ e representação política no mandato da deputada. No **Capítulo 12**, intitulado “*A Representação da Identidade de Gênero e Orientação Sexual de Cole Mackenzie: uma análise da personagem na série Anne With An E*”, de Gabriel da Cruz Ventura (UNIVALE), Deborah Luísa Vieira dos Santos (UNIVALE), Edmarcius Carvalho Novaes (UNIVALE) e Suely Maria Rodrigues (UNIVALE), discute como a personagem Cole amplia o debate sobre identidade *queer*, mesmo enfrentando limitações narrativas.

A **Seção III**, intitulada “**Mídia, Cultura e Sociedade**”, com 6 (seis) textos, traz uma visão da relação entre mídia, tecido social e formas artísticas e culturais, sejam hegemônicas ou contra hegemônicas. No **Capítulo 13**, “*Camisa verde e amarela, direita e Madonna: uma disputa pelas cores, valores e representação*”, de Diego Cabral (UFSJ) e Vanessa Maia Barbosa de Paiva (UFSJ) examinam a apropriação simbólica da camisa da Seleção Brasileira e suas dimensões culturais e sociopolíticas. No **Capítulo 14**, “*A noção de político na enunciação da torcida organizada: a análise do enunciado ‘antes morto que vermelho’*”, de João Gabriel Andrade Ribeiro (UFJF) e Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ), são investigadas as manifestações político-culturais das torcidas organizadas e seus impactos simbólicos.

No **Capítulo 15**, “*Uma Análise de Campos: como o BookTok fala de Clássicos Literários?*”, Sarah Sofia Szabó (UNIP) discute os tensionamentos entre influenciadores digitais e o campo literário tradicional na mediação de obras clássicas. No **Capítulo 16**, “*Literar para Ressignificar: a percepção do Outro como contradiscurso à intolerância do fundamentalismo evangélico nas redes sociais*”, Claudinei Fernandes Paulino da Silva (UNIP) explora como redes sociais podem promover alteridade e combater discursos intolerantes.

No **Capítulo 17**, “*A dança do universo consciente: o papel das mudanças nas tecnologias de comunicação e das ferramentas literárias do jornalismo científico sobre a perspectiva de Marcelo Gleiser*”, Cristiano Otaviano (UFSJ) e Pedro Bustamante Teixeira (UFJF) destacam a evolução das ideias de Gleiser sobre ciência, influenciadas por mudanças tecnológicas. Por fim, o **Capítulo 18**, “*Adaptações musicais como ferramenta diegética em Bridgerton*”, Lara Karoline Souza de Aquino (UNIP) e Adrianne de Paula Fonseca (UNIP), analisa o uso de músicas adaptadas como componente narrativo na série, ampliando sua experiência sensorial.

Esses capítulos, juntos, articulam debates fundamentais sobre visibilidade, representações e disputas culturais, contribuindo para compreender os desafios e oportunidades do mundo contemporâneo. Tratam-se de resultados de pesquisas feitos no âmbito da pós-graduação e por meio de parcerias entre doutores, mestres e graduandos. Revelam um bom diagnóstico das problemáticas que hoje tensionam o campo social, a política, a cultura, permeadas por novas configurações da própria ambiência midiática, cada vez mais marcada pelo consumo híbrido de mídias massivas e digitais.

Boa leitura.

Profa. Dra. Carla Montuori Fernandes

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira

SEÇÃO I



PLATAFORMAS, MIDIATIZAÇÃO E *FAKE NEWS*: ASSIMETRIAS *VERSUS* RESISTÊNCIAS

CAPÍTULO 1



Literacia Racial e o poder das plataformas digitais: Desafiando narrativas dominantes

Vânia Márcia de Paula (UNIP)

RESUMO: Este artigo investiga o uso da literacia racial pelas mídias negras como ferramentas de resistência e autoafirmação para grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas e mulheres. A pesquisa destaca como essas mídias desafiam as narrativas dominantes da mídia tradicional, que frequentemente perpetuam estigmas e invisibilizam experiências. Por meio de plataformas digitais, como o Alma Preta Jornalismo, as mídias negras promovem a literacia racial, capacitando as comunidades a articular suas próprias narrativas e entender criticamente sua posição social. Apesar dos avanços, desafios como discriminação algorítmica e falta de recursos persistem, podendo reproduzir desigualdades estruturais. O estudo conclui que a valorização das vozes marginalizadas é essencial para construir uma comunicação democrática e promover inclusão social e justiça.

Palavras-Chave: Mídia negra, letramento racial, denúncia, resistência.

1. Introdução

A mídia negra surge como uma modalidade de mídia colaborativa que busca expressar as opiniões de grupos historicamente marginalizados, tais como trabalhadores, mulheres, indígenas e negros (Peruzzo, 2017). Este fenômeno é especialmente significativo em um cenário onde os meios de comunicação convencionais muitas vezes perpetuam estereótipos e estigmatizam essas comunidades. A relevância da análise deste assunto reside na necessidade de entender como o jornalismo independente e as mídias negras se estabelecem como opções à comunicação tradicional, com o objetivo de democratizar o acesso à informação e expandir a diversidade de vozes no âmbito público.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar a dinâmica da mídia negra e da comunicação popular, bem como sua conexão com as tecnologias digitais, com ênfase em como elas questionam a narrativa predominante da mídia convencional.

Este artigo, fundamentado nas contribuições de vários autores, procura entender os efeitos sociais dessas plataformas na formação de narrativas que espelham a diversidade da população brasileira e fornece um exemplo concreto de como essas narrativas são formadas utilizando as ferramentas disponíveis neste ambiente digital.

Este artigo empregou a metodologia de revisão de literatura, conforme Gil (2017, p. 67) “[...] é um processo que visa identificar, analisar e sintetizar os principais trabalhos acadêmicos sobre determinado assunto, fornecendo uma base sólida para a formulação de novas hipóteses e debate. A técnica serve para embasar teoricamente um estudo, facilitando uma compreensão mais aprofundada do estado atual da pesquisa no campo em análise. Dentro deste cenário, examinamos artigos científicos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações sobre comunicação popular e mídia negra.

Este estudo se baseia na teoria de autores como Castells (2011), que explora a revolução digital e seus impactos sociais, Lévy (2010), que trata da democratização da informação através das tecnologias emergentes, e O’Reilly (2007), que populariza a ideia de Web 2.0. Ademais, a avaliação do racismo na mídia é enriquecida pelas visões de Sodré (1999) e Silva (2020), que investigam as relações entre racismo e tecnologia.

Os problemas fundamentais que orientaram este estudo são: como a ausência de representatividade na mídia convencional contribui para uma percepção equivocada da realidade do Brasil? Quais são as consequências das mídias negras na formação de narrativas políticas e sociais? De que maneira as plataformas online podem fomentar ou restringir a democratização da informação?

Este estudo é relevante devido à urgência em tornar visíveis as vivências da comunidade negra no Brasil e compreender como as mídias populares podem atuar como instrumentos para a formação de uma sociedade democrática e solidária. No contexto atual, onde as desigualdades raciais são mantidas por narrativas midiáticas restritas, é muito importante investigar essas questões para promover um diálogo inclusivo.

Este artigo tem como objetivo examinar a representatividade das mídias negras em relação aos meios convencionais; investigar como as plataformas digitais permitem a criação e disseminação de conteúdo por comunidades marginalizadas; e reconhecer os obstáculos que as mídias negras encontram na sua busca por uma comunicação mais democrática.

Como exemplo prático, apresentaremos a Alma Preta Jornalismo, uma agência de mídia negra independente que se dedica exclusivamente à cobertura de temas relacionados à temática racial. Fundada em 2015 por quatro jovens comunicadores da UNESP de Bauru, São Paulo, o canal já nasceu e optou por atuar no ambiente digital por razões financeiras e utiliza as novas tecnologias para produzir seu conteúdo (Alma Preta, 2023).

A iniciativa é fruto de um exercício de reflexão quanto à falta de representatividade da população negra na mídia e sobre a maneira como essa parcela é representada. Com base no reconhecimento do caminho trilhado pelos atores da militância negra de outras épocas, os administradores da mídia resolveram dedicar-se a um veículo combativo e engajado com cobertura positiva e constante sobre a população negra.

2. Referencial Teórico

Para entender a complexidade da comunicação popular e a função das mídias negras na sociedade atual, é preciso estabelecer os pilares teóricos que fundamentam este estudo, fornecendo uma estrutura analítica que possibilite investigar como a comunicação popular surge como uma opção

às narrativas predominantes, como o racismo na mídia se expressa tanto na mídia convencional quanto nas plataformas digitais, e como as tecnologias emergentes impactam na produção e disseminação de conteúdo.

Ademais, esses eixos discutem a relevância das mídias negras na criação de narrativas que destacam as vivências da comunidade negra e os obstáculos que essas plataformas enfrentam na busca por uma comunicação diversificada. A seguir, serão apresentados os principais eixos teóricos que fundamentam esta análise.

2.1 Mídias negras, comunicação popular e narrativas alternativas

A importância das mídias negras e da comunicação popular no Brasil são assuntos que se conectam, evidenciando a luta por inclusão social e a representação autêntica de grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas, mulheres e trabalhadores. As mídias negras, que surgem como herdeiras da imprensa negra abolicionista e das revoltas pela emancipação, funcionam como uma reação à falta de representatividade na mídia tradicional. Elas proporcionam um ambiente onde as experiências e vozes dessas comunidades podem ser reconhecidas e respeitadas (Andrade, 2021). Esses meios não apenas desafiam as narrativas dominantes, mas também atuam como catalisadores de resistência, permitindo que os indivíduos se tornem protagonistas de suas próprias histórias.

A comunicação popular, por outro lado, surgiu nos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 na América Latina, sendo caracterizada por um processo que se origina da ação dos coletivos populares. Diferente da mídia convencional, a comunicação popular possui um caráter mobilizador e coletivo, refletindo as vozes e demandas das classes populares (Peruzzo, 2017).

[...] uma comunicação comprometida com os processos de transformação das estruturas injustas, e se insere nas lutas de intervenção na realidade em favor da igualdade social. Portanto, não se trata de pensar a comunicação apenas como os meios ou instrumentos eficazes enquanto canais difusores de mensagens, mas imbricada em atividades com vistas ao desenvolvimento integral e participativo. Trata-se de pensar a comunicação como parte de um processo organizativo/mobilizador de caráter comunitário que se volte para a produção de conhecimento e de sistemas de informação segundo as necessidades e interesses dos grupos envolvidos nas lutas para ampliação da cidadania (Peruzzo, 2017, p. 6).

Esse tipo de comunicação busca transformar as estruturas sociais injustas e está imerso nas lutas por igualdade social. Dessa forma, a comunicação não deve ser vista apenas como um canal de difusão de mensagens, mas como parte de um organizacional que busca o crescimento integral e participativo das comunidades.

Festa (1984) enfatiza que a comunicação popular reflete a capacidade das classes populares de intervir em seu contexto social. Essa modalidade de comunicação possibilita a democratização do acesso à informação e incentiva a participação ativa da sociedade civil, possibilitando que comunidades marginalizadas compartilhem suas realidades e preocupações. A comunicação popular fortalece a mobilização e a resistência desses coletivos, favorecendo um diálogo mais inclusivo que representa a diversidade social.

As mídias negras são entendidas como experiências comunicacionais desafiadoras que incentivam a reinterpretação de histórias sobre a comunidade negra. Elas são impulsionadas pelas batalhas contra o racismo estrutural e outras interseccionalidades, enfrentando estigmas impostos pela mídia convencional (Andrade, 2023).

Andrade (2021) enfatiza que essas plataformas são criadas e administradas por pessoas negras com a finalidade de aumentar a visibilidade das suas narrativas e divulgar informações sobre a luta antirracista. Essa visão é corroborada por Pinheiro (2019), que descreve as mídias negras como

ferramentas desenvolvidas para enfrentar o racismo em suas múltiplas manifestações sociais e políticas.

2.2 Racismo midiático e algorítmico e as tecnologias digitais

É crucial entender o papel das mídias negras na construção de uma comunicação democrática ao analisar criticamente as tecnologias que sustentam a dinâmica do racismo midiático e algorítmico. Muniz Sodré (1999) discute o racismo na mídia e identifica quatro práticas que legitimam a desigualdade social: a negação do racismo, o recalde inerente a identidades positivas que eliminam vivências negras, a estigmatização que perpetua estereótipos negativos sobre os negros e a falta de sensibilidade das instituições de mídia em tratar de forma sensível questões raciais.

Silva (2020) enriquece essa discussão ao apresentar a ideia de racismo algorítmico, caracterizando-o como "qualquer tipo de discriminação ou preconceito fundamentado em raça ou etnia, que é gerado ou perpetuado por algoritmos[...]". O escritor defende que os algoritmos podem perpetuar e intensificar o racismo estrutural, particularmente em "ações discriminatórias, como reconhecimento facial e policiamento antecipado" (Almeida, 2018).

Gillespie (2018) contribui ao enfatizar o controle algorítmico, sublinhando que as plataformas online atuam como agentes que determinam a visibilidade de conteúdos, impactando o acesso à informação. Ademais, as tecnologias digitais proporcionam novas possibilidades para a produção e disseminação de conteúdo, democratizando o acesso à informação e fomentando uma diversidade mais ampla de vozes no âmbito público. Contudo, essa dinâmica também expõe desafios consideráveis, como a perpetuação do racismo midiático e algorítmico.

A convergência das visões de Sodré e Silva demonstra como tanto a mídia convencional quanto as tecnologias digitais podem perpetuar as desigualdades raciais. Por outro lado, as mídias negras emergem como uma

reação crítica a essas dinâmicas, fomentando uma representação mais equitativa e contestando as narrativas dominantes. Esta análise profunda das estruturas que apoiam o racismo é fundamental para compreender como as mídias negras podem empregar as tecnologias digitais para amplificar suas vozes e fomentar uma comunicação mais equitativa.

As pesquisas de Poell, Nieborg e van Dijck (2018), Valente (2019) e D'Andrea (2020) identificam as plataformas digitais como espaços de poder dominados por corporações privadas, definindo normas de utilização que podem fomentar ou limitar a liberdade de expressão e a diversidade. Esta atividade destaca a relevância de uma avaliação crítica das estruturas que apoiam o racismo em suas várias manifestações.

Em última análise, a educação ou literacia midiática é fundamental para combater as dinâmicas de racismo midiático e algorítmico, capacitando comunidades marginalizadas a identificar e contestar narrativas discriminatórias. Isso inclui a formação de grupos de discussão e oficinas sobre racismo, representatividade e funcionamento dos algoritmos. A presença da mídia negra nas plataformas online é vital para conscientizar o público sobre a discriminação e produzir conteúdo que incentive a diversidade e a inclusão. Portanto, esta pesquisa não só examina os obstáculos que as mídias negras enfrentam, mas também ressalta sua função transformadora na luta por uma comunicação de fato democrática.

2.3 Revolução digital e suas implicações sociais

Os estudos de Castells e Lévy proporcionam reflexões profundas acerca da revolução digital e sua influência na sociedade atual, particularmente no que se refere à Web 2.0 e ao estímulo à participação ativa dos usuários na produção de conteúdo. Na concepção de Castells (2011), a revolução digital como uma transformação que impacta tecnologias, estruturas sociais, econômicas e culturais, resultando em uma sociedade em

rede. Essa estrutura é fruto da fusão entre tecnologias digitais e práticas sociais. A internet, segundo o autor, transcende o papel de ferramenta de comunicação, criando novas formas de organização social que modificam espaço e tempo, formando um "espaço de fluxos" onde a informação predomina na economia e cultura.

A análise de Castells (2011) enfatiza que informação e conhecimento são cruciais no novo paradigma socioeconômico. A revolução digital é um processo social moldado por ações humanas e interações culturais, destacando a importância das redes sociais na comunicação e mobilização, promovendo conexões e compartilhamento de experiências de maneira democrática.

Por outro lado, Lévy (2010) discute a democratização da informação através das tecnologias emergentes, destacando como essas ferramentas permitem uma maior inclusão e envolvimento dos cidadãos no debate público. Ele ressalta que a Web 2.0 não só simplifica a produção e disseminação de conteúdo, mas também converte os usuários em criadores ativos de informação, desafiando as narrativas convencionais dominadas pelos grandes veículos de comunicação. Esta transformação é fundamental para estabelecer uma comunicação em que as vozes marginalizadas possam ser ouvidas.

As reflexões de Castells e Lévy sobre a revolução digital revelam que as tecnologias digitais têm o potencial de democratizar a comunicação, mas também podem perpetuar desigualdades. A análise conjunta mostra como as mídias negras utilizam ferramentas digitais para contestar narrativas dominantes e promover uma representação mais justa no espaço público, impactando também as relações sociais e políticas.

Portanto, as tecnologias digitais não só simplificam a interação, como também expandem as oportunidades de expressão e envolvimento social,

possibilitando que as comunidades se organizem e se mobilizem de forma mais eficiente.

2.4 Plataformas digitais

Diversos autores oferecem uma base teórica para explorar como as plataformas digitais podem ser utilizadas para fortalecer a comunicação e a visibilidade das mídias negras, desafiando as desigualdades existentes e promovendo uma maior inclusão social.

Vários autores fornecem uma fundamentação teórica para investigar como as plataformas digitais podem ser empregadas para potencializar a comunicação e a visibilidade das mídias negras, desafiando as desigualdades presentes e fomentando uma inclusão social mais ampla.

Pinheiro (2009) salienta que as plataformas digitais não só contestam a supremacia da mídia convencional, mas também atuam como locais de reconstruções de visibilidades e narrativas acerca dos indivíduos negros, auxiliando em um esforço coletivo para combater as desigualdades sociais. Castells (2011) discute como as tecnologias digitais transformam as estruturas sociais e comunicativas, permitindo que grupos marginalizados, como a população negra, utilizem essas plataformas para amplificar suas vozes e narrativas.

As ideias de Eubanks (2017), Noble (2018), Mejías e Couldry (2019) estão em consonância e apresentam uma análise crítica sobre o papel das plataformas digitais na sociedade contemporânea, especialmente no que tange à vigilância, controle social e desigualdade. Eubanks (2017) e Noble (2018) apontam que as plataformas digitais podem atuar como ferramentas de vigilância e controle social, discriminando grupos minoritários através do uso preconceituoso de algoritmos. Esses algoritmos não são neutros, mas refletem os vieses de seus criadores, mantendo as desigualdades raciais e sociais. Esses processos podem ser prejudiciais para grupos minoritários e

impactar intensamente a vida de indivíduos negros, limitando seu acesso a oportunidades econômicas, educacionais e sociais.

Mejías e Couldry (2019) expandem essa discussão ao introduzir o conceito de "*colonialismo de dados*", e alertam para os problemas no modelo de coleta de dados das plataformas, que exercem controle sobre narrativas sociais, o que resulta na priorização de certas vozes e experiências, que pode levar à vigilância e controle social, além de reproduzir desigualdades.

Van Dijck, Poell e De Waal (2018) complementam essa discussão ao explorar a interconexão e descentralização do poder nas plataformas digitais. Os autores argumentam que essas estruturas não apenas conectam usuários, mas também moldam comportamentos sociais e culturais. Os autores ressaltam que as plataformas levantam questões significativas sobre os efeitos sociais das tecnologias digitais, promovendo interações que podem tanto reforçar quanto desafiar estruturas de poder existentes.

Silva (2020) analisa de que forma os algoritmos podem sustentar discriminações raciais, ressaltando a importância de criticar as tecnologias que influenciam a comunicação digital.

D'Andrea (2020) defende que essas plataformas vão além de simples locais de interação, constituindo estruturas complexas que influenciam a comunicação e a dinâmica social. Além disso, aponta que as plataformas digitais desempenham um papel fundamental na formação de novas relações sociais e na definição da esfera pública, possibilitando tanto a inclusão quanto a exclusão de diversos grupos sociais.

Essa avaliação é particularmente importante para entender de que maneira as mídias negras podem empregar essas plataformas para elevar suas vozes e resistir à marginalização; a reflexão propicia a criação de estratégias que, além de reconhecer os desafios trazidos pelas tecnologias digitais, também enaltecem seu potencial transformador na batalha contra as desigualdades sociais.

3. *Alma Preta*: Jornalismo e Literacia Midiática

A *Alma Preta Jornalismo* será aqui utilizada, pois se destaca como um exemplo de mídia negra que surgiu em resposta à falta de representatividade e à estigmatização enfrentadas pela população negra na mídia tradicional. Como veículo independente, contribui para o aumento da cobertura e tem se sobressaído como um dos principais veículos do país na produção de conteúdo informativo sobre questões raciais, colaborando para uma mudança significativa nas narrativas sobre a população negra na mídia.

Para melhor descrever a mídia, traremos informações compiladas, de acordo com os dados disponíveis em sua página oficial e obtidas das suas diversas redes sociais (Alma Preta, 2023) a fim de demonstrar em que momentos, contextos e medidas adotadas pela agência são demonstrações de literacia racial nas plataformas digitais.

Para tanto, trazemos aqui o conceito de literacia racial, definida como a capacidade de compreender, analisar e criticar as representações raciais na mídia e as estruturas sociais que perpetuam o racismo e a desigualdade (Peruzzo, 2017). Essa competência envolve desconstruir formas de pensar naturalizadas (Schucman, 2012 e 2022) e questionar narrativas que moldam a percepção da população negra. A literacia racial é essencial para dismantelar estereótipos e preconceitos nas mídias tradicionais, permitindo que indivíduos e comunidades expressem suas experiências por meio de uma comunicação informada.

A promoção da literacia racial é uma estratégia vital para empoderar comunidades negras, garantindo que suas vozes sejam ouvidas nas narrativas midiáticas. A abordagem multifacetada da *Alma Preta* não só informa, mas também amplia o diálogo sobre as realidades e lutas sociais da comunidade negra.

Desde sua fundação em 2015 por jovens comunicadores da UNESP, a agência alega que não acredita em um jornalismo neutro ou imparcial; ao contrário, busca um trabalho posicionado e transparente e, por meio da denúncia como forma de resistência, permitir que as vozes negras sejam ouvidas e que as desigualdades enfrentadas pela comunidade sejam visibilizadas. O público-alvo da *Alma Preta Jornalismo* é a comunidade negra e periférica, bem como pessoas interessadas em questões raciais. A agência busca informar e conscientizar sobre as desigualdades e discriminações que a população negra enfrenta, bem como promover a cultura e a arte negra.

Trata-se de uma organização independente que atua enfrentando desafios como a falta de recursos financeiros, já que não recebe financiamento do governo ou de grandes empresas. Para sustentar suas operações e garantir sustentabilidade financeira, o veículo depende de financiamento coletivo e desenvolve uma campanha de assinaturas mensais, voltada para o público, fundamental para a longevidade do projeto e o desenvolvimento de reportagens especiais, bem como conta com doações diretas. Busca também parcerias e projetos com organizações e empresas; implementa estratégias de marketing e relações públicas para aumentar a visibilidade de seu conteúdo e promover suas ações educativas e culturais e conta com o apoio da comunidade negra e de aliados na luta antirracista.

A cobertura do veículo abrange temas relevantes como racismo estrutural, desigualdade social, direitos humanos e cultura afro-brasileira, utilizando diversos gêneros jornalísticos, incluindo reportagens, editoriais, crônicas e matérias jornalísticas nas rádios e ainda análises e serviços como produção de conteúdo, audiovisual e consultoria, publicidade e organização de eventos para a comunidade negra brasileira, com foco central no racismo e na promoção de denúncias e enfrentamentos. A mídia se dedica a denunciar e enfrentar essa problemática por meio de reportagens sobre casos de

racismo, política, educação e cultura. Além disso, a *Alma Preta* presta serviços editoriais para veículos da mídia hegemônica, como *Yahoo Notícias* e *UOL Notícias*.

Nos aspectos de produção, observou-se que a *Alma Preta Jornalismo* realiza uma cobertura da realidade brasileira a partir da perspectiva de jornalistas negros, produzindo conteúdo em diversos formatos e consegue manter um nível expressivo de publicações diárias. A diversidade de gêneros jornalísticos inclui reportagens, *releases* e *podcasts*, artigos, infográficos, editoriais e crônicas. Em seu site, é possível encontrar produções audiovisuais, como vídeos e uma espécie de *webTV*, com produção de matérias que se assemelham a matérias radiojornalísticas e textos de variados temas, o que permite uma abordagem abrangente das questões raciais.

A agência busca apresentar uma visão acessível e informativa sobre temas variados, promovendo discussões sobre racismo em áreas como educação, saúde, segurança, política, cultura e esporte. Além disso, a *Alma Preta* dedica espaço para a colaboração de parceiros e cobre questões relacionadas à periferia e notícias do continente africano. Dessa forma, a *Alma Preta* se posiciona como um agente ativo na luta contra o racismo e na promoção da visibilidade das experiências da população negra no Brasil.

A agência também se destaca pela inovação ao publicar uma novela nas redes sociais e por realizar entrevistas em diversos formatos. No âmbito audiovisual, explora gêneros como *podcasts*, a citar o *podcast* Projeto Querino, ganhador do prêmio Vladimir Herzog (2023) em produção jornalística em áudio. O projeto abarca um livro, conta com 8 episódios em diversas plataformas, e será adaptado e lançado como material didático em 2025.

Essa diversidade de formatos permite que a *Alma Preta* aborde questões sociais e raciais de maneira abrangente, promovendo uma

narrativa que integra textualidade e sentimentos. A agência se posiciona assim como um importante agente de resistência contra as narrativas hegemônicas, contribuindo para a visibilidade das experiências da população negra no Brasil.

A *Alma Preta Jornalismo* atua em várias plataformas digitais, de acordo com informações de novembro de 2024. No *Instagram*, tem 688 mil seguidores e 13.859 postagens; no *Facebook*, conta com 123 mil seguidores e 87 mil reações; no *Twitter*, apresenta 102.200 seguidores e 13.900 *tweets*; e no *YouTube*, soma 26.300 inscritos e 957 vídeos. A agência cria série de vídeos, como "Dica Preta" (sugestões de cinema) e "Dicas de Domingo" (sugestões culturais), além do *podcast* "Papo Preto", que já possui 149 episódios discutindo assuntos de política, economia, cultura, história, sociedade e bem-estar. A Alma Preta está presente em plataformas como *TikTok* e *Spotify*, e em seu site disponibiliza seções que abrangem Cotidiano, O Quilombo, Cultura, África e Diáspora, Alma Pretinha e Saúde.

Em todos os seus meios, a Alma Preta utiliza a denúncia como estratégia de resistência ao racismo e desigualdade social, amplificando as vozes negras e evidenciando suas disparidades. As publicações da agência discutem tópicos como abusos aos direitos humanos, racismo, brutalidade policial, feminicídios e LGBTQIA+fobia. Essa atuação diversificada nas mídias sociais possibilita à Alma Preta não apenas compartilhar informações importantes sobre a comunidade negra, mas também promover um debate inclusivo sobre temas raciais na sociedade brasileira, ajudando a construir uma narrativa mais inclusiva e representativa na mídia brasileira.

Ao longo dos anos, a Alma Preta Jornalismo desenvolveu uma estratégia de sustentabilidade financeira fundamentada na oferta de serviços de comunicação, que inclui diretrizes e práticas voltadas para o fortalecimento de sua missão de combate ao racismo e às desigualdades

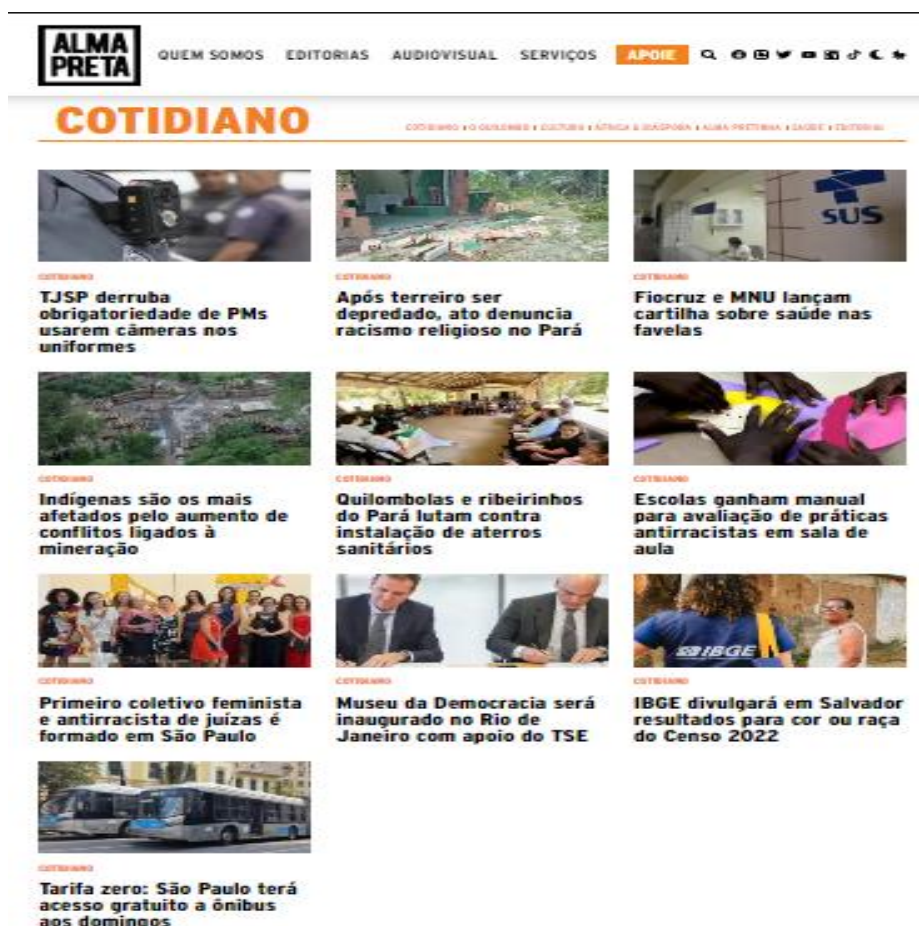
sociais. Essa abordagem abrange um jornalismo comprometido, a produção de conteúdo diversificado, a formação e capacitação dos colaboradores, parcerias estratégicas com outros veículos de comunicação, além de *advocacy* e participação em políticas públicas.

Desde a sua fundação, a mídia tem produzido conteúdo que promove uma mudança significativa nas narrativas sobre a população negra, colocando a questão racial no centro do debate, em oposição à mídia hegemônica, que frequentemente deslegitima essas discussões por meio de perspectivas racistas e coloniais. Dessa forma, a agência se posiciona como um agente ativo na luta por uma comunicação mais inclusiva e representativa, contribuindo para a visibilidade das experiências da população negra no Brasil.

Durante sua jornada, a *Alma Preta Jornalismo* enfrentou mudanças importantes em sua organização e em sua linha editorial. Apesar de manter um foco constante no enfrentamento do racismo, a estratégia utilizada nessa batalha mudou ao longo dos anos. Atualmente situada em São Paulo, a agência aproveita a posição no principal polo econômico do Brasil, o que torna mais fácil estabelecer parcerias com meios de comunicação hegemônicos. O time da Alma Preta é formado por especialistas capacitados que disponibilizam serviços de comunicação focados em temas raciais

De acordo com a seção "Quem Somos" de seu perfil, a agência rejeita a ideia de um jornalismo neutro ou imparcial, optando por um trabalho posicionado e transparente. A objetividade, embora valorizada, é complementada pela intenção de apresentar a complexidade das realidades cotidianas e as contradições dos acontecimentos.

Figura 1 - Tela inicial do site *Alma Preta*



Fonte: Site do *Alma Preta*, 2024.

A agência também se envolve em ações educativas e culturais, como cursos e palestras, visando promover a formação e a conscientização sobre questões raciais, contribuindo assim para a literacia ou letramento racial, uma estratégia vital para empoderar comunidades negras, garantindo que suas vozes sejam ouvidas nas narrativas midiáticas. A abordagem multifacetada da Alma Preta não só informa, mas também amplia o diálogo sobre as realidades e lutas sociais da comunidade negra.

Por meio de variadas iniciativas, a Alma Preta promove literacia racial, empregando uma abordagem diversificada no uso de tecnologias digitais, o que não apenas contesta as narrativas predominantes da mídia tradicional, mas também aumenta a visibilidade das vivências da população

negra no Brasil. Neste trecho, mencionamos os momentos e aspectos em que isso se manifesta: criação de conteúdo variado, em diferentes formatos; meios de comunicação exclusivos para a população negra; atuação em várias plataformas digitais, facilitando a divulgação de informações significativas sobre a comunidade negra; abordagem crítica e denúncia como um ato de resistência; iniciativas educativas e de conscientização, estimulando a literacia racial; parceria com a mídia dominante.

4. Considerações Finais

A análise revelou que as mídias negras surgem como instrumentos fundamentais para a resistência e a autoafirmação, oferecendo um espaço onde as vozes de grupos historicamente subalternos, como negros, indígenas e mulheres, podem ser destacadas e valorizadas. Esses meios não só contestam as histórias predominantes veiculadas pela mídia convencional, mas também ajudam a criar uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Ao examinar a presença das mídias negras em comparação com os meios tradicionais, foi possível destacar como as narrativas midiáticas tradicionais muitas vezes reforçam estigmas e tornam invisíveis as vivências da população negra. O estudo evidenciou que as mídias negras não só questionam essa hegemonia, mas também funcionam como instrumentos de resistência e autoafirmação, favorecendo uma representação mais genuína e diversificada das vozes historicamente marginalizadas.

A exploração das plataformas digitais demonstrou como esses recursos permitem que comunidades marginalizadas produzam e compartilhem conteúdo. A análise de projetos como o Alma Preta Jornalismo evidenciou o potencial dessas plataformas em democratizar o acesso à informação e possibilitar que grupos marginalizados expressem suas próprias narrativas. As tecnologias digitais têm sido reconhecidas como ambientes onde a interconexão e a descentralização do poder podem

promover uma comunicação mais inclusiva, embora também tragam riscos relacionados ao racismo algorítmico e à vigilância.

Por fim, a identificação dos obstáculos que as mídias negras encontram na busca por uma comunicação genuinamente democrática ressaltou os desafios contínuos, como a discriminação algorítmica e a escassez de recursos. O estudo destacou que, apesar de as plataformas digitais proporcionarem oportunidades relevantes para visibilidade e engajamento, elas podem perpetuar desigualdades estruturais se não forem examinadas e reestruturadas de maneira crítica.

Em resumo, este texto reitera a relevância das mídias negras e da comunicação popular como instrumentos fundamentais na luta contra o racismo e na promoção da inclusão social. Ao examinar tanto os progressos quanto os obstáculos enfrentados por essas mídias, o estudo oferece uma compreensão mais ampla do papel das tecnologias digitais na formação da sociedade. O caminho para uma comunicação democrática envolve a valorização das vozes marginalizadas e a crítica constante às estruturas que mantêm desigualdades, reafirmando o compromisso com a diversidade e a justiça social na esfera pública.

REFERÊNCIAS

ALMA PRETA. A Alma Preta é uma agência de notícias e comunicação especializada na temática étnico-racial no Brasil. **Alma Preta**, 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 out. 2023.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento: 2018.

ANDRADE, Alice Oliveira de. **Aquilombamento virtual midiático: uma proposta teórico-metodológica para o estudo das mídias negras**. 2023. 341f. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54903>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ANDRADE, Alice. Comunicação pela liberdade: o papel das mídias negras na luta antirracista. 12 mar. **Revista Afirmativa**, 2021, Disponível em:

<https://revistaafirmativa.com.br/comunicacao-pela-liberdade-o-papel-das-midias-negras-na-luta-antirracista/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society**. New Jersey: John Wiley & sons, 2011.

D'ANDRÉA, Carlos. Por que (e o que são) plataformas. *In*: D'ANDRÉA, Carlos. **Pesquisando plataformas on-line: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020. cap. 1, p. 13-24, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32043>. Acesso em: 2* out. 2023.

FESTA, Regina. **Comunicação popular e alternativa: a realidade e as utopias**. São Bernardo do Campo: IMS, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017, 184p.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Revista Parágrafo**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>. Acesso em: 19 nov. 2023.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MEJÍAS, Ulises; COULDRY, Nick. Colonialismo de dados: repensando la relación de los datos masivos con el sujeto contemporáneo. **Virtualis**, v. 10, n. 18, p. 78-97, 2019. Disponível em: <https://www.revistavirtualis.mx/index.php/virtualis/article/view/289>. Acesso em: 20 nov. 2023.

O'REILLY, Tim. What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. **Communications & strategies**, n. 1, p. 17, 2007. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1008839. Acesso em: 16 nov. 2023.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema (PB-Brasil). **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, v.5, p.159-170, 2017. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/ricd/article/download/3698/4112/0>. Acesso em: 17 nov. 2023.

PINHEIRO, Jonas de Jesus. **Alma preta e Afirmativa: experiências contemporâneas de mídias negras na luta contra o racismo**. 176 f. Bahia, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Jonas_MIDIAS_NEGRAS_ALMA_PRETA_E_AFIRMATIVA.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan.-abr. 2020. DOI: 10.14763/2019.4.1425. Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01/60747734>
. Acesso em: 17 nov. 2023.

SCHUCMAN, L. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 100 f. Tese (Doutorado) –Curso de Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. O branco e a branquitude: letramento racial e formas de desconstrução do racismo. **Portuguese Literary & Cultural Studies, Dartmouth**, n. 34/35, p. 171-189, 2022. Disponível em: https://ojs.lib.umassd.edu/index.php/plcs/article/view/PLCS34_35_Schucman_page171/1333. Acesso em: 18 dez. 2023.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**, p. 121-135, 2020. Disponível em: <https://antigo.lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SODRÉ, M. **Claros e escuros: identidades, povo e mídia no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

VALENTE, J.C.L. **Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais**. 2019. 400 f. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36948>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CAPÍTULO 2



"Granadas veganas": Um caso de *deepfake* com a ativista Greta Thunberg

Humberto Guimarães Neto (UNIP)

Lafaiete Martins (UNIP)

Silvio Cesar de Oliveira (UNIP)

Issaaf Karhawi (USP)

RESUMO: Este artigo explora o impacto dos *deepfakes* como instrumentos de desinformação na era digital e sua relação com os processos de midiatização e plataformação. A partir da análise de um vídeo falso da ativista Greta Thunberg, examina-se como os avanços em Inteligência Artificial e a crescente acessibilidade tecnológica potencializam a criação de conteúdos altamente realistas, que manipulam informações e impactam a percepção pública. Com base em uma revisão bibliográfica e nas reações do público a esse conteúdo, este estudo discute como os *deepfakes* intensificam a homogeneização das narrativas nas plataformas e, ao mesmo tempo, facilitam a vigilância e a disseminação de conteúdos falsos. O artigo busca contribuir para a compreensão dos desafios impostos pela disseminação de *deepfakes* no ecossistema de plataformas e suas implicações para a integridade da informação.

Palavras-Chave: *Deepfake*; Desinformação; Inteligência Artificial; *Fake News*;

1. Introdução

Greta Thunberg é uma jovem sueca de 21 anos, que, ainda com oito anos de idade, ficou mundialmente conhecida pelo seu ativismo ambiental e seus esforços para combater as mudanças climáticas. Ao conquistar elevada visibilidade, Greta foi alvo de crítica de líderes de extrema direita, entre os quais o, à época, Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, com o qual se envolveu em conflitos nas redes sociais e comentários em eventos públicos que destacaram suas visões divergentes sobre as mudanças climáticas. Por seu ativismo pelo meio ambiente, Greta Thunberg discursou em diversos encontros com destaque para a ocasião em que falou para os chefes de estado na Organização das Nações Unidas (ONU); além de ter sido

premiado por diversas instituições, entre elas a revista Time. É pela relevância e também proeminência célebre e midiática que este artigo se dedica a investigar a repercussão de um vídeo *fake* de Greta Thunberg, em que a ativista ambiental supostamente apela para o uso de armamento ecológico, como "*granadas veganas*" e "mísseis biodegradáveis" na guerra da Rússia e Ucrânia. O vídeo falsificado, publicado na plataforma *YouTube*, usou imagens reais de Greta sendo entrevistada pela BBC sobre seu livro sobre ativismo climático. Para isso, este trabalho apoia-se na discussão de conceitos acerca de desinformação, *deepfake* e inteligência artificial e na coleta de comentários a partir do vídeo em questão.

2. *Deepfake* e Desinformação

Os avanços tecnológicos da era digital, internet, armazenamento na nuvem, velocidade de processamento, smartphones, fotos e vídeos em alta definição, inteligência artificial possibilitaram o surgimento de novas técnicas para disseminação de desinformação, como as *deepfake*. O termo *deepfake* foi criado por um usuário do Reddit, em 2017, que compartilhava vídeos pornográficos que usavam tecnologia de troca de rostos de código aberto. Trata-se de conteúdos falsos criados por meio do uso de imagens, clipes e áudios manipulados a partir do conteúdo original o que, para Molina e Berenguel (2022), pode ser entendido como extensão das *fake news*.

Santaella (2021) também aponta a relação entre *fake news* e *deepfakes*, mas sinaliza para a distinção fundamental entre ambas: as últimas penetram no domínio da visualidade e da sonoridade, sem se limitar apenas ao semiótico verbal. Além disso, de forma bastante diversa das *fake news*, as *deepfakes* são produzidas a partir de Inteligência Artificial “algoritmicamente, sem mediação humana no seu processamento, que utiliza milhares de imagens estocadas em bancos de dados para aprender movimentos do rosto de uma pessoa, inclusive os labiais e suas modulações de voz, para prever como ela poderia falar algo que não disse” (Beiguelman,

2021, p. 131). Na esteira de Beiguelman, não está em jogo apenas uma ferramenta que permite fazer colagens, edições ou dublagens, mas um novo estágio da manipulação de imagens. É por essa razão que o uso de deepfakes passa a ser preocupante, sobretudo no âmbito político, quando usadas como ferramenta de distorção da verdade (Molina e Berenguel, 2022).

Como Maras e Alexandrou (2019) apresentam, até pouco tempo, apenas os grandes estúdios de cinema, como os de Hollywood, possuíam recursos suficientes para utilizar tecnologias como CGI (*computer-generated imagery* ou imagens geradas por computador) na criação de filmes e vídeos. “E embora possa haver um argumento para usar *deepfakes* para o bem, os especialistas alertam que, sem um entendimento deles, um *deepfake* pode causar estragos na vida pessoal e profissional de alguém” (Somers, 2020, p.1). Agora, qualquer pessoa com um celular pode baixar um aplicativo e criar seu próprio *deepfake*.

Os vídeos conhecidos como “*deepfake*” oferecem a capacidade de trocar o rosto de uma pessoa por outra em um videoclipe ou imagem. A tecnologia que cria esses vídeos foi projetada para melhorar continuamente seu desempenho. Especificamente, o algoritmo que cria os vídeos falsos aprende e melhora as expressões faciais, gestos, voz e variações do indivíduo, tornando-os cada vez mais realistas (Maras e Alexandrou, 2019, p.1, tradução nossa).

Para Popescu e Farid (2005), uma das mudanças nesse cenário é o baixo custo das câmeras digitais de alta qualidade, juntamente com os sofisticados softwares de edição de imagens, que possibilitam que um número cada vez maior de pessoas possa facilmente manipular e alterar imagens. Hoje, na era digital, computacional, a manipulação acontece com alguns cliques de um mouse, alterando padrões estéticos, alterando padrões estéticos, inserindo e deletando pessoas de fotografias, entre outras práticas.

Kietzmann e colegas (2020) discutem as especificidades dos *deepfakes*. Para os autores, há quatro tipos: (1) foto, (2) áudio, (3) vídeo, (4) áudio e vídeo. A primeira categoria *foto* se refere a manipulações com troca

de rosto ou corpo; alteração, troca, substituição ou mesmo mesclagem de rosto ou corpo de alguém com o de outra pessoa. Exemplos cotidianos desse tipo de manipulação são os aplicativos que oferecem aos usuários envelhecimento de seus rostos ou a possibilidade de experimentar cortes de cabelo, uso de maquiagem de forma virtual a partir de uma foto.

Na categoria *áudio*, por sua vez, está a troca da voz ou do discurso de uma pessoa. A partir de recursos de edição é possível substituir a voz de alguém ou imitá-la, alterando palavras e significados de determinado discurso. A narração de um áudio-livro, por exemplo, pode ser alterada para soar mais jovem ou mais velha, masculina ou feminina, com diferentes sotaques e dialetos e se ajustar para cada personagem da obra. Outro exemplo seria a conversão de um texto em áudio. No caso da mesma gravação de um áudio-livro, esse tipo de tecnologia permitiria a edição ou correção de palavras mal pronunciadas sem a necessidade de uma nova gravação.

Entretanto, na versão *deepfake*, há casos que ilustram o uso de ferramentas de edição de áudio para causar mal-entendidos. Em 2019, por exemplo, fraudadores usaram Inteligência Artificial por meio de um software de geração de áudio para imitar a voz de um executivo para enganá-lo e levá-lo a realizar uma transferência de mais de 1 milhão de reais para a conta dos falsários. Outro caso, a título de exemplo, se refere ao site NotJordanPeterson.com que permitia que usuários criassem vídeos do psicólogo e escritor Jordan B. Peterson, autor dos livros *Mapas do Significado: a arquitetura da crença* (1999) e *12 regras para a vida: um antídoto para o caos* (2018), a partir do uso de Inteligência Artificial, falando sobre quaisquer assuntos e temas, a escolha do usuário. Vários veículos de comunicação testaram o programa e publicaram os resultados, fazendo chacota dos ideais de Peterson. Além do conteúdo ultrajante, os resultados pareceram reais. Porém, após a resposta negativa de Peterson com relação ao site, ele foi retirado do ar.

A terceira categoria *vídeo* apresenta *deepfakes* envolvendo a substituição do rosto ou corpo de alguém, em um vídeo, pelo de outra pessoa. Esse recurso é comum na produção cinematográfica em que as cenas com dublês podem ser editadas para que o rosto do ator principal esteja em cena nos momentos de ações mais arriscadas. Em alguns videogames novos, jogadores podem inserir seus rostos em personagens e *avatares* durante as partidas. Por outro lado, em 2019, o rosto do ator Jim Carrey substituiu o rosto de Alison Brie numa entrevista do programa Late Night com Seth Meyers. Já o ator americano Bill Hader teve seu rosto sobreposto com o rosto do Arnold Schwarzenegger no programa de entrevistas Conan. Tais eventos serviram de alerta e provocaram uma discussão em diversas áreas da sociedade sobre quais os perigos e os impactos de *deepfakes* para a coletividade e como podemos nos proteger para distinguir aquilo que é real ou desinformação.

Figura 1 – Exemplos de Deepfake

O rosto de Jim Carrey transferido para o corpo de Alison Brie, (b) Mr. Bean é Charlize Theron em uma versão deepfake de J'adore comercial, (c) Jim Carrey em vez de Jack Nicholson em Shinning e (d) Tom Cruise substitui Robert Downey Jr.



Fonte: Guarnera, Giudice, Battiato (2020, p. 2). Tradução nossa.

Além dos casos mencionados, ainda há a criação de *deepfakes* que extrapolam a alteração apenas do rosto e manipulam a imagem do corpo

inteiro. Por fim, ainda seguindo a categorização proposta por Kietzmann e colegas (2020), *deepfakes* de tipo *áudio e vídeo* são aquelas em que há sincronização labial e alteração do movimento da boca e voz e palavras ditas em entrevistas gravadas. Aplicações comerciais dessa tecnologia seriam, por exemplo, anúncios e vídeos instrutivos que poderiam ser traduzidos para outras línguas usando a mesma voz gravada originalmente. Mas há usos diversos como no vídeo "You Won't Believe What Obama Says In This Video!", em que Jordan Peele faz Barack Obama, ex-presidente dos EUA, falar palavrões em uma coletiva de imprensa.

As categorias apontam para a complexidade desse fenômeno. Além disso, enquanto nas *fake news* era possível identificar alguns aspectos que denunciavam sua falsidade, como o “design pouco sofisticado, tendendo para um sensacionalismo indisfarçável” (Santaella, 2021, p. 22), a identificação de *deepfakes* é mais difícil. Isso porque a interpretação de um discurso verbal é diferente daquela exigida para um signo visual. E aí se inscreve um imaginário social compartilhado e robusto sobre o aspecto documental das imagens, sobretudo da fotografia. O uso de imagens pelo Jornalismo ou pela História, por exemplo, revela como a sociedade lida com o caráter inquestionável da imagem e, conseqüentemente, dos vídeos. Além desse consenso, deve-se considerar a velocidade com que as Inteligências Artificiais evoluem e permitem que imagens e vídeos fictícios sejam cada vez mais reais e fiéis à realidade (Beiguelman, 2021). Destacando ainda que “falsificações digitais, muitas vezes, não deixam pistas visuais de alteração, podendo ser indistinguíveis as fotografias autênticas” (Popescu e Farid, 2005, p.758, tradução nossa).

3. O Ativismo ambiental de Greta Thunberg

“Há quem diga que nós, jovens, somos a esperança. Que vamos salvar o mundo. Mas não é verdade, não o faremos. Não há tempo para esperar que

a gente cresça. Precisamos agir imediatamente diante da crise climática”. A frase que abre este tópico é amplamente divulgada nas redes sociais como de autoria de Greta Thunberg. Ela revela a postura de Greta frente às ameaças da crise ambiental que vivemos. Como parte de seu ativismo, em agosto de 2018, a jovem sueca fez uma greve pelo clima em frente ao parlamento, em Estocolmo, e, desde então, passou a impactar uma geração de jovens e, também, chamar a atenção do mundo.

Figura 2: Greta Thunberg em seu 1º protesto



No cartaz, está escrito: “Greve escolar pelo clima”
Fonte: Conexão Planeta

Greta Thunberg nasceu em 3 de janeiro de 2003, em Estocolmo, na Suécia. Filha da cantora de ópera Malena Ernman e do ator Svante Thunberg, cresceu em uma família artística. Ainda muito jovem, aos oito anos, aprendeu sobre as mudanças climáticas e ficou intimamente impactada. Sua preocupação com o futuro do planeta aumentou e ela passou a se dedicar ao assunto. Em 2018, aos 15 anos, Greta parou de ir à escola todos os dias e começou a protestar em frente ao parlamento sueco, exigindo ações mais contundentes contra as mudanças climáticas. Com um cartaz em mão com os dizeres "Skolstrejk för klimatet" (Greve escolar pelo clima), sua imagem e palavras de ordem passaram a circular imediatamente pelas redes sociais,

onde tornou-se uma figura célebre e reconhecida. Sua postura corajosa e audaz inspirou jovens de inúmeros lugares e países a lutarem pela causa ambiental.

Em setembro de 2018, Greta falou na Cúpula do Clima da ONU em Nova York, onde proferiu as seguintes palavras: "Como vocês ousam?", em referência à indiferença dos líderes mundiais em relação à crise climática. A jovem ativista recebeu vários prêmios por sua atuação e luta, incluindo o Prêmio Internacional dos Direitos das Crianças. Em 2019, foi nomeada como uma das 100 pessoas mais influentes do mundo pela revista Time. Sua história foi contada em documentários e livros como: "Ninguém é pequeno demais para fazer a diferença: O chamado de Greta Thunberg para salvar o planeta", de Jeanette Winter; "Somos todos Greta", de Valentina Giannell.

Hoje, Greta Thunberg é um símbolo da luta contra as mudanças climáticas. Sua coragem e dedicação são um lembrete importante de que todos podemos contribuir para proteger o planeta, independentemente da idade, raça, religião. No site *The Year of Greta*, é possível experienciar, de maneira interativa, a história da jovem, conhecendo sua trajetória até seu reconhecimento a nível mundial – material que embasou a construção deste tópico – e que permite refletir sobre a coragem da jovem ativista e seu papel no estímulo a repensar posturas, comportamentos e crenças sobre as mudanças climáticas.

4. Análise de um *Deepfake* Vídeo

Um dos pontos ressaltados por Valente (2019) é a velocidade da propagação da *deepfake* nas plataformas digitais, facilitando a circulação e seu impacto. Nos últimos meses, um dos vídeos que viralizou foi o *deepfake* de uma entrevista da Greta Thunberg. Na entrevista original, realizada no programa "*The One Show*" da BBC em Nov/22, e posteriormente disponibilizada no canal do *YouTube* da rede, Greta fala sobre como lidar

com a ansiedade climática. No vídeo manipulado, por sua vez, as falas de Greta foram substituídas por um discurso (feito com a sua própria voz) em que defende a utilização de tanques e armamentos sustentáveis na guerra entre Rússia e Ucrânia, inclusive com a utilização de granadas veganas. Além disso, mostrava a ativista anunciando um livro chamado “*Guerras Veganas*” e, por isso, promovendo o uso de “tanques de guerras e armamentos sustentáveis” para minimizar o impacto ambiental.

O vídeo de *deepfake* foi compartilhado e analisado por diversos influenciadores digitais. Um deles, Michael Knowles, comentarista político conservador americano, *youtuber*, autor, produtor e apresentador, analisou o vídeo e destacou a qualidade da manipulação e a criatividade empregada. Este artigo coletou os comentários do vídeo, por se tratar de uma personalidade reconhecida por sua posição como analista político, com mais de 2 milhões de seguidores no seu canal do *YouTube* e 1 milhão no X, antigo *Twitter*. Assim, para cumprir o objetivo de compreender a repercussão do vídeo de *deepfake* de Greta, foram analisados os comentários a partir do vídeo do influenciador, uma vez que o conteúdo de *deepfake* original é difícil de ser rastreado por conta da governança das plataformas que retiraram o conteúdo do ar.

Figura 3: Vídeo com trechos da entrevista



Fonte: Youtube @MichaelKnowles

O primeiro comentário do vídeo no *YouTube*, com 415 “gostei” de outros usuários reforça a qualidade das falas e o alinhamento do conteúdo com a pauta de meio ambiente defendida pela Greta Thunberg, como no comentário “A parte triste é que eu poderia realmente acreditar que Greta disse todas essas coisas...”. Uma das respostas para esse comentário vai além: “A parte triste é que, quando assisti pela primeira vez, pensei que fosse real.”. Esses são apenas exemplos dos 52 comentários do vídeo que foram analisados para este artigo. Foram selecionados os comentários que tinham, pelo menos, 5 “gostei”. Depois de uma coleta dos comentários, foi possível identificar quatro categorias de reações frente ao vídeo de *deepfake*: Sarcástico (23 comentários); Crédulo (17 comentários); Crítico (10 comentários) e Político (2 comentários), como apresentado na Quadro 1.

Quadro 1 - Comentários do vídeo

N.	Likes	Autor	Comentários	Categoria
1	415	Dan Wilson	A parte triste é que eu realmente acreditaria na Greta dizendo todas essas coisas...	Crédulo
2	293	N N Taleb	Greta: "Vocês roubaram meus sonhos e minha infância." As vítimas do aborto: ...	Sarcástico
3	223	sytcontour	Isso foi realmente muito bom. Tenho certeza que é assim que a maioria dos esquerdistas pensa.	Político
4	169	Foghorn90 Leghorn	Bem, por mais absurda que tenha sido essa entrevista com a IA, eu fui enganado. Não é tão distante do discurso dela na ONU "Como vocês ousam".	Crédulo
5	80	E. W.	Espera, isso foi um deepfake?? É ruim que eu realmente poderia ver ela dizendo isso do fundo do coração dela? ?????	Crédulo
6	72	RETNUH DRAW	Greta, que figura.	Sarcástico
7	56	Wade Weigle	Eu adoro comprar minhas granadas na loja de granadas. Vou ter que procurar aquele modelo vegano. Só para ver o quanto eles são mais caros que as granadas comuns.	Sarcástico
8	45	Melanie Nguyen	Ela quer que a gente vire vegetariano e coma insetos, mas parece que ela está consumindo muita carne esses dias ??	Sarcástico
9	43	Islam is GayðŸŒˆ	Ela não terminou a escola até estar nos seus 20 anos. Isso costumava ser considerado vergonhoso.	Crítico
10	37	Alleister Voosen	Obrigado, Greta. Nós PRECISAMOS de uma abordagem humanitária para a guerra ??	Sarcástico
11	31	Martin del Mazo	Sabia que era falso. A Greta nunca demonstrou um pensamento tão claro.	Sarcástico
12	30	Charlie Stevenson	Isso é uma excelente sátira. A melhor parte é que ninguém na esquerda sabe quem cancelar por escrever esses roteiros deepfakes.	Sarcástico
13	27	Marcos Willians	Não é tão falso. Eu acredito que a Greta diria esse tipo de coisa.	Crédulo
14	26	Steve Balmer	Eu acabei de acordar e estava sonolento e realmente pensei que era real. ??	Crédulo

15	25	Dino M	Não fazia ideia que era falso. Só parcialmente porque é difícil perceber, mas principalmente porque essa bobagem parece algo que eles realmente acreditariam e apoiariam. Eles são muito loucos.	Crédulo
16	24	Emery Weaver	Ainda assim, isso não está longe da verdade. A Greta já foi pega em vídeos reais zombando/brincando sobre seus primeiros discursos que ajudaram a criar mais histeria que o necessário.	Crédulo
17	23	Jeremy U's ReevU	Ela ainda existe?	Sarcástico
18	22	M James	Caramba, ela me enganou até "granadas veganas" também. Nossa. Acho que isso mostra o quanto é difícil distinguir sátira da realidade na esquerda.	Crédulo
19	22	Horses&Belugas19	Primeira vez ouvindo sobre granadas veganas. ??	Sarcástico
20	21	Tracy Allen	Na verdade, a versão da IA da Greta tem mais personalidade do que o modelo original...	Sarcástico
21	20	Snicklink	Obrigado pela menção, Michael! ??	Sarcástico
22	19	Fred Courtney	Como homem de MS (Mississippi), eu posso ver o que aconteceu aqui depois da Guerra Civil e sei que não quero viver uma. Quase dois séculos e ainda somos o estado mais pobre da união.	Crítico
23	18	Adam	Eu acreditei nisso por cerca de dez segundos. Eu me culpo 50% por ser burro e culpo a Greta 50% por ser tão ridícula no dia a dia que eu realmente acreditei por um tempo.	Crítico
24	16	North Atlantic terrorist organization	Isso está se tornando muito preciso. Quando os deepfakes se tornarem mais avançados, alguns desses vídeos não serão apenas piadas, e nós vamos acreditar neles.	Crítico
25	15	DThomas M	Quando os conservadores vão parar de falar dela? Ninguém se importa, vocês estão tornando-a algo maior do que realmente é.	Político
26	14	Phil	O novo Call of Duty TEM que ter granadas veganas ??	Sarcástico
27	13	Kenneth M	Como vocês ousam!	Sarcástico
28	13	Folk Flowers	Como um feto que poderia ter sido abortado, mas felizmente cresceu para ser um ser humano adulto, eu aplaudo esse comentário.	Crédulo
29	12	Mr. Buns	Eu me sinto mal porque eu também fui enganado. Achei que os padrões estranhos de fala dela eram por causa do autismo.	Crédulo
30	11	K C	Me enganou até as granadas. Eu realmente achei que era ela quando ela estava falando sobre mísseis biodegradáveis. ???????	Crédulo
31	11	Brick by Brick	Eu realmente poderia ver ela dizendo algo assim ??	Crédulo
32	10	Sealer	A comédia de ontem é a tragédia de hoje.	Crítico
33	10	Joe Prespare	A parte triste, quando eu vi pela primeira vez, pensei que era real.	Crédulo
34	10	Signheart	Meus alunos da educação especial (eu era auxiliar de professor) terminaram a escola no tempo certo. Os pais dela a usaram como uma ferramenta política, por isso ela não teve infância ou uma educação adequada.	Crítico
35	10	Sunshine Cool Water	Eu já vi vários deepfakes com a Greta Thunberg e três caras bem-dotados. A tecnologia está muito próxima da vida real.	Crítico
36	9	Lou G	Se eu fosse mulher e parecesse com ela, também ficaria brava.	Sarcástico
37	9	Rodrigo Ele	A única coisa que me impede de colocar as pessoas que trabalharam para avançar a IA e a tecnologia Deepfake na mesma categoria das pessoas que trabalharam para desenvolver a bomba nuclear, é que pelo menos os últimos estavam lutando uma guerra mundial. Os primeiros apenas destruíram o mundo "por diversão".	Crítico
38	9	Ian Coggeshall	Isso não era um deepfake?	Sarcástico
39	8	Laceykat	Isso me incomoda mais do que o aspecto da IA. Acho que ela realmente acredita nisso.	Crítico
40	8	Leon Nunhofer	Não, tudo bem. Eu também acreditei até ela falar sobre granadas veganas. A Greta é totalmente maluca ?????	Sarcástico
41	7	Fiery But Mostly Peaceful-Gabe	@Kenneth Maww você me venceu.	Sarcástico
42	7	jgt	Quem diria que a IA seria boa em imitar uma pessoa autista ??	Sarcástico
43	7	James Morrow	Procure ajuda psicológica.	Sarcástico

44	7	Welch	O discurso foi falso, não foi realmente dela.	Crítico
45	6	Barry Sutton	Correto ??	Sarcástico
46	6	MrTeko75	Isso foi terrível... 'meio engraçado'	Sarcástico
47	5	No_name	Regras para você, não para mim. Ela está com as elites de Davos, as regras não se aplicam a eles, claro.	Crítico
48	5	Didiman425	Quando o Michael disse que era IA, eu literalmente falei "O quê!!!!", achei que era real.	Crédulo
49	5	MrTeko75	Ela é da vigarice. Ela é péssima nisso. Mas ainda assim, ela vai continuar insistindo.	Crítico
50	5	Willian Johnam	Eu sei que isso é falso, mas é engraçado mesmo assim e algo que eu totalmente esperaria ela falar na vida real?? E também esperaria isso em um post da Babylon Bee.	Crítico
51	5	Sean Delap	Por que continuar acendendo esse fogo quando você poderia só pegar um balde de água para apagá-lo?	Crítico
52	5	And! SoWhat!	Tudo o que fazemos é rir dela.	Sarcástico

Fonte: Elaborado pelos autores. Os comentários foram traduzidos pelos autores, 2024

A categoria com mais recorrência é a dos comentários sarcásticos, aqueles que fazem uso de sarcasmo para expressar descrença, deboche ou mesmo zombar do conteúdo do *deepfake*. São exemplos os comentários “Eu adoro comprar minhas granadas na loja de granadas. Vou ter que procurar aquele modelo vegano. Só para ver o quanto eles são mais caros que as granadas comuns” ou “*O novo Call of Duty TEM que ter granadas veganas ??*”, fazendo referência a um famoso jogo de ação.

Na segunda categoria, de comentários crédulos estão aqueles que demonstram crença no vídeo ou na mensagem do *deepfake*. Esses comentários podem incluir expressões de surpresa por terem acreditado ou menções de como o conteúdo pareceu plausível como em “Espera, isso foi um *deepfake*?? É ruim que eu realmente poderia ver ela dizendo isso do fundo do coração dela?”.

Já os comentários críticos fazem apontamentos diretos ao vídeo, à Greta ou ao tema abordado. Esses comentários destacam aspectos negativos, apontam incoerências ou expressam opiniões contrárias de forma direta, mas sem o tom sarcástico. Também se destaca o aspecto de crítica ao próprio avanço da Inteligência Artificial e de *deepfakes*. Alguns exemplos aparecem em “Ela não terminou a escola até estar nos seus 20 anos. Isso costumava ser considerado vergonhoso”; “A comédia de ontem é a tragédia de hoje”. Por

fim, há dois comentários que fazem alusão direta a aspectos políticos: de um lado mencionando os “esquerdistas” e, do outro, os conservadores. Mesmo que em menor frequência, os comentários mostram como a pauta ambiental é associada diretamente à política.

De acordo com a análise do *deepfake* feita pelo influenciador Michael Knowles, tratava-se de um vídeo que ainda é possível perceber a manipulação. No entanto, em outras mídias, sem os comentários e avisos do influenciador, o impacto é real. Não por acaso, a *Reuters Fact Check* publicou, em meio à repercussão do vídeo em 30 de outubro de 2023, uma reportagem de checagem intitulada “A entrevista de TV de Greta Thunberg sobre ‘granadas veganas’ é deepfake” (tradução livre do inglês, *Greta Thunberg ‘vegan grenades’ TV interview is deepfake*). A Reuters ainda reforçou que “no clipe, Thunberg fala durante uma entrevista à BBC com áudio que não corresponde aos movimentos de sua boca”, com o intuito de alertar sobre manipulação e para auxiliar o público na sua detecção. No Observador, canal de comunicação português, a jornalista Ana Moreira (2023, n.p), deixa claro “[...] o vídeo é falso. Embora pareça que Greta Thunberg está a dizer aquelas palavras, e que a voz seja idêntica à sua, o vídeo foi gerado com recurso a inteligência artificial”. Além de alertar, como na Reuters, que a expressão labial da Greta não condiz com o que está sendo dito, ela comenta que a qualidade do vídeo foi reduzida drasticamente, muito possivelmente, na tentativa de disfarçar os defeitos da manipulação. A reverberação na mídia dialoga, em certa medida, com os comentários do vídeo que se viram crentes na manipulação ou capazes de identificar certa incoerência na fala de Greta Thunberg.

5. Como reconhecer *deepfakes* e gerenciar riscos

O trabalho feito pelo influenciador Michael Knowles em seu canal no *YouTube*, ao analisar a *deepfake*, mostra uma forma de não apenas apresentar

um caso de *deepfake*, mas sobretudo, de debatê-lo – o que pode gerar resultados positivos no sentido de “educar” os públicos para sua identificação. Para Kietzmann et al. (2020), o papel de Michael seria entendido como crucial. Isso porque os autores defendem a importância dos tomadores de decisão, profissionais de tecnologia, líderes nas redes sociais e políticos ajudarem as organizações e a sociedade na prevenção dos problemas causados pela manipulação de conteúdo. Para isso, os autores recomendam a utilização de um *framework* R.E.A.L. para gerenciar os riscos de *deepfake*:

1 - *Registrar e gravar conteúdos originais para garantir a veracidade e permitir a exposição de conteúdo falso.* Uma das formas de garantir a exposição de manipulação e autenticar conteúdo genuíno é registrar informações de localização e atividades, de forma criptografada, no arquivo e numa *blockchain* pública. “Esta marcação de conteúdo digital é usada para rastrear sua proveniência conforme é distribuída e para ajudar a detectar e responder a tentativas de produzir manipulações indesejadas do conteúdo original” (Kietzmann et al., 2020, p. 144, tradução nossa).

2 - *Expor as manipulações precocemente.* Da mesma forma que a tecnologia para criação de *deepfakes* foi criada, há inovações tecnológicas sendo desenvolvidas para detectar e classificar as manipulações e *deepfakes*. Isso inclui a utilização de Inteligência Artificial para identificar inconsistências de resolução, a escalabilidade, rotação e junção/edição de conteúdo que frequentemente são centrais para a criação de um *deepfake*. “No entanto, apesar dessas iniciativas, é importante reconhecer que isso é um jogo de gato e rato, com melhorias na tecnologia de detecção tendo que acompanhar melhorias na tecnologia de produção de *deepfake*” (Kietzmann et al., 2020, p. 144, tradução nossa).

3 - *Advogar por proteção legal.* As redes sociais e seu envolvimento em *deepfakes* precisam ser revisados. Atualmente *Facebook*, *YouTube* e

similares são classificados como plataformas tecnológicas e não como editores de conteúdo. Nesse caso, não são responsabilizados pelo conteúdo de suas plataformas, incluindo os *deepfakes*.

A legislação subjacente (por exemplo, Seção 230 da Lei de Decência das Comunicações dos EUA) atualmente não oferece tais disposições para responsabilidade do distribuidor do conteúdo, plataformas de tecnologia, mesmo em casos em que as plataformas possuam conhecimento direto dos comentários ilegais e falham em agir assim que são informadas (Kietzmann *et al.*, 2020, p.144, tradução nossa).

Por outro lado, quando livrarias são informadas de que um livro que vendem inclui conteúdo difamatório, mas não agem, elas podem ser legalmente responsabilizadas, enquanto isso, não existem ferramentas legais que abordem as ameaças dos deepfakes nas plataformas digitais.

4 - *Levantar e aumentar a confiança.* Ao se tratar de marcas e empresas, os gestores responsáveis por marcas e produtos devem trabalhar, de forma proativa, para fortalecer o relacionamento com seus clientes. Garantir que a comunicação e os produtos funcionem e entreguem, de forma consistente, o que foi prometido, construindo confiança com seus clientes. Quando marcas criadas na base dessa confiança são retratadas de forma desfavorável e têm seus vídeos manipulados, existe uma grande probabilidade dos seus clientes e públicos perceberem, mais rapidamente, o *deepfake*, não sendo impactados e ao mesmo tempo, expondo, de forma crítica, as alterações e manipulações.

6. Considerações Finais

Como mencionado no início deste artigo, a criação de conteúdos falsos está cada vez mais presente e traz novos impactos em vários setores da sociedade contemporânea. Os recentes avanços tecnológicos e o fácil acesso a ferramentas inovadoras, possibilitam a criação semiautomática de várias falsificações, que se tornaram mais elaboradas e convincentes, sinalizando o início de uma nova fase na manipulação de conteúdos. Sob esse cenário, este

artigo analisou a repercussão de um vídeo fake de Greta Thunberg, em que a ativista ambiental supostamente apela para o uso de armamento ecológico, como “*granadas veganas*” e “mísseis biodegradáveis” na guerra da Rússia e Ucrânia. Apesar do discurso manipulado, o *deepfake* circulou e viralizou nas redes sociais, a ponto de ser desbancado como *fake* por agências de checagem.

A partir da análise de comentários sobre o vídeo, observou-se que aqueles que viram ao vídeo e acreditaram (parcial ou integralmente) se tratar, de fato, de uma fala de Greta Thunberg se mostraram impressionados com a tecnologia responsável pela criação da manipulação. Neste contexto, torna-se fundamental entender como essa nova modalidade de desinformação atua e como os *deepfakes* são gerados e, principalmente, como identificá-los.

Como todo fenômeno moderno, os *deepfakes* apresentam aspectos positivos e negativos, podendo ser utilizados para entretenimento ou para influenciar os resultados de eleições, mas em todos eles há repercussões para indivíduos, organizações e governos. A busca por formas de minimizar os efeitos danosos deste fenômeno, como por exemplo, a utilização da estrutura R.E.A.L. para auxiliar especialistas, líderes e a sociedade em geral a entender como mitigar os efeitos adversos dos *deepfakes* pode ser um caminho. O momento é propício para nos aprofundarmos neste tema, pois a tendência para o futuro é a de que a produção de vídeos, filmes, aplicativos só aumente bem como a utilização de *deepfakes* como ferramenta poderosa para enganar, manipular e desinformar.

REFERÊNCIAS

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem:** vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu, 2021.

DE MORAES, Cristiane Pantoja. “Deepfake” como ferramenta de manipulação e disseminação de “fakenews” em formato de vídeo nas redes sociais. **Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología**, n. 79, p. 5, 2020.

GAVIOLI, Allan. Inteligência artificial imita voz de CEO em roubo de US\$ 243 mil. **InfoMoney**, 4 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/inteligencia-artificial-imita-voz-de-ceo-em-roubo-de-us-243-mil/>. Acesso em: 13 de nov. de 2024.

GRETA Thunberg Deepfake. **Resemble.AI**, 24 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.resemble.ai/great-thunberg-deepfake/>. Acesso em 08 de dezembro de 2023.

GUARNERA, Luca; GIUDICE, Oliver; BATTIATO, Sebastiano. Fighting deepfake by exposing the convolutional traces on images. **IEEE Access**, v. 8, p. 165085-165098, 2020.

JONES, Nicola. How to stop AI deepfakes from sinking society-and science. **Nature**, v. 621, n. 7980, p. 676-679, 2023.

KIETZMANN, Jan et al. Deepfakes: Trick or treat?. **Business Horizons**, v. 63, n. 2, p. 135-146, 2020.

MARAS, Marie-Helen; ALEXANDROU, Alex. Determining authenticity of video evidence in the age of artificial intelligence and in the wake of Deepfake videos. **The International Journal of Evidence & Proof**, v. 23, n. 3, p. 255-262, 2019.

MOLINA, Adriano Cezar; BERENGUEL, Orlando Leonardo. Deepfake: A evolução das fake news. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. e56211629533-e56211629533, 2022.

MOREIRA, Ana. Fact Check. Greta Thunberg defendeu recurso a "granadas vegan" e "carros de combate sustentáveis" em entrevista a canal de televisão?. **Observador**, 07 de novembro de 2023. Disponível em: <https://observador.pt/factchecks/fact-check-greta-thunberg-defendeu-recurso-a-granadas-vegan-e-carros-de-combate-sustentaveis-em-entrevista-a-canal-de-televisao/>. Acesso em: 13 de novembro de 2024.

NUNES, Monica. Conexão Planeta. **Greta Thunberg recorda sua primeira greve há três anos e diz que, hoje, milhões lutam pelo clima: "as pessoas querem justiça"**. 2021. Disponível em <https://conexaoplaneta.com.br/blog/greta-thunberg-recorda-sua-primeira-greve-ha-3-anos-e-diz-que-hoje-milhoes-lutam-pelo-clima-as-pessoas-querem-justica/>. Acesso em: 11 de novembro de 2024.

POPESCU, Alin C.; FARID, Hany. Exposing digital forgeries by detecting traces of resampling. **IEEE Transactions on signal processing**, v. 53, n. 2, p. 758-767, 2005.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia (São Paulo)**, p. 31-47, 2019.

REUTERS. Fact Check: Greta Thunberg 'vegan grenades' TV interview is deepfake. **Reuters Fact Check**, 30 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/fact-check/greta-thunberg-vegan-grenades-tv-interview-is-deepfake-2023-10-30/>. Acesso em: 13 de novembro de 2024.

SANTAELLA, Lucia. As irmãs siamesas fake news e pós-verdade expandidas nas deepfakes. **TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 23, jan./jun. 2021, p. 15-24.

SOMERS, Meredith. Deepfakes, explained. **Ideas made to matter (Cybersecurity), MIT Sloan School of Management**, 21 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://mitsloan.mit.edu/ideas-made-to-matter/deepfakes-explained>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

VALENTE, Jonas CL. Regulando desinformação e fake news: um panorama internacional das respostas ao problema. **Comunicação pública**, v. 14, n. 27, 2019.

YANG, Zeyi. Deepfakes of Chinese influencers are livestreaming 24/7. **MIT Technology Review**, 19 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/2023/09/19/1079832/chinese-ecommerce-deepfakes-livestream-influencers-ai/>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

CAPÍTULO 3



A mudança na vacinação contra a poliomielite: repercussões na rede social X

Carla Montuori Fernandes (UNIP)

Alex Luciano Fernandes (UNIP)

Marina Alvarenga Botelho (UNIP)

RESUMO: A imunização desempenhou um papel crucial na erradicação de doenças como a poliomielite no Brasil, mas enfrenta desafios com o aumento da hesitação vacinal, impulsionada pela desinformação nas redes sociais. Em 2024, o Ministério da Saúde substituiu a vacina oral contra a poliomielite pela versão injetável, considerada mais eficaz, o que gerou reações negativas online. O objetivo desta pesquisa é analisar a disseminação de desinformação e teorias conspiratórias sobre essa mudança vacinal e seu impacto na hesitação vacinal. A metodologia inclui a Análise de Redes Sociais (ARS) para mapear as interações e identificar os principais disseminadores de desinformação, além de uma análise de conteúdo categorial das narrativas predominantes na rede social X (antigo *Twitter*), no período de 20 de setembro a 04 de novembro de 2024, que abrange desde o anúncio até o início da aplicação do novo protocolo vacinal.

Palavras-Chave: Desinformação; Teoria da Conspiração; Movimento Antivacinação; Redes Sociais; X;

1. Introdução

A imunização desempenhou um papel crucial na saúde pública brasileira, especialmente na segunda metade do século XX, com campanhas que levaram à erradicação de doenças como a varíola e a poliomielite. No entanto, o cenário global do século XXI trouxe novos desafios, com o ressurgimento de doenças infecciosas e uma crescente hesitação vacinal, fenômeno alimentado pelo movimento antivacinação e pela disseminação de

desinformação nas redes sociais. Esse contexto coloca em risco conquistas de saúde pública que levaram décadas para serem alcançadas, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

Um exemplo é a vacina contra a poliomielite. De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 2023, a cobertura vacinal no Brasil atingiu 77,16%, um índice significativamente inferior à taxa de 95% recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para garantir a interrupção da circulação do vírus¹. Não obstante, o Brasil erradicou a doença há 34 anos, sendo que o último caso registrado em território nacional ocorreu em 19 de março de 1989². Para aumentar a eficácia da vacina, o Ministério da Saúde decidiu substituir as duas doses de reforço da vacina oral poliomielite bivalente (VOPb), conhecida popularmente como 'gotinha', pela versão injetável. A mudança foi baseada em novas evidências científicas que demonstram uma proteção mais robusta contra a doença. Com os avanços tecnológicos, essa alteração no esquema vacinal visa garantir uma imunização mais eficaz e reforçar a prevenção contra a poliomielite³.

Nesse novo formato de imunização contra a poliomielite, as doses serão aplicadas aos 2 meses de idade (1ª dose), aos 4 meses (2ª dose), aos 6 meses (3ª dose) e, posteriormente, aos 15 meses será administrada a dose de reforço. Após o anúncio da mudança no protocolo vacinal em 20 de setembro de 2024, diversas narrativas começaram a surgir em torno do tema, impulsionadas pelo movimento antivacina e pela disseminação de conteúdos que promovem desinformação.

¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-05/pesquisadores-apontam-alto-risco-de-volta-da-poliomielite-no-brasil>. Acesso em: 2 nov. 2024.

² Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/ha-34-anos-ultimo-caso-de-poliomielite-foi-registrado-no-brasil>. Acesso em: 2 nov. 2024.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/brasil-adota-novo-esquema-vacinal-contr-a-poliomielite#:~:text=A%20decis%C3%A3o%20do%20Minist%C3%A9rio%20da,maior%20efic%C3%A1cia%20do%20esquema%20vacinal>. Acesso em: 2 nov. 2024.

Para mensurar a questão, será analisada a rede de conversação formada no X (antigo *Twitter*) em torno do tema da vacinação contra a poliomielite, focando especialmente na mudança da vacina de gotinha para formato injetável. A pesquisa adota como metodologia a Análise de Redes Sociais (ARS), que permite mapear as conexões e influências entre os usuários, bem como identificar os principais atores disseminadores de desinformação sobre a vacinação (Recuero, 2017). Além disso, será utilizada a análise de conteúdo categorial para classificar as narrativas predominantes, com foco em identificar categorias como desconfiança nas vacinas e reações ao novo formato de aplicação. A combinação dessas metodologias permitirá entender como a desinformação circula e quais fatores mais influenciam a hesitação vacinal nas plataformas digitais.

2. Referencial Teórico: Breves considerações sobre a vacinação

A segunda metade do século XX no Brasil foi marcada por um expressivo avanço na utilização de imunobiológicos, impulsionado pelo êxito da Campanha Mundial de Erradicação da Varíola e pelos progressos no desenvolvimento e na produção de vacinas, como a da poliomielite, que culminou, na década de 1990, com sua erradicação nas Américas. Esse período também foi caracterizado pela intensificação das campanhas de vacinação, a implementação do Programa Ampliado de Imunizações (PAI), proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1974, e o surgimento de programas nacionais de vacinação, que se tornaram marcos importantes na saúde pública mundial (Ponte, 2003). Os últimos trinta anos do século XX foram decisivos para a implementação de políticas nacionais de imunização no Brasil. Nesse período, segundo atestam Fernandes e Montuori (2020), destacam-se o registro dos últimos casos de varíola em 1971, a introdução dos dias nacionais de vacinação a partir de 1980 e a erradicação da poliomielite em 1992. Entre as principais iniciativas, estão a

criação da Superintendência de Campanhas de Saúde (SUCAM) em 1970, seguida pela proposição do Plano Nacional de Controle da Poliomielite em 1971, que representou a primeira tentativa organizada de controle da doença no país. Em 1973, foram institucionalizados o Programa Nacional de Imunizações (PNI) e o Programa Nacional de Profilaxia da Raiva. A resposta à epidemia de meningite meningocócica levou, em 1974, à aprovação do Programa Nacional de Combate à Meningite. Em 1975, o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Imunizações foi formalmente estabelecido, incluindo a regulamentação técnica do funcionamento do PNI (Ponte, 2003).

A partir da segunda metade da década de 1970, o Brasil consolidou importantes avanços na área de imunizações. A revitalização da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a criação do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) em 1976 impulsionaram a produção de vacinas no país. Em 1977, foi instituído o primeiro calendário básico de vacinação, tornando obrigatórias as imunizações para crianças menores de um ano. A década de 1980 trouxe o fortalecimento do controle de qualidade com a criação do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) e o lançamento da primeira vacina brasileira contra o sarampo. Com a instituição do Programa de Autossuficiência Nacional de Imunobiológicos (PASNI) em 1985 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, a vacinação se consolidou como um direito fundamental no país (Ponte, 2003). Nos anos 1990, houve a ampliação das vacinas contra hepatite B, febre amarela e outras doenças, além do início das campanhas de vacinação contra a gripe para idosos em 1999. O novo milênio marcou a eliminação do sarampo autóctone e a inclusão da vacina tríplice viral no calendário nacional. Em 2010, o Ministério da Saúde relatou os avanços na eliminação do sarampo e da rubéola, culminando na inclusão da vacina tetraviral (que inclui varicela) e na expansão das campanhas de vacinação contra influenza, abrangendo pessoas com doenças crônicas e puérperas até

45 dias após o parto, encerrando 2013 com tais resultados (Ministério da Saúde, 2013)⁴.

No entanto, o período entre 2003 e 2019 trouxe novos desafios ao país. Em 2019, o Ministério da Saúde publicou um Boletim Epidemiológico que, pela primeira vez desde a implementação da Lei de Acesso à Informação em 2012, reuniu os principais dados sobre as doenças que afetaram a população brasileira nos últimos 16 anos. O período entre 2003 e 2019 foi marcado por avanços e incorporações tecnológicas, mas também por desafios persistentes, como o aumento de casos de malária e hanseníase. Além disso, o país enfrentou a reintrodução do vírus do sarampo, mesmo após a certificação de sua eliminação pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 2016. Entre 2014 e 2019, também foram registrados surtos de febre amarela em regiões fora da Amazônia, como Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Bahia (Ministério da Saúde, 2024)⁵.

O ressurgimento dos casos de doenças infecciosas no Brasil pode ser explicado, em parte, ao fortalecimento do movimento antivacinação, que se apoia na onda de desinformação, propagando informações incorretas que induzem a crença na eficácia das vacinas. Fernandes e Montuori (2020), apontam que a expansão do fenômeno da desinformação no contexto vacinal está intimamente ligada ao aumento das *fake news*, que se disseminam rapidamente e atingem um grande público, especialmente através de redes sociais digitais. A ubiquidade da internet facilita a propagação desses conteúdos falsos, tornando o fenômeno cada vez mais frequente e utilizado para diversos fins. Nesse cenário, a avalanche de opiniões, crenças e valores que circulam nos espaços virtuais exige dos leitores uma maior seletividade, sob o risco de consumirem informações pouco confiáveis.

⁴ Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2013_analise_situacao_saude.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/cobertura-de-13-das-16-vacinas-do-calendario-infantil-apresentou-alta-em-2023>. Acesso em: 05 mai. 2024.

A pandemia da Covid-19 ampliou o cenário de desinformação em torno da vacinação no país, com narrativas baseadas em teorias de conspiração e na desconfiança em relação aos imunizantes (Gomes, 2021). Segundo dados do Ministério da Saúde, tal movimento acabou por desmobilizar a adesão de outras vacinas que compõe o calendário vacinal infantil no Brasil. No contexto de pandemia, em 20 de outubro de 2020, nenhuma das vacinas do calendário nacional atingia os indicadores preconizados pelo Programa Nacional de Imunizações. Na ocasião, o Presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIM), Juarez Cunha, avaliou que o movimento antivacina é um dos protagonistas na propagação das *fake news*. Para Cunha, as inverdades que têm circulado podem impactar no número de pessoas não vacinadas no país. Coloca nossa população, especialmente as nossas crianças, em risco, colaborando para o retorno de doenças que já estavam controladas ou eliminadas⁶.

Diante do cenário de hesitação vacinal, desde janeiro de 2023, o Governo Federal tem intensificado esforços para enfrentar esse desafio. Segundo o relatório publicado pelo Ministério da Saúde, houve um aumento na cobertura vacinal de 13 dos 16 imunizantes do calendário infantil. No entanto, mesmo com esse avanço, os índices ainda estão aquém das metas estabelecidas pelo governo, que variam entre 90% e 95%⁷. Ainda, com o intuito de ampliar a compreensão sobre as narrativas que circulam nas redes sociais e em outras plataformas digitais, o Ministério da Saúde realizou um mapeamento diário entre julho e setembro de 2023. A pesquisa revelou a presença de mais de 6,8 mil conteúdos desinformativos sobre vacinas em canais públicos, com um impacto estimado de mais de 23,3 milhões de pessoas⁵. Os estudos de Bakir e McStay (2017) sobre desinformação

⁶ Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/2052-impacto-das-fake-news-nas-coberturas-vacinais>. Acesso em: 10 jun. 2024

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/cobertura-de-13-das-16-vacinas-do-calendario-infantil-apresentou-alta-em-2023>. Acesso em: 05 mai. 2024.

destacam que investimentos políticos e econômicos são direcionados para a produção de *fake news* que exploram as emoções de grupos específicos nas redes sociais. Essas emoções são utilizadas para captar a atenção e aumentar o tempo de visualização, convertendo-se em receita publicitária. No contexto da desinformação, é importante ressaltar que um número crescente de indivíduos permanece vulnerável a informações falsas devido às bolhas e redes pessoais que facilitam a propagação das *fake news*. Silveirinha (2018) salienta que as pessoas permanecem em bolhas formadas pela personalização dos algoritmos, que reforçam a aceitação entre os membros.

A recente alteração realizada pelo Ministério da Saúde que substituiu as duas doses de reforço com vacina oral poliomielite bivalente (VOPb), conhecida como gotinha, por três doses de vacina inativada poliomielite (VIP) que é injetável. A decisão foi baseada em critérios epidemiológicos, evidências científicas sobre a vacina e recomendações internacionais para deixar o esquema vacinal ainda mais seguro. Países como os Estados Unidos e nações europeias já utilizam esquemas vacinais exclusivos com a vacina inativa.

A partir dessa alteração, o artigo tem como objetivo analisar a rede de conversação em torno do tema na rede social X, considerando o período de 20 de setembro, data em que o Governo Federal divulgou o novo esquema vacinal, até 04 de novembro, data em que a mudança teve início⁸. Quais narrativas predominantes emergiram nas redes sociais a partir da coleta de dados utilizando a palavra-chave vacina, e de que maneira conteúdos desinformativos relacionados à vacinação circularam nessas plataformas, impactando o debate público sobre o tema?

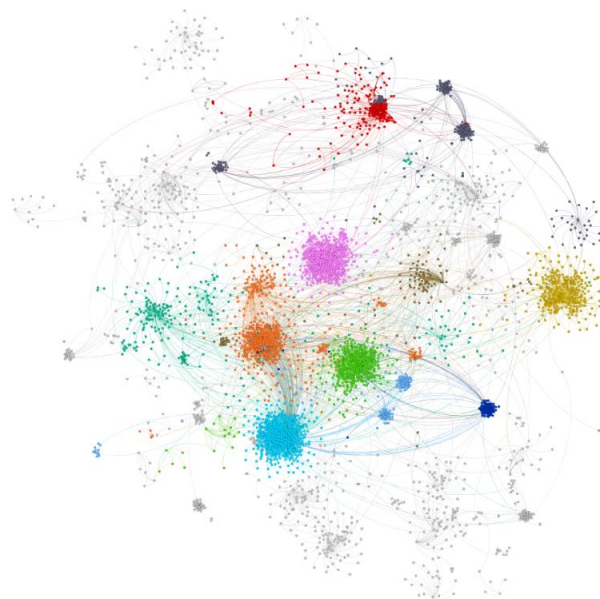
⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/vacina-oral-da-poliomielite-sera-substituida-por-dose-ainda-mais-segura-e-eficiente>. Acesso em: 10 nov. 2024.

3. Análise da Rede Social X

3.1 Metodologia e *Corpus* de Análise

Os dados foram coletados e analisados utilizando a metodologia de Análise de Redes Sociais (Recuero, 2017). Para realizar a análise da rede social X, foi utilizado o software NodeXL, que permite a coleta de dados na plataforma. Foram coletados 6.488 *tweets* utilizando a palavra 'vacina'. Os dados coletados foram exportados para o software Gephi, onde foi aplicada a métrica do grau de entrada (*indegree*) e a *clusterização*, buscando perfis e comunidades que receberam o maior número de menções nas discussões sobre a vacina da poliomielite. A proposta consiste em analisar as narrativas predominantes nessas comunidades. Foi realizada uma seleção dos dez perfis mais influentes na rede de conversação sobre a vacina, que representaram 60,31% da interação total dentro da rede, como pode ser visualizado na imagem da Rede 1.

Imagem 1. Rede com os 10 principais cluster (comunidades) da rede de vacina



Fonte: rede social X

Os *clusters* na cor azul claro, representando 11,31% da rede de conversação, incluem o post do perfil de @flaviobolsonaro, que critica a gestão de Lula e o Ministério da Saúde, presidido por Nísia Trindade Lima, pela perda de 38,9 milhões de vacinas contra a Covid-19. No entanto, segundo o *Estadão Verifica*⁹, essa informação é uma *fake news*, pois o número refere-se ao total acumulado entre 2021 e 2023. Destes, 27,1 milhões venceram em 2023, enquanto 11,8 milhões expiraram em 2021 e 2022.

Na mesma linha, o *cluster* na cor laranja, com 10,02% da movimentação da rede, tem como principais influenciadores o Deputado Federal Osmar Terra e o ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga, com críticas ao governo Lula e à Fiocruz pela interrupção da produção da vacina AstraZeneca no Brasil, sem mencionar que a farmacêutica britânica havia suspenso a produção de sua vacina contra a Covid-19. De acordo com a empresa, a medida foi tomada por razões comerciais¹⁰.

O *cluster* na cor rosa, com 9,86% de movimentação, reúne a postagem de uma brasileira residente na Suíça, relatando a recusa de seus amigos em tomar a vacina gratuita contra a gripe. Outro perfil popular, no *cluster* azul escuro (2,14% da interação total da rede), traz um vídeo de um jovem que afirma ter desenvolvido pericardite após receber a vacina da Pfizer, alegando ser atleta e ter realizado exames recentes que não indicaram problemas de saúde, mas que, após a vacinação, começou a sentir dores no peito e foi diagnosticado com pericardite.

Os *clusters* com maior percentual, o amarelo do Deputado Federal @andrejanonesa, o preto do @BlogdoNoblat e o vermelho, com 4,66% e 4,23% da movimentação da rede, respectivamente, alertam sobre a baixa

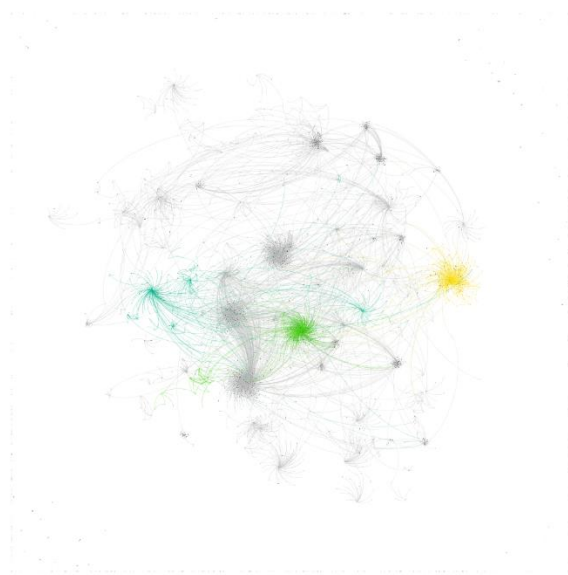
⁹ Disponível em: https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/e-falso-que-vacinas-contr-a-covid-19-tenham-provocado-a-morte-de-17-milhoes-de-pessoas/?srsltid=AfmBOoq0-mY_T5-CRNMmf2O_5Gotgpz_QhK4OmPzcaEouYZpk1Sl1VMI. Acesso em: 10 nov. 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2024-05/astrazeneca-suspende-producao-de-vacina-contr-a-covid-19>. Acesso em: 10 nov. 2024.

cobertura vacinal e indicam a necessidade de o governo Lula conscientizar a população sobre a importância do imunizante.

Os demais *clusters*, que tratam especificamente da mudança na vacina contra a poliomielite, representam 15,49% do total de interações na rede, conforme a Tabela 2. Eles se dividem em três grupos: o cluster verde claro (7,03% das conversações), o cluster amarelo (5,03%) e o cluster verde escuro, associado ao portal @revistaoeste, que concentra 3,43% das interações e é divulgado por ser o único público.

Imagem 2. Rede com os 3 principais cluster (comunidades) da rede de vacina da poliomielite



Fonte: rede social X

3.2 Análise de conteúdo

Para a análise das reportagens, utilizamos a metodologia de análise de conteúdo categorial (Bardin, 2011) e focamos exclusivamente no *cluster* verde claro, que apresentou o maior número de interações (176 no total). Essas interações foram geradas a partir de uma postagem que continha uma foto de Bill Gates segurando uma vacina com conotação diabólica.

ATENÇÃO: Vacina em gotinhas da poliomielite é substituída por dose injetável. Esta segunda-feira (4) marca uma mudança importante na estratégia de combate à poliomielite - também conhecida como paralisia infantil - no Brasil. O país substitui as doses de reforço com a vacina oral poliomielite (VOP) - a famosa gotinha - pela vacina inativada poliomielite (VIP), administrada por injeção. De acordo com o Ministério da Saúde, a alteração está alinhada com uma tendência mundial de utilização da VIP, composta por partículas do vírus, em detrimento da versão oral, produzida com o vírus atenuado. As três primeiras doses, que já eram da VIP, continuam sejam dadas aos dois, quatro e seis meses de idade e, aos 15 meses, as crianças receberão uma dose de reforço, agora injetável, no lugar da gotinha (Rede social X, 4 de novembro de 2024).



Do ponto de vista quantitativo, 176 comentários relacionados à postagem continham mensagens que abordavam teorias da conspiração e preocupações infundadas sobre vacinas, especialmente sobre a transição da vacina oral para a vacina injetável contra a poliomielite. A partir de uma análise semântica do conteúdo, foi possível classificar os termos e organizar as categorias associadas a essas mensagens.

- **Dúvidas sobre a vacina / Desconfiança científica:** mensagens que continham termos relacionados a incertezas ou medos em relação à vacina, como morte, cobaias, extermínio de crianças, entre outros, seguida de desconfiança em relação a ciência e a classe médica.

- **Xingamentos e escárnio:** mensagens que incluíam insultos, palavrões ou ofensas diretas direcionadas ao governo federal, à esquerda

política ou a figuras como Bill Gates, com postagens que traziam mensagens sarcásticas e irônicas sobre a mudança.

- **Desconfiança (governo, ministra da Saúde, esquerda, Bill Gates):** mensagens que expressavam desconfiança ou críticas ao governo, à ministra da Saúde Nísia Trindade, à esquerda política ou mencionavam teorias conspiratórias, como a alegação de que Bill Gates estaria tentando dominar o mundo ao injetar partículas de nanotecnologia através das vacinas.

- **Exaltação religiosa:** mensagens com forte conteúdo religioso, utilizando termos como Deus, Diabo, Satanás, Misericórdia, entre outros. Essas mensagens frequentemente faziam apologia à ideia de que a vacina estaria ligada a forças demoníacas ou clamavam por intervenção divina contra supostos planos de extermínio populacional.

Para apresentar os resultados, selecionamos os trechos mais representativos que ilustram cada categoria de classificação, conforme aponta o Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação das postagens por categoria – principais exemplos

Dúvidas sobre a vacina, em formato de teoria da conspiração	Xingamentos e Escárnio	Críticas ao Governo e a Classe Médica	Exaltação religiosa
Querem injetar corpos estranhos em nossas crianças	Desgraçados	Excelente postura do ministério da saúde	Coisa do demônio
Quantas crianças poderão sofrer alguma intercorrência	Assassinos	Vão empurrar veneno nelas	Deus proteja nossas crianças
Matar nossas crianças	Filhos da puta	Neste País de corruptos	Xô Satanás....
Extermínio infantil	Vagabundo do pântano	O Brasil é comandado há anos por Cleprocratas	Misericórdia Senhor
Crianças marcadas como gado	Esses vermes não deixam as crianças em paz.	Fiocruz + Nisinha Trindade = Lula	Deus me livre

Dúvidas sobre a vacina, em formato de teoria da conspiração	Xingamentos e Escárnio	Críticas ao Governo e a Classe Médica	Exaltação religiosa
Genocídio que se chama	Sai o Zé Gotinha e entra o Zé Picadinha ...	Isso, confia povo na intenção desses cientistas. A medicina virou comércio já a um bom tempo....	Plano do Demônio
Estão exterminando a população	Só bosta vem desse governo de merda	Nada que vem desse governo é confiável	
Serão cobaias infantis		O lado oculto da nova ordem mundial – Gates e a vacina	
Assassinato em bebês		Erradicamos a pólio com a eficiente (e indolor) gotinha. Pena. PS. Quem fornece seringas ao Ministério da Saúde? Essa Nízia não dá ponto sem nó...	
Injetar mais experimentos nas crianças		Mais uma falcatrua da esquerda mundial	
Gotinhas não permitem nanos partoculas! Injetável sim; podem inserir nano partículas!		Desconfio de tudo que vem desse desgoverno	
Olha o Bil com grafeno		Retrocesso! A quem interessa?	
Como confiar em vacinas ou qq coisa oriunda da máfia das big farmas? Eu não confio sequer na aspirina		Nada que vem desse governo é confiável	

Fonte: Rede social X, 2024

Ao realizar a análise das postagens coletadas na rede social X, foi possível observar alguns padrões discursivos e elementos que revelam não apenas opiniões, mas ideologias subjacentes e mecanismos de retórica que sustentam as narrativas presentes. Tendo em vista as categorias já definidas, partimos para análise interpretativa dos resultados:

3.2.1. Dúvidas sobre a vacina, em formato de teoria da conspiração

Vários comentários mostram forte desconfiança em relação às vacinas, associando-as a teorias conspiratórias. Termos como "corpos estranhos", "grafeno", "nano partículas" e "venenos" sugerem que os interlocutores não veem a vacina apenas como uma medida sanitária, mas como um meio de manipulação ou controle externo. Muitos discursos se referem à vacinação como parte de um "plano de extermínio" ou "genocídio", tanto de crianças quanto da população em geral. Esse tipo de narrativa explora o medo coletivo e cria um inimigo invisível (as elites globais, os globalistas, o governo), apresentando a vacinação como uma arma de controle populacional. A desconfiança é exacerbada por referências à indústria farmacêutica, como "big farmas", associadas a práticas corruptas e a uma agenda secreta de redução populacional.

Essa desconfiança traz como referência figuras públicas, como Bill Gates, e teorias amplamente divulgadas, como a do "transumanismo"¹¹ ou da "Agenda 2030"¹², que buscam explicar a vacinação como parte de um plano global de dominação ou redução populacional.

3.2.2. Críticas ao governo e à classe médica

Outro eixo importante é a crítica ao governo Lula (PT), especialmente à esquerda e à ministra da Saúde, Nizia Trindade. Termos como "cleptocratas", "desgoverno" e acusações de corrupção reforçam a ideia de que as decisões em torno das vacinas estão motivadas por interesses políticos e econômicos, e não pela ciência ou saúde pública. Trechos como

¹¹ O transumanismo é uma controversa perspectiva de investimento na transformação da condição humana. Visando ao melhoramento biotecnológico da natureza humana, ele protagoniza o debate acerca do futuro (pós-)humano (Vilaça e Dias, 2014).

¹² A campanha de vacinação proposta pela Agenda 2030 foi atravessada por teorias da conspiração que alegam que o objetivo é reduzir a população mundial. Isso é frequentemente associado a alegações de que vacinas são usadas para esterilizar ou envenenar as pessoas, com a intenção de diminuir o número de habitantes no planeta. Disponível em: <https://observador.pt/factchecks/as-vacinas-sao-uma-arma-biologica-para-reduzir-a-populacao-mundial/>. Acesso: 13 nov. de 2024.

“Erradicamos a pólio com a eficiente (e indolor) gotinha. Pena. PS. Quem fornece seringas ao Ministério da Saúde? Essa Nízia não dá ponto sem nó...”, associam a mudança a uma possível corrupção do governo.

Além de refletir uma visão cética sobre as instituições de poder, a desconfiança atravessa a classe médica, com frases como "medicina virou comércio" e "tenho nojo da classe médica", que apontam para uma percepção de degradação moral e ética nas práticas científicas.

3.2.3. Exaltação religiosa

A dimensão religiosa é marcada por uma visão polarizada, onde a vacina é vista como algo demoníaco. Termos como "Deus", "diabo", "satanás" e "misericórdia" são utilizados para evocar a ideia de que a vacinação, ou a mudança da vacina em particular, seria uma obra do mal, contra a qual somente a proteção divina poderia atuar. Essa retórica religiosa intensifica o medo e a rejeição, ao posicionar a vacina como algo que ameaça a ordem divina e a pureza das crianças.

3.2.4. Xingamentos e escárnio

Uma parte significativa dos xingamentos está direcionada ao governo federal, à esquerda política e a figuras públicas, como o ex-presidente Lula e a ministra da Saúde, Nízia Trindade. Expressões como "desgoverno", "filhos da puta", "merda de governo", "cachaceiro bandido", e "petralhas" são frequentes e demonstram não apenas oposição, mas uma rejeição as lideranças políticas, especialmente por parte de quem associa o governo a práticas corruptas e decisões que afetam negativamente a vida da população.

Há uma série de xingamentos direcionados a Bill Gates, que é visto como uma figura central em teorias conspiratórias. Palavras como "capeta" e "maldito" são usadas para demonizar sua imagem e associá-lo a planos nefastos contra a humanidade. Os xingamentos também aparecem em

discursos que expressam uma indignação moral, frequentemente associados a um sentimento de injustiça. Termos como "assassinos", "desgraçados", "vermes", e "malditos" estão relacionados à percepção de que o governo, a indústria farmacêutica ou elites globais estão conspirando para prejudicar a população, em especial as crianças

Além dos insultos diretos, há um uso recorrente de expressões que ridicularizam decisões ou ações políticas, como "Sai o Zé Gotinha e entra o Zé Picadinha" e "Agenda segue a mil". Essas frases sugerem que, para os interlocutores, as políticas de saúde e vacinação são absurdas e merecem ser ironizadas, contribuindo para deslegitimar o discurso oficial. O humor ácido e a sátira servem, nesse caso, como uma estratégia narrativa para tornar as autoridades e suas decisões objetos de desprezo público.

4. Considerações Finais

A poliomielite é uma doença erradicada no Brasil há mais de 30 anos, resultado, em grande parte, da alta adesão vacinal. A campanha de imunização foi responsável pela criação do personagem infantil Zé Gotinha, em 1986, idealizado pelo artista plástico Darlan Rosa. A mudança no esquema vacinal contra a poliomielite, anunciada pelo governo federal em setembro de 2024, visa a adequação às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que apontam maior eficácia do novo método. A substituição da aplicação oral, por gotas, para o modelo injetável gerou repercussão nas redes sociais, especialmente no X (antigo *Twitter*), onde alimentou movimentos antivacinas e teorias da conspiração sobre o imunizante.

Esse fenômeno reflete o impacto da desinformação, no qual a falta de confiança nas fontes oficiais é substituída por narrativas alternativas, muitas vezes desprovidas de embasamento científico. A ausência de uma comunicação governamental mais eficaz, aliada ao poder de disseminação

das *fake news* nas redes sociais, pode comprometer a adesão à vacina. O uso de fontes questionáveis, que divulgam teorias conspiratórias, reflete a lógica do movimento antivax, na qual os indivíduos buscam legitimidade em informações que reforçam suas crenças pré-existentes, ignorando a evidência científica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011,

BAKIR, V.; MCSTAY, A. Fake news and the economy of emotions: problems, causes, solutions. **Digital Journalism**, vol. 6, n. 2, p. 154-175, 2017.

FERNANDES, C. M.; MONTUORI, C. A rede de desinformação e a saúde em risco: uma análise das fake news contidas em 'As 10 razões pelas quais você não deve vacinar seu filho'. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, vol. 14, n. 2, p. 444-460, 2020.

GOMES, V. B. **Analogias populistas na narrativa presidencial: contrapontos à ciência na Pandemia da Covid-19**. 2021. 325 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Instituto de Ciências Sociais e Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2021.

PONTE, C. F. Vacinação, controle de qualidade e produção de vacinas no Brasil a partir de 1960. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 10, p. 619-53, 2003.

RECUERO, R. **Introdução à análise de redes sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017.

SILVEIRINHA, M. J. **Bolhas de verdade: Cinco alfinetes para (re)construir a democracia**. Estudos em Comunicação, vol. 2, n. 26, p. 35-45, 2018.

VILAÇA, M. M.; DIAS, M. C. M. Transumanismo e o futuro (pós-)humano. **Physis**, vol. 24, n. 2, p. 341-362, 2014.

CAPÍTULO 4



Literacia e Jornalismo no combate à desinformação

Elvis Wanderley dos Santos (UNIP)

Luciana Janizello (UNIP)

RESUMO: Este estudo discute as definições de desinformação e suas consequências negativas para a sociedade. Ressalta a importância da literacia midiática como ferramenta essencial para capacitar os cidadãos a identificarem informações falsas. Destacando o papel crucial do jornalismo na verificação dos fatos e na disseminação de informações precisas. O projeto enfatiza a responsabilidade individual na disseminação de conteúdo e a sinergia necessária entre literacia midiática e jornalismo para criar uma sociedade mais informada e crítica, apontando caminhos analíticos que podem auxiliar na conscientização sobre os riscos que o ambiente virtual impõe aos cidadãos.

Palavras-Chave: Literacia midiática; Redes sociais; Fake News; Inclusão;

1. Introdução

A literacia tem sido objeto de estudo da área de comunicação nas últimas décadas. Encontram-se evidências de estudos epistemológicos do conceito anteriores à década de 1970, época, quando, para muitos, a literacia, ainda, estava diretamente ligada apenas às competências de ler, escrever e conhecer números, também conhecida como alfabetização. Pode-se dizer que o conceito de literacia, quando passa a englobar aqueles com capacidade de ler e escrever um texto, começa a se relacionar diretamente com o conceito de alfabetização, também definido como o processo de aquisição das capacidades de leitura e escrita. A partir de meados da década de 1980, pesquisas realizadas na Europa e nos Estados Unidos passaram a perceber

que nem todos os cidadãos alfabetizados e considerados letrados, ou seja, aptos em literacia, conseguiam, de fato, entender uma bula de remédio, ou, ainda, ler um mapa, ou interpretar uma notícia de jornal, por exemplo. Ou seja, essas pessoas não tinham as habilidades necessárias para utilizar o conhecimento adquirido de forma ampla no convívio em sociedade.

O projeto de pesquisa "Literacia e Jornalismo no combate à desinformação" foi marcado por avanços significativos e desafios importantes. A seguir, destacamos os principais pontos concluídos, mas ainda colocando em relevo os estudos que ainda estamos trabalhando. Os processos de troca comunicacionais são vistos como base de toda experiência humana e social. O autor Wolton (2010) define como horizontes da comunicação o compartilhamento, a convicção, a sedução, a influência e a convivência. Segundo o autor (2010, p. 22) “a aldeia global é uma realidade tecnológica, mas não apenas social, cultural e política”.

Wolton (2010) afirma que o problema não é mais a falta de informação, mas a criação de condições necessárias para que indivíduos consigam se comunicar e conviver em um mundo globalizado, compreendendo e tolerando diferenças linguísticas, filosóficas, religiosas, econômicas, culturais e políticas. O autor também aponta para a velocidade de circulação das informações, a ausência de controle, a falta de regulamentação e o esquecimento do interesse geral, principalmente na internet, principal veículo da globalização.

O universo de mensagens tanto de emissores, quanto de receptores, torna-se cada vez mais complexo com os avanços tecnológicos. Wolton (2010) e Pierre Lévy (2009) asseveram que, embora a informação esteja cada vez mais acessível, abundante e universalizada, a comunicação tem sido cada vez mais rara, o que indica que o mundo digital transformou também as formas de circulação de signos e, portanto, de distintas formas de

sociabilidade. “Produzir informações e a elas ter acesso não significa mais comunicar” (Wolton, 2010, p. 16).

Lévy (2009) explicita que os meios de comunicação moldaram novos padrões de interação e a própria mídia se confunde com outros processos sociais resultando na virtualização de diversas formas de interação social. Esta nova arquitetura de rede trouxe para o ambiente tecnológico também as interações econômicas, políticas, sociais e culturais, constituindo-se um ciberespaço (LÉVY, 2009).

Primo (2007) atenta que a web 2.0 inaugurou a possibilidade de os usuários participarem da construção da própria rede, instaurando uma nova dinâmica na vida social, aperfeiçoando as interações, as comunidades virtuais, permitindo que atividades, antes relegadas apenas a especialistas, se tornassem disponíveis para qualquer cidadão, ampliando os espaços para a interação entre os participantes do processo. Contudo, esta descentralização dos discursos e do conhecimento potencializa a crise informacional, no sentido de interferir sobre a qualidade das informações disseminadas no que diz respeito à sua veracidade (Lévy, 2009), gerando uma crise informacional popularizada pelo termo “desinformação”.

Wardle e Derakhshan (2017) apresentaram um quadro conceitual nomeado de “*Information Disorder*”, estabelecendo distinções sobre o conteúdo da desinformação circulante. Na categoria (a) *misinformation*, ou informação incorreta/imprecisa, estão as mensagens falsas e incorretas que não possuem a intenção de causar um dano a terceiros; em (b) *malinformation*, ou má informação, estão informações com base na realidade, mas que se constituem através de assédios, vazamentos e discursos de ódio com a finalidade de causar algum dano; por fim, na categoria (c) *disinformation*, ou desinformação, estão informações totalmente falsas e produzidas deliberadamente para prejudicar um indivíduo ou grupo social.

É sob a perspectiva das informações falsas, popularmente nomeada de *Fake News* que se ocupa o presente estudo. O termo se popularizou em 2016 durante as eleições americanas, quando muitas informações falsas foram espalhadas na internet sobre a candidata à Presidência dos Estados Unidos da América (EUA), Hilary Clinton, que disputava o pleito com o ex-Presidente Donald Trump. As mentiras contadas durante a campanha e impulsionadas pelas redes sociais influenciaram o resultado do pleito. Conteúdos falsos sempre circularam em formato de boatos e rumores, porém o que diferencia hoje é a facilidade que encontram de se espalharem para um grande público, num tempo curto e para diversos espaços, amparados pela escalada no mundo digital;

O volume de compartilhamento sem nenhum tipo de checagem sobre a veracidade da notícia é ponto importante nessa equação problemática. Quem compartilha *Fake News* e colabora para sua disseminação também é responsável pelos danos que ela certamente causará a todos os envolvidos. É nesse contexto, conforme aponta Ferrari (2008), que a literacia midiática abrangente e estendida a todos os públicos se torna fundamental.

Na percepção de Ferres (2007), a literacia midiática permite que cidadãos construam um pensamento crítico por meio do desenvolvimento de suas competências em relação à mídia. Com base nessa perspectiva, essa pesquisa traz como temática uma discussão sobre a importância da literacia midiática no combate das *Fake News*. Como forma de contribuir com o debate, e estudar a relação entre literacia midiática e a percepção crítica no reconhecimento e disseminação de conteúdos falsos.

2. Método

No nosso projeto, estamos no processo de leitura, fundamental para o entendimento e aprofundamento do campo onde a pesquisa está situada. A nova ambiência das tecnologias digitais criou não apenas novas formas de

experiência humana, mediação e representação, mas parece ter papel central na construção de uma nova cultura da informação. A alfabetização midiática, colocando em relação usuários e dispositivos tecnológicos, torna-se uma problemática que merece ser analisada sob a luz de um conjunto de variantes, entre elas heranças socioculturais de inclusão.

Livingstone (2003) e Wolton (2010) discutem a alfabetização midiática como questão política e defendem que haja, para além da obrigatoriedade de programas governamentais de fomento à literacia midiática, uma contrapartida democrática, eficaz e responsável dos meios de comunicação. Para Livingstone (p. 1 – tradução nossa) literacia midiática é “a capacidade de acessar, analisar, avaliar e criar mensagens através de uma variedade de contextos”¹³. A alfabetização midiática, em sua visão, aprimora o exercício da cidadania, resultando em maior participação e atuação na esfera pública. Livingstone, ao considerar a internet, elabora uma nova configuração deste termo, que chama de “literacia informática, alfabetização para a internet ou cyber-alfabetização” (Livingstone, 2003, p. 3), com uma infinidade de usos desse espaço público para produção e compartilhamento.

Estas discussões estão imbricadas na argumentação de Martino e Menezes (2012, p. 14) que compreendem literacia midiática como o “desenvolvimento de competências não para usar dispositivos midiáticos, mas para compreender o fluxo de sentidos dentro de um ambiente midiático”. Tal conceito demanda a capacidade de adaptar-se, agir, interagir e reagir às interferências externas, dentro da relação do indivíduo com os meios de comunicação disponíveis. O espaço social em que o sujeito vive/existe tem sua própria cultura, explicitada nas mediações simbólicas, durante as interações humanas.

¹³ “[...] media literacy is the ability to access, analyse, evaluate and create messages across a variety of contexts” (LIVINGSTONE, 2003, p. 1 – tradução nossa).

Bauer (2011, p. 9) observa que literacia midiática é um “elemento do pensamento crítico no auxílio à cidadania e à participação política”. Evidencia o desenvolvimento de uma educação pessoal para utilizar, compreender e interagir com as mídias – sobretudo as redes sociais, a fim de alcançar visibilidade para questões de interesse dos indivíduos. Ele concebe a mídia como “um quadro de referência para se conectar e contextualizar-se ao sistema de discursos da sociedade” (Bauer, 2011, p. 16). Enquanto referência, as tecnologias de comunicação digitais modificam as práticas relacionais e o discurso social, reorganizando politicamente a produção e a disseminação de conteúdo, alargando o campo de atuação dos indivíduos e organizações.

O grupo de trabalho *The New Media Consortium* (2005, p. 2 – tradução nossa¹⁴), responsável pela publicação “*A Global Imperative: The report of the 21st Century Literacy Summit*”, definiu literacia midiática – a qual chamaram de “alfabetização do século 21”¹⁵ – como “a capacidade de compreender o poder das imagens e sons, reconhecer e usar esse poder, para manipular e transformar mídia digital, para distribuí-los de forma generalizada, e adaptá-los facilmente a novas formas”¹⁶. Assim como Livingstone (2005), delegam à internet papel principal nas relações interativas entre tecnologias e atores sociais.

O *The New Media Consortium* defende a revisão curricular das instituições de ensino, entendendo que cabe a elas oferecer acesso às novas tecnologias, promover estratégias de alfabetização midiática e valorizar o desenvolvimento de inteligências múltiplas de atuação, inserindo-se nessa nova esfera pública virtual transpassada pela agência de sujeitos mediados. Não obstante, acreditamos que a literacia midiática, voltado para as mídias

¹⁴ “computer literacy, Internet literacy or cyber-literacy” (Livingstone, 2003, p. 3 – tradução nossa).

¹⁵ “21st century literacy” (The New Media Consortium, 2005 – tradução nossa).

¹⁶ [...] “the ability to understand the power of images and sounds, to recognize and use that power, to manipulate and transform digital media, to distribute them pervasively, and to easily adapt them to new forms” (The New Media Consortium, 2005, p. 2 – tradução nossa).

digitais, não deve ficar restrita a apenas um tipo de público, sua proposta deve ser abrangente, incluir e alcançar todo tipo de cidadãos.

3. Resultados

Conforme falamos no item anterior pudemos neste período de leitura e análises de textos e livros que irão compor o trabalho final da pesquisa, neste caso é importante destacar que nestas leituras iniciais fomos estudar o conceito de Literacia e ainda o processo de desinformação por ter sido abordado em inúmeras áreas do conhecimento. Independentemente da grande variedade de obras sobre o tema, este tema está longe de ser entendido na sua profundidade. Assim sendo, evoluiremos o texto com base em artigos e livros, para melhor entendermos algumas das discussões sobre o assunto.

Estamos dentro do andamento do trabalho de pesquisa, sendo assim conseguimos pontuar algumas questões importantes para o desenvolvimento do nosso trabalho: as definições de desinformações e suas consequências; a importância da literacia midiática; o papel do jornalismo na verificação dos fatos; estratégias no combate a desinformação; ferramentas e recursos para a verificação de informações; responsabilidade individual na disseminação de conteúdo e sinergia entre literacia e jornalismo.

Iniciativas contra a disseminação de desinformação, discurso de ódio e o uso consciente da internet e das redes sociais têm alimentado discussões para a efetivação de ações que a sociedade civil e órgãos governamentais, que demonstram mínimo de preocupação com a liberdade de expressão, estabilidade democrática, dos veículos de comunicação, jornalísticos, esses últimos, constantemente sob ataques contra profissionais, resultado de uma campanha de difamação e tentativas de descrédito. Dentre as ações que são debatidas e concretizadas estão: leis mais rígidas de regulação e moderação dos conteúdos compartilhados nas redes sociais, e mais transparência em

como funciona o algoritmo; Fortalecimento das políticas públicas de fomento ao jornalismo local e independente, que diminui o número dos chamados desertos de notícias; Aumento do alcance com publicidade paga do conteúdo jornalístico pelas *big techs*, inclusive, das chamadas agências de *fact-checking*; e por último, mas uma das ações mais importantes, o letramento tecnológico por intermédio de ações pedagógicas utilizando métodos desenvolvidos para a educação midiática.

Seguindo o modelo já implementado em países como Alemanha, Austrália e na União Europeia, o Brasil está próximo de votar um projeto de lei (Projeto de Lei 2630/2020, conhecido com PL das *Fake News*) que regulariza e impõe regras de moderação dos conteúdos postados nas redes sociais e aplicativos de mensagens com o intuito de combater conteúdos desinformativos coordenados, discursos de ódio e incentivos à atentados violentos.

O Projeto de Lei 2630/20 institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. O texto cria medidas de combate à disseminação de conteúdo falso nas redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, e nos serviços de mensagens privadas, como *WhatsApp* e *Telegram*, excluindo-se serviços de uso corporativo e e-mail (Agência Câmara de Notícias – Câmara dos Deputados).

As ações tomadas para trazer mais transparência no modo como as grandes empresas de tecnologia lidam com esse material e quais são os critérios usados para definir o que deve ser impulsionado pelos algoritmos deve ser de grande impacto financeiro para essas empresas. Por isso, o tema vem gerando uma campanha das *big techs*, aliadas a setores evangélicos e políticos de ultradireita para difamação do projeto de lei. Outros pontos importantes que devem sofrer mudanças com a aprovação da lei são: Proibir e excluir contas falsas e *bots* (robôs); limitar a quantidade de alcance e o número de grupos ao que uma mensagem pode ser enviada; resposta mais

rápida na remoção de conteúdos com teor desinformativo, que ataque instituições e com discurso de ódio; mais transparência de quais os responsáveis por veiculação de material pago (publicitário); que as empresas tenham representantes e escritórios no Brasil.

As agências de checagem ou *fact-checking*, como são conhecidas, são empresas de jornalismo que têm o papel de checar a veracidade das informações veiculadas por políticos e governos. Esse papel se fortaleceu com a popularização das *fake news* e da desinformação e suas inúmeras vertentes. Essas empresas criaram técnicas de aprofundamento de checagem, que no jornalismo já eram corriqueiras, mas que precisaram ser aprofundadas e, a curto prazo, foram criados editorias somente com essa função.

Grandes veículos de comunicação hoje em dia disponibilizam profissionais exclusivamente para esse trabalho. Dentre os *hubs* de checagem mais conhecidos estão a Agência Lupa e a Aos Fatos. Elas fazem parte da *Fact-Checking Network* (IFCN), um órgão que ajudou a criar etiquetas que diferenciam qual tipo de desinformação está sendo usada no material analisado pelos checadores.

A educação midiática talvez é a forma de combater de com grande êxito a desinformação. O letramento midiático é uma ação direta na maneira como o indivíduo lê, interpreta e entende aquele conteúdo que é repassado. O cidadão que sabe interpretar, usa de forma consciente e ética as ferramentas digitais e não só traz benefícios para ele próprio, mas para toda a sociedade ao que ele se insere sendo um direito à cidadania e a participação do processo democrático.

4. Discussão

Os avanços alcançados no projeto "Literacia e Jornalismo no Combate à Desinformação" são promissores e demonstram o potencial transformador desta iniciativa. Continuaremos trabalhando com dedicação e inovação para

enfrentar os desafios da desinformação e promover uma sociedade mais informada e crítica.

Como resultado parcial obtido através das leituras, entendemos ainda mais a importância dos estudos sobre a literacia e o jornalismo no combate a desinformação trazendo como base a educação midiática, que é um direito à cidadania, dentro da participação do processo democrático. Sendo assim, a educação midiática gera um processo de aprendizado e entendimento de como devemos usar a internet, para que realizamos nossas buscas e/ou interagimos nas redes sociais de forma consciente por entender nosso papel na comunidade, usando de forma autônoma, com sabedoria e resiliência essa ferramenta que não fomos educados a usar.

Estabelecer práticas pedagógicas, como a que propusemos neste projeto, significa debater a nova ambiência das tecnologias digitais que criou não apenas novas formas de experiência humana, mediação e representação, mas parece ter papel central na construção de uma nova cultura da informação. Uma sociedade que consome exponencialmente *Fake News* e se baseia nesses conteúdos falsos para tomar suas decisões, certamente enfrentará inúmeros problemas em várias frentes. Essa forma equivocada de utilização das mídias precisa ser reavaliada e corrigida com urgência, e a literacia midiática é um excelente caminho para levar a um uso mais saudável e menos nocivo das mídias.

Por isso, para que o público idoso possa produzir e compartilhar conteúdo com responsabilidade, é fundamental que ele seja midiaticamente educado. Essa necessidade ganha urgência à medida que nos damos conta de que ser ou não educado para as tecnologias é um grande fator de exclusão social.

Questões contemporâneas que envolvem o público da terceira idade e dispositivos tecnológicos, são problemáticas que merecem ser analisada sob a luz de um conjunto de variantes, entre elas heranças socioculturais de

inclusão. Auxiliar essa faixa etária a reconhecer os golpes e *Fake News* e utilizar as mídias sociais com mais segurança, integrando e interagindo com esse mundo digital que se apresenta, é de responsabilidade de toda a sociedade. A inclusão social, feita com pertencimento e reponsabilidade é de total importância na vida da população, e contribui de forma relevante para a construção de uma sociedade mais igualitária.

A literacia e educação midiática são essenciais na era digital, capacitando indivíduos a compreender, analisar e criar conteúdo midiático. Ao desenvolver habilidades críticas, as pessoas podem discernir informações, combater a desinformação e participar de forma informada na sociedade contemporânea. A promoção da literacia midiática nas escolas e comunidades é fundamental para cultivar cidadãos responsáveis e conscientes do papel dos meios de comunicação na formação da opinião pública.

5. Considerações Finais

Entende-se a literacia como uma das ferramentas de importância no combate a essas práticas, principalmente no que tange à identificação e ao compartilhamento de fake news, uma vez que o cidadão, com boas noções de educação midiática, consegue navegar pelas redes sociais de forma mais consciente, crítica e segura, independentemente de sua idade. Porém considerou-se, também, que a discussão sobre o tema, seja nas esferas governamental ou acadêmica, ainda, se mostra tímida frente à desinformação, que circula nas plataformas digitais.

Acredita-se que discussão acerca do incentivo a iniciativas, que promovam a literacia midiática é assunto de considerável importância para a sociedade, seja no âmbito governamental como no social. Outrossim, a educação voltada para as novas mídias deve ser prioridade na luta pelo fortalecimento da democracia e das instituições, incluindo a ciência. Para

além das ações governamentais de combate à desordem informativa, pesquisas, que se apropriem de estratégias para o combate a desinformação, parecem ser um possível caminho. Nessa perspectiva, torna-se imperativa a adoção de ações de literacia para públicos de todas as idades, objetivando um cenário mais igualitário e com menos desinformação, para que os indivíduos estejam mais preparados para essa sociedade digital, que cresce de forma rápida e vertiginosa.

Em resumo as realizações e desafios do projeto, além de delinear os próximos passos para garantir a continuidade e o sucesso das atividades desenvolvidas, sendo assim, com a colaboração de todos, estamos confiantes de que alcançaremos nossos objetivos e faremos uma diferença significativa no combate à desinformação.

REFERÊNCIAS

- BAUER, T. O valor público do media literacy. **Líbero**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 9-22, 2011.
- BRASHIER, Nadia M.; SCHACTER, Daniel L. Aging in an era of Fake News. *Current Directions in Psychological Science*, v. 29, n.3, p.316-323, 2020.
- FERRÉS, J. Competence in media studies: its dimensions and indicators. [La competencia en comunicación audiovisual: dimensiones e indicadores]. **Comunicar**, 29, 100-107, 2007.
- GOMEZ, Guillermo Orozco. Professores e meios de comunicação: desafios, estereótipos. **Comunicação e Educação**. São Paulo: Moderna, n.10, p. 5-68, set./dez. 1997.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LIVINGSTONE, S. **The Changing Nature and Uses of Media Literacy**. Londres: Media@lse, London School of Economics and Political Science, 2003.
- MARTINO, L. M. S.; MENEZES, J. E. O. Media literacy: competências midiáticas para uma sociedade midiaticizada. **Líbero**, São Paulo, v. 15, n. 29, p.9-18, jun. 2012.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús & REY, Germán. **Os exercícios do ver: Hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicação e mediações culturais. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, vol XXIII, n. 1, jan-jun. 2000.

MELO, José Marques. **Comunicação Social**. Teoria e Pesquisa. Petrópolis: Editora Vozes: 1975.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**. Neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

PRIMO, A. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação e Educação**, n.9, p.12-24, set. /dez, 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: conceito, abrangência e especificidades. **Diálogos educacionais**. São Paulo: Núcleo de Comunicação e Educação, n. 1, 2003.

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, n.23, p.16-25, jan./abril, 2002.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: toward an inter-disciplinary framework for research and policymaking**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

YIN, R. **Case Study Research: design and methods**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

CAPÍTULO 5



A Digitalização do “*Two Step Flow*”: uma revisão epistemológica sob a perspectiva da desinformação

Carolina Ofranti Sampaio (UNB)

RESUMO: Este artigo busca fazer uma revisão da teoria da comunicação da década de 1940 conhecida como *Two Step Flow*, onde traz à luz o conceito de líderes de opinião para indução popular a respeito de um tema ou abordagem. Como resultado, uma atualização de conceitos para a sociedade midiaticizada, perpassando a ideia de crenças compartilhadas, falsa consciência e as nuances entre verdade e mentira na produção da informação.

Palavras-Chave: Desinformação, *Two-Step Flow*, Líderes de Opinião

1. Introdução

A comunicação, como campo de estudo, começa a se consolidar nas décadas de 1930 e 1940, emergindo em um contexto de guerras. Inicialmente ela foi influenciada por teorias matemáticas, com foco na transmissão de mensagens, e pelos estudos psicossociais, voltados à recepção dessas mensagens, onde a comunicação de massa ganha destaque especialmente com a radiodifusão e a imprensa escrita. A teoria da comunicação em duas etapas (*Two-Step-Flow*), proposta por Paul Lazarsfeld em 1940 e consolidada com Elihu Katz em 1955, revolucionou o entendimento da influência da mídia ao demonstrar que a mensagem atinge o público em dois níveis: primeiro, é recebida pelos líderes de opinião, que, em seguida, a transmitem para outros indivíduos.

Essa teoria desafiou a visão anterior da comunicação de massa, representada pela teoria hipodérmica, que via a recepção da mensagem como passiva e uniforme. Segundo Wolf (1987), a comunicação em duas etapas introduz a ideia de que fatores sociais, antropológicos e históricos afetam a formação de opiniões, e os líderes de opinião desempenham um papel

fundamental neste processo. Ao longo do tempo, com o avanço das mídias digitais, esses líderes passaram a atuar não só nos meios tradicionais, mas também nas plataformas digitais, onde influenciam uma audiência mais segmentada e ideologicamente coesa.

Diante dessa realidade, compreender o papel dos líderes de opinião na mediação da informação se torna essencial para analisar os efeitos das mídias digitais na sociedade. Ao influenciar preferências e comportamentos, esses novos intermediários da comunicação participam ativamente da construção de narrativas que, muitas vezes, reforçam identidades de grupo e criam bolhas informativas. Nesse contexto, a comunicação em duas etapas não só ajuda a entender a disseminação de informações, mas também a formação e a consolidação de crenças e valores em um ambiente fragmentado e polarizado. A análise desse fenômeno é indispensável para entender como as novas configurações de mídia moldam as percepções e as práticas sociais, impactando desde o consumo cultural até a visão de mundo do público contemporâneo.

Portanto, a comunicação em duas etapas e o papel dos líderes de opinião refletem uma transformação profunda no modo como as mensagens são disseminadas e consumidas, abrindo espaço para a personalização da informação e a formação de bolhas de desinformação na sociedade contemporânea.

2. Referencial Teórico

Os estudos da comunicação e as suas primeiras teorias surgiram na década de 1930, em um contexto entre guerras, de persuasão e disputa política. Como este campo de conhecimento ainda era prematuro, seus primeiros estudiosos são originários das ciências sociais e psicológicas, mas grande parte também surgiu, surpreendentemente, das exatas. Dessa maneira, as teorias matemáticas da comunicação se consolidam com o

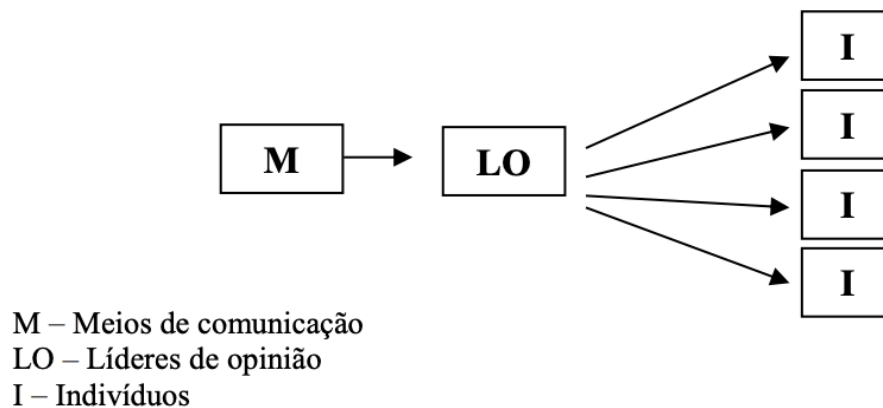
objetivo de entender a difusão e transmissão das mensagens, e, quando se depara com os estudos psicossociais sobre os indivíduos e suas relações, também passam a estudar a receptividade de tais mensagens.

Neste contexto, entre as décadas de 1940 e 1950, a comunicação de massa desponta e ganha força, utilizando os meios de radiodifusão e imprensa escrita para propagação de mensagens e ideias. Neste contexto, a teoria Two-Step-Flow (a comunicação em duas etapas) emerge com Lazarsfeld, em seu livro *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign* (1940). Na oportunidade, o sociólogo estuda e desenvolve as formas com as quais a comunicação de massa influencia o resultado das campanhas presidenciais, principalmente no que diz respeito à tomada de decisão da população por um determinado candidato. Posteriormente, junto ao sociólogo e cientista da comunicação, o americano-israelense Elihu Katz, tal teoria é consolidada no livro *Personal influence: the part played by people in the flow of mass communication* (1955).

A premissa da teoria de comunicação em duas etapas indica que a recepção de uma mensagem pelo público acontece em dois níveis, como o nome já diz: o primeiro nível é a divulgação propriamente em massa, onde uma parcela da população consome esse conteúdo e assim, na segunda etapa, o transmite para outros indivíduos menos ativos comunicacionalmente.

Assim sendo, o fluxograma funciona com a) o caminho da informação entre os meios de comunicação de massa e os líderes de opinião; b) a disseminação da informação dos líderes de opinião para os indivíduos em sua área de influência (Duarte; Neto 2010, p. 44).

Figura 1 – Modelo comunicativo de Lazarsfeld



Fonte: Duarte & Neto, 2010

Para Mauro Wolf (1987), teórico da comunicação, tal teoria apresenta uma nova nuance em relação a teoria hipodérmica, antiga tese que predominava no campo. A partir de então, a ideia é que as comunicações de massa passam a levar em consideração também aspectos sociais, antropológicos e históricos para a construção de uma opinião a partir de uma mensagem “global”. Isso pois, para sofrer influência dos líderes de opinião, as relações sociais que estes apresentam com os receptores também entram na equação.

Verificou-se assim uma inversão total de posições em relação à teoria hipodérmica inicial: não só a avaliação da consistência dos efeitos é diferente como também, e mais significativamente, a lógica do efeito é oposta. No primeiro caso, essa lógica existia apenas no interior de uma dinâmica relativa entre estímulo e resposta; agora, baseia-se e faz parte de um ambiente social totalmente sulcado por interações e processos de influência pessoal em que a personalidade do destinatário se configura também a partir dos seus grupos de referência (Wolf, 1987, p.54).

Tendo em vista tal afirmação, o modo de recepção e seus efeitos na sociedade, perpassa também a individualidade do ser, seu contexto histórico, o lugar de origem, o período posto e as relações ali estabelecidas. Dessa forma, as interações e a permissibilidade de influência acontecem de forma

mútua, entre indivíduo e líder de opinião, transformando e reforçando as possibilidades de recepção.

É importante ressaltar que este modelo enfatiza a importância das interações interpessoais na disseminação de informações e opiniões, sugerindo que o impacto da mídia não era tão direto quanto se imaginava e reconhecendo que as pessoas pertencem a grupos sociais com dinâmicas próprias. O líder de opinião, “nesta condição, ele pensa, sente, sabe, elabora estratégias, concentra ou compartilha poder, enfim, imprime seus próprios sentidos no conteúdo que recebe”. (Araújo e Cardoso, 2007, p.55).

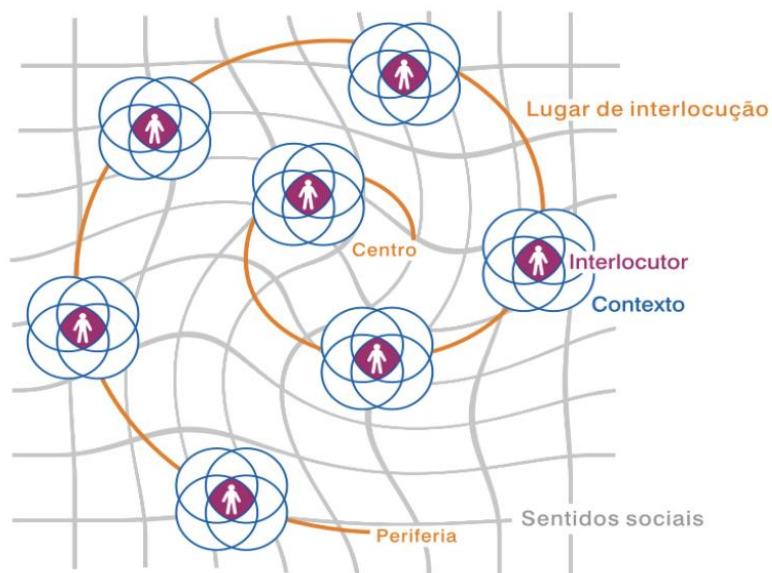
Dessa forma, as autoras do livro Comunicação & Saúde, da Fiocruz, exemplificam o mapa simbólico da comunicação (imagem 2) como uma complexa rede de significados e sentidos, especialmente em contextos de saúde pública e em um ambiente digitalizado. Esse mapa representa a maneira como os significados circulam, são reinterpretados e ganham novas conotações, conforme são mediados por diferentes agentes, como profissionais de saúde, mídia, influenciadores e o próprio público.

A compreensão desse mapa simbólico exige uma abordagem estratégica, que considere não apenas a distribuição de informações, mas também a forma como essas informações são entendidas e internalizadas pelo público. No campo dos sentidos sociais (Bourdieu, 1989), cada interlocutor ocupa um lugar de locução com contextos específicos. No caso da comunicação em saúde, isso implica em construir mensagens que dialoguem com as representações simbólicas e culturais da sociedade, criando pontes entre o conhecimento científico e as crenças populares. Assim, o mapa simbólico da comunicação se torna uma ferramenta fundamental para fortalecer o impacto das políticas de saúde e promover uma conscientização mais crítica e fundamentada na sociedade.

No contexto digital, o mapa é marcado por uma multiplicidade de vozes e perspectivas, o que permite uma ampliação do acesso à informação,

mas também abre espaço para distorções e para a propagação da desinformação.

Figura 2



Fonte: Araújo e Cardoso, 2007

O que antes se acreditava que a mensagem era incorporada pelo público de forma totalitária, como uma “bala mágica”, agora já se coloca em questão também a construção social do indivíduo para a construção de uma opinião própria. Isso é uma importante transformação de perspectiva, uma vez que pressupõe que os líderes de opinião não só exercem influência nos indivíduos com os quais se relaciona, como também são escolhidos pelo seu grupo, onde suas diferenças e semelhanças ontológicas fazem com que eles sejam escutados e levados em consideração por um público determinado, ou sejam rejeitados por outro público específico.

Existem dois pontos importantes que se tornaram consequências dessa nova premissa. O primeiro é que os meios de comunicação e instituições também passam a identificar os principais líderes de opinião e, aqueles que

mais condizem com a sua mensagem ou melhor se relacionam com o público de interesse (de forma consciente ou não), são estimulados a propagar a mensagem desejada. O segundo ponto é que, assim como ocorre com os meios de comunicação e instituições, o público também passa a escolher de quais líderes desejam receber a mensagem, nos levando a outro paradigma: o que, por um lado, pode ser entendido com uma postura ativa do público em relação a mensagem é, na verdade, apenas uma forma em que a informação atinge indivíduos já suscetíveis a acreditar e serem influenciados pela embalagem na qual a mensagem se apresenta.

Isso acontece, pois o povo dá anuência e audiência aos formadores de opiniões que estão mais próximos dos seus gostos pessoais, das suas crenças, efetivando um reforço da sua identidade.

2.1 A identidade na formação de líderes de opinião

Na sociedade pós-moderna e híbrida que vivemos, há uma atenção voltada para a originalidade e individualismo em contraposição à homogeneização da coletividade. Para Castells (2006), a identidade é um processo que se constrói a partir do simbólico e a partir do significado que essa identidade adquire para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. É um referencial onde o sujeito se situa dentro de determinados padrões sociais que lhe proporcionam o sentimento de pertencimento ou exclusão.

Neste cenário, pretende-se que o indivíduo se ligue diretamente à sociedade através dos diferentes papéis que assume socialmente, fazendo com que pessoas e instituições sejam essenciais nos diferentes processos de formação de identidade, o qual Castells (2006) tipifica em três principais: a identidade legitimadora, a de resistência e a identidade de projeto.

A identidade legitimadora é aquela produzida pelas instituições dominantes com o objetivo de exercer dominação em relação aos atores

sociais, encontrada ao ser incorporada aos meios de comunicação para a utilização da potência na divulgação de valores hegemônicos. A identidade de resistência é criada pelos atores sociais construindo refúgios e se opondo às construções criadas pelas mídias tradicionais de massa. E a identidade de projeto é aquela em que os atores são capazes de propor mudanças na sua posição social e transformar a estrutura social.

Avaliando as três identidades apresentadas, percebemos como também se consolidam diferentes grupos formados a partir dos líderes de opinião. Na identidade legitimadora, assumimos o papel de escolher líderes que endossam aquilo apresentado na mídia. A identidade de resistência é aquela que apresenta narrativas que se opõem aos meios de comunicação de massa, enunciando que ele sim é portador da verdade (o que trabalharemos mais a frente). Já a identidade de projeto, pode ser entendida como aquela que promove uma ação direta de sua audiência.

Dessa forma, percebemos a importância da identidade na formação de líderes de opinião, mas também precisamos atualizar este conceito. Atualmente, com a digitalização da mídia (falaremos mais a frente), os líderes de opinião estão presentes nas mídias tradicionais, mas muito os vemos nas plataformas digitais, utilizando do espaço comum para produzir conteúdos, propagar ideias e reunir indivíduos com pensamentos semelhantes àqueles apresentados - são eles jornalistas, cientistas, artistas, mas também apenas pessoas com uma grande quantidade de visualizações e que comunicam para uma massa consistente.

Portanto, é possível afirmar que quando analisamos a identidade não há como separar o processo de formação da identidade individual da sua coletividade, tendo em vista que a individualidade e o coletivo são relacionais, processuais e culturalmente construídos. No caso da desinformação, quando analisamos os três tipos de identidade e a forma como se constituem a partir do referencial midiático tradicional, “a

construção de identidade se caracteriza através de uma postura ‘profana’, no sentido de não pertencimento a aquele universo” (Freitas, 2016, p.125).

Mas, para entrarmos no âmbito da desinformação, primeiro precisamos entendê-la enquanto oposição à verdade.

2.2 O Mito da verdade na sociedade midiaticizada

A verdade é entendida como um conceito universal e transcendente, mas, como compartilha o pesquisador brasileiro Marcelo Gomes (2013, p.2), “só se pode chegar a ela através do seu oposto, daquilo que, em determinado momento e lugar foi considerado como ilusório”. Ou seja, só conhecemos a verdade por meio da mentira.

O entendimento da verdade enquanto poder de informação também é algo que contribui para a importância dos líderes de opinião. Neste caso, o líder de opinião é aquele que não somente traduz as mensagens para uma linguagem mais aceitável a seu público - não necessariamente por falta de entendimento de dialeto ou expressão, mas por serem capazes de tornar a narrativa mais consumível e influenciável -, como também é aquele que detém a informação. Importante ressaltar que mesmo em caso de simulação e este não tenha privilégios de possuir dados exclusivos ou de antemão, os líderes de opinião por serem considerados porta-vozes da mensagem, ainda assim passam a impressão de serem personalidades únicas com credibilidade que os fazem parecer que contém a verdade em sua comunicação.

Isso significa dizer que, mesmo que tal informação seja “não-verdadeira”, ela também contribui para a consolidação do líder de opinião nessa posição de transmissão de informação. Isso pois, como já dito anteriormente, há uma identificação de crenças, comportamentos e ideologias que faz o público escolher aquele indivíduo como fonte de informação, reforçando a sua identidade.

Esses formadores de opinião não pertencem necessariamente a uma organização ou instituição específica, nem às plataformas tradicionais de comunicação e corporações de mídia, ao menos a comunidades ou grupos da massa. Assim, eles se fortalecem nos “não lugares”, ou como “não pessoas”, sem uma identidade única e estando ao mesmo tempo dentro e fora de grupos e organizações, tendo a informação como moeda de troca e locomoção entre estes espaços. Dessa forma, informação é poder.

[...] os líderes de opinião se colocam muitas vezes dentro dos meios, outras vezes fora deles. De um lado, fazem a função de mediação entre a atualidade apresentada pelos meios de comunicação e os indivíduos; do outro, estão também dentro dos meios, são pagos por eles e obedecem às suas regras editoriais, embora de maneira mais flexível (Duarte; Neto, 2010, p.16).

Com o passar dos anos, com as mídias digitais se consolidando como meios de comunicação de massa, passamos a viver na sociedade da informação (Daniel Bell, 1973). Tal sociedade se caracteriza como tal pois, além de apostarmos em Tecnologias de Informação e Comunicação, a população cede a essas tecnologias, utilizando-as para comunicar-se formando uma grande rede interconectada entre si.

Assim, surge a sociedade midiaticizada na qual estamos inseridos. Tendenciosamente, virtualizamos nossas relações e criamos um espelho da realidade que vivemos, produzindo a reflexividade institucional. Segundo Sodré (2006, p.22), “a reflexividade institucional é o reflexo tornado real pelas tecnomediações, o que implica um grau elevado de indiferenciação entre o homem e sua imagem – o indivíduo é solicitado a viver, muito pouco auto-reflexivamente, no interior das tecnomediações, cujo horizonte comunicacional é interatividade absoluta”.

A midiaticização sugere, então, uma nova forma de viver: o homem inserido no mundo de uma forma singular. Quando tudo se torna intermediado pela mídia e pelos meios de comunicação, temos a certeza de

que estamos vivendo na sociedade midiaticizada (Moraes, 2006). Tal realidade construída, ainda que se assemelhe ao real, não é real. Quando apresentado os fatos e construída a realidade, a deformação e supressão de informação acontecerão, mesmo que não intencionalmente, pois ainda assim será uma construção dos fatos, não o fato.

A mídia, então, ilumina, como também obscurece, focos de debate para a construção dos fatos. Ela dá a ilusão de que a audiência é protagonista a partir do momento que informados com uma retórica imagética, repetitiva, simultânea e simples dos episódios rotineiros. E na sociedade da informação, onde o conhecimento é matéria-prima, ter a sensação de estar presente nos acontecimentos mundiais traz a falsa impressão de influência. “O emocionalismo infantilizante daí decorrente confunde-se com a informação classicamente definida pela transmissão de conteúdos pertinentes à compreensão da realidade histórica” (Sodré, 2002, p. 60).

Com o passar das décadas, o ambiente midiático sofreu transformações profundas. A emergência das redes sociais e o crescimento das plataformas digitais redefiniram o papel dos líderes de opinião e a dinâmica do fluxo de informações. No cenário atual, qualquer usuário com uma presença digital pode potencialmente tornar-se um "líder de opinião", influenciando grandes audiências com conteúdos que variam de informações factuais a desinformação deliberada.

Essa evolução do cenário midiático também contribuiu para a descredibilização do jornalismo e da ciência, fenômeno que pode ser compreendido sob a ótica da perda do Pacto de Credibilidade, conceito desenvolvido por Muniz Sodré (2012). Segundo Sodré, esse pacto refere-se a um acordo implícito entre as instituições jornalísticas e a audiência, fundamentado na confiança mútua e na credibilidade das informações veiculadas. No entanto, a proliferação de fontes alternativas, muitas vezes não confiáveis, corroeram essa confiança, resultando em uma fragmentação

do sistema. Como apontado por Roxo (2023), essa fragmentação permite que a audiência construa seus próprios sentidos, que apenas reforçam crenças pré-estabelecidas.

Assim, ao revisitar a teoria de *Two-Step Flow* à luz dos desafios contemporâneos, é fundamental considerar a multiplicidade de "micro-influenciadores" e a descentralização do poder de influenciar. Isso não apenas desafia a ideia original de um fluxo mediado por líderes claramente definidos, mas também intensifica a perda de confiança nas instituições que historicamente desempenharam o papel de mediadores do conhecimento. Além disso, o papel dos algoritmos das redes sociais, que direcionam o conteúdo de acordo com as preferências dos usuários, complica ainda mais a trajetória da informação e potencializa a proliferação de narrativas distorcidas, contribuindo para o enfraquecimento das bases de credibilidade no jornalismo e na ciência.

Ao percebermos que são necessariamente as relações de poder que determinam a forma com que o discurso é articulado, entendemos que também nas plataformas digitais grupos sociais são fortalecidos em detrimento a outros. Isso se dá pela forma como tais plataformas regulam suas interações, uma discussão político-governamental que está em voga na atualidade, como exemplificou Christiana Freitas (2016, p.120) ao dizer que "as redes de participação política digital são social e politicamente construídas e, dependendo do contexto histórico, avanços democráticos serão fomentados ou limitados".

Essa multiplicidade de vozes descentraliza o poder de influenciar, tornando mais complexo o fluxo de informações. Assim, a informação fluindo de forma mais constante e rápida, os conteúdos desinformativos também ganharam novos contextos.

[...] desinformação, manipulação de opinião, mentiras, boatos, rumores, e enganos sempre existiram, mas a ascensão das plataformas digitais

aumentou significativamente o potencial de disseminação deste tipo de conteúdo transformando este problema em um fenômeno mundial, que tem atraído a atenção de pesquisadores de diversas áreas, incluindo Ciência da Computação” (Reis, Melo, Sílvia & Benevenuto, 2023, p.12)

Uma vez que a desinformação necessita da proximidade com a verdade para propagação e verdadeira influência na sociedade atual, a mentira-mito-científica substituiu as mentiras-mito-religiosas. Um exemplo é a desinformação no campo da saúde pública: sejam relacionadas “tanto às *fake news* de saúde quanto às de políticas [elas] se enredam num amplo sistema de negação de fatos, que por sua vez se assenta num baixo nível informacional, no desejo de reforçar crenças e no medo como catalisador de sua aceitação” (Vasques-Ferreira, Varão, 2021, p. 182).

Dessa forma, no campo da saúde, esses pequenos núcleos de influência conseguem fazer ecoar mensagens que misturam informação científica e desinformação, promovendo uma "venda do cuidado" que se distancia do consenso científico em prol de interesses pessoais ou comerciais. Assim, a desinformação na ciência, especialmente em saúde pública, é eficaz justamente porque tangencia a verdade, criando narrativas que imitam o discurso científico para ganhar legitimidade.

A desinformação nesse campo se torna especialmente potente quando se ancora no desejo de confirmação de crenças pessoais e no medo, elementos que catalisam sua aceitação. Assim, discursos pseudocientíficos promovidos por influenciadores acabam reforçando um sistema de negação de fatos científicos, atraindo uma audiência já inclinada a duvidar das recomendações oficiais e dos dados científicos. Essa dinâmica contribui para um ambiente onde a ciência é manipulada como produto e o cuidado é mercantilizado, utilizando a confiança dos seguidores para sustentar crenças que se afastam da saúde baseada em evidências.

Dessa forma, em outros tempos, o lugar da fala era concentrado apenas para autoridades, antes legitimada pelo direito divino e outrora pelo poder soberano, por um tempo este lugar foi ocupado pela mídia e seu poder de determinar o real e o fictício. Mas, o que antes se entendia como a mídia ser capaz de ter o monopólio da verdade, Gomes entende que é justamente o contrário, “os meios de comunicação aspiram ao monopólio da mentira, isto é, não deixam nem os governantes nem os governados mentirem” (Gomes, 2013, p. 14).

É importante ressaltar que essa premissa também foi alterada ao longo dos anos. Com a midiaticização da sociedade e a comunicação de massa se estendendo também para as vias virtuais, o povo, por meio dos seus líderes de opinião, ocupa o papel de quinto poder, sendo assim regulador do que é crível ou o que é uma farsa. Por um lado, a mudança dessa dinâmica democratiza a ideia de que a verdade, ou a fala propriamente dita, só possa surgir de um determinado indivíduo, seres únicos - neste caso, mesmo saindo da ideia da teoria hipodérmica e chegando na comunicação de duas etapas, o fluxo da informação segue na mão de poucos. O que, através dessa nova dinâmica, faz com que o poder de fala esteja na mão de uma gama maior de indivíduos.

Entretanto, um importante ponto é a falsa noção de autonomia concedida pelas plataformas digitais. Com o intuito de coletar dados, a plataforma oferece à sociedade a possibilidade de se tornar “líder de opinião”, mas para ali estar é preciso estar dentro da lógica midiática da plataforma em questão.

Assim, através desta lógica, as plataformas digitais estabelecem critérios próprios para determinar quais vozes têm mais visibilidade e alcance, frequentemente priorizando conteúdos que geram mais engajamento e interações. Essa dinâmica acaba por favorecer narrativas polarizadas e sensacionalistas, que, embora atraiam a atenção do público,

nem sempre contribuem para um debate informativo e construtivo. Assim, os algoritmos dessas plataformas guiam e limitam as possibilidades de expressão, privilegiando conteúdos que atendam aos seus interesses comerciais e, em muitos casos, reforçando vieses existentes na sociedade. A autonomia do usuário é, portanto, condicionada às regras de visibilidade impostas por esses sistemas, que estimulam uma performance ajustada à lógica da plataforma.

Além disso, ao colocar a possibilidade de tornar-se “líder de opinião” ao alcance de qualquer usuário, a plataformização cria uma ilusão de que todos têm voz e alcance iguais. Na prática, porém, essa abertura é controlada pelos algoritmos, que atuam como filtros invisíveis, moldando o fluxo de informações e a forma como os conteúdos são distribuídos. Esse controle indireto das plataformas permite que elas influenciem profundamente o debate público, regulando não apenas quem pode ser ouvido, mas também quais narrativas ganham tração. Dessa forma, a plataformização da comunicação reestrutura as relações de poder, ao mesmo tempo em que mascara essa influência sob o pretexto de democratização e livre expressão.

Se por um lado a midiatização trouxe mais vozes para o debate, por outro ela embute nestas vozes a sua própria agenda.

3. Considerações Finais

De modo geral, percebemos que, quando o poder de disseminação da mensagem está na mão de poucos, esses poucos têm o domínio de remodelar a representação do povo, fazendo-o se ajustar às descrições da hegemonia pela repetição e seleção. Isso não significa que irá dominar mentes em um estado de falsa consciência, como se fossem telas em branco, mas significa que elas invadem e retrabalham as contradições de sentimentos e percepções das classes dominantes de modo quase invisível, através dos produtos culturais de maior abrangência, como as novelas, filmes e noticiários.

Entretanto, a falsa noção de autonomia, concedida pelas plataformas de mídias sociais nos fazem acreditar que todos têm poder de fala e a mensagem está isenta dos vieses da sociedade e da lucratividade desses ecossistemas midiáticos.

Dito isso, nossa atenção e o nosso imaginário estão focados em fontes que nos passam confiança. Cada vez mais o público é capaz de definir a sua dieta midiática e consumir informação através dos meios que desejam e dos líderes de opinião que desejam. O que nos faz perceber que o filtro para definir o que é verdade também é realizado através do compartilhamento de crenças e gostos pessoais e não mais a credibilidade de uma fonte.

Assim sendo, no mundo digital, a digitalização da teoria *two step flow* (comunicação em duas etapas) faz com que os líderes de opinião ganhem ainda mais força na conjuntura social. Entretanto, as noções de verdade e mentira ganham um cunho personalista, de opinião, fazendo com que bolhas ideológicas sejam criadas e reforçadas e as plataformas digitais se tornem camas feitas para a perpetuação da desinformação.

Para concluir, é essencial destacar que essa nova configuração de consumo de informação, ao dar voz a múltiplos líderes de opinião e diversificar as fontes, apresenta um paradoxo: ao mesmo tempo em que amplia o acesso à informação e as possibilidades de escolha do público, também intensifica o risco de fragmentação social e de solidificação de crenças pessoais. O ambiente digital facilita a criação de redes de afinidade, onde as pessoas encontram e reforçam opiniões semelhantes, o que contribui para a formação de comunidades que nem sempre estão abertas ao contraditório. Esse fenômeno é reforçado pelas próprias plataformas digitais, que, através de algoritmos, priorizam conteúdos que mantêm o usuário engajado, potencializando a formação de "bolhas informativas" e dificultando o contato com visões divergentes.

Portanto, o papel dos líderes de opinião se torna ainda mais significativo e, ao mesmo tempo, potencialmente perigoso. A mediação das informações através desses influenciadores pode tanto contribuir para uma comunicação mais acessível e engajada quanto para a disseminação de desinformação, especialmente quando os interesses comerciais e ideológicos prevalecem sobre o compromisso com a verdade. Nesse sentido, a responsabilidade dos líderes de opinião, das plataformas e dos próprios consumidores de informação é indispensável para que a comunicação digital contribua positivamente para o espaço público, permitindo que a multiplicidade de vozes enriqueça, em vez de fragmentar, o tecido social e o entendimento coletivo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inesita, CARDOSO, Janine. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**: uma tentativa de previsão social. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1973

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DUARTE, Pedro Russi; NETO, Lauro Maranhão Aires. **Líderes de opinião no ambiente midiático**: Uma abordagem teórica no campo da Comunicação. Porto Alegre: Entremeios, 2010.

ENGELS, F. **Carta a Franz Mehring, 14 julho 1893**. In: MARX, K.; ENGELS, F. Werke, Bd. 39. Berlin: Dietz, 1968.

FREITAS, Christiana Soares. Mecanismos de dominação simbólica nas redes de participação política digital. In: SILVA, S.P.; BRAGATTO, R.C.; SAMPAIO, R.C. **Democracia Digital, comunicação política e redes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

GOMES, Marcelo Bolshaw. Mentir para dizer a verdade. In: **Revista Temática**, Ano IX, n. 05 – Maio/2013

HALL, Stuart (Org.). **Representation: Cultural Representation and Signifying Practices**. Los Angeles: Sage, 1997

KATZ, E.; LAZARSELD, P. F. **Personal Influence** 2a ed. Nova York: The Free Press, 1955 [1951].

LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The People's Choice** 3a ed. Nova York: Columbia University Press, 1967 [1948; 1944].

MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

REIS, Julio C. S.; MELO, Philipe; SILVA, Márcio; BENEVENUTO, Fabrício. Desinformação em Plataformas Digitais: Conceitos, Abordagens Tecnológicas e Desafios. In: **ANAIS** da 42ª Jornada de Atualização em Informática do 45º Congresso da SBC (JAI - CSBC 2023)

VASQUES-FERREIRA, Fernanda; VARÃO, Rafiza. Fake news e HPV: relações entre comunicação e informação para prevenção da doença e promoção da saúde de meninos e meninas. In: **Razón y Palabra**, v.24, n.110, Enero - Abril 2021

WOLF, Mauro, **Teorias da Comunicação**, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

SEÇÃO II



COMUNICAÇÃO, IDENTIDADES E DISPUTAS SIMBÓLICAS

CAPÍTULO 6



O desafio de lidar com a violência na adolescência: do *bullying* ao *ciberbullying*

Ana Carla de Oliveira Mello Costa Pinho (UNIP)

RESUMO: O presente artigo trata do *bullying* em sua modalidade digital, que foi tornada possível por meio do surgimento das diversas plataformas digitais e tem crescido exponencialmente. Para tanto, estuda-se brevemente como a possibilidade da regulamentação jurídica para prevenção e punição do *ciberbullying* pode contribuir para a proteção da infância e adolescência.

Palavras-Chave: *Bullying*; *Ciberbullying*; Redes Sociais; Adolescência;

1. Introdução

O Brasil tem sido palco de tristes notícias fruto de violências cometidas via *bullying* e *ciberbullying* contra adolescentes, em especial àqueles que pertencem a grupos minoritários. Entre estas notícias, há as relacionadas ao aumento de problemas que afetam a saúde mental, a sociabilidade, a autoestima, o desempenho escolar, tendo levado alguns, inclusive, ao cometimento de suicídio. O Instituto Pensi traz informações relativas ao boletim epidemiológico publicado pelo Ministério da Saúde, com dados até 2021, que evidencia que a taxa de suicídios cresceu 49% em meio aos adolescentes de 15 a 19 anos entre os anos de 2016 e 2021, tendo alcançado o número de 6,6 óbitos por 100 mil jovens. Quanto a população entre 10 e 14 anos a taxa é menor (1,33) mas também apresentou uma alta igualmente preocupante (45%). O jornal *O Estado de São Paulo* obteve dados junto ao portal Datasus e divulgou-os, mostrando que 1.299 crianças e adolescentes cometeram suicídio em 2021, o maior número desde 1996. Pesquisas preliminares divulgadas pelo governo federal mostram que, em 2022, registrou-se que 1.194 jovens nessa faixa etária tiraram a própria

vida. São muitas as possibilidades que podem causar ansiedade e depressão em adolescentes, como questões bioquímicas, hereditárias e isolamento, entretanto, o frequente uso da tecnologia e o aumento dos casos de cyberbullying desempenham um papel importante nas trágicas estatísticas acima relatadas.

É notório que as novas tecnologias deram oportunidade para que crianças e adolescentes tivessem acesso à conexão às redes desde muito cedo e essa realidade, embora ofereça oportunidades significativas para interação e até mesmo de aprendizagem, também apresenta riscos substanciais, como mostra a pesquisa realizada pela *Check Point Software*, que alerta para o aumento de casos de cyberbullying entre os jovens desde 2018. E, em nosso país, os dados da violência online são expressivos haja vista que, de acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos, o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial em relação ao cyberbullying

O presente artigo oferece algumas reflexões quanto a influência das redes sociais no aumento da violência online cometida contra os adolescentes, bem como apresenta brevemente o que os estudos têm trazido quanto a regulamentação das redes sociais como alternativa para prevenção e combate ao cyberbullying. Para tanto, a metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Lakatos (1992), a revisão da literatura existente representa o primeiro passo essencial em qualquer investigação científica. Esse processo oferece uma base teórica sólida, possibilitando uma análise crítica do fenômeno em estudo, além de auxiliar na identificação de lacunas e áreas que demandam investigação adicional. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2009) reforçam essa ideia, afirmando que a pesquisa bibliográfica não apenas sustenta teoricamente o estudo, mas também contribui para o refinamento do olhar crítico sobre o tema abordado.

2. Vivendo a adolescência nas redes sociais: o desafio do milênio

Etimologicamente, o vocábulo adolescência origina-se do latim e significa crescer. Assim, conforme Marcello e Braconnier, “corresponde ao período acelerado de crescimento entre a infância e a maturidade” (2007, p. 21). Até o século XVIII, no contexto do mundo ocidental moderno, especialmente na França, o termo "enfant" era utilizado de forma indistinta para designar tanto quem atualmente é chamado de adolescente quanto quem denomina-se criança. Em outras palavras, até esse período, os discursos e as práticas sociais que definem e moldam os conceitos de adolescência e infância não faziam distinção clara entre essas fases do desenvolvimento humano, estando as concepções sobre essas etapas sobrepostas e indistintas (Bertol e Souza, 2010).

Na modernidade, a adolescência é compreendida como um período marcado por variações na construção da identidade, durante o qual os indivíduos frequentemente adotam múltiplas facetas, ajustando-se às diferentes circunstâncias e grupos sociais. Essa instabilidade identitária pode ser amplificada por mudanças na aparência, especialmente no vestuário, bem como pelo desejo de explorar e experimentar diferentes papéis sociais. A tensão entre a dependência e a busca por independência extrema constitui uma característica distintiva desse estágio do desenvolvimento humano. E, nesta fase da vida, o adolescente enfrenta uma crise intensa e transitória, frequentemente recorrendo à fantasia e ao mundo interno como mecanismo de defesa diante da hostilidade percebida em relação aos pais e ao ambiente externo. Essa hostilidade se expressa por meio de sentimentos de desconfiança, de incompreensão e pela rejeição da realidade. O processo é marcado pela tensão entre o desejo de alcançar independência e a nostalgia associada à dependência infantil. A qualidade do desenvolvimento emocional e do processo de amadurecimento durante a infância desempenha um papel significativo na determinação da intensidade e gravidade dos

conflitos vivenciados na adolescência. (Aberastury e Knobel, 1981; Pinho e Vilar, 2023).

Para além de todos os conhecidos desafios enfrentados na delicada fase da adolescência, deve-se ressaltar que “os jovens formam um grupo especialmente atingido pelas rapidíssimas transformações no panorama das culturas contemporâneas, em especial aquelas relacionadas às novas mídias e tecnologias” (Borelli *at al*, 2008, p. 232/233)

Conforme ensina Haidt (2024), no limiar do novo milênio, empresas de tecnologia sediadas na Costa Oeste dos Estados Unidos introduziram um conjunto de produtos inovadores, que exploravam o crescimento acelerado da internet. O cenário geral era de otimismo, uma vez que essas tecnologias prometiam simplificar, entreter e aumentar a produtividade do cotidiano. Entre os benefícios destacados, estava a facilitação da comunicação e a aproximação entre indivíduos, o que sugeria um impacto positivo sobre o crescente número de democracias emergentes ao redor do mundo. A sensação era de que se vivia o início de uma nova era, logo após o fim da Guerra Fria. Inicialmente entusiasmado com o potencial das novas tecnologias, Castells (2012) destacará como a conectividade promovida pelas redes digitais possibilita que indivíduos se unam em torno de valores comuns e causas políticas e sociais, criando comunidades que ultrapassam fronteiras geográficas.

De acordo com Haidt (2024), os fundadores dessas empresas passaram a ser vistos como figuras heroicas, dotadas de genialidade e altruísmo, comparáveis a Prometeu, por trazerem ao mundo moderno dádivas tecnológicas que transformariam a humanidade. Essas personalidades são vistas como responsáveis por trazer ao mundo moderno inovações tecnológicas que prometem transformar profundamente a humanidade, oferecendo soluções que moldam o futuro da sociedade e impulsionam o progresso global. Contudo, o impacto dessas inovações não se limitava à

vida dos adultos, mas também afetava significativamente os jovens. Embora crianças e adolescentes já consumissem considerável conteúdo televisivo desde a década de 1950, as novas tecnologias apresentavam-se de forma muito mais portátil, personalizada e envolvente do que qualquer inovação anterior.

O desenvolvimento destas tecnologias trouxe, há poucos anos atrás, um impacto significativo, em especial para as meninas. Conforme os estudos da área da psicologia, quando houve o aumento importante no número de publicações de *selfies*, intensificado a partir da introdução de câmeras frontais nos smartphones em 2010 e da aquisição do Instagram pelo Facebook, ocorrida em 2012, o que resultou em uma explosão de popularidade da plataforma. Como consequência, observou-se uma ampliação no número de adolescentes que passaram a compartilhar imagens e vídeos cuidadosamente elaborados, tanto para conhecidos quanto para desconhecidos, não apenas com o intuito de serem visualizados, mas também julgados. (Haidt, 2024)

Considera-se que, na lógica do capitalismo de dados, os comportamentos emergentes nessa nova dinâmica social — especialmente aqueles envolvendo crianças — são convertidos em dados que são então expropriados para atender a interesses de mercado. Como aponta como Shoshana Zuboff (2021), a apropriação de dados não apenas transforma as interações sociais em produtos, mas também levanta questões éticas sobre a privacidade e o consentimento dos indivíduos.

E para a chamada geração Z, ou seja, os nascidos entre 1995 e 2010, o impacto é mais relevante pois foi a primeira a vivenciar a puberdade com acesso constante a um "portal" no bolso, o smartphone, que os distanciava das pessoas próximas, ao mesmo tempo em que os atraía para um universo alternativo, empolgante, viciante e instável. Para ser socialmente bem-sucedido nesse novo ambiente digital, tornou-se necessário que os jovens

dedicassem grande parte de sua atenção à gestão de sua presença online, construindo o que se tornou sua "marca" na internet. Essa tarefa passou a ser essencial para garantir aceitação por seus pares — um aspecto crucial durante a adolescência — e para evitar o temido "linchamento" virtual, considerado o maior pesadelo social dessa faixa etária. (Haidt, 2024)

Além da autoexposição, as redes sociais facilitam a criação de novas comunidades, especialmente entre os jovens. Essas comunidades, ao contrário das tradicionais, não estão limitadas por fronteiras físicas, mas são formadas a partir de interesses e valores comuns. O conceito de "comunidade", nesse contexto, refere-se a redes de indivíduos que se conectam com base em aspectos compartilhados e afetivos (Keipi, et al., 2017).

Esse fenômeno aproxima-se do conceito de "bolhas de filtro" (Pariser, 2011), em que os algoritmos das redes sociais conectam usuários com ideias semelhantes, intensificando a formação dessas comunidades. Embora isso possa fortalecer o senso de pertencimento, também cria divisões e limita a exposição a perspectivas divergentes, isolando os indivíduos em bolhas de informação. Por outro lado, a conectividade imediata das redes possibilita uma validação social constante, com o apoio de outros usuários a apenas um clique de distância. Esse fenômeno gera novas formas de interação e vínculo social (Keipi et al., 2017), que podem tanto fortalecer os laços entre os membros de uma comunidade quanto fomentar dinâmicas problemáticas, como o isolamento e a exclusão, favorecendo práticas como o *cyberbullying*.

Isto posto, faz-se necessário ressaltar a delicada vulnerabilidade do público adolescente ao navegar pelas redes sociais haja vista que estudos já demonstraram o poder sem precedentes das redes sociais “de persuadir, influenciar e, em última instância, fabricar comportamento” (Zuboff, 2021, p. 362). E os perigos deste poder sobre esta população requer maior preocupação pois, embora as áreas cerebrais relacionadas à busca por

recompensas amadureçam rapidamente, o córtex pré-frontal — essencial para o autocontrole, a capacidade de adiar gratificações e a resistência às tentações — só atinge pleno funcionamento por volta dos vinte anos. Em pré-adolescentes, esse desenvolvimento está ainda mais atrasado, o que os torna particularmente vulneráveis. Durante a puberdade, esses indivíduos frequentemente experimentam inseguranças sociais, sendo altamente suscetíveis à pressão dos pares e facilmente atraídos por atividades que pareçam proporcionar validação social (Haidt, 2024).

E esta imersão digital pode exacerbar não apenas uma crise com relação a sociabilidade, mas também resultar no aumento do cyberbullying haja vista que as plataformas digitais acabaram por se tornar facilitadores para a ocorrência de violência online em todos os seus aspectos, conforme será analisado adiante.

3. Do *Bullying* ao *Ciberbullying*: a influência da era digital para a violência online contra o adolescente

A Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância - ressalta que sofrer bullying interfere profundamente na saúde mental e no bem-estar social das crianças e dos jovens, que já estão passando por intensas transformações sociais, comportamentais, emocionais e físicas, nesta fase do desenvolvimento. Este organismo menciona o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que relata que aproximadamente de 23% dos brasileiros declararam já ter sofrido *bullying* em algum momento da sua vida. Desta forma, aufere-se que esse tipo de violência denota um problema de saúde pública não apenas no Brasil, mas também no mundo.

Embora a prática do bullying seja antiga, Pinho e Vilar (2023) destacam que os estudos acadêmicos formais sobre esse fenômeno entre crianças e adolescentes começaram apenas na década de 1970, na Noruega,

sob a liderança do pesquisador sueco Dan Olweus (Silva, Silva, & Vilanova, 2020). Segundo Shariff (2010), cujas reflexões se fundamentam em autores como Campbell (2005) e Limber e Small (2003), o *bullying* foi, durante muito tempo, considerado uma prática socialmente aceitável no contexto escolar.

Atualmente o bullying é definido pela psicologia comportamental como sendo uma ação ou comportamento agressivo e intencional que é perpetrado repetidamente por um grupo ou indivíduo ao longo de um determinado período contra uma vítima que não consegue se defender com facilidade. O bullying caracteriza-se como uma forma de abuso baseada em um desequilíbrio de poder, podendo ser definido como um abuso sistemático de poder. Esse fenômeno pode manifestar-se de maneira física, incluindo comportamentos como bater, esmurrar e cuspir, ou por meio de agressões verbais, como provocações, ridicularizações, sarcasmos e a designação de bodes expiatórios. Esta prática envolve, no mínimo, dois indivíduos, sendo um deles o perpetrador e o outro a vítima. No entanto, pode haver um número considerável de pessoas envolvidas de maneira indireta, atuando como testemunhas. Esses espectadores, que são frequentemente outros alunos que presenciam a situação, podem optar por não intervir devido ao medo de se tornarem as próximas vítimas e, por muitas vezes, se sentirem impotentes, experimentando uma perda de autoestima e autoconfiança. (Shariff, 2020).

Conforme ensinam Reis e Carramillo-Going (2024) o *bullying* pode se manifestar de cinco modos distintos: verbal, físico ou material, psicológico ou moral, sexual e virtual. O bullying verbal manifesta-se por meio de atitudes como cochichar, discriminar, intimidar, fazer comentários depreciativos, atribuir apelidos pejorativos, realizar piadas ofensivas, xingar, ofender, zombar e insultar. O bullying físico e material ocorre através de agressões, como chutar, espancar, empurrar, ferir, beliscar, bater, roubar, furtar ou destruir os pertences da vítima, bem como lançar objetos contra ela.

Por sua vez, o bullying moral ou psicológico é evidenciado por ações que buscam manipular amigos contra a vítima, por meio de estratégias de exclusão, fofocas, difamação, exclusão, irritação, humilhação, ridicularização, ignorância, desdém, desprezo, dominação, perseguição, difamação e terror psicológico. No âmbito sexual, ocorre por meio de abusos, violência, assédio e insinuações.

Os conceitos discutidos evidenciam que o bullying inegavelmente se traduz em violência, e esta forma de violência ocorre em contextos em que se denota poder desigual entre adolescentes tidos como mais poderosos, sendo geralmente aqueles considerados como mais populares ou mais fortes fisicamente e o ato de agressão pode, inclusive, ser o combustível para esta popularidade. Em contrapartida, os adolescentes que sofrem como vítimas de bullying por um longo período, tendem a despencar na hierarquia social das escolas e se sentem afetados em suas dignidades (Milosevic, 2017).

Com a chegada da era digital e o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação, essa forma de violência evoluiu para um novo formato conhecido como cyberbullying. O cyberbullying ocorre no ambiente virtual, tais como as redes sociais, como *YouTube*, *X (antigo Twitter)*, *Instagram*, *WhatsApp*, *Discord*, *TikTok*, *Twitch* e em plataformas de videogame, que proporcionam um espaço mais amplo e acessível a qualquer momento do dia. Essa modalidade de violência caracteriza-se por sua natureza intencional, agressiva, contínua e repetitiva, direcionadas a indivíduos sem que haja muitas vezes uma motivação aparente, resultando em sofrimento prolongado para a vítima e estendendo-se para além do ambiente escolar. Ademais, um fator agravante é a possibilidade de o agressor sentir-se protegido pelo anonimato que, não raro, o meio digital proporciona (Silva, Silva & Vilanova, 2020; Pinho e Vilar, 2023; Reis e Carramillo-Going 2024). Inclusive, esta habilidade de permanecer no anonimato é uma possibilidade que a tecnologia permite e que tem sido

apontada como uma característica específica em alguns casos de cyberbullying (Milosevic, 2017) e que acaba por dificultar as investigações e tomadas de providências para que a agressão seja cessada.

Pinho e Vilar (2023) destacam que o cyberbullying se manifesta por meio de diversas condutas agressivas. Os perpetradores do *cyberbullying* frequentemente utilizam fóruns e livros de visitas virtuais para disseminar mensagens depreciativas sobre tópicos em discussão ou para expressar opiniões de maneira inconveniente, visando criar discórdia e desentendimentos entre os participantes sérios e interessados. Ademais, promovem votações em diversos sites para eleger colegas que consideram “esquisitos”, utilizam fotos de colegas para adicionar comentários pejorativos, enviando essas imagens como figurinhas, permitindo que elas circulem pelas redes sociais sem a autorização ou conhecimento da vítima (Reis e Carramillo-Going 2024).

De acordo com Beluce, Ronqui e Oliveira (2021), as práticas de *cyberbullying* também incluem "flaming", "impersonation", "denigration", "outing", "trickery", "exclusion", "cyberstalking", "sexting" e "trolling", as quais serão brevemente detalhadas a seguir.

O termo "flaming" refere-se ao assédio online, caracterizado por intensas trocas de mensagens que visam realizar um linchamento virtual, por meio de conteúdos ofensivos, mensagens de ódio e humilhações direcionadas à(s) vítima(s) (Beluce, Ronqui & Oliveira, 2021). A prática de "impersonation" envolve a invasão da conta de uma pessoa com o objetivo de postar conteúdos ofensivos e prejudicar sua imagem (Beluce, Ronqui & Oliveira, 2021).

Por sua vez, "denigration" refere-se ao ato de manchar a reputação da vítima por meio do envio ou publicação de comentários depreciativos, boatos cruéis ou rumores, ou ainda pela criação de páginas na web com o intuito de difamá-la (Sousa & Gonçalves, 2021). A prática de "outing" consiste na

divulgação de fotos, imagens ou vídeos da vítima que foram acessados e expostos sem seu consentimento. "Trickery" é semelhante ao "outing", mas envolve a indução da vítima a fornecer tais informações.

A "exclusion" refere-se à exclusão online da vítima de grupos ou plataformas, enquanto o "cyberstalking" é definido como uma perseguição eletrônica que coloca a vítima em situação de perigo. "Sexting" envolve a divulgação de conteúdo sexual explícito ou provocativo, seja por meio de fotos ou vídeos. Por fim, o "trolling" descreve ataques virtuais realizados através de mensagens eletrônicas, motivados por questões de ódio racial, crença, aparência, entre outras (Beluce, Ronqui & Oliveira, 2021).

Alguns estudos realizados por pesquisadores norte-americanos indicam que as chances de se tornar um *ciberbully* são iguais entre meninos e meninas. Porém, há autores que relatam que meninas têm maiores chances de serem vitimizadas por meio do bullying virtual. Contudo, quando se trata de bullying realizado das maneiras tradicionais, os meninos tendem a ser os perpetradores em maior número, especialmente quando o bullying é físico e estudos sugerem que isto ocorre porque o ciberbullying envolve agressão relacional, e as meninas tendem a ser mais malvadas entre si, com agressões verbais e emocionais ao invés de optarem pela violência física (Milosevic, 2017).

Deve-se mencionar que as pesquisas demonstram, ainda, que os jovens que se identificam como LGBTQIA+ e demais grupos minoritários, em geral, tendem a experimentar níveis mais altos de vitimização (Milosevic, 2017). Em relação à população LGBTQIA+ ressalta-se que esta tem ainda outros marcadores sociais da diferença, como, por exemplo, ser negro, mulher, pobre, e, portanto, “a violência ganha proporções consideráveis, pois há intersecção dessas categorias de subalternidades” (Miranda e Lima, 2019, p 239). Esta afirmação problematiza as relações de poder envolvidas nas ações de violência entre os adolescentes e “denuncia uma estrutura de

inteligibilidade da heterossexualidade compulsória e ou heteronormativa que contribui na compreensão de quem são os grupos alvos e das práticas do bullying no ambiente escolar (Batista, 2013; Diaz, Souza, 2010, Garcia, 2009; Silva, Barreto, 2012; Silva, Salles, 2010)” (Miranda e Lima, 2019, p 239). Os estudos sobre subalternidades e seus processos não podem ser entendidos isoladamente e, portanto, lança-se mão “da articulação de categorias vinculadas à camada social, ao gênero, à sexualidade, à etnia/raça, ou seja, trabalha-se com a interseccionalidade (Davis, 2016; Gomes, 1996, 2012; Piscitelli, 2008)” (Miranda e Lima, 2019, p 239).

O conceito de interseccionalidade busca dar conta de uma das principais tensões no campo de produção de conhecimento das Ciências Sociais e da Sociologia da Educação, isto é, uma possível articulação entre estrutura e agência, suas representações simbólicas e a dominação social. Nesse percurso, a principal função do conceito de interseccionalidade é a possibilidade de compreender normas, valores, discursos e ideologias. Ressalta-se que estruturas sociais e identidades se influenciam mutuamente, permitindo desnaturalizar formas de legitimação e justificação da injusta subalternidade social (Crenshay, 2002; Mattos, 2011; Stolke, 2006 *apud* Miranda e Lima, 2019, p 239)

Não obstante, crianças e adolescentes que pertencem a grupos historicamente subalternos podem ser alvo de múltiplas camadas de violência digital, baseadas em suas identidades interseccionais. Nesse sentido, o preconceito sistêmico perpetuado no ambiente *off-line* se transfere e é amplificado nas interações online.

Conforme as reflexões de Reis e Carramillo-Going (2024), além dos agressores, existe uma audiência composta por crianças e adolescentes que testemunham essas agressões, seja na escola, em casa, na comunidade ou nas redes sociais. Esses espectadores muitas vezes se sentem amedrontados, ansiosos e impotentes, acreditando que não podem alterar o ambiente ao seu redor. Quando os adultos falham em tomar uma atitude, esses indivíduos sentem-se desprotegidos e temem se tornar alvos de agressões. Embora desejem intervir, frequentemente não sabem como fazê-lo, temendo

represálias por parte dos agressores e a possibilidade de serem rotulados como delatores ou de se tornarem vítimas. Essa plateia silenciosa observa as agressões sem denunciá-las, motivada pelo medo de se tornarem alvos. Os referidos autores explicam que a indiferença ou a negação da realidade que muitos demonstram apenas fortalece o agressor, garantindo a impunidade de suas ações. A frequente ocorrência de episódios violentos pode levar à diminuição da indignação e ao aumento da insensibilidade nas pessoas, contribuindo para um ambiente de apatia que assegura a impunidade. A plateia participativa, mesmo não sendo amiga do agressor, aumenta seu poder de intimidação. Essa plateia é composta por indivíduos que não têm coragem para agredir, mas que aprovam, admiram e aderem a essas práticas agressivas. No contexto do cyberbullying, essa audiência frequentemente repassa mensagens difamatórias, fofocas e boatos nas redes sociais, tornando-se coautora dessas agressões, mesmo que inconscientemente. Há também a figura dos espectadores que se posicionam como plateia protetora, unindo-se às vítimas e tomando ações para inibir e desarmar as agressões. A atuação dessa plateia é crucial para a criação de um ambiente mais seguro e acolhedor nas plataformas digitais e nas comunidades em geral, destacando a importância da intervenção ativa no combate ao *cyberbullying* (Reis e Carramillo-Going 2024).

Diante do todo narrado, evidencia-se a complexidade desta forma de violência e a necessidade de se analisar pela via interseccional a diversidade das práticas de cyberbullying e personagens envolvidos, ressaltando-se a necessidade de um entendimento mais profundo quanto a essas práticas para a implementação de estratégias eficazes de prevenção e intervenção por parte das plataformas digitais para a proteção da adolescência, conforme adiante se verá.

4. A regulamentação das plataformas digitais para a proteção dos adolescentes

O Brasil, com vistas à proteção da criança e do adolescente, corroborando as determinações constantes na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e em tratados de Direitos Humanos internalizados, onde há a consagração do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, é um dos países que se preocupou em legislar para prevenção, combate e punição ao cyberbullying. A Lei no. 13.185, promulgada em 2015 estabeleceu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, com o objetivo de que escolas e clubes, por exemplo, promovam medidas para a conscientização quanto ao bullying e ofereçam apoio às vítimas. Em 2018 foi sancionada a Lei 13.663 que instituiu ser dever das escolas intentarem ações para a conscientização, prevenção e combate a todas as formas de violência, promovendo a cultura da paz (Pereira, Fernandes, Dell'Aglio, 2022). Apenas em 2024, por meio da Lei 14.811/24, alterou-se o artigo 146 do Código Penal para criminalizar os atos de bullying e cyberbullying. Em relação ao conteúdo da legislação, pode se extrair que o *bullying* passa a ser punido com pena de multa, caso a conduta não constitua crime mais gravoso e o cyberbullying passa a ter punição de dois a quatro anos de reclusão, se a conduta não constituir crime mais grave.

O Marco Civil da Internet, Lei no. 12.965/2014, também merece destaque, enquanto legislação que busca a proteção da criança e do adolescente, uma vez que estabeleceu mecanismos para que conteúdos online causadores de danos possam ser removidos. O procedimento padrão para a remoção de conteúdo na internet envolve, em primeiro lugar, a remoção mediante ordem judicial específica, conforme previsto pela legislação. Alternativamente, existe o sistema de Notificação e Ação (NAT), no qual a parte interessada pode solicitar diretamente ao provedor de aplicações a retirada do conteúdo considerado infrator. Neste sistema, o

provedor avalia a pertinência e adequação do pedido antes de decidir pela remoção do material (Faustino, 2019; Pinho & Vilar, 2023). Mister ressaltar que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) apresenta uma previsão controversa no artigo 14, § 1º, ao estabelecer que, para a proteção de crianças, é necessário o consentimento dos pais ou de um responsável legal em relação ao tratamento de dados pessoais para o acesso a redes sociais, aplicativos, jogos e páginas online.

Entretanto, embora a legislação exija o consentimento específico de um dos responsáveis legais para o tratamento de dados pessoais, não estabelece diretrizes claras sobre a verificação da autenticidade desse consentimento. Dessa forma, a responsabilidade pela apuração da identidade do responsável legal recai sobre o controlador da base de dados, que deve realizar essa verificação utilizando as "tecnologias disponíveis" para tal finalidade. No entanto, essa mesma legislação não faz referência a exigências semelhantes para adolescentes, o que sugere que estes podem fornecer seu consentimento de forma autônoma, sem a necessidade de assistência de adultos. Outro importante artigo a ser mencionado em relação a citada Lei é o artigo 29, parágrafo único que trata da “definição de boas práticas para inclusão digital de crianças e adolescentes”, deixando esta a cargo do poder público, provedores de internet e da sociedade civil. Maciel e Edler (2022) ressaltam que há uma lacuna quanto ao que se entende por boas práticas vez que “está diretamente associada ao nível de informação dos usuários sobre os mecanismos da internet e à atuação ética de empresas que exploram o mercado de dados” (Maciel; Edler, 2022, p. 2254) e cabe ao poder público detalhar e defini-las. Verifica-se, assim, que é do poder público a responsabilidade de suprir eventuais lacunas que se manifestem no âmbito da proteção de dados pessoais, especialmente no que tange a crianças e adolescentes. Nesse sentido, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pode adotar uma série de medidas para assegurar a tutela dos

direitos dos infantes nas plataformas digitais. Entre essas ações, destaca-se a elaboração de recomendações que estabeleçam boas práticas e definam claramente seus destinatários; a implementação de mecanismos de fiscalização para monitorar a coleta de dados; e a previsão de sanções para condutas que violem direitos fundamentais, com ênfase na proteção da privacidade de crianças e adolescentes. Além disso, a promoção de programas de educação digital, com foco em aspectos relacionados à segurança e ao tratamento adequado de dados, constitui uma medida crucial para fortalecer a proteção de dados no ambiente virtual (Maciel; Edler, 2022).

Não obstante todo o arcabouço legislativo de que o Brasil já dispõe, em especial os dispositivos constitucionais, o Estatuto da Criança e Adolescente, a legislação civil no que tange aos direitos de personalidade e responsabilidade civil, legislação penal e o mencionado Marco Civil da Internet, além de outros dispositivos, percebe-se que há necessidade da regulamentação das redes sociais com vistas a uma real proteção dos adolescentes para a utilização das redes sociais e demais plataformas online em nosso território e algumas iniciativas para tanto estão em andamento.

O Projeto de Lei 2.628/2022, aprovado em fevereiro de 2024 na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, prevê regras para aplicativos, redes sociais, jogos eletrônicos e outros produtos digitais destinados ao público infanto-juvenil. Entre outras providências e resumidamente, o PL prevê que as plataformas sejam obrigadas a remover conteúdos que violem os direitos de crianças e adolescentes e, havendo descumprimento, estipula multas que podem chegar a R\$50 milhões. Prevê ainda que menores de 12 anos sejam proibidos de criar contas em redes sociais, que seja sempre observado o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente na oferta de aplicativos, serviços e produtos, que seja garantido a configuração de padrão que ofereça maior proteção aos dados pessoais desta população,

que seja criado um sistema para notificação de abuso sexual, que haja um mecanismo para a limitação do tempo de uso e a comunicação direta entre menores e adultos, a criação de mecanismos para prevenção do cyberbullying e exploração sexual, restrição de publicidade digital para menores de 12 anos, entre outras determinações.

A Resolução 245/2024 do Conanda - Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - representa um importante passo rumo à necessária regulamentação das plataformas digitais para a proteção da criança e do adolescente. Segundo esta Resolução, no seu artigo 2º, encontra-se a previsão de que “A garantia e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes em ambiente digital é de responsabilidade compartilhada do poder público, famílias, sociedade, incluindo empresas provedoras de produtos e serviços digitais”. O artigo 4º e seus incisos buscam garantir o livre desenvolvimento da personalidade, da dignidade, da honra e da imagem por meio da promoção de um ambiente digital saudável e seguro, livre de assédio, discriminação e discursos de ódio, do estímulo quanto ao uso consciente e responsável para o exercício da cidadania em ambientes digitais, a proteção de dados, a autodeterminação informativa e a privacidade, a proteção contra toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade, opressão e exploração, inclusive contra a exploração comercial e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes por design dos produtos e serviços em ambientes digitais. A Resolução também prevê que as autoridades e empresas provedoras de serviços digitais têm a responsabilidade de implementar medidas eficazes para combater a exclusão digital, o capacitismo, e a discriminação, seja ela ilegal ou abusiva, de forma direta ou indireta, baseada em fatores como gênero, deficiência, crença religiosa, situação socioeconômica, sexualidade, origem étnica e racial, entre outros. Essas ações devem garantir a inclusão digital, a acessibilidade e a conectividade significativa de todas as crianças e adolescentes, assegurando

seu acesso equitativo às tecnologias digitais e às oportunidades que elas proporcionam.

O artigo 6º, por seu turno, determina que crianças e adolescentes possuem o direito à proteção com absoluta prioridade, sendo dever das famílias, do Estado, da sociedade e das empresas garantir tal proteção. Essa obrigação envolve a prevenção e a defesa contra qualquer violação de direitos, particularmente em relação aos riscos associados a conteúdos, contratos, contatos e condutas de terceiros que possam comprometer sua vida, dignidade e desenvolvimento integral. É fundamental que esta população, conforme previsto neste artigo, esteja resguardada de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, assegurando um ambiente que favoreça seu crescimento saudável e pleno. O parágrafo 1º. do referido artigo merece destaque pois dispõe que as violações de direitos relacionadas aos riscos de conteúdo, contrato, contato e conduta abrangem diversas formas de ameaça à integridade de crianças e adolescentes. Entre essas violações, destacam-se conteúdos violentos e sexuais, ciberagressões ou *cyberbullying*, discursos de ódio, assédio, adicção, jogos de azar, exploração e abuso, incluindo exploração sexual e comercial. Além disso, essas violações podem incluir também a incitação ao suicídio, à automutilação, publicidade ilegal, bem como atividades que incentivem ou exponham os menores a riscos à sua vida ou integridade física.

Esta Resolução também busca estabelecer uma política nacional de proteção dos direitos da criança e do adolescente no ambiente digital, tratar do direito à privacidade, proteção de dados no ambiente digital e dever de cuidado, havendo a possibilidade de responsabilizar as empresas pela violação dos direitos de crianças e adolescentes em ambiente digital, sempre com base na legislação pátria ora vigente, pugnando que as empresas provedoras empenhem esforços para a adequação e segurança do ambiente

online para a proteção das crianças e adolescentes. Também há a previsão de que tais empresas forneçam meios para que os pais mediem as interações online de seus filhos, devendo, também, recomendar o entrosamento e participação dos responsáveis legais nestas interações a fim de que se garanta o uso seguro e saudável dos serviços. Aliada a esta recomendação, está a obrigação das empresas divulgarem canais de fácil acesso e compreensão a todos para que possam enviar denúncias referentes a conteúdos nocivos ou ilegais. Devem estas empresas, conforme o artigo 22, identificar, avaliar, prevenir e mitigar riscos reais ou previsíveis que possam ferir os direitos e superior interesse das crianças e adolescentes em relação à funcionalidades, concepção, gestão e funcionamento de seus serviços, redes sociais, jogos, aplicativos e ambientes digitais em geral, em especial para promoção da saúde mental, prevenir difusão de conteúdos ilegais e nocivos, bem como a discriminação, exposição indevida de imagens deste público, conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem suicídio ou automutilação, discurso de ódio, apologia ao crime e quaisquer outras ações, crimes ou não, que possam ferir a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, tratados internacionais e demais legislações infraconstitucionais.

Percebe-se que, a exemplo de outros países, em especial os europeus, o Brasil caminha para a regulamentação das redes sociais para a proteção da infância e adolescência, porém deve fazê-lo com vistas a respeitar os direitos fundamentais, em especial a liberdade de expressão deste público, de forma que tal regulamentação não corra o risco de ser considerada qualquer forma de censura e configure-se amplamente protetiva e preventiva.

5. Considerações Finais

A legislação brasileira compreende que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento e, portanto, a eles garante-se o atendimento do princípio da dignidade da pessoa humana e de todos os demais que decorrem

do princípio que determina sua proteção integral e prioritária. Ademais, foi estabelecido pelo legislador que é de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade como um todo garantir esta proteção cidadã afinal, não há cidadania sem a presença da dignidade e acesso ao “direito a ter direitos”, nas palavras de Hannah Arendt (Arendt, 1993 *in* Silveira e Campello, 2013, p. 114).

Ciberbullying é um tema contemporâneo, delicado e que demanda providências em diversas áreas para seu combate. A demonização pura e simples daquelas crianças e adolescentes que perpetram o ciberbullying, leva a simplificação do problema, não contribui para o alcance de soluções efetivas e acaba por violar a dignidade dos autores (Milosevic, 2017). Destarte, para além de regulamentar redes sociais, há necessidade de refletir-se a respeito de ações de letramento digital.

O acesso à tecnologia é garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é inegável que traz inúmeras vantagens e facilidades para a operacionalidade da vida cotidiana. Porém, este acesso deve ocorrer de forma que crianças e adolescentes possam perceber os perigos do ciber mundo e, para que isto ocorra, a educação e a literacia são o caminho. Família e escola, em parceria, devem dedicar tempo para conversar sobre privacidade e segurança online, devem impor limites ao tempo de permanência e aos conteúdos acessados online, podem instalar filtros de conteúdo e podem e devem propor atividades livres de celulares e *tablets*, onde haja interação entre os pares na vida real, contato com a natureza, rodas de conversas, prática de esportes, danças e/ou artes marciais, momentos de leitura e de brincadeira.

Entre as atividades de letramento, é de suma importância que o ensino seja orientado para a apropriação, por parte dos aprendizes, de conhecimentos relacionados ao uso da internet, com especial atenção à proteção de dados pessoais e à privacidade em ambientes digitais. O objetivo

é promover o uso consciente das redes, incentivando a cautela ao compartilhar informações, tanto do próprio usuário quanto de outros atores presentes no ambiente online. Dessa forma, busca-se evitar ações que possam resultar no vazamento de dados pessoais, contribuindo para a criação de uma cultura digital responsável e segura (Ribeiro e Telles, 2021). Importante, ademais, que os alunos conheçam a legislação para que possam pleitear o cumprimento de seus direitos, quando sofrem violências online e que possam, da mesma forma, estarem cientes de que há previsão legal para que possam ser punidos, seja no âmbito civil ou no criminal, por comportamentos online ao arrepio da lei.

Por fim, a proteção das crianças e adolescentes no mundo online não é um tema de fácil tratamento e representa um grande desafio para a sociedade, requerendo uma somatória de esforços, que incluem desde legislação até conscientização e letramento para que as interações ocorram de forma saudável em todos os aspectos e para que os atos de violência online possam ser prevenidos e dirimidos de forma célere.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2009.

BELUCE, A. C.; RONQUI, D. D.; DE OLIVEIRA, K. L. *Cyberbullying* entre estudantes: um modelo para compreensão. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 2, n. 2, p. e021013-e021013, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/6827/5971> . Acesso em 15 de agosto de 2024.

BERTOL, Carolina Esmanhoto; SOUZA, Mériti de. **Transgressões e Adolescência**: individualismo, autonomia e representações identitárias. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FN6VZdnYxYbc8F4bnLjFXmn/> . Acesso em 14 de outubro de 2024.

BORELLI, Silvia Helena Simões; OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves; ROCHA, Rose de Melo. Jovens urbanos: trajetórias partilhadas de pesquisa (2002/2008). **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, v. 4, 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm . Acesso em 21 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.965**, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm . Acesso em 21 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.185**, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm . Acesso em 21 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.663**, de 15 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 mai. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113663.htm . Acesso em 2 de outubro de 2024.

BRASIL. PL 2.628/2022: CCJ aprova projeto para proteger crianças e adolescentes em ambientes digitais. **Senado Notícias**, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/02/21/ccj-aprova-projeto-para-protger-criancas-e-adolescentes-em-ambientes-digitais> . Acesso em 16 setembro de 2024.

BRASIL. **Resolução nº 245**, de 5 de abril de 2024. Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <file:///C:/Users/anaca/Downloads/resoluCAo-n-245-de-5-de-abril-de-2024-resoluCAo-n-245-de-5-de-abril-de-2024-dou-imprensa-nacional.pdf> . Acesso em: 16 de setembro de 2024.

FAUSTINO, André. **Fake News**. São Paulo: Lura Editorial, 2019.

HAIDT, Jonathan. **A geração ansiosa**: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

KEIPI, Teo; NASI, Matti; OKSANEN, Atte; et al. Online Hate and Harmful Content: Cross-national perspectives. 1. ed. Nova York: Routledge, 2017.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1992.

MACIEL, L.; EDLER, F. Redes sociais: o direito de acesso da criança e do adolescente e a necessidade de sua regulamentação específica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, São Paulo, v. 8, n. 05, maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i5.5650> . Acesso em: 21 de outubro de 2024.

MARCELLI, Daniel; BRACONNIER, Alain. **Adolescência e psicopatologia**. Tradução de Fátima Murad. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MILOSEVIC, Tijana. **Protecting children online?** Cyberbullying policies of social media companies. Cambridge: MIT Press, 2017. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/30535/645372.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 14 de outubro de 2024.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; LIMA, Larissa Suellen Gomes Andrade de. A prática pedagógica dos direitos humanos: marcadores sociais da diferença e o combate ao bullying. **Momento Diálogos em Educação**, v. 28, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/7847> . Acesso em: 17 de outubro de 2024.

PARISER, E. **The Filter Bubble**: What the Internet is Hiding from You. New York: Penguin Press, 2011.

PEREIRA, Edgar Abrahão; FERNANDES, Grazielli; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O bullying escolar na legislação brasileira: uma análise documental. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e249984, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/204618> . Acesso em: 21 de outubro de 2024.

PINHO, Ana Carla de Oliveira Mello Costa; VILAR, Grazielle Barbosa Valença. Navegando pelo abismo virtual: uma análise dos impactos do cyberbullying na imagem corporal dos adolescentes. **ANAIS do ABCIBER XVI – Simpósio Nacional de ABCIBER**, 2023, São Paulo. São Paulo: ABCiber, 2023. Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/abciber/abciber16/rt/metadata/2000/0> . Acesso em: 17 de outubro de 2024.

REIS, Cláudia Benitez Martinez dos; CARRAMILLO-GOING, Luana. **As redes sociais, seu uso e implicações: cyberbullying**. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/1501> . Acesso em: 14 de outubro de 2024.

RIBEIRO, Daniel Garcia; TELLES, Simone. Tecnologias digitais na educação a distância: das necessidades de um letramento digital efetivo para uma prática pedagógica ideal. In: **Tecnologias na Educação: Ensino, Aprendizagem e Políticas**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2021. p. 119-137.

SILVA, L. A. C.; SILVA, P. T.; VILANOVA, A. B. B. O direito e as redes sociais: o advento do *cyberbullying* e a violação dos direitos fundamentais pelos adolescentes. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, v. 4, n. 7, p. 40-54, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/23308/16664> . Acesso em: 23 de agosto de 2024.

SILVEIRA, V. O.; CAMPELLO, L. G. B. Cidadania e Direitos Humanos. In: Alexandre de Moraes; Richard Pae Kim. (Org.). **CIDADANIA: O Novo Conceito Jurídico e a sua Relação com os Direitos Fundamentais Individuais e Coletivos**. 1ed.: Atlas, 2013, v., p. 104-122.

CAPÍTULO 7



Estigma e representação: como pessoas com deficiência são representadas em campanhas da boneca Barbie

Sarah Monteiro Amorim (Univale)

Deborah Luísa Vieira dos Santos (Univale)

RESUMO: O artigo busca investigar as estratégias publicitárias envolvendo as bonecas Barbie, da Mattel, a partir da inclusão de exemplares que representam pessoas com deficiência. Como aporte metodológico foi acionada a análise semiótica discursiva conforme introduzida por Fontanille. A coleta se deu no período de 2019 a 2024, no *Instagram* oficial da marca. A pesquisa, fundamentada em conceitos como construção social da realidade, poder simbólico e estigma, sugere que, embora essas campanhas ampliem a visibilidade de questões de inclusão, elas frequentemente reduzem a complexidade das identidades representadas, abordando a deficiência de forma pontual e sazonal. Observa-se a incorporação de bonecas com características que representam deficiências na narrativa publicitária da marca Barbie. A inclusão aparenta responder a pressões do consumo de ativismo, perpetuando estruturas que marginalizam as minorias.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação e Sociedade; Publicidade e propaganda; Representação e representatividade; Pessoas com deficiência; Barbie;

1. Introdução

Para realizar uma análise adequada das questões de representação social de qualquer grupo, é essencial compreender a estrutura contemporânea da sociedade em que o indivíduo se encontra, além dos mecanismos pelos quais essa estrutura é construída e mantida. Tal análise demanda considerar as dinâmicas de poder, as práticas culturais e os valores normativos que influenciam as relações sociais e a percepção do papel de cada grupo na sociedade. Entender os processos históricos e ideológicos que sustentam as estruturas sociais possibilita um olhar crítico sobre as formas de representação.

A Barbie, lançada em 1959 pela Mattel e idealizada por Ruth Handler, surgiu como uma inovação ao romper com o modelo tradicional de bonecas-bebê da época. Inspirada pela observação de sua filha brincando com uma boneca alemã de papel, Handler criou uma boneca adulta que pudesse permitir às meninas imaginarem um futuro de possibilidades. Desde então, a Barbie se estabeleceu como um ícone cultural global, espelhando as transformações sociais e desafiando, em diversos momentos, os papéis convencionais atribuídos às mulheres. Por exemplo, a Barbie astronauta introduzida em 1965, lançada antes mesmo da primeira mulher poder seguir essa carreira nos Estados Unidos, em 1983.

Representar não se resume a refletir o que existe no mundo; trata-se de criar interpretações, mediar realidades e produzir significados que moldam nossa percepção da realidade, em que primeiro, um conceito é formulado em nossa mente; em seguida, utilizamos a linguagem para expressar esse conceito; por fim, ele é decodificado pelo receptor, que lhe atribui significado com base em suas próprias referências culturais. Assim, não são as coisas em si que significam, mas os sistemas de representação que as produzem (Hall, 2016). Em outras palavras, nossa compreensão da realidade resulta de um processo coletivo de construção de significados. Enquanto representação diz respeito a esse processo de construção de significado, a representatividade aborda a questão de quem é incluído ou excluído nesses processos de representação.

Apesar de seu impacto, a representatividade oferecida pela boneca permaneceu restrita por décadas, focando principalmente em um padrão estético específico: branca e magra. Somente a partir de 1980, com o lançamento da primeira Barbie negra, a marca deu os primeiros passos rumo à inclusão. No entanto, a verdadeira diversidade começou a se expandir de maneira significativa apenas nos anos de 2010, quando a Mattel diversificou

a linha ao incluir diferentes tipos de corpos, tons de pele, estilos de cabelo e deficiências físicas.

Este artigo explora a representação de pessoas com deficiência através da marca Barbie, destacando a relação entre estigma e representatividade. A análise foca em campanhas inclusivas da marca via *Instagram* no período de 2019 a 2024, assim como bonecas desenvolvidas para representar pessoas com deficiência, que contribuem para uma discussão mais ampla sobre identidade e representatividade. Este estudo busca entender se essas representações promovem uma inclusão significativa ou se reforçam um “ativismo de consumo” superficial.

2. Comunicação, Sociedade E Representação

Berger e Luckmann (2007) apontam que a realidade é construída socialmente e isso impacta a forma com que as percepções e interpretações do mundo são moldadas pelas pessoas, por meio das interações sociais, contextos culturais e narrativas coletivas. Desde os primeiros passos na infância, até os mais complexos eventos da vida adulta, as experiências são entrelaçadas por significados construídos por meio da convivência e do diálogo. Essa construção não é apenas reflexo da realidade objetiva, mas sim, um processo dinâmico, no qual o "real" é constantemente renegociado e redefinido.

Ao explorar esse fenômeno, torna-se notável que a pessoa não é apenas um produto da sociedade, mas também agente ativo na criação do mundo em que vive, desafiando as normas estabelecidas e reinventando significados a cada interação. Desta forma, a realidade se transforma em um cenário no qual, em conjunto, é possível criar as narrativas responsáveis por moldar o próprio sujeito e a sociedade como um todo. A realidade social é formada por meio de processos de socialização (Berger; Luckmann, 2007).

Logo, o mundo objetivo não existe apenas na mente de cada indivíduo, mas é partilhado, validado e reforçado pelas interações sociais diárias, em que o indivíduo, ao ser socializado, aprende a aceitar e a participar dessa realidade comum (Berger; Luckmann, 2007). Nesse contexto, a identidade é moldada e reconfigurada ao longo do tempo, os papéis sociais que o indivíduo assume, influenciados pelas instituições e a cultura ao seu redor, definem como ele se percebe e como é percebido pelos outros (Berger; Luckmann, 2007; Castells, 1999; Goffman, 2011).

Ao considerar a cultura como prática de significação e o mundo social como uma construção discursiva, torna-se possível uma análise mais profunda das dinâmicas de poder e dos processos que continuamente moldam subjetividades e identidades, em um movimento tão dialógico e fluido (Hall, 2016). A cultura, mais do que simplesmente refletir a sociedade em que o indivíduo é inserido, do começo dos tempos até o momento atual, desempenha um papel ativo na formação dos modos de ser, existir e compreender o mundo. Essa formação ocorre, principalmente, por meio dos processos de significação, nos quais discursos e representações influenciam a identidade de indivíduos e coletivos. Toda cultura, para se tornar um produto social, portanto “cultura”, serve de mediadora da comunicação e é por esta medida, sendo, portanto, comunicacional por natureza (Kellner, 2001).

Hall (2016) afirma que representar não se resume apenas a refletir o que existe no mundo, mas se trata de criar interpretações, mediar realidades e produzir significados que moldam nossa percepção da realidade, em que primeiro, um conceito é formulado em nossa mente; em seguida, utilizamos a linguagem para expressar esse conceito; por fim, ele é decodificado pelo receptor, que lhe atribui significado com base em suas próprias referências culturais. Portanto, o autor apresenta que não são as coisas que possuem significado, mas esse é criado pelos sistemas de representação. Em outras

palavras, nossa compreensão da realidade resulta de um processo coletivo de construção de significados. Enquanto representação diz respeito a esse processo de construção de significado, a representatividade aborda a questão de quem é incluído ou excluído nesses processos de representação.

A representatividade é introduzida para garantir que as experiências e identidades dos diversos grupos sociais sejam reconhecidas, promovendo um sentimento de pertencimento e participação ativa na sociedade. Em contrapartida, a falta de representatividade resulta na invisibilização de grupos frequentemente marginalizados, excluindo-os da construção cultural e limitando seu poder de influência no debate público. Hall (2016) argumenta que a representatividade reflete as dinâmicas de poder social, pois aqueles que detêm o poder de se representar e de representar os outros também têm o poder de definir quais identidades são consideradas válidas ou dignas de reconhecimento (Hall, 2016). Logo, a luta por representatividade transcende o simples ato de ser visível; trata-se de ser representado de maneira precisa e respeitosa, evitando estereótipos e simplificações que perpetuam desigualdades e preconceitos. A verdadeira representatividade vai além da inclusão simbólica de pessoas de diferentes origens; exige uma representação que permita a expressão de suas narrativas e complexidades de forma autêntica e justa.

Esse processo de construção da realidade, envolve uma incessante disputa de poder e legitimidade, na qual ter o entendimento de como o mundo social construído é essencial para a compreensão das estruturas de dominação presentes na sociedade. Pierre Bourdieu (1989) introduz o conceito de poder simbólico, que opera no mundo social de forma geral quase imperceptível, mas extremamente eficaz.

O poder simbólico como poder de constituir o, dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder

quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (Bourdieu, 1989, p. 14).

O conceito de poder simbólico, conforme o autor, transcende as formas tradicionais de dominação baseadas na coerção física, manifestada como uma forma invisível de controle social. Este poder não se expressa por meio da força, mas pela aceitação subentendida e inconsciente daqueles sobre os quais é exercido. Trata-se de uma capacidade de impor significados, valores e normas que, embora pareçam universais e naturais, são, na verdade, produtos de uma construção social gerada e mantida pelos grupos dominantes.

A eficácia do poder simbólico está justamente na sua sutileza e na maneira como se infiltra nas estruturas cotidianas, como a linguagem, as instituições e os hábitos de vida, moldando o entendimento e a percepção do mundo social tanto para os dominantes quanto para os dominados. A aceitação das normas e significados estabelecidos ocorre porque os dominados internalizam o mesmo sistema de significação dos dominantes, sem questionar o que levou a essas construções (Bourdieu, 1989). Dessa forma, para o sociólogo, o poder simbólico consegue ser incorporado como algo natural, sendo raramente percebido como uma imposição ou uma forma de controle. Ao criar e reforçar a ilusão de que certas normas e valores são inquestionáveis, o poder simbólico perpetua as desigualdades sociais, ao mesmo tempo que naturaliza as estruturas de dominação.

Nesse sentido, a cultura configura-se como um campo dinâmico e imprevisível, palco de lutas simbólicas que moldam relações de poder. A centralidade da cultura se revela na concepção de que textos culturais, como filmes, músicas e outras expressões artísticas, são espaços nos quais significados são produzidos e então interpretados de inúmeras maneiras (Kellner, 2001). As representações culturais, ao definir o que é considerado

normal ou desejável, impactam diretamente a formação das identidades individuais (Hall, 2016).

A exemplo, tem-se a campanha em vídeo da Barbie em parceria com a NDSS (*National Down Syndrome Society*) lançada em 2023, que promoveu uma nova boneca com características de uma pessoa com síndrome de Down. Desenvolvida com consultoria especializada da organização. O vídeo da campanha inclui pessoas com síndrome de Down, enfatizando a importância da diversidade e empatia sobre o tema.

As ferramentas de (re)construção do mundo social e da realidade estão presentes em diversas estratégias de comunicação, sobretudo em campanhas publicitárias e propagandas. É possível observar tais práticas no emprego de estereótipos e padrões culturais. As marcas, em geral, reproduzem e reforçam certos valores, normas e comportamentos aceitos como "normais" ou "ideais" em uma sociedade. Tradicionalmente, campanhas publicitárias criam uma realidade em que o consumo de certos produtos ou serviços é visto como essencial para alcançar o sucesso, a felicidade ou a aceitação social.

A exemplo, tem-se a campanha de 2015 da empresa de suplementos alimentares Protein World em Londres, com o slogan “Você está pronto para o corpo de praia?”, é um exemplo claro de uma campanha publicitária que reforça estereótipos e padrões culturais. A propaganda mostrava uma mulher magra e em forma, vestindo um biquíni, com a pergunta slogan. A mensagem implícita era de que o “corpo ideal” para o verão seria magro, tonificado e esteticamente aceitável de acordo com os padrões tradicionais de beleza. Isso reforçou a pressão social sobre mulheres para se conformar a padrões corporais específicos, sugerindo que o uso de suplementos da *Protein World* seria essencial para atingir esse ideal.

3. Publicidade e mudanças de paradigmas: o estigma e a inclusão em campanhas

A discussão sobre identidade e diferença tem ocupado um lugar central nos estudos contemporâneos em educação, cultura e relações sociais. Silva (2008) entende que a construção da identidade não se trata de um processo de essência fixa ou natural, mas construções sociais, discursivas, definidas por meio de processos de diferenciação e exclusão, sendo constantemente moldadas e reconfiguradas. A diferença é frequentemente reduzida a um conceito binário, onde o "normal" e o "desviado" são definidos de maneira rígida. Essa perspectiva binária não só limita a compreensão da diversidade como também contribui para a reprodução de hierarquias e exclusões dentro da sociedade.

A diferença entre o padrão e o diferente também se relaciona ao conceito de estigma. Para Goffman (1988), o estigma se trata de um fenômeno complexo no qual se manifesta quando determinados atributos de uma pessoa são percebidos negativamente com um estereótipo socialmente aceito. Quando alguém é estigmatizado, é como se sua identidade fosse reduzida a essa característica indesejada, de certa forma tirando sua credibilidade e subestimando toda a capacidade e humanidade do indivíduo. Consequentemente, é criada uma separação entre a pessoa estigmatizada e a sociedade, resultando em uma falta de compreensão mútua e desinformação sobre as experiências e necessidades do estigmatizado.

Após definir a estrutura social atual, como ela é construída e perpetuada, torna-se importante compreender a mídia não apenas como um reflexo da realidade social atualmente, mas sim um agente ativo que participa das percepções e comportamentos atuais. As tecnologias de comunicação, desde o jornal até as redes sociais, têm se manifestado fortemente na formação da opinião pública e mobilização social, principalmente com a ascensão das plataformas digitais, nas quais transformaram a relação entre

produtores e consumidores de conteúdo. No âmbito da cultura, a mídia vem se integrando cada vez mais na construção e difusão de identidades, desconstruindo visões tradicionais da sociedade, alimentando o consumo de ativismo e trazendo a representação de grupos sociais, etnias, gêneros e estilos de vida nos meios de comunicação, algo que historicamente não era visto como algo positivo/normalizado.

A relação entre mídia e modernidade tem sido um tema central nos estudos das Ciências Sociais, especialmente à medida que as sociedades contemporâneas enfrentam transformações profundas nas formas de comunicação e interação social. A modernidade, caracterizada por avanços tecnológicos, urbanização e mudanças nas estruturas sociais, redefiniu a maneira como indivíduos se conectam, compartilham informações e constroem significados. Nesse contexto, a mídia representa não apenas um canal de disseminação de informações, mas sim uma força formadora de identidades, valores e dinâmicas de poder (Kellner, 2001; Thompson, 2008). As práticas de comunicação mediada, que se tornaram predominantes na era moderna, vão além da simples transmissão de conteúdos, moldando a vida social e cultural, se manifestando nas percepções individuais e coletivas (Thompson, 2008).

Kellner (2001) argumenta que a interpretação de mensagens midiáticas é um processo complexo e varia conforme o contexto social e cultural do indivíduo. Fatores como classe social, nível de educação, ambiente familiar e experiências pessoais influenciam como cada pessoa entende e ressignifica os conteúdos que consome. Ou seja, a mensagem que a mídia transmite pode ser lida de maneiras completamente diferentes por pessoas em contextos sociais distintos. Isso significa que os conteúdos midiáticos não são neutros ou objetivos, eles estão imbuídos de valores, ideologias e visões de mundo, logo, as audiências para quais são

direcionados, interpretam e ressignificam conteúdos com base em suas experiências e vivências pessoais.

Kellner (2001), ao discutir o “fetichismo da resistência” em algumas abordagens dos estudos culturais, explica que, na pesquisa da recepção nesses estudos, é importante entender a distinção entre leituras dominantes, acomodadas e contestadoras, conforme delineado por Stuart Hall. Uma leitura dominante é caracterizada pela adesão do público às mensagens da cultura dominante, como exemplo o autor utiliza do filme "Duro de Matar" (*Die Hard*, 1988). Ao final do filme, a restauração da ordem social, com a vitória do herói masculino sobre os terroristas, não apenas reflete, mas também reforça os interesses da cultura dominante, perpetuando a noção de que a lei e a ordem devem prevalecer.

Por outro lado, uma leitura contestadora se manifesta quando o público resiste à interpretação dominante, reinterpretando o texto de maneira oposta aos seus valores. Kellner (2001) traz um exemplo apresentado por Fiske (1993 *apud* Kellner, 2001) em que se exhibe o mesmo filme em um abrigo para pessoas sem-teto, no qual os moradores aplaudiram as cenas de destruição da autoridade policial. Tal situação demonstra como contextos sociais e experiências pessoais podem gerar interpretações radicalmente distintas de um mesmo conteúdo midiático.

A partir do contexto da globalização da mídia, da disseminação de diversas culturas, entendemos então, o conceito de apropriação como um processo pelo qual indivíduos ou grupos fazem uso dos produtos simbólicos veiculados pelos meios de comunicação em seus próprios contextos sociais (Kellner, 2001; Thompson, 2008). Esse processo se manifesta na maneira como a mídia afeta a experiência humana e as estruturas sociais, uma vez que o conteúdo midiático, ao ser apropriado, é interpretado e transformado pelos receptores de acordo com suas circunstâncias específicas, crenças, valores e expectativas (Kellner, 2001). Isso significa que o impacto da mídia

na sociedade não pode ser entendido apenas pela análise das mensagens transmitidas, mas também pela forma como essas mensagens são recebidas por diferentes públicos. Públicos estes que têm se preocupado, cada vez mais, com as pautas e valores das marcas, muito pressionados pelo que é considerado socialmente como politicamente correto.

A inclusão no campo da comunicação tem adquirido importância crescente, especialmente a partir do final do século XX, com o fortalecimento dos movimentos sociais e a implementação de legislações voltadas à igualdade de direitos. Gradativamente, a publicidade e a comunicação passaram a incorporar valores mais inclusivos, refletindo uma sociedade que busca, cada vez mais, a democratização da voz e da imagem de grupos historicamente excluídos ou sub-representados. No entanto, apesar dos progressos, a inclusão ainda encontra barreiras que dificultam a representação justa e consistente de todos.

Negri (2016) apresenta que o conceito de “politicamente correto” surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1940, com raízes no movimento de defesa dos direitos civis e na crítica ao preconceito racial na sociedade americana, no qual inicialmente, o termo era usado de forma irônica, até ser incorporado por defensores da igualdade social e dos direitos de minorias. A autora discute que, no Brasil, o movimento do politicamente correto começou a ganhar força na década de 1990, promovendo, entre outras mudanças, a revisão de termos considerados ofensivos, a fim de torná-los neutros ou positivos.

Na publicidade, a emergência do discurso politicamente correto trouxe desafios significativos, uma vez que a propaganda tem como papel central criar laços com o público, refletindo e ao mesmo tempo reforçando valores sociais. Essa interação entre a publicidade e o discurso dominante faz da mesma um termômetro da sociedade, contribuindo para disseminar e cristalizar comportamentos socialmente aceitos^[OBJ]. Contudo, a criatividade

na publicidade frequentemente entra em conflito com os princípios do politicamente correto, criando um dilema entre inovação e conformidade social, tendo em vista a constante mudança e evolução do que é considerado politicamente correto (Negri, 2016).

Exemplos concretos desse dilema podem ser observados nas controvérsias que surgiram em campanhas publicitárias que, após essa mudança cultural na sociedade, foram acusadas de racismo, machismo ou sexismo, e foram então, retiradas do ar devido ao impacto negativo na imagem das marcas, o que evidenciou a necessidade de se alinhar às expectativas sociais crescentes quanto à inclusão e respeito às minorias. Como consequência, a publicidade passou a adotar um discurso que busca evitar estereótipos e promover um retrato mais justo das diferentes parcelas da sociedade, ainda que nem sempre de maneira homogênea ou sem críticas (Domingues; Miranda, 2022; Negri, 2016).

Algumas marcas, por sua vez, decidiram revisar e reformular suas campanhas publicitárias antigas consideradas ofensivas, buscando normalizar e empoderar as minorias que foram alvos de representações inadequadas em seus posicionamentos anteriores (Domingues; Miranda, 2022). Um exemplo notório desse movimento de reavaliação publicitária pode ser observado no reposicionamento de inúmeras marcas de cerveja, que historicamente utilizavam campanhas marcadas por conteúdos machistas, objetificando e reduzindo mulheres a estereótipos serviçais. Esse movimento reflete o contexto sociocultural em constante evolução, evidenciando como as estratégias publicitárias são instrumentos não apenas de venda, mas também de legitimação e cristalização de ideais que correspondem aos debates sociais de um determinado momento histórico.

Conforme Negri (2016), o impacto do politicamente correto na publicidade atual vai além de simples adequações discursivas. Ele molda a forma como as marcas são percebidas e as obriga a considerar não apenas o

apelo comercial, mas também as repercussões sociais de suas mensagens. Essa transformação fez com que a publicidade se tornasse um espaço de disputa por significados e representações, onde cada escolha criativa pode ter efeitos significativos sobre a percepção da marca e a maneira como esta contribui para o imaginário coletivo. Assim, a publicidade politicamente correta não apenas influencia as práticas mercadológicas, mas também se configura como um espelho das mudanças sociais em curso, revelando a constante tensão entre inovação criativa e conformidade ética.

Esse conceito relaciona-se ao consumo de ativismo, apresentado por Domingues e Miranda (2022). O conceito de consumo de ativismo evidencia como as pessoas utilizam o papel de consumidoras para exercer sua cidadania e como esse fator não passa despercebido pelo sistema capitalista. As marcas se apropriam das causas e lutas sociais e, por vezes, contribuem para seu esvaziamento, visando apenas o lucro. Para as autoras, o consumo de ativismo é uma forma de demonstrar apoio a causas, mais do que a aquisição de um produto ou serviço por ser valor de uso, tornando-se uma importante moeda social.

O que existe de novo nesse fenômeno é que ele, agora, está atrelado a um contexto de globalização socioeconômico-cultural no qual as escolhas dos consumidores são influenciadas cada dia mais fortemente por polêmicas, reivindicações e questões e repercussão global que circulam, em rede, nos meios digitais incorporados ao nosso cotidiano de maneira irreversível e crescente (Miranda; Domingues, 2022, p. 36).

4. A Boneca Barbie: Metodologia e Análise

A aplicação da semiótica discursiva, proposta por Fontanille (2007), possibilita a investigação de inúmeros fenômenos sociais, culturais e midiáticos, uma vez que a análise dos signos e das estruturas narrativas oferece um panorama abrangente da construção de sentido em diferentes contextos. Além de ser uma ferramenta de análise estruturada, é flexível o

suficiente para ser aplicada em diferentes campos, como a comunicação, a publicidade, as ciências sociais e os estudos culturais.

Tal abordagem não se restringe apenas à análise textual, mas também pode ser utilizada para investigar como as imagens e os símbolos visuais comunicam mensagens e valores. Ela será realizada através da análise dos *posts* publicados pela conta oficial da Barbie no *Instagram* (@barbie) dentro do período de 2019 a 2024. O *Instagram* tem se tornado uma das principais plataformas tanto para a divulgação de campanhas, estratégias de marketing e publicidades quanto para discussões importantes sobre causas sociais atuais.

4.1 Análise

A Barbie, ao longo de décadas de história, construiu um universo de significados que transcendem o simples ato de brincar com bonecas. Sua comunicação é repleta de valores semânticos que dialogam diretamente com as expectativas, desejos e aspirações de seu público-alvo, infantil feminino. A análise de seus valores fundamentais revela como a marca se posiciona e reforça temas essenciais na construção de seu imaginário.

Desde seu primeiro lançamento, a Barbie foi apresentada como um brinquedo destinado a meninas, em resposta à demanda da época por uma boneca que oferecesse algo mais do que apenas o cuidado materno, simbolizando uma figura representativa do feminino. A primeira propaganda da Barbie na TV, veiculada em 1959, apresentava a boneca como algo inovador para as meninas da época. No comercial, ao invés de focar na figura de uma mãe cuidando de bebês, como era comum com outras bonecas, a Barbie representava uma mulher adulta, o que oferecia uma visão mais ampla da vida. Fator esse que ganha espaço também na narrativa do filme *Barbie*, de 2023.

A mensagem da propaganda girava em torno de transformar as meninas que brincavam com a boneca em parte de um mundo próximo de sua realidade mais “crescida”. A campanha dizia que a Barbie tinha “roupas glamourosas” e estava sempre pronta para qualquer aventura, como festas, encontros ou um passeio casual. Esse foi o início da marca se distanciando das bonecas que limitavam o brincar ao papel materno, abrindo espaço para que as crianças imaginassem outros caminhos na vida adulta.

Outro elemento visível na comunicação da marca, desde seu lançamento, é a ênfase em moda, juventude e beleza. A boneca sempre esteve vestida com roupas que refletiam as últimas tendências, estabelecendo um padrão estético que buscava dialogar com o que era considerado “ideal” em termos de aparência física. Ela passou a representar um retrato de beleza feminina, associado a uma juventude eterna e à elegância de suas roupas, acessórios e estilo de vida. Além disso, Barbie é sempre protagonista em suas próprias histórias, desafiando, em muitos aspectos, os papéis passivos tradicionalmente atribuídos às mulheres.

Figura 1

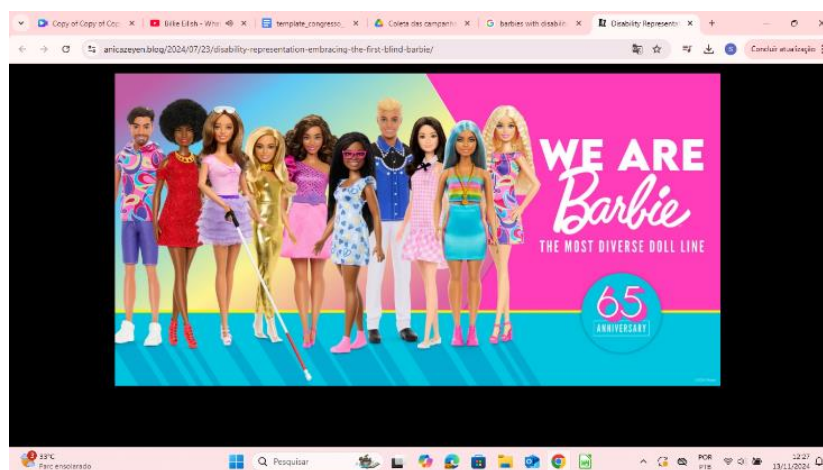


A partir do lançamento da primeira Barbie profissões, em 1960, a boneca iniciou uma nova era de bonecas que resultaram na representação -

apesar de limitada a mulheres brancas magras e ricas - e inspiração de mulheres independentes, com sua própria carreira, um símbolo do protagonismo feminino em uma época em que isso era raro no universo dos brinquedos. Além de construir um mundo onde a boneca – e consequentemente a mulher – pode assumir múltiplas profissões, atividades e estilos de vida, transmitindo a mensagem de que as meninas podem, assim como a Barbie, ser o que quiserem. Se retomada à efervescência social vivida na década de 1960, com a emergência de manifestações sociais, incluindo o feminismo, tem-se uma apropriação dessas discussões e guerras culturais pela Mattel (Kellner, 2001).

A partir de 2016, a marca introduziu modelos com três novos tipos de corpo – *curvy* (mais encorpada), *petite* (menor) e *tall* (mais alta) – refletindo, assim, uma pluralidade maior de representações femininas. Essa ampliação foi acompanhada pela inclusão de diferentes etnias e características culturais, além da introdução de bonecas Barbie com deficiência, como a boneca cadeirante, em 1997, linha que foi descontinuada por alguns anos, pois não cabia na “casa dos sonhos da Barbie; boneca com prótese, em 2019; e as mais recentes bonecas com aparelho auditivo, produzidas em 2022, cega, e com síndrome de Down, em 2024.

Figura 2



A linha Barbie Fashionistas e as bonecas de profissões foram introduzidas com o propósito de oferecer modelos diversificados que refletem o mundo contemporâneo e suas variadas realidades. A Barbie Fashionista, conforme o site oficial da marca, celebra a diversidade, é projetada para representar a modernidade com diferentes estilos e possibilidades. Já a Barbie Profissões incentiva as crianças a “sonharem alto” e explorarem carreiras diversas, comunicando a mensagem de que elas podem ser o que quiserem, independente das limitações sociais. A introdução de bonecas que representam pessoas com deficiência segue essa filosofia de inclusão, promovendo a visibilidade e incentivando a aceitação de diferentes corpos e capacidades.

Bonecas como a Barbie com síndrome de Down (Linha Fashionista), cadeira de rodas (Linha Fashionista), prótese (Linha Fashionista e Profissões), deficiência visual (Linha Fashionista) ou auditiva (Linha Fashionista) são apresentadas como símbolos de inclusão e empoderamento dentro da narrativa da marca. Elas reforçam a ideia de que a diferença é normal e digna de ser celebrada, com o intuito de valorização da diversidade desde a infância. A presença de bonecas com deficiências permite que crianças com características semelhantes se vejam refletidas em um brinquedo icônico para tantas gerações, contribuindo para o fortalecimento da identidade e autoaceitação.

Essas transformações representam um esforço mais alinhado com as demandas contemporâneas por diversidade e inclusão, inserindo a marca no cenário de marketing inclusivo, no qual o objetivo inicialmente era dar visibilidade a grupos historicamente marginalizados. Embora a Mattel tenha se adaptado às pressões sociais por maior representatividade, também há críticas que apontam para a necessidade de garantir que essas ações sejam mais do que meras estratégias de mercado.

O sentido de um objeto cultural é construído através da interação entre diferentes sistemas de linguagem. A linha Barbie inclusiva, criada em 2016, é composta por uma série de elementos visuais e textuais que promovem uma leitura simbólica de inclusão e empoderamento para pessoas com deficiência. No design das bonecas, a marca destaca elementos como cadeiras de rodas ou próteses, através de uma abordagem que naturaliza esses acessórios.

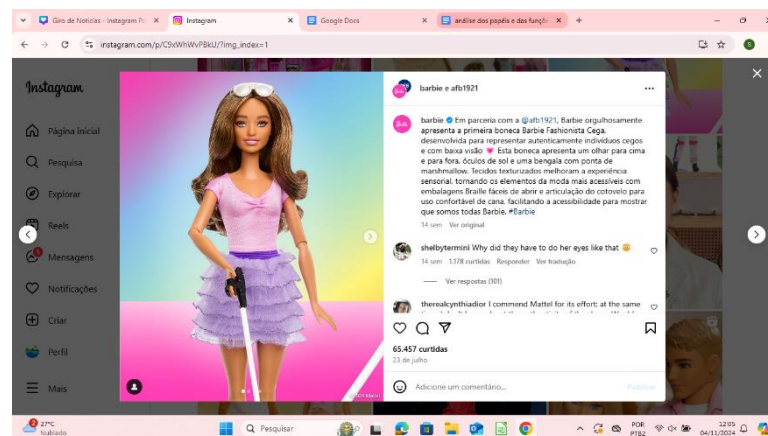
Nesse contexto, a Barbie é simplesmente uma boneca que representa uma mulher. A linguagem usada para descrevê-la – “boneca”, “loira”, “delicada” – seria um reflexo direto dos atributos físicos e do arquétipo que a boneca espelha do mundo real. Segundo essa visão, o significado de Barbie é fixo e limitado a características visíveis, como corpo e beleza padronizada. A linguagem reflete uma ideia de feminilidade já existente no mundo e apenas representada pela boneca, sem espaço para (re)interpretá-la.

Agora, considerando a teoria intencional Stuart Hall (2016), o significado da Barbie vai depender de quem a comunica. A marca Mattel, por exemplo, intencionalmente criou uma Barbie cientista e uma Barbie presidente, por exemplo, para transmitir valores de empoderamento e diversidade. A intenção aqui é ressignificar a Barbie para que ela vá além de uma boneca com características estereotipadas e passe a refletir valores contemporâneos, como inclusão e versatilidade feminina. O significado é moldado pela intenção da marca de influenciar como a Barbie é percebida, destacando papéis diversos que a boneca pode representar.

Já na teoria construcionista Stuart Hall (2016), o significado de Barbie é um campo de disputa e negociação social. A representação da Barbie é constantemente construída e reconstruída por diversos grupos – consumidores, críticos, a própria Mattel, movimentos feministas, etc. Por exemplo, uma Barbie com deficiência (como a versão que usa cadeira de rodas) representa uma resposta a demandas sociais por inclusão e

diversidade. Nesse caso, o significado de Barbie não está fixo em um ideal de beleza, mas sim é fluido, refletindo um esforço coletivo para expandir a representação da boneca. Isso transforma a Barbie em um símbolo que carrega múltiplas significações, que vão desde feminilidade até empoderamento e diversidade, sendo continuamente reavaliada na sociedade.

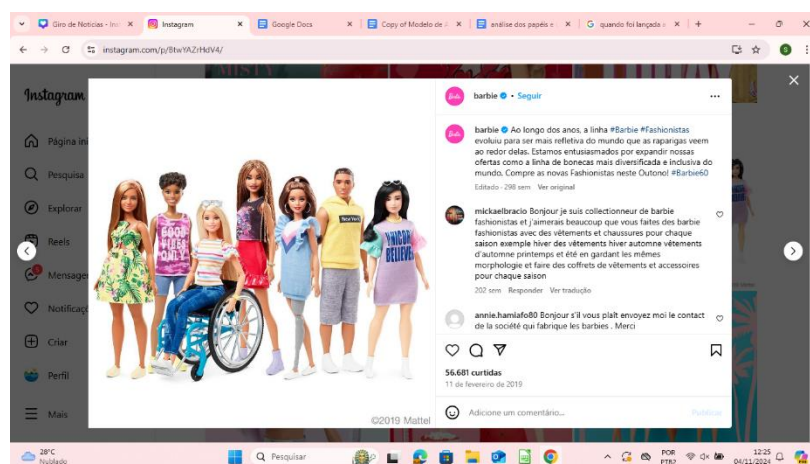
Figura 3



No entanto, a análise das postagens no *Instagram* da marca, entre 2019 e 2024, destaca disparidades na forma em que as narrativas dessas bonecas são construídas em comparação com as Barbies que seguem os padrões mais amplamente reconhecidos de corpo e estilo. Os textos publicitários associados a essas bonecas costumam enfatizar palavras-chave como “diversidade”, “empoderamento” e “inclusão”, promovendo uma imagem de aceitação e de quebra de barreiras sociais. A frase “Você pode ser tudo o que quiser”, lema da marca, é especialmente relevante para essas bonecas, pois reforça a ideia de que a deficiência não impede a realização de sonhos e ambições, gerando um apelo emocional de superação e normalidade.

A presença das Barbies com deficiência no *Instagram* oficial da Barbie, costuma ser pontual e, geralmente, ocorre em datas específicas ou para destacar a inclusão de novos modelos na linha.

Figura 4



Esses *posts* são, em sua maioria, orientados a celebrar a diversidade e a inclusão, o que é positivo por si só, mas ao mesmo tempo revela uma estratégia limitada, na qual essas bonecas são retratadas quase exclusivamente sob a ótica de suas deficiências e do impacto que sua existência representa para as crianças que as consomem.

A frequência de postagens com Barbies que representam pessoas com deficiência é significativamente menor em comparação às bonecas que não têm essas características. Enquanto as Barbies tradicionais são frequentemente mostradas em narrativas complexas que incluem ser profissionais (médicas, engenheiras, chefes de cozinha, entre outras) ou participar de momentos de lazer e moda, as Barbies com deficiência são predominantemente apresentadas em postagens que sublinham a importância da inclusão e da representação. Os *posts* com essas bonecas costumam incluir textos que destacam a diversidade e a resposta da comunidade, com foco em declarações de apoio de ONGs e figuras envolvidas na defesa de direitos de pessoas com deficiência. Isso reforça o consumo de ativismo associado à marca (Domingues; Miranda, 2022), com a apropriação de causas para fins lucrativos.

5. Considerações Finais

As bonecas, embora simbólicas e poderosas, frequentemente são incluídas em postagens sobre inclusão e narrativas simplificadas, diferentemente da complexidade das histórias e experiências atribuídas às Barbies tradicionais. Problema que não apenas perpetua estigmas, mas também pode contribuir para a marginalização da identidade de pessoas com deficiência, reduzindo-as a meros símbolos de inclusão em vez de reconhecê-las como indivíduos plenos e complexos (Goffman, 1988).

Dessa forma, a construção da identidade de pessoas com deficiência na narrativa da Barbie é uma questão delicada. Por um lado, a inclusão de bonecas com deficiência promove visibilidade e representa um esforço significativo para combater estigmas e preconceitos. Por outro, a falta de continuidade e profundidade nas narrativas associadas a essas bonecas pode fazer com que a inclusão pareça uma estratégia de marketing sazonal, sem uma mudança significativa na construção de uma cultura inclusiva.

A abordagem midiática da Barbie, ao enquadrar a deficiência de forma descontextualizada, contribui para a perpetuação de um capacitismo implícito, onde as diferenças são celebradas apenas superficialmente, mantendo intactas as estruturas de poder que legitimam a marginalização por meio de representações simbólicas (Bourdieu, 1989). A imagem das Barbies com deficiência é inserida em uma lógica de representação que visa ampliar o apelo da marca, mas não desafia efetivamente os estereótipos que limitam a percepção pública sobre a deficiência. A inclusão das bonecas pode parecer uma vitória em termos de visibilidade, mas a ausência de uma narrativa contínua e complexa limita seu impacto transformador, ao restringir a experiência da deficiência a um espaço simbólico de aceitação sem explorar as tensões e desafios que realmente definem essas identidades (Domingues; Miranda, 2022).

A realidade social (Berger; Luckmann, 2007) é construída por uma teia de significados que molda a percepção e o entendimento coletivo; no caso da Barbie, a deficiência é muitas vezes retratada em moldes que reforçam uma aceitação normativa, sem reconhecer o poder simbólico dessas representações para desafiar ou subverter normas capacitistas. Embora a visibilidade dessas bonecas seja relevante, sua representação restrita e periódica faz com que a inclusão pareça mais uma estratégia de marketing do que uma proposta efetiva de mudança cultural, reproduzindo, assim, as dinâmicas de poder que excluem as pessoas com deficiência de uma narrativa plena e contínua. No entanto, a análise da representação de pessoas com deficiência através da marca Barbie, não se trata de uma crítica a marca, mas sim uma reflexão sobre os desafios nas estratégias publicitárias e comunicativas na construção de uma sociedade inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BARBIE. Direção de Greta Gerwig. Estados Unidos: Warner Bros, 2023. *Streaming* Max.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** tratado de Sociologia do Conhecimento. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2
- DOMINGUES, I.; MIRANDA, A. P. **Consumo de ativismo.** 2. ed. Barueri-SP: Estação das Letras e Cores Editora, 2022.
- GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso.** São Paulo: Contexto, 2007.
- KELLNER, D. **A cultura das mídias.** Bauru: EDUSC, 2001.
- NEGRI, M. A. E. Racismo, Machismo, Sexismo na Publicidade: um dilema entre a criatividade e o discurso politicamente correto. *In:* XXXIX Congresso Brasileiro de

Ciências da Comunicação, 39, 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0293-1.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2024.

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 8a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAPÍTULO 8



À MARGEM: Influência da necropolítica, estigmatização e emancipação das representações sociais para as pessoas em situação de rua em São João del-Rei¹⁷

Luísa Meinberg de Almeida Firmino (UFSJ)

Ana Isa Fonseca de Moura (UFSJ)

Ivan Vasconcelos Figueiredo (UFSJ)

RESUMO: O artigo desenvolve uma pesquisa metodológica e empírica que discute o panorama das pessoas em situação de rua em São João del-Rei. A abordagem busca compreender as influências da necropolítica, precarização dos corpos e da estigmatização no imaginário social e construção de identidade desse grupo. Concomitantemente, contextualiza as rupturas em eixos familiares, atividade laboral, uso de substâncias psicoativas e outros temas, refletindo como os sujeitos manifestam, por meio de entrevistas dialógicas, as intersecções entre o campo teórico e suas vivências práticas. O resultado aponta a consciência crítica das próprias pessoas sem residência fixa para refletir assuntos sociais, políticos e econômicos sob o viés de suas realidades individuais e coletivas, corroborando as proposições pretendidas.

Palavras-Chave: Pessoas em situação de rua; Estigmatização; Necropolítica; Políticas públicas;

1. Introdução

A marginalização que leva à situação de rua advém de processos estruturais e estruturantes mais amplos, em uma inter-relação entre dispositivos sociais, políticos e econômicos de modo a conferir e direcionar o caráter de exclusão a certos grupos, impedindo-os de exercer plenamente suas cidadanias e acessos a direitos básicos para a condição da humanidade,

¹⁷ O presente artigo apresenta uma versão revisada e ampliada do Trabalho de Conclusão de Curso (produto Documentário intitulado *À MARGEM*), vinculado à graduação em Comunicação Social – Jornalismo da UFSJ, que foi desenvolvido pelas autoras.

portanto, os deixando fadados ao que Judith Butler (2018) chama de corpos condenados à vida precária e morte. A falta desses acessos também se reflete nas relações sociais que, muitas vezes, são responsáveis por estabelecer estigmas e replicar preconceitos.

Conforme Mattos e Ferreira (2004), essas interações materializam as representações sociais estigmatizadas que conferem rótulos pejorativos a essas pessoas - que são, em sua maioria, conscientes da forma como são vistas perante a sociedade. Para além da representação social estigmatizada, operam dispositivos sociopolíticos e econômicos que invisibilizam, negligenciam e asseguram as condições de sub humanidade, determinando quem vive e quem morre, conferindo o direito de vida digna e de sobrevivência, conforme o conceito de necropolítica cunhado por Achille Mbembe (2018). Essa estrutura se articula com discursos racistas, capitalistas, elitistas e higienistas.

Diante desse breve panorama, a pesquisa versa sobre o panorama das pessoas em situação de rua na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais, articulando os conceitos de necropolítica e estigmatização com a vivência de pessoas que vivem na situação. Para tanto, foram realizadas entrevistas em profundidade e coletas de relatos pessoais de três personagens que estão atualmente no município. Representados por Wesley Anderson de Carvalho, sanjoanense de 47 anos; Priscila Daniela de Paula Santos, de 33 anos, natural de Ritópolis e Murilo Sérgio da Cruz Salvador, de 30 anos, do Rio de Janeiro. Cada personagem estava instalado em acampamentos embaixo de três pontes do município de São João del-Rei.

Nesse percurso, utilizamos como aporte teórico e metodológico a pesquisa documental, através da ótica de Antônio Carlos Gil (2008). Em paralelo, desenvolvemos a pesquisa bibliográfica na estruturação do referencial teórico deste trabalho, para estudos sobre exclusão social, através da ótica de Sarah Escorel (1999), além do conceito de estigmatização pelos autores

Mattos e Ferreira (2004). Para o panorama da necropolítica envolvendo corpos minorizados, e a precariedade das vidas escolhidas para a morte utilizou-se referencialmente Mbembe (2018) e Butler (2018), nessa ordem. A estrutura técnica das entrevistas é baseada em Cremilda Medina (2008).

Como base para a elaboração do trabalho, também foi utilizada a pesquisa de campo, de cunho etnográfico. Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada, considerando sua complexidade e dinamicidade (Piana, 2009). Esse processo é representado nas visitas para familiarização e entrevistas que colhemos dos personagens. Dessa forma, é possível compreender de maneira aprofundada, como os depoimentos de cada personagem interagem com algum dispositivo estrutural.

Sendo assim, objetivamos debater também como a necropolítica se direciona aos grupos subalternizados, em especial, de pessoas sem residência fixa, em relação ao Estado. Em paralelo, analisamos as condicionantes sociais da marginalização e precarização, concomitantemente a fatores como condição financeira precária, rupturas de vínculo familiar, dependência de substâncias psicoativas, questões socioeconômicas, estruturais e estruturantes, de exclusão, refletidas, por exemplo, na ausência de políticas públicas efetivas para revertê-las.

No âmbito da esfera social, buscamos debater sobre os dispositivos de afastamento das pessoas em situação de rua por meio de processos como a estigmatização de características ou comportamentos, além da gentrificação e, de modo correlato, as estratégias de sobrevivência encontradas pelas mesmas. Por fim, discutimos também sobre a função do trabalho como integrador social e possíveis medidas de ressocialização.

2. A Necropolítica, o trabalho e as causas da situação de rua

A população em situação de rua no Brasil, registrada pelo Cadastro Único em agosto de 2023, é de 236 mil pessoas, entre 90 milhões de inscritos. O registro conta com a participação de 64% dos municípios brasileiros. Em levantamento registrado por um relatório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, demonstra-se que o perfil mais comum é majoritariamente composto por homens (87%), adultos (55%) e negros (68%). Além disso, 62% das pessoas que vivem nas ruas estão localizadas na região Sudeste (GOV, 2023). No município de São João del-Rei, em Minas Gerais, objeto dessa pesquisa, são 229 pessoas e 265 famílias em situação de rua (CADÚNICO, 2024), o que representa um aumento de 38,5% em relação ao mês de janeiro de 2023, segundo o NEPE/UFSJ (2024).

As principais causas relacionais que compreendem o fenômeno da falta de moradia advêm de fatores como a condição financeira precarizada, rupturas de vínculo familiar e dependência de substâncias psicoativas. Castel (1997) e Escorel (1999) buscam entender alguns recortes, justificando-os como remanescentes de um processo de marginalização e exclusão social antigo. No Brasil, esses fatores históricos também são frutos de processos de colonização inconclusos, derivados tanto da economia quanto das relações sociais excludentes. Sendo assim, a desigualdade é um processo social construído histórica e espacialmente, não necessariamente uma consequência. Nesse sentido, para Butler (2018), temos uma política distribuída a determinados grupos, sendo a distinção entre aqueles que possuem direito à vida digna e os que estão fadados à vida precária e morte.

Segundo Butler (2018), os indivíduos são constituídos como corpos precarizados e necessitam de situações coletivas para continuar existindo. Portanto, em determinados cenários, são indispensáveis as reivindicações políticas, considerando a condição precária da existência e sua indução em sistemas democráticos, nos quais direitos sociais se encontram em ameaça

constante. Não obstante, é necessário analisar a concepção de políticas de ocupação, considerando a experiência performativa corporal das multidões e a coabitação dos espaços, contínua resistência à precarização da vida.

Neste contexto político, dispositivos de poder são capazes de determinar quem vive e quem morre, cunhando a dinâmica da necropolítica (Mbembe, 2018). Cabe notar que, a necropolítica é parte de um dispositivo mais complexo, articulado com o discurso e práticas do racismo, do inimigo interno, neoliberalismo e outros aspectos que compõem a lógica de poder. Como parte visível desse processo, temos, por exemplo, as forças de segurança brasileiras que exercem o monopólio da violência direcionada, predominantemente, às populações periferizadas e minorizadas no país, civilizando os modos de matar.

No que tange ao neoliberalismo, discute-se a posição e a performance cidadã a partir da relação com o trabalho. Na atual fase do capitalismo, há o crescimento de um contingente populacional considerado improdutivo, ou seja, que não ocupa um espaço no mercado de trabalho. A política desenvolvimentista opera em uma lógica de reinserção profissional a médio prazo, criando condições e estruturas que vão permitir o reaproveitamento da mão de obra. No entanto, a atual gestão populacional, busca manter condições de sobrevivência e, em alguns casos, causar a morte de grupos considerados perniciosos ou improdutivos como, justamente, pessoas em situação de rua. Mbembe (2018) também aponta a perda do “lar” como um dos aspectos fundamentais da dominação, operando por meio da perda de direitos e morte social, ou seja, expulsão da humanidade.

3. Políticas Públicas

O Brasil segue a tendência de fragmentação mundial no que se refere ao papel do Estado para com a população, em que se constitui economicamente grande desigualdade e as pessoas subjugadas não têm

possibilidade de se transpor socialmente (Costa, 2006). Além disso, o modelo econômico estabelecido dificulta a perspectiva de ascensão social. Em uma sociedade centrada no consumo (Bauman, 1997)¹⁸, os “incapacitados”, quem não tem acesso à moeda legal, são invalidados por essa conjuntura de distanciamento dos recursos. Portanto, como resultado do desemprego e do cumprimento de exigências socioeconômicas, não há lugar para essas pessoas na sociedade (Castel, 1997).

A Constituição Federal de 1988 considerou os direitos sociais como preceitos fundamentais para todo cidadão. Com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Assistência Social passou a ser tomada como política pública. Portanto, o poder público passou a coordenar e manter serviços e programas de atenção à população de rua, com padrões éticos de dignidade e não-violência, além da manutenção mínima dos direitos de cidadania a esse grupo de pessoas. No entanto, a conduta da população segue a lógica de exclusão e condenação, por meio da criminalização de comportamentos que expõe sua contradição social, e da repressão, que acabam justificando-se na busca por higienização e segregação social (Costa, 2006). Cabe observar ainda que, quando há necessidade, uma parcela dessa população em situação de rua frequenta esporadicamente os abrigos e albergues disponibilizados pela gestão municipal, o que demonstra a necessidade de incentivo à adesão dessas políticas e, ainda, a melhor estruturação das mesmas, oferecendo, por exemplo, alternativas que promovam a autonomia para que eles consigam atuar de maneira contrária aos estigmas laborais.

Há, no entanto, o processo de gentrificação¹⁹, caracterizado pela supervalorização do preço da propriedade privada e, em decorrência, pela

¹⁸ Determina que indivíduos que não conseguem se adequar ao consumo são excluídos socialmente. Veja em: Bauman, Zygmunt. *O mal-estar na pós-modernidade*, 1997.

¹⁹ Em São João Del-Rei, MG, a gentrificação foi favorecida pela especulação imobiliária por meio da valorização desproporcional de terras em determinados bairros, em relação ao salário mínimo. No ano de

expulsão dessa população das áreas centrais das cidades, com remoções forçadas e destruição de moradias. Isso leva a um ciclo contínuo de deslocamentos, no qual as pessoas alocadas em situação de rua são forçadas a se mover para outros locais, muitas vezes, em condições ainda mais precárias. Com isso, sendo inviável a obtenção de moradia adequada, há o êxodo para bairros periféricos e o agravamento da situação de vulnerabilidade. Essa ação é acompanhada por um investimento público-privado que revitaliza áreas urbanas, mas desconsidera a presença e os direitos dos ocupantes da rua (Martin e Machado et al, 2020), algo que também se reflete em períodos chuvosos, onde pessoas em situação de rua precisam se deslocar pois não existe infraestrutura que os acolha.

Ainda assim, vê-se que essas pessoas criam suas próprias estratégias de sobrevivência, na intenção de suprir a falta do que não é ofertado pelo poder público. A necessidade de viver nas ruas implica na transformação da realidade cotidiana (Costa, 2006). Afinal, a vida "se cria e recria diariamente, como estratégia de sobrevivência e resistência à própria condição" (Bulla, Mendes, Prates, 2004, p. 117).

De acordo com Sposati (1999), é de responsabilidade da Política Pública e Assistência Social ofertar segurança à população-alvo dessa conjuntura, principalmente no que tange à segurança de convivência. No entanto, não há recursos federais ou estaduais destinados à questão e apenas os municípios são responsabilizados por destinar recursos para tais necessidades (Costa, 2006), mecanismo que é insuficiente.

2005, o salário mínimo base no Brasil era de R\$300,00 e no ano de 2015 havia aumentado para R\$788,00, um aumento de aproximadamente 2,6 vezes. Neste mesmo período, o valor do metro quadrado de terreno na cidade de São João del-Rei aumentou a uma proporção de aproximadamente 7 vezes, ou seja, enquanto em 2005 o valor médio do metro quadrado na cidade era de R\$49,16 em 2015 o valor médio de metro quadrado era de R\$347,16. Alguns bairros tiveram um aumento de até 12 vezes no valor médio do metro quadrado (Oliveira e Toledo, 2016).

4. Representações sociais, estigmatização e tipificações das pessoas em situação de rua

No que diz respeito às relações sociais e o tratamento direcionado às pessoas em situação de rua por outrem, na figura individual, estabelecem-se interações sem qualidade, carregadas de estigmas e contato negligenciado. Existem representações sociais materializadas por essas relações que, por sua vez, interferem na constituição das identidades e suportam um conhecimento socialmente compartilhado. Para a compreensão de cada tipificação e estigma, validados pela estrutura socioeconômica pautada em ferramentas de dominação e responsável pelo viés ideológico desses preconceitos, é indispensável refletir sobre o próprio conceito da representação social (Jodelet, 2001) evidenciada por Mattos e Ferreira (2004).

Compreendemos “representação social”, neste trabalho, como a categoria definida por Jodelet (2001), ou seja, uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico (Jodelet, 2001, *apud* Mattos e Ferreira, p. 22).

Dentro desse contexto de formação coletiva de um pensamento, entra a estigmatização, uma representação social, que de maneira semelhante, para Prates, Prates e Machado (2011), é constituída por características baseadas em vínculos de identificação, história, cultura, tradições e experiências compartilhadas, que diferenciam um grupo do grupo geral e que pode levar à discriminação e violências. Mattos e Ferreira (2004) destacam estigmas relacionados à população em situação de rua, indicando que a identidade pessoal delas pode, muitas vezes, ser influenciada por esses próprios estigmas e tipificações com valores negativos, que são reunidas em termos como “vagabundos”, “loucos”, “sujos”, “perigosos” e “coitadinhos”.

Nesse sentido, constrói-se uma representação social estigmatizada que se reflete nas relações entre esses sujeitos e os demais grupos sociais, que

tendem a invisibilizar e excluir os alvos da tipificação. Por seu turno, Escorel (1999, p. 50) argumenta que exclusão é a ruptura dos vários vínculos sociais, na esfera "dos vínculos que unem os indivíduos entre si e fixam os atores sociais ao modelo de sociedade, dos vínculos sociais (materializados) e dos vínculos simbólicos, sendo as representações que conferem a 'identidade social'".

A violência simbólica²⁰ (Bourdieu, 2012) associada a esses discursos, demonstra um caráter individualista em relação às motivações para uma pessoa estar em situação de rua. No caso do termo "vagabundos", o desemprego é colocado como contraponto ao estado de ser trabalhador e as atividades informais são vistas como improdutivas, sem efeitos sociais a longo prazo, reforçando a ideia do trabalho como integrador social, contribuindo para a formação de identidades. A falta de emprego leva a consequências como o apagamento social e a despersonalização, além de impactos físicos e psíquicos que refletem até mesmo nos membros de um grupo familiar, pela distorção em sua estrutura. As posições e os papéis sociais ainda são muito relacionados ao valor do trabalho e ao acesso às riquezas, constituindo as “relações mecânicas da sociedade”, nos termos de Durkheim (1999)²¹. Os mecanismos de “distribuição de bens e recursos são, ainda, determinantes da estrutura social que atribui posições relativas a indivíduos e grupos em relação ao seu valor - proporcional à escassez ou abundância de suas posses” (Escorel, 1999, p. 25).

O discurso higienista é outro ponto presente nesta caracterização, na medida em que relaciona esse grupo à sujeira, malcuidado, falta de higiene, tanto em relação às questões físicas, mas também remete ao fator simbólico de "limpar as cidades", remover as parcelas que habitam as ruas. Dessa

²⁰ Conceito de Pierre Bourdieu, refere-se à dominação sutil através da imposição de normas culturais e sociais.

²¹ Relações pautadas em tradições, nos hábitos e na moral. Veja em: Durkheim, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*, 1999.

forma, adota-se uma abordagem fundamentada no "modelo filantrópico de higiene" ou na "concepção asséptica" (Sposati, 1995 *apud* Mattos e Ferreira, 2004), na qual o objetivo principal é isolar, ocultar e promover a limpeza, inclusive dos centros urbanos.

O discurso do medo, que vincula a pobreza à violência, também perpetua os estigmas envolvendo a população de rua. A desumanização ou inferiorização, associada à mendicância ou a embriaguez, leva as pessoas à tensão de contato e ao afastamento. Existe, ainda, o discurso psiquiátrico, pelo qual apontam a patologização da loucura e como esta se associa com pessoas em situação de rua graças ao não cumprimento de determinadas ordens sociais, desafiando o estado de “normalidade”, definidos por Mattos e Ferreira (2004).

A caracterização das pessoas em situação de rua como anormais, carrega em si a comparação com uma "normalidade", vista como forma legítima de vida na sociedade. Assim, o diferente passa a ser objeto de estranhamento e repulsa. A dicotomia "normal" *versus* "anormal" homogeneiza as diferenças com o intuito de manter todos na linha, reproduzir uma dada ordem social. Ora, se morar em uma residência fixa, trabalhar formalmente e constituir família são padrões sociais que caracterizam os indivíduos "normais", logo, sem residência fixa, sem família e trabalho formal, as pessoas em situação de rua são alvos de investidas ideológicas que acentuam suas "anormalidades" (Mattos e Ferreira, 2004, p. 50).

Por fim, há também o discurso vitimizador atrelado à religião e ao assistencialismo paliativo (Mattos e Ferreira, 2004), em que as pessoas em situação de rua são alocadas na posição de “coitadinhas”. No entanto, o aspecto nocivo que se relaciona a esta concepção acaba contribuindo para a construção da identidade do indivíduo em situação de rua como alguém inferior e digno de pena. O assistencialismo paliativo, apesar do benefício a curto prazo, dirime o Estado de sua responsabilidade perante esse grupo de pessoas.

5. Metodologia

A primeira fase de desenvolvimento do artigo teve como base a pesquisa documental. Para Antônio Carlos Gil (2008), esta é muito parecida com uma pesquisa bibliográfica, com a diferença pairando na natureza das fontes. Esse tipo de pesquisa delimita uma investigação em materiais que não receberam tratamento analítico, exemplificando com: reportagens de jornal, cartas, filmes, diários, etc, ou então, materiais de “segunda mão”, que de alguma forma foram analisados. A princípio, realizamos pesquisas em arquivos de órgãos governamentais como GOV, na página do Cadastro Único, e projetos acadêmicos, representado nos dados colhidos pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia da Universidade Federal de São João del-Rei, NEPE, para estabelecer parâmetros quanto aos valores numéricos envolvendo famílias em situação de rua na cidade.

Em paralelo, desenvolvemos a pesquisa bibliográfica. Gil (2008) define que ela consiste em explorar materiais já elaborados, principalmente artigos científicos e livros. Essa etapa permite a investigação de uma gama maior de publicações, especialmente quando o problema de pesquisa é abrangente. A estruturação do referencial teórico deste trabalho envolveu estudos sobre exclusão social, através da ótica de Escorel (1999), o conceito de estigmatização pelos autores Mattos e Ferreira (2004), já para o panorama da necropolítica, corpos minorizados, e a precariedade das vidas escolhidas para a morte, utilizou-se referencialmente Mbembe (2018) e Butler (2018), nessa ordem.

Como base para a elaboração do trabalho, também foi utilizada a pesquisa de campo, de cunho etnográfico, a qual é definida como um tipo de pesquisa que busca obter informações diretamente da população pesquisada, exigindo um contato mais direto com o objeto em estudo. Isso implica ir ao local onde o fenômeno ocorre ou ocorreu, reunindo um conjunto de informações que serão documentadas. Essa abordagem permite uma

compreensão mais aprofundada da realidade investigada, considerando sua complexidade e dinamicidade (Piana, 2009). A pesquisa de campo ainda propõe uma integração dos dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e documental, permitindo uma compreensão empírica de observações diretas dos conceitos, contextos e teorias explicitadas pela pesquisa bibliográfica.

A etnografia, de maneira semelhante, pode ser definida como coleta de dados que parte de um convívio direto entre pesquisador e grupo pesquisado, onde o pesquisador imerge na realidade a ser investigada de forma a "se deslocar de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno observado através de sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meios das quais a realidade investigada se lhe apresenta" (Rocha, Eckert, 2008, p. 54). Este método se constroi por meio de observação direta, interação, escuta atenta, diálogo, descoberta e inserção.

Quanto às entrevistas, a maior assertividade na comunicação está na humanização do contato interativo. Nesse caso, todas as partes envolvidas no processo da entrevista se elucidam acerca de um conceito, comportamento ou compreensão de mundo. Assim, se estabelece um diálogo e se transmite o objetivo daquela comunicação. Ainda, no que tange a essa prática, pode servir para a pluralização de vozes e distribuição democrática da informação (Medina, 2008). Não obstante, o condutor da entrevista precisa se ater a traços significativos do depoimento para gerar identificação através da comunicação anônima, evitando, inclusive, cumprir o papel de psicólogo diante de um interlocutor que se confessa.

Quanto à abordagem, é imprescindível que o entrevistador reconheça esse momento como uma situação psicossocial complexa (Medina, 2008), se preparando para uma abordagem consciente dos aspectos psicológicos, sem imposição, autoritarismo e agressividade. A possibilidade de aproximação torna mais evidente a questão ética.

Para tanto, abordamos um grupo de pessoas em situação de rua localizado próximo ao terminal rodoviário, buscando, antes de qualquer coisa, ouvi-los. Deixamos que se apresentassem e expomos, também, o objetivo do trabalho em questão. A partir de seus relatos, vislumbramos semelhanças que contribuíram para uma certa identificação e, conseqüentemente, criação de vínculos com mais confiança e abertura. Assim, eles permitiram registros imagéticos deles, da sua moradia improvisada, das entrevistas e diálogos ao longo das visitas.

6. DISCUSSÃO

A pesquisa se construiu através do relato de três pessoas em situação de rua em São João del-Rei, expondo as questões socioeconômicas e culturais que permeiam a vivência dessas pessoas e como a relação com a rua afeta as percepções sobre si mesmas. Entre as fontes abordadas, Priscila Daniela de Paula Santos é de Ritópolis e se mudou para São João del-Rei aos 12 anos. Morava no bairro Bom Pastor com a mãe e trabalhava. Segundo ela, o declínio veio após a pandemia, com a perda do emprego e questões de saúde. Ao lado do companheiro, acabou em situação de rua devido ao vício em psicoativos. Atualmente, os três filhos moram com a mãe de Priscila.

Já Wesley Anderson de Carvalho é de natureza são-joanense e começou a trabalhar ainda na adolescência, se afastando dos estudos. A situação de rua ocorreu após sair do presídio e ter problemas com psicoativos também. Ele possui um alojamento mais estruturado, que apesar de estar embaixo da ponte, possui colchões, energia elétrica e televisão, que ele instalou. Murilo Sérgio da Cruz Salvador é de Angra dos Reis e se tornou adicto após a perda da mãe, da qual tem muita estima e saudades, motivo pelo qual mudou-se para São João del-Rei.

6.1. Relações familiares, trabalho e abuso de substâncias

A falta ou ruptura da estabilidade nas relações familiares leva, junto ao desemprego, ao uso abusivo de bebida alcoólica e/ou drogas ilícitas. A desvinculação do eixo familiar, em si, leva a um processo de fragilização, que, muitas vezes, culmina no próprio isolamento social. Não obstante, o abuso de substâncias se apresenta como uma maneira de suprir ou “driblar esse vazio” (Escorel, 1999, p. 167).

A perda de laços familiares - acarretada pelo desemprego, violência, luto, perda de autoestima, alcoolismo, drogadição, doença mental e etc - é um grande desencadeador do êxodo residencial da população, colocando-as em situação de rua (Bulla, Mendes, Prates, 2004). Os personagens retratam essas causas em suas declarações: “Eu sou dependente químico de droga. Eu perdi minha mãe, ela nasceu aqui. Perdi ela, minha avó, meu tio, meu irmão, por isso eu vim aqui” (Salvador, 2024). Ainda sobre o luto, que se apresenta como gatilho para a drogadição, é relatado: “Mataram meu enteado [...] perder uma pessoa que a gente gosta, não é fácil [...] A gente está aqui, nós que usamos droga, nós somos... Isso é doença. A química é doença, e ninguém entende” (Santos, 2023).

Para enfrentar tal situação, a solução encontrada é buscar lugares alternativos, de curta duração. Por isso, as pessoas dormem em locais expostos, como órgãos públicos, marquises, rodoviárias e estações, praças e pontes, se alojando em habitações improvisadas (Costa, 2006). Apesar de algumas pessoas optarem por ficar sozinhas, é possível que durmam e se alimentem também em grupos, devido aos riscos de violência. No ato das visitas e entrevistas, notamos a presença de mais pessoas em situação de rua e o vínculo que possuem devido ao compartilhamento de utensílios como panelas e cobertores, além da própria realidade de viver nas ruas que é um fator de aproximação.

O desejo de trabalhar, manifestado no cumprimento de tarefas como catação de recicláveis, guarda de carros etc, seria a prática do que socialmente se apresenta como o caminho para a saída da rua. Em seu depoimento, Priscila afirma que ajuda a fazer a guarda de carros na região da rodoviária para obter dinheiro para fazer sua higiene, comprar alimentos, bebidas e substâncias psicoativas. Algumas falas de Murilo também reforçam o trabalho em tarefas esporádicas “eu já trabalhei no lava-jato, já catei latinhas”. Contudo, isso reforça a necessidade de viabilizar alternativas de geração de renda para esses sujeitos, tanto pelo poder público quanto pela sociedade em geral (Costa, 2006). Desse modo, o desafio é garantir o destino adequado dos recursos adquiridos nestes trabalhos, evitando que sirva apenas para subsidiar vícios.

Ainda no que diz respeito ao vínculo com o trabalho e as consequências do deslocamento social após perdê-lo, os personagens expõem.

Depois que eu saí da cadeia, eu desgostei da vida e vim pra cá. Sou funcionário público, tenho 20 anos de prefeitura. Tem um ano que eu não trabalho [...] Tem muita gente que me julga, morador de rua, mas eu trabalho e não roubo, tenho meu vício, mas graças a Deus eu sou honesto [...] (Carvalho, 2023).

Eu trabalhava, tinha minha vida, tinha minha casa. Entrou a pandemia, eu perdi meu emprego, peguei covid, fui mandada embora do meu serviço [...]. Aquilo tudo entrou na minha cabeça, ficou tudo tão difícil, serviço não tinha nada [...] veio eu e meu marido, voltou, nós recaímos (Santos, 2023).

A desestruturação desses vínculos, bem como a perda do trabalho, tem uma forte relação com a perda de identidade. O ofício caracteriza a humanização, o acesso aos bens também carrega o aspecto estético, da saúde, das oportunidades. Consequentemente, a adesão de uma postura de fechamento social, causada pela desqualificação, promove a ausência de perspectivas e o sentimento de inutilidade. Com a “desintegração da

necessidade de uma dinâmica social, surge a compensação, seja na bebida ou no uso de substâncias psicoativas, e por fim, reivindica-se a liberdade de viver à margem da sociedade” (Escorel, 1999, p. 57).

Os sujeitos apontam, ainda, algumas (auto) representações de sua condição, "trazem suas histórias de vida marcadas por perdas diversas, da casa, do emprego, da família, da autoestima, por culpas e uso abusivo de álcool" (Prates, Prates e Machado, 2011, p. 197). É notado que mesmo a desqualificação como sujeito social e a culpabilização produzem efeitos condicionantes no imaginário dessas pessoas.

A culpa resultante de uma visão reduzida da realidade amplia o processo. O não reconhecimento de situações, por exemplo, de desemprego, como uma expressão da questão social, condicionada, portanto, por fatores conjunturais e estruturais e não por “[...] incompetências individuais [...]”; ou por não reconhecer o alcoolismo como doença, que necessita de tratamento, faz com que a autoculpabilização [...], acentue o sentimento de fracasso e a baixa autoestima, o que, numa condição adversa, de falta de oportunidades, pode significar a desistência e a acomodação nessa condição de sobrança – para usar uma expressão de Castel (Prates, Prates, Machado, 2011, p. 198).

Todas essas formas de desumanização fazem com que a sociedade naturalize esse estado enquanto não propõe soluções abrangentes e prolongadas, de forma que, cada vez mais, as pessoas se tornem socialmente invisíveis e recebam indiferença, quando não a desqualificação de seus atributos como ser humano ou até, em casos extremos, se tornam vítimas de violência e morte acometida externamente ou até na própria comunidade.

O processo de estigmatização também leva a consequências, como a interiorização e apropriação dos discursos segregacionistas por parte deles próprios. Na análise de campo, observa-se que, para eles, o grande causador da atual condição são as próprias imperfeições individuais, responsabilizando a si mesmos totalmente e se apropriando do “discurso ideológico da culpabilização” (Nascimento, 2000, p. 63, *apud* Mattos e

Ferreira, 2004). Como exposto no trecho em que Wesley fala “Com 12 anos já caí no mundo do crime, comecei a vender droga [...] Não culpo ninguém, culpo é eu mesmo, eu que fui pra esse caminho. Porque ninguém leva ninguém pro mal caminho, você vai porque você quer” (Carvalho, 2023).

Em relação ao discurso higienista, os entrevistados criticam a tendência de associá-los à sujeira, como afirma Wesley “Não é porque eu moro debaixo da ponte que eu sou obrigado a ficar sujo, viver na sujeira não, porque o asseio vem em primeiro lugar, você sendo pobre ou rico [...]. A gente é ser humano igual aos outros, só que a gente é muito julgado” (Carvalho, 2023). Algo que também é reiterado por Priscila “tenho que tomar meu banho, que eu sou mulher tem que andar... tomar banho” (Santos, 2023) e também por Murilo “Você acha que nós ‘gosta’ de ficar aqui embaixo da ponte, sentindo o cheiro dessa vala?” Ele aproveitou a oportunidade para mostrar o lixo no entorno da ponte onde está alojado, e reiterar que não foram eles que sujaram o ambiente. “Essas ‘pragas’ (vizinhos) ficam jogando tudo aqui, tudo é nós. Vocês chegaram lá dentro e viram a ‘comarca’ (moradia) de cada um, como que é, se não é limpinho [...] não somos obrigados a limpar o que jogam lá de cima” (Salvador, 2024).

Em relação ao estigma do medo, os personagens expressam essa consciência e argumentam contra esse comportamento enviesado nas relações sociais. “Uma coisa que eu sei, é que nós nunca ‘precisou’ roubar nada [...]. Pra julgar nós aqui embaixo é fácil. O difícil é ser nós” (Salvador, 2024). “A vizinhança aí gosta de mim [...] porque aí acabou os roubos. Tem criança, advogados, todo mundo gosta de mim” (Carvalho, 2023).

No que tange à relação dos discursos dos personagens com a necropolítica, eles ressaltam a violência policial desmedida, falando inclusive com naturalidade sobre as violências que já sofreram. “Os ‘polícia’ chegou aqui, deu geral e não achou nada, revirou o barraco todo [...] Eu saí daqui algemado e apanhando” (Carvalho, 2023). No caso de Murilo, que é

um homem negro, além da violência policial, ele também evidencia o racismo que sofre a população negra “O que faz a pessoa acabar fazendo uma coisa que ela não queria ter feito, é pela indignação. Porque preto vai fazer isso aqui (pular) ‘Uh, é ladrão’ ‘Ah, ele pulou daqui pra lá, ele deve estar fugindo dos homens’ Ladrão...” (Salvador, 2024). Murilo também informou de uma imensa dificuldade em conseguir oficializar seu documento de certidão de nascimento, o que só conseguiu com ajuda externa. Esses são apenas alguns relatos pontuais que podem ser associados à violência e precarização pela qual passam na condição de pessoas em situação de rua, mas levando em conta a não estruturação de políticas públicas como um todo, existem diversos fatores que, elencados, determinam a estrutura da necropolítica, levando ao afastamento dos personagens em relação a qualquer reivindicação, visto que os três afirmaram que não votam e não acreditam em política nenhuma.

Existe, em contrapartida, algo que pode se associar à reivindicação de uma liberdade, que resulta na consciência social quando se abrem oportunidades para pessoas falarem sobre suas histórias. Os personagens também expressam uma dita preferência por esse modo de vida: “Eu gosto de ficar é aqui [...] não sou um passarinho para viver dentro de uma gaiola [...] Aqui eu tô livre, minha filha. Aqui eu grito, aqui eu quebro o pau, eu falo o que eu quiser. Se eu quiser dormir eu durmo, se eu não quiser dormir eu não durmo” (Santos, 2023). Relatam, também, uma conformidade e satisfação com a condição: “Eu sou morador de rua, debaixo da ponte, sou feliz aqui onde eu moro [...] Não sinto falta de nada, aqui faço minhas necessidades, faço meu rango” (Carvalho, 2023), “Aqui nós é mais feliz do que na casa de nossos parentes, tenho nada a reclamar não, só agradecer a Deus” (Salvador, 2024).

Diante do exposto, percebemos que as pessoas e famílias em situação de rua são atravessadas por um problema, indubitavelmente, estrutural e

estruturante, principalmente, devido à falta de políticas públicas efetivas e a garantia do direito constitucional à moradia. Desse modo, os condicionantes sociais inferem que os sujeitos adotem certos comportamentos e estruturas de vida, mas o poder público não fornece as condições para tal, negando o acesso a direitos sociais.

7. Considerações Finais

Ao retratarmos questões envolvendo pessoas em situação de rua e os atravessamentos socioculturais que permeiam suas realidades, evidenciamos olhares humanizados sobre grupos minorizados, propondo reflexões sobre como a sociedade representa essas pessoas. Em nosso entendimento, somente a autonomia vai levar à transformação social. Mesmo quando esses sujeitos têm consciência das tipificações que os atingem, é inviável a alteração de sua consciência sobre as próprias identidades, pois as relações sociais reafirmam essa lógica incessantemente. Sendo assim, combater a culpabilização (Mattos e Ferreira, 2004) pela descentralização da culpa por essas condições, orientando-os sobre as conjunturas socioeconômicas que acarretam as mesmas, é o caminho ideal. Além disso, envolver as pessoas em situação de rua no planejamento de políticas públicas, garantindo que se constituam como cidadãos, que suas vozes e necessidades sejam ouvidas e atendidas de maneira primária, promoverá um senso de pertencimento e a possibilidade de ressignificar suas identidades a partir de uma postura ativa.

Outra necessidade evidente é o direcionamento de recursos para a construção de habitações estruturadas ou o financiamento de serviços de apoio que atendam às necessidades específicas das pessoas em situação de rua, como cuidado com saúde mental, segurança alimentar, estímulo da inserção na educação, cultura e esportes, tratamento para dependência química e capacitação profissional, como medidas iniciais para reparação, entendendo também que para eles o cerceamento do direito de ir e vir é uma

barreira em relação ao uso de habitações que já promovem assistências pontuais.

Ao tratar de um tema como esse, acreditamos na contribuição da pesquisa com relação à melhoria social graças ao seu poder de comover e conscientizar por meio da personalização desses indivíduos em vulnerabilidade, superando, principalmente, o estigma do medo. Por meio do encontro e diálogo com os personagens, encontramos lacunas, principalmente, em relação às políticas públicas, sobretudo, municipais. As interações com as fontes, mesmo que delicadas em primeiro momento, foram surpreendentes considerando a formação dos vínculos e abertura de perspectivas novas deles sobre si mesmos e para nós, sobre como a sociedade é estruturada.

Compreender como essas pessoas se percebem foi uma experiência transformadora. Esse contato tão próximo evidencia os nossos privilégios e a obrigação, enquanto jornalistas, de promover uma retratação justa das injustiças sociais. Todas as respostas das entrevistas são o próprio retrato do tratamento sociopolítico desses indivíduos, tanto pela precariedade estrutural que os mantém nessa situação, quanto pelos estigmas e preconceitos que reforçam a imagem das pessoas em vulnerabilidade, perante os outros cidadãos.

O arcabouço teórico com conceitos de aplicabilidade ampla como a necropolítica, foram introduzidos ao processo de pesquisa após os diálogos de forma que compreendemos de maneira aprofundada, como os depoimentos de cada personagem interagem com algum dispositivo estrutural. Portanto, percebemos, na prática, como operam a estigmatização, as políticas de exclusão e outros conceitos que se tornaram chave para compreender, de forma palpável, o processo social retratado. Dessa forma, a experiência de campo se fez como vivência e ilustração de todos esses termos.

No que tange às pesquisas, nota-se uma ausência de estudos predominantemente jornalísticos acerca da problemática. Grande parte deles são cunhados em áreas como a economia, psicologia, ciências políticas e sociais, o que fomenta a atualidade do tema e a necessidade de debruçar-se sobre os atravessamentos que ele constitui.

Nosso trabalho desperta a possibilidade de novas pesquisas, obras e olhares sobre outros desdobramentos da questão de pessoas em situação de rua, como trabalhos informais, o racismo e as violências, formação de comunidades, além de trazer a luz a possibilidade de buscar compreender a estrutura social de outros grupos como catadores de recicláveis, prostitutas, refugiados e pormenorizados distintos.

REFERÊNCIAS

ÀMARGEM. Direção: Luísa Meinberg e Ana Isa Moura. São João Del-Rei: [s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z6ywI3drqf0&t=446s>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2012.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. **As múltiplas formas de exclusão social.** Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. São Paulo: Editora José Olympio, 2018.

CARVALHO, Wesley Anderson de. **ÀMARGEM.** [Entrevista cedida a] Luísa Meinberg e Ana Isa Moura. São João Del-Rei, novembro, 2023.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia Maria Machado; YAZBEK, Maria Carmelita (Ed.). **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 1997.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ECKERT, Cornelia. ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ESCOREL, Sarah. Exclusão social: em busca de uma categoria. In: **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, pp. 23-81.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 139-171.

ESCOREL, Sarah. A Saúde das pessoas em situação de rua. In: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa nacional sobre população em situação de rua. 2009. p. 233-233.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

LARA, Higor; SANT'ANNA, Tatiane; VIRTUOSO, Lucas Duarte; CHAVES, Matheus; OLIVEIRA, Miriã; FERREIRA, Douglas Marcos. **Boletim dos Indicadores Conjunturais**. Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia, [s. l.], p. 1-40, março 2024. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/dceco/IC_SJDR_NEPE_MARCO_2024.pdf Acesso em: 25 ago. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & sociedade**, v. 16, p. 47-58, 2004.

MACHADO, Mônica Sampaio; MARTIN, André Roberto. **Dicionário dos geógrafos brasileiros**. 7 Letras, 2014.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: O diálogo possível**. 5. ed. São Paulo. Ática, 2008.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (Brasil). MDHC lança relatório sobre pessoas em situação de rua no Brasil; estudo indica que 1 em cada mil brasileiros não tem moradia. **DIAGNÓSTICO**, [s. l.], 14 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mdhc-lanca-relatorio-sobre-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-estudo-indica-que-1-em-cada-mil-brasileiros-nao-tem-moradia>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MOURA, Ana Isa Fonseca de.; FIRMINO, Luísa Meinberg de Almeida. AMARGEM. In: 27º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2024, Barbacena/MG. **Anais do 27º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, 30 de maio a 1 de junho de 2024, na Unipac. São Paulo: Intercom, 2024, v. 1.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Juventude: novo alvo da exclusão social. In: BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua: nômades excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 121-138.

OLIVEIRA, Jadna Têssia. TOLEDO, Márcio. **A valorização imobiliária em São João del-Rei: transformações urbanas**. v. 18, p. 1-10, 2016. Disponível em: https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467652825_ARQUIVO_Completo_ENG.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2009.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone Araujo. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Revista Temporalis**, 2011.

SANTOS, Priscila Daniela dos. **À MARGEM**. [Entrevista cedida a] Luísa Meinberg e Ana Isa Moura. São João Del-Rei, novembro, 2023.

SALVADOR, Murilo Sergio da Cruz. **À MARGEM**. [Entrevista cedida a] Luísa Meinberg e Ana Isa Moura. São João Del-Rei, agosto, 2024.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO (São João Del-Rei, MG). Observatório do Cadastro Único v1.4.1. In: **Observatório do Cadastro Único** v1.4.1. [S. l.], julho 2024. Disponível em: <https://paineis.cidadania.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos e seguridade. In: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Secretaria de Estado da Assistência Social. **Mínimos sociais: questões conceitos opções e estratégias**. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: Fundap, 1999.

SPOSATI, Aldaíza. O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população. **Rua aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: MDS, 2009.

CAPÍTULO 9



Preservação e Memória: a importância do arquivo de Bertha Lutz para a história da participação feminina na política brasileira

Ana Luiza Vieira Moraes (UFJF)

Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ/UFJF)

RESUMO: Apesar de um contexto que sugere avanços sociais, é evidente que as mulheres ainda ocupam um papel secundário no mercado de trabalho, especialmente na política. Este artigo analisa o arquivo (Farge, 2017; Simoni e Eleutério, 2018) como uma ferramenta de preservação e um estímulo ao progresso das mulheres no espaço público, com foco na trajetória de Berta Lutz. Para isso, é fundamental abordar a desigualdade de gênero e o movimento feminista (Bourdieu, 2002; Perez; Ricoldi, 2019).

Palavras-Chave: Arquivo; Política; Feminismo; Preservação; Memória.

1. Introdução

No Brasil, a representatividade feminina na política é muito reduzida, tanto nas câmaras de vereadores quanto no Senado Federal, mesmo que as mulheres representem cerca de 51% dos eleitores. Nesta última eleição de 2024, apenas 728 mulheres foram eleitas prefeitas e as vereadoras somam 18,2% do total de candidatos, frente aos 81,8% de homens eleitos para as Câmaras Municipais, o número ainda é muito baixo visto que o Brasil possui 5570 municípios. No pleito presidencial em 2022, somente 91 mulheres elegeram deputadas federais num universo de 513 parlamentares (17%). O aumento de 77 deputadas (em 2018) para 91 (em 2022) pode parecer um avanço, mas pelo menos 21 das parlamentares têm o seu capital simbólico

vinculado a figuras masculinas, o que torna a sua representatividade em defesa das mulheres relativa, já que estão vinculadas a oligarquias comandadas por homens. Em 2024, foram eleitas apenas 727 mulheres para prefeitas nas eleições municipais num universo de 5.504 municípios, o que corresponde apenas a 13%. Apesar de terem sido eleitas 77 mulheres a mais, o número ainda é pouco expressivo e a maior parte das candidatas vitoriosas (cerca de 80%) são vinculadas à direita e ao centro, sendo apenas 20% de esquerda, que tendem a ser mais representativas em relação às bandeiras feministas.

Apesar da existência de cotas eleitorais (lei que assegura uma porcentagem mínima de 30% e máxima de 70% a participação de determinado gênero em processo eleitoral vigente), as mulheres enfrentam dificuldades para se tornarem representantes políticas no país. Destaca-se a presença do campo político, com lutas simbólicas em “os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais”. (Bourdieu, 2011, p. 204). Tem-se um jogo no qual o que está em disputa é a imposição e a legitimação dos princípios de visão e divisão do mundo social.

De acordo com a cartilha de 2022, do Ministério Público Federal, a violência política de gênero é toda ação, conduta ou omissão que busca impedir, dificultar ou restringir os direitos políticos das mulheres – cis ou trans – em virtude de seu gênero. Inclui qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos e das liberdades políticas fundamentais. São atos que tentam excluir a mulher do espaço político, dificultar o exercício de funções públicas, restringir o exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade ou que lhe são prejudiciais. As agressões podem ser de natureza física, moral, psicológica, econômica, simbólica ou sexual. Duas leis aprovadas em 2021 pelo Congresso Nacional brasileiro

tipificaram como crime a violência política de gênero e a violência política mais ampla. Isso significa que o agressor (qualquer pessoa) pode ser denunciado criminalmente à Justiça pelo Ministério Público e responsabilizado pela violência praticada. Caso condenado, o responsável pode ser preso.

Muitas mulheres ainda têm dificuldades de ocupar cargos de poder, serem eleitas ou terem voz ativa nas tomadas de decisões políticas. Isso acontece devido à exclusão histórica delas na política e que reverbera, até os dias atuais, no nosso cenário de baixa representatividade feminina no governo. Tal fato traz à tona também uma reflexão acerca da preservação memorialística da participação feminina na política brasileira e o que isso implica para uma possível mudança deste cenário, ainda tão dominado pelos homens como visto anteriormente.

Neste artigo, discute-se a importância do arquivo de Bertha Lutz, pioneira na luta pela emancipação das mulheres e pelos direitos das crianças e minorias. Segundo Duranti “(...) através de milênios, os arquivos têm representado, alternada e cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história e da informação” (Duranti, 1994, p.50). A coleção abrange 164 peças de gênero textual, que estão divididas em dois grupos principais: grupo 1, "Reivindicações das mulheres da sociedade civil encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34" e grupo 2, "Atuação parlamentar na Legislatura de 1935-37", também foram criados dossiês por projetos de lei em que Bertha Lutz atuou. A coleção é composta por documentos relativos à Bertha Lutz, selecionados dos fundos da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34, custodiados pelo Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados. Segundo o artigo primeiro da lei 8.159, é “dever do Estado a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à

administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”.

2. Bertha Lutz: de cientista à ativista

Bertha Maria Júlia Lutz foi a maior líder na luta em busca dos direitos políticos das mulheres no Brasil. Nasceu no dia 02 de agosto de 1894, em São Paulo. Filha de uma enfermeira inglesa, Amy Fowler e do médico e cientista brasileiro Adolfo Lutz. O pai de Bertha foi fundador da medicina tropical e da zoologia médica no Brasil, assim como diretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo, que atualmente tem o seu nome.

Desde menina, Bertha Lutz demonstrava interesse por animais e plantas. Estudou na capital paulista, mas depois concluiu o curso secundário no interior da Inglaterra e o superior na França. A sua estadia na Europa foi importante para entrar em contato com o movimento feminista inglês, principalmente o sufragista, que lutava pelo direito das mulheres ao voto. Em 1918, formou-se em botânica, ciências naturais, zoologia, embriologia, química e biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, em Sorbonne. No mesmo ano, retornou para o Brasil e atuou como tradutora no setor de zoologia do Instituto Osvaldo Cruz no Rio de Janeiro, onde também trabalhava o seu pai. Em 1919, fez concurso para ocupar o cargo de secretária no Museu Nacional. Bertha foi aprovada e tornou-se a segunda mulher a fazer parte do serviço público no país. Durante sua carreira, ocupou outros cargos públicos e chegou a ser a chefe do setor de Botânica do Museu Nacional, lá consolidou sua carreira de cientista, fato incomum para mulheres naquela época.

Em 1919 fundou, ao lado de outras mulheres, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que também teve influência do movimento liderado pelo senador Justo Leite Chermont a favor do voto feminino. No ano seguinte, foi nomeada pelo barão de Ramiz Galvão para o

cargo de inspetora do ensino secundário, no Ginásio Masculino de Lorena, em São Paulo. Já em 1922, foi representante brasileira na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras (evento realizado nos Estados Unidos), quando foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Ao regressar, criou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que substituiu a liga criada em 1919, em busca do direito de voto às mulheres.

Sob sua presidência (1922-1942), essa federação congregou as diversas associações estaduais e nacionais femininas, além de receber a primeira mulher a ganhar um prêmio Nobel, a cientista Marie Curie e sua filha Irene Curie, que também venceria o prêmio mais tarde. Ainda em 1922, como delegada do Museu Nacional ao Congresso de Educação, conseguiu a admissão de meninas no externato do Colégio Pedro II. No ano seguinte, participou da Conferência Internacional da Mulher, realizada em Roma, sendo nesse mesmo ano condecorada pelo governo belga pelo estudo que realizou, em comissão do Ministério da Agricultura, sobre a difusão de conhecimentos domésticos e agrícolas junto à população rural. Dois anos depois, esteve na Conferência Pan-Americana da Mulher, ocorrida em Washington.

Bertha foi uma das apoiadoras de Juvenal Lamartine de Faria, governador do Rio Grande do Norte, estado que durante a gestão dele foi o primeiro a aprovar o voto feminino, em 1928. No ano seguinte, a ativista participou da Conferência Internacional da Mulher, em Berlim, e, pouco após regressar ao País, fundou a União Universitária Feminina. Mas foi somente em 1932, que conseguiu junto de outras ativistas, o direito ao voto feminino em todo país, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. No mesmo ano, criou a Liga Eleitoral Independente. Sucessora de Leolinda Daltro, fundadora da primeira escola de enfermeiras do Brasil, Bertha Lutz organizou o primeiro congresso feminista do país e, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), discutiu problemas relacionados à proteção

do trabalho da mulher. Também fundou a Liga Eleitoral Independente em 1932 e no ano seguinte a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas, quando voltou a representar o Brasil na 7ª Conferência Pan-Americana da Mulher, realizada em Montevideu.

Ainda em 1933, concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Após se tornar bacharela, candidatou-se na legenda do Partido Autonomista do Distrito Federal, representando a Liga Eleitoral Independente, ligada ao movimento feminista, a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, mas Bertha não conseguiu eleger-se, obtendo a primeira suplência. Apenas em julho de 1936, após a morte de Cândido Pessoa, deputado titular, assumiu o mandato. Durante o mandato parlamentar, lutou pela mudança da legislação referente ao trabalho da mulher e dos menores de idade, quando propôs igualdade salarial, a isenção do serviço militar feminino, a licença de três meses à gestante sem prejuízo de vencimentos e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas. Também elaborou projetos para o combate à lepra e à malária no Rio de Janeiro. Permaneceu na Câmara até novembro de 1937, quando, com a implantação do Estado Novo, foram dissolvidos todos os órgãos legislativos do país.

Em dezembro de 1937, assumiu interinamente a chefia do setor de botânica do Museu Nacional, onde foi efetivada no cargo em fevereiro de 1938. Representou o Brasil no Escritório Internacional do Trabalho por ocasião de uma conferência na Filadélfia, nos Estados Unidos, tendo atuado ainda em uma comissão da Liga das Nações sobre as condições de trabalho feminino. Bertha participou ainda da Conferência de São Francisco (realizada em 1945) com a delegação do Brasil, tendo defendido a igualdade de gênero, sendo que era a única mulher da comitiva brasileira e uma de quatro delegadas presentes em todo o encontro. Foi aposentada compulsoriamente do Museu Nacional em 1964.

Em 1975, marcado como Ano Internacional da Mulher, integrou a delegação brasileira na Conferência Mundial da Mulher, promovida no México pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo delegada titular do Brasil da Comissão Interamericana de Mulheres. Foi membro de diversas associações, entre as quais a Sociedade Internacional das Mulheres Geógrafas, a Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e Igualdade Política entre Sexos — cuja diretoria integrou —, a Comissão Feminina Consultiva do Trabalho da Mulher, o Escritório Internacional do Trabalho, da Sociedade das Nações, em Genebra, o Escritório Internacional de Proteção à Natureza e o Museu Americano de História Natural, em Nova Iorque.

Além de diversos artigos que escreveu Bertha Lutz ainda publicou: “Índice dos Arquivos do Museu Nacional, I-XXII, 1876-1919” (1920); “A nacionalidade da mulher casada” (1933); “Brazilian species of hyla” (1973); “O papel educativo dos museus modernos”; “O ensino doméstico nos Estados Unidos”; “Treze princípios básicos: sugestões ao anteprojeto da Constituição”; “O trabalho feminino: a mulher na ordem econômica e social”; e “Estatuto da Mulher”. Bertha Lutz era especialista em anfíbios anuros, subclasse que inclui os sapos, as rãs e as pererecas. Seus estudos resultaram na catalogação de 4.400 espécies nacionais. Sua atuação inspirou a nomeação de uma espécie de perereca - a *Aplastodiscus lutzorum* - e de uma raia, a *Hypanus berthallutzei*. A ativista faleceu aos 82 anos, vítima de pneumonia no dia 16 de setembro de 1976, no Rio de Janeiro.

3. Panorama histórico do voto feminino no Brasil

Tosi (2016) aponta que, até o início do século XX, o voto era na maior parte dos países, exclusivo aos homens, principalmente aqueles de posses. No entanto, no século anterior, caracterizado pelas lutas por direitos, como a Revolução Francesa, começa a emergir também as lutas pelo voto feminino.

O primeiro país a conceder o voto feminino foi a Nova Zelândia, em 1893, seguido da Finlândia em 1906. Mas na África do Sul, a conquista do voto para as mulheres foi apenas em 1993, enquanto que na Arábia Saudita ocorreu há pouco mais de dez anos, em 2011.

No Brasil, de acordo com Migalhas (2018), em 25 de novembro de 1927, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, houve a primeira concessão de voto à mulher para a professora Celina Guimarães Viana, a partir do art. 77 da lei estadual 660/1927, na qual constava a possibilidade do voto feminino. Já em 1928, no mesmo estado, Luíza Alzira Soriano Teixeira se tornou a primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina, na cidade de Lajes. Mas a conquista do voto feminino em todo o país só viria em 24 de fevereiro de 1932, quando o Brasil estava sob o comando de Getúlio Vargas. A data se tornou uma celebração oficial, no governo de Dilma Rousseff (PT), em 2015, após proposta da Deputada Federal Sueli Vidigal (PDT). (Migalhas, 2018). Entretanto, o voto ainda era restrito; as mulheres casadas precisavam da autorização dos maridos, e as solteiras e viúvas tinham que ter renda própria. Em 1934, tais restrições foram retiradas pela Lei e, foi eleita a primeira mulher deputada federal, a médica Carlota Pereira de Queiroz. Posteriormente, a cientista Berta Lutz foi a primeira suplente do Distrito Federal quando assumiu o mandato em 1936. Somente em 1946 que o voto feminino passou a ser obrigatório.

No dia 8 de março, é celebrado o “Dia Internacional da Mulher” e faz referência às lutas femininas por mais direitos e condições de vida e trabalho. Conforme o Artigo 113, inciso 1 da Constituição Federal, “todos são iguais perante a lei”. Mas essa é de fato a realidade? Desde o século XVII, quando o movimento feminista começou a adquirir características de ação política, as mulheres tentam colocar em prática a lei. Isso começou de fato com as 1ª e 2ª Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente), “quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a

assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho” (Probst, 2003, p. 2). Mas a inserção no mercado ainda é muito lenta. Destaca-se, ainda, o fato de que as mulheres sofrem mais pressões do que os homens ao longo da carreira. Isso ocorre porque elas se dedicam ao trabalho formal tanto quanto os homens e, quando voltam para casa, geralmente, dedicam-se com a mesma intensidade ao trabalho doméstico.

4. Desigualdade de gênero e as Ondas do Movimento Feminista

Segundo Joan Scott (1995, p.86), o gênero é, em primeiro lugar, um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, como segundo elemento, uma forma primária de dar significado às relações de poder. Desse modo, a categoria gênero não se limita às questões que envolvem somente determinações biológicas, mas também aos espaços públicos, como a esfera do trabalho, que são predominantemente dominados pelos homens.

Bourdieu (2002), ao discutir a dominação masculina, aponta para a violência simbólica que é exercida sobre as mulheres como uma violência que é naturalizada. Discute que se trata de uma desigualdade de gênero que vem se perpetuando. O autor afirma que se trata de uma visão androcêntrica, legitimada pelas próprias práticas que ela determina. Ao trabalhar com o conceito de violência simbólica, o sociólogo afirma que se naturalizou ao ser institucionalizado com práticas sociais que colocam a mulher numa condição de submissão. Miguel&Biroli (2014) explicam que a desigualdade de gênero que existe na vida das mulheres é um empecilho para que elas possam obter os mesmos direitos que os homens.

A história do movimento feminista foi dividida em ondas. As ondas podem ser entendidas “como ciclo de protestos associados ao contexto político, social e histórico mais amplo” (Perez; Ricoldi, 2019, p. 4). Entretanto, as autoras também ressaltam que, apesar da organização histórica

em ciclos, a partir dos Estados Unidos como ponto de referência, a luta pela igualdade entre homens e mulheres acontece desde o princípio da história das mulheres. A primeira onda é caracterizada pelo sufrágio feminista, um movimento de mulheres de classe alta e bem instruídas, entre meados do séc. XIX e início do XX, em busca de direitos políticos como o voto, que, no Brasil, somente foi alcançado em 1932. Por aqui, as participantes eram mulheres educadas ligadas às elites, muitas vezes funcionárias públicas e professoras (Hahner, 2003 *apud* Perez; Ricoldi, 2019, p. 6.). A princípio, o movimento é considerado mais conservador, já que não questionava a divisão sexual dos papéis de gênero (Costa, 2005 *apud* Perez; Ricoldi, 2019, p. 6).

Em relação à segunda onda, nos EUA e França, ocorre na década de 60, sob a influência teórica de Simone de Beauvoir, autora do livro “O Segundo Sexo” (1949), dos movimentos em busca de direitos civis e da contracultura. No Brasil, aconteceu em plena ditadura militar, principalmente na década de 70, quando em 1975 foi proclamado o Ano Internacional da Mulher. A luta era de feministas exiladas, militantes de partidos políticos, estudantes universitárias e acadêmicas (Pinto, 2003 *apud* Perez; Ricoldi, 2019, p. 7).

Na terceira, na década de 1990, surge a questão da importância da interseccionalidade, com movimentos feministas negros e abordagem pós estruturalista da sexualidade. No Brasil, foi marcada pela explosão de Organizações Não-Governamentais (ONGs), em que questões de raça e diversidade sexual eram discutidas. Quanto à quarta onda, na qual vivemos, as autoras relatam que, apesar de ainda estar em construção, é comum a ela, além da afirmação da interseccionalidade, o uso das plataformas de redes sociais para reivindicar ou denunciar a causa, a formação de coletivos feministas com autonomia (distanciamento da institucionalização) e retorno às ruas.

5. Preservação e Memória: o arquivo de Bertha Lutz

Para Farge (2017), o arquivo traz uma sensação ingênua e profunda de veracidade e vivacidade, através do conteúdo que é revelado quando se descobre o arquivo, o que como é discutido adiante, depende também de interpretação e contextualização. A autora também aborda as possíveis arbitrariedades do arquivo, quando este é constituído sem a pretensão daquele que se encontra como personagem no material documentado, porém este não é o caso do arquivo de Bertha Lutz, uma vez que ela foi uma figura pública e até mesmo doou o seu arquivo para o Museu Nacional. Vejamos definição científica de arquivo que a autora propõe:

Conjunto de documentos, quaisquer que sejam as suas formas ou o seu suporte material, cujo crescimento se deu de uma maneira orgânica, automática, no exercício das atividades de uma pessoa física ou jurídica, privada ou pública, e cuja conservação respeita esse crescimento sem jamais desmembrá-lo (J. Andre *apud* Farge, 2017, p.12)

Entretanto, Simoni e Eleutério (2018) apontam que vários autores já discutiram o quanto os arquivos não são produtos passivos e neutros como a definição acima pode nos levar a crer. Afinal, os arquivos derivam de escolhas e seleções. “Essas determinam o que pode ou não ser dito, o que merece ou não ser lembrado e quem tem direito ou não a ter sua memória preservada” (Simoni e Eleutério, 2018, p. 21). Assim, os arquivos são produtos e também produzem hierarquias, pois através deles, é possível analisar presenças e ausências. As autoras pontuam que geralmente as pesquisas partem das presenças, como no objetivo do presente artigo, mas refletir que existem lacunas é importante para compreender a dimensão do que é o arquivo, principalmente quando se trata da memória e arquivos de mulheres, estes ainda muitas vezes relacionados ao ambiente privado e faltante no espaço público.

O arquivo pesquisado faz parte do conjunto documental "Feminismo, ciência e política - o legado Bertha Lutz 1881 - 1985", que nasceu em 2018, por meio de uma parceria entre o Arquivo da Câmara dos Deputados, o Arquivo Nacional, o Arquivo Histórico do Itamaraty e o Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas. As 164 peças são resultado da identificação e reunião dos documentos produzidos e acumulados pela ativista feminista, bióloga e política Bertha Lutz, disponibilizados digitalmente em 2019 pelo Arquivo da Câmara. O arquivo da ativista também contava com documentos do acervo do Museu Nacional, mas estes foram destruídos no incêndio ocorrido em setembro de 2018, no Rio de Janeiro. Em 24 de maio deste ano, o arquivo teve a inscrição aprovada no programa Registro da Memória do Mundo da Unesco.

Ao tratar de preservação, Zunigã (2002) a compreende como meios de dificultar a deterioração do arquivo, ou seja, ações que estimulem a durabilidade dos documentos. Mas a autora também recorre um quadro de Lisa Fox que traz dois tipos de preservação: a conservação preventiva: “o conjunto de ações não interventivas destinadas a prevenir danos e minimizar a deterioração dos documentos arquivísticos. Impacto sobre o conjunto de documentos” (Fox *apud* Zunigã, 2002, p. 75) e a conservação/ restauração que “é a ação que intervém na estrutura dos materiais, para estabilizar ou melhorar restaurar o documento, a fim de preservar tanto seu estado físico quanto estético. Impacto sobre itens individuais” (Fox *apud* Zunigã, 2002, p. 75).

No caso do arquivo de Bertha Lutz, a conservação preventiva falhou em 2018, com o incêndio do Museu Nacional. A tragédia que culminou na destruição da maior parte dos 20 milhões de itens, começou a partir de um curto-circuito em um aparelho de ar-condicionado superaquecido. No entanto, as causas vão além, a falta de investimento público no museu já anunciava a possibilidade de destruição das peças. Pouco tempo antes do

incêndio, o museu chegou a anunciar uma “vaquinha virtual”, ou seja, uma forma de conseguir dinheiro para a manutenção do mesmo, com a meta de atingir 100 mil reais. A instituição sofria com a queda do repasse financeiro anual da UFRJ, ao invés de receber 550 mil, há três, o museu recebia somente 60% deste valor. Em 2021, foi anunciado que o museu recuperou imagens do fundo Bertha Lutz, que foram cedidas pela produção do documentário de mesmo ano, “Bertha Lutz: a Mulher na Carta da ONU”, da HBO LatinAmericaOriginals e da ProducingPartner.

Quanto à memória, Barros e Amélia (2009, p.57) apontam que o arquivo surgiu “a partir da necessidade do homem de externar de forma física os pensamentos, quando passou a registrar seus feitos, eternizando informações que entendia como memoráveis”. Daí vem a relação entre o arquivo e a memória, sendo que o primeiro se tornou uma forma de manter vivo. Já a memória relaciona-se a partir da necessidade humana de lembrar. Assim, as pesquisadoras refletem que “a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva” (Barros e amélia, p.58).

As autoras citam Pollak (1992, p. 211), que afirma que, num primeiro momento, a memória é vista como um fenômeno individual. Entretanto, é preciso lembrar que a memória é na verdade construída com mais pessoas e que esta memória passa por mudanças constantes, além de poder ser consolidada em espaços, imagens, suportes e quem sabe pertencer ou dar origem a um arquivo. Portanto, as autoras entendem que o arquivo e a memória são indissociáveis, isso porque os acontecimentos na sociedade e sua perpetuação são produtores de memória e o arquivo é uma forma documental de difundir a memória.

5.1 Metodologia e *corpus* de análise

Para a pesquisa bibliográfica foram utilizados autores que tratam da violência simbólica, feminismo, dominação masculina (Bourdieu, 2002; Miguel & Biroli, 2014) e autores que abordam o arquivo (Farge, 2017; Simoni e Eleutério, 2018; Lissovsky, 2004), além de discutir questões como preservação e memória.

Quanto à pesquisa documental, pretende-se recorrer ao arquivo de Bertha Lutz. Parte-se da compreensão de Bardin (2011), que entende a análise de conteúdo como um método que aplica tanto técnicas quantitativas como qualitativas e visa a obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores que permitam ao pesquisador fazer inferências sobre o objeto investigado. Quanto às categorias de análise, são apontadas: (1) Feminismo e Luta pelas minorias e (2) A defesa de servidores públicos e preocupação ambiental.

5.2 Feminismo e luta pelas minorias

Dos 28 itens analisados na primeira parte do arquivo (Reinvindicações das mulheres encaminhadas à Assembleia Constituinte) tem-se 18 telegramas e cartas de organizações feministas do país para a inclusão de Bertha Lutz como representante das mulheres no anteprojeto da Constituição, sendo notória a importância do nome da ativista para o movimento feminista brasileiro. Já os 136 itens da segunda coleção com atuação parlamentar de Bertha, estão divididos em 12 dossiês/processos, sendo que metade deles se relaciona diretamente com a causa feminista. Destaca-se entre os 164 itens, o segundo: uma carta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e associações femininas encaminhada à Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34 solicitando a inclusão, no anteprojeto da Constituição, de questões especiais que se relacionam às mulheres e o trabalho. Pouco após a conquista do voto feminino, o texto

revela que as ações de homens para afastar as mulheres do ambiente de trabalho estavam em crescimento. Dentre as reivindicações anexadas, encontram-se o direito ao trabalho remunerado independente do sexo ou estado civil; assim como não serem criadas barreiras como a proibição do trabalho noturno para elas. Outro ponto importante, refletido anteriormente na introdução, trata da maternidade, infância e lar, com a exigência da participação das mulheres na elaboração de leis trabalhistas. E ainda a busca pela proibição do trabalho para os menores de 16 anos.

5.2 A defesa de servidores públicos e preocupação ambiental

Na coleção da atuação parlamentar de Bertha Lutz, ao menos 4 dossiês abordam diretamente questões trabalhistas. Vemos que Bertha, como cientista e servidora pública, também defendeu os seus pares, ao no item 110, acrescentar uma emenda de nº 55, ao art. 33, definindo a não remoção de funcionário científico ou técnico especializado para outra repartição. Além disso, percebe-se que há uma preocupação ambiental por parte da política, o item de nº 56, mostra que Bertha Lutz criou um projeto de lei de nº 367, em 1936 que proibia a exportação de “timbó” em raízes inteiras ou em bruto para países estrangeiros. Na justificativa do projeto, a bióloga menciona que é do timbó, planta típica da Amazônia, que se extrai a “retenona”, substância utilizada para o combate de pragas. Se vendida ao exterior com mudas e não em pó, logo outros países teriam suas próprias plantações e deixariam de ser consumidores brasileiros. Além disso, a cientista também visava o potencial da criação de empregos da planta, assim como o replantio para a preservação da espécie.

6. Considerações Finais

Do ponto de vista teórico, constata-se que a temática é muito pertinente, tendo em vista que a desigualdade de gênero e a visão

androcêntrica, conforme aponta Bourdieu (2002) e Miguel & Biroli (2014), são questões que são muito presentes tanto no universo acadêmico como na vida social. As mulheres ainda estão numa condição de inferioridade no mercado de trabalho e, neste caso, no mundo da política. O arquivo de Bertha Lutz ainda é um dos poucos que contam a história da luta pelos direitos das mulheres no país. Afinal, “em sociedades hierarquizadas por meio de clivagens entre atividades masculinas e femininas, em que o grande ‘teatro da memória’ torna-se um privilégio dos homens, as mulheres são relegadas ao papel de coadjuvantes, ‘leves sombras’ (Perrot *apud* Simoni e Eleutério, 2018, p.20).

A análise do arquivo de Bertha Lutz revela uma mulher visionária e determinada que utilizou sua voz e sua posição para promover mudanças significativas na sociedade. Seus documentos na Câmara dos Deputados são um testemunho não apenas de sua luta, mas também da continuidade da luta pelos direitos das mulheres, minorias e trabalhadores no Brasil. Este legado deve ser preservado e estudado para que novas gerações possam se inspirar em sua coragem e determinação. O arquivo de Bertha Lutz é um marco para a sociedade brasileira, pois ilumina a luta da participação feminina na política. Além disso, a partir do movimento feminista explorado, é possível questionar a construção de arquivos de mulheres, assim como estimular a criação e a difusão deste tipo de conteúdo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. Maioria das mulheres eleitas prefeitas em 2024 é de direita ou centro. **UOL Notícias**, 28 out. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/10/28/maioria-das-mulheres-eleitas-prefeitas-em-2024-e-de-direita-ou-centro.htm>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 1, n. 21, p. 55-61, abr. 2009.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. A condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (org.). **Gênero e cultura: questões** contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

BOURDIEU, P. O campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2023

BRASIL, Agência. Museu Nacional recupera imagens do Fundo Bertha Lutz. **Agência Brasil/EBC**, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-06/museu-nacional-recupera-imagens-do-fundo-bertha-lutz>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre A Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e Dá Outras Providências. Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 30 ago. 2023

BRASIL, Onu Mulheres. **Conferências Mundiais da Mulher**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CNN BRASIL. **Mulheres vereadoras eleitas**. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/mulheres-veradoras-eleitas/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

DEPUTADOS, Câmara dos. **Bertha Lutz abriu caminho para o voto feminino e outras conquistas**. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/bertha-lutz.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DEPUTADOS, Câmara dos. **Coleção Bertha Lutz**. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/colecao-bertha-lutz>. Acesso em: 26 jul. 2023.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2017.

FEDERAL, Ministério Público. **Violência Política de Gênero é Crime**. 2022. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pge/institucional/gt-violencia-de-genero/publicacoes/cartilhas-guias-e-roteiros/Eleitoral_Campanha_Mulheres_na_Politica_Cartilha.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

FLORENTINO, Karoline. Representatividade das mulheres na política. **Site Politize-se**. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mulheres-na-politica/>. Acesso em: 12 ago. 2023

FUKS, Rebeca. **Biografia de Bertha Lutz**. 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/bertha_lutz/. Acesso em: 10 ago. 2023.

G1. Museu Nacional sofria com falta de reforma e orçamento reduzido, e chegou a anunciar 'vaquinha virtual' para arrecadar dinheiro, **Portal G1**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/museu-nacional-sofre-com-a-falta-de-reforma.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2023.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. Conferências Pan-Americanas In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbetes). ISBN 978-85-7334-279-6

HISTÓRIA, Só. Berta Lutz. **Site Só História**. Biografia Berta. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/biografias/bertha/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LISOVSKY, Maurício. Quatro + uma dimensões do arquivo. In: MATTAR, Eliana. (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro, 2004, p. 47-63.

MIGALHAS. **Cidadania da mulher**: a conquista histórica do voto feminino no Brasil. 22 fev. 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/274136/cidadania-da-mulher-aconquista-historica-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 12 ago. 2023

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 1 ed., 2014.

NOTÍCIAS, Senado. Bertha Lutz Fonte: **Agência Senado**. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. Monterrey: **Anais do X Congresso Latino-Americano de Ciência Política (Alacip)**, 2019

POLO, Rafaela; GRANDIN, Felipe; PINHONI, Marina; FARIAS, Victor. Apenas 12% das cidades brasileiras têm prefeitas mulheres; negras são 4%. 2022. **Universa/Portal UOL**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/05/01/apenas-12-das-cidades-brasileiras-tem-prefeitas-mulheres---negras-sao-4.htm>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SANTOS, D. L.V. **As Brasileiras no poder**: Uma análise das principais lideranças femininas na Câmara dos Deputados 2021-2022. 2020. 52 f. Projeto de Doutorado. Juiz de Fora, 2021. Digital.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul. 1995. Semestral.

SOBRE O G1. Informações sobre o Portal G1. **Portal G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/institucional/sobre-o-g1.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Mulheres, arquivos e memórias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 71, p. 19-27, dez. 2018.

SOUZA, Talita de. Incêndio no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, completa três anos; relembre. *Correio Brasiliense*, setembro de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/09/4947344-incendio-no-museu-nacional-no-rio-de-janeiro-completa-tres-anos-relembre.html>. Acesso em: 31 ago. 2023.

TOSI, Paula. Voto feminino: a história do voto das mulheres. *Site Politize-se*. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

UNESCO. Legado de Bertha Lutz passa a integrar Memória do Mundo da UNESCO. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/legado-de-bertha-lutz-passa-integrar-memoria-do-mundo-da-unesco>. Acesso em: 25 ago. 2023

VEIGA, Edson. **Celina Guimarães**: a história da primeira brasileira a votar. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62100807>. Acesso em: 22 ago. 2023.

WIKIPÉDIA. Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Funda%C3%A7%C3%A3o_Oswaldo_Cruz. Acesso em: 10 ago. 2023.

WIKIPÉDIA. Juvenal Lamartine de Faria. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Juvenal_Lamartine_de_Faria. Acesso em: 10 ago. 2023.

WIKIPÉDIA. Prêmio Nobel. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%AAmio_Nobel. Acesso em: 10 ago. 2023.

WIKIPÉDIA. Ramiz Galvão. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ramiz_Galv%C3%A3o. Acesso em: 10 ago. 2023.

WIKIPÉDIA. Universidade de Paris. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_de_Paris. Acesso em: 10 ago. 2023.

CAPÍTULO 10



Heroína da própria história: análise do marcador social de gênero no protagonismo de Alice

Isabela Diamantino Braga dos Santos (Univale)

Deborah Luísa Vieira dos Santos (Univale)

RESUMO: Utilizando a Análise Fílmica como metodologia, este trabalho observa a presença do marcador social de gênero na produção "*Alice no País das Maravilhas*" (2010), de Tim Burton, enfocando a cena do pedido de casamento de Hamish Ascot a Alice Kingsleigh. O objetivo é entender como este marcador influencia a narrativa e a mensagem que ressoa nos dias atuais. A pesquisa fundamenta-se em teorias de autoras feministas, além de autores do campo da comunicação. A conclusão revela que o marcador social de gênero reflete uma subordinação feminina em relação ao homem, contudo, destaca como Alice, ao longo de sua jornada, contraria essa expectativa social ao priorizar seus próprios interesses.

Palavras-Chave: Marcadores Sociais da Diferença; Gênero; Cinema de Tim Burton; *Alice no País das Maravilhas*; Análise Fílmica;

1. Introdução

O cinema é uma poderosa ferramenta de comunicação e transformação social, permitindo não apenas o entretenimento, mas também a reflexão crítica sobre questões culturais e sociais. Ao fundir fantasia com autenticidade, ele proporciona uma "impressão de realidade", como observa Bernardet (2008), permitindo que o público vivencie as tramas como se fossem experiências reais. A relação entre cinema e comunicação é essencial para engajar o público e transmitir mensagens que refletem as tensões sociais. Segundo Torquato (1986), a comunicação legitima ideias e emoções,

e o cinema, como um produto dessa comunicação, se torna um meio expressivo para discutir questões de gênero, raça e classe, por exemplo.

Neste estudo, o filme *"Alice no País das Maravilhas"* (2010), dirigido por Tim Burton, é analisado sob a ótica do marcador social de gênero (Zamboni, 2014). A protagonista Alice, ao desafiar as normas de sua época, apresenta uma narrativa crítica sobre a opressão feminina e a resistência às convenções sociais. A presente pesquisa deriva do trabalho de conclusão do curso de Publicidade e Propaganda, da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), e recorre à análise fílmica (Penafria, 2009), que consiste em examinar elementos narrativos e estéticos do filme para compreender as representações sociais transmitidas pela obra. A partir dessa abordagem, foram analisadas as cenas que envolvem o pedido de casamento de Hamish para Alice, a fim de evidenciar como o filme reflete questões de gênero. Essa análise permite fazer uma leitura de como o cinema de Tim Burton (re)constrói os estereótipos de gênero e a posição social da mulher, tanto dentro da narrativa quanto em um contexto cultural mais amplo.

2. Opressão Feminina: o papel social da mulher

Nas sociedades patriarcais, a mulher foi historicamente rotulada como subserviente, encarregada da criação dos filhos e das tarefas no ambiente do lar. O cenário opressor da Inglaterra do século XIX, caracterizado pela Era Vitoriana, período em que se passa o longa *"Alice no País das Maravilhas"* (2010), reforçava a visão da mulher como submissa e dedicada ao lar. A moralidade da época, exemplificada pela Rainha Vitória, perpetuava a ideia de que a mulher deveria se limitar ao papel de esposa e mãe, desconsiderando sua capacidade de atuação profissional (BURGESS, 2002).

A Era Vitoriana também foi marcada pela discriminação, na qual as mulheres eram excluídas do direito à propriedade e submetidas a casamentos arranjados, frequentemente sem consentimento. Esse descontentamento

feminino culminou na primeira onda do feminismo, que se manifestou em diversas partes do mundo, com representantes como Elizabeth Stanton e Lucretia Mott, nos Estados Unidos, que lutaram por direitos e inclusão no mercado de trabalho (Santos, 2017).

A luta pela autonomia feminina continua reflete a resistência cultural aos papéis tradicionais. Embora as mulheres possam agora tomar decisões sobre suas vidas e carreiras, ainda enfrentam discriminação por não se conformarem com as expectativas sociais. Portanto, a estrutura patriarcal ainda influencia o papel da mulher na sociedade contemporânea, perpetuando desigualdades e desafios a serem enfrentados (Silva, 2011). Nesse aspecto, o gênero se torna um marcador social da diferença.

O conceito de marcadores sociais da diferença se insere em relações de poder e hierarquização política, levando à exclusão de indivíduos considerados inferiores (Zamboni, 2014). Mello e Gonçalves (2010) afirmam que esses sistemas de classificação são construções sociais que preexistem e influenciam a inclusão ou exclusão social, dependendo da articulação com identidades hegemônicas. O conceito explicita que os indivíduos que não se reconhecem nas categorias classificatórias de um padrão moralmente aceito em sociedade, são impedidos de expressar suas crenças e ideologias.

Seguindo essa linha de pensamento, Goffman (1988) destaca como a sociedade atribui estigmas, desvalorizando indivíduos que não se conformam aos padrões sociais estabelecidos, isto é, a organização social em que o homem se torna superior à mulher. A sociedade patriarcal e colonial perpetua a visão do homem branco como detentor do poder, enquanto a mulher é frequentemente subjugada ao papel de cuidadora e dona de casa, a elas são atribuídas tarefas invisíveis e privativas, enquanto homens ocupam posições de destaque e poder em público (Bourdieu, 1995). Essa estrutura de

dominação persiste, subestimando o valor das contribuições femininas e perpetuando a opressão de gênero.

Nesse contexto, o marcador de gênero surge como um instrumento para desafiar esses padrões, permitindo o posicionamento dos indivíduos de acordo com sua verdadeira identidade. Strathern (2006) e Scott (1986) corroboram que a categorização de gênero fortalece a ideia de que existem deveres inerentes a cada gênero, perpetuando a opressão e o poder masculino. Assim, essa classificação exclui outras identidades e reforça um modelo histórico de dominação, no qual a mulher é vista como o "outro" do homem (Beauvoir, 1970). Nesse sentido, a mulher é frequentemente rotulada como subserviente a essa dominação, onde o papel feminino é relegado ao âmbito privado e familiar, enquanto o homem é reconhecido como portador do conhecimento e do poder (Hirata & Kergoat, 2007).

Entretanto, por vezes, a liberdade de gênero não é exercida em sua totalidade, o que influencia a percepção de outras feministas que argumentam que essa inadequação apenas fortalece preconceitos existentes, em que onde estereótipos baseados no sexo biológico mantêm um sistema que atribui comportamentos distintos a homens e mulheres. Segundo Butler (2018) rompe com a visão biodeterminista ao discutir que, o gênero constitui uma repetição de atos dentro de uma estrutura reguladora que gera a ilusão de uma essência natural.

3. Assim surgiu “Alice No País Das Maravilhas”

“Alice no País das Maravilhas” é uma obra que ficou conhecida popularmente devido ao filme lançado em 2010, pelo cineasta Tim Burton. Esse lançamento marcou, até o momento, a última versão da história contada no cinema com base no título original do livro datado de 1865. O portal

Cinema Clássico (2016)²² informou que esse *best-seller* foi inspiração para mais de 100 adaptações, incluindo jogos, desenhos, séries e filmes.

Segundo a revista *Exame* (2010), a adaptação de 2010 faturou um valor que tornou a produção de Burton uma das mais lucrativas do Cinema *Disney*, até aquele ano, ultrapassando um bilhão de dólares na bilheteria em todo o mundo. Mas todo esse sucesso só foi possível graças à obra mestre, que influenciou todas as demais produções artísticas de “*Alice no País das Maravilhas*”. “*Alice's Adventures in Wonderland*”, presente no livro de Charles Lutwidge Dodgson, intitulado como pseudônimo Lewis Carroll. O livro de Carroll, publicado oficialmente em 1865, conta a história de uma criança que estava num campo, acompanhada de sua irmã. Essa criança se chama Alice e passava o dia entediada por não ter nada para fazer. Num dado momento, aparece diante dela um Coelho Branco, correndo apressadamente. A trama começa aqui, pois, depois disso, Alice escuta o animal sussurrar: “Oh puxa! Oh puxa! Eu devo estar muito atrasado!” (Carroll, 2002, p. 2).

Tal inquietação por ouvir um coelho falar desperta nela a curiosidade por segui-lo. O animal pula dentro de uma toca e a menina o acompanha. Inicia, então, a jornada que por muitos é conhecida por meio do filme de Burton. Inclusive, várias cenas que estão presentes no filme do cineasta se desenrolam com base nos episódios narrados no livro de Carroll (2002), a exemplo: Alice bebe um líquido para reduzir seu tamanho e depois precisa comer um pedaço de bolo para crescer; ela encontra personagens excêntricos; é aconselhada pela lagarta e participa do jogo da Rainha de Copas, que, por adaptação de Tim Burton, tornou-se uma batalha entre a Rainha Branca e a Rainha Vermelha.

²² O portal Cinema Clássico divulga inúmeras notícias sobre o mundo cinematográfico, publicou um artigo em que traz informações relevantes a respeito da obra de Carroll. Respalado pelo Internet Movie Database (IMDB), uma base de dados que disponibiliza informações acerca de produtos audiovisuais.

Após a publicação do livro original de Lewis Carroll, em 1865, a indústria cinematográfica apropriou-se dessa obra e desenvolveu várias versões, cada uma com a sua identidade própria e embasada na realidade que o produtor gostaria de transmitir. O primeiro filme lançado foi dirigido por Cecil M. Hepworth e Percy Stow. É uma produção britânica que segue o estilo mudo e buscou manter a originalidade dos desenhos de Carroll. Já, em 1931, foi exibida a primeira versão do filme em áudio, com direção de Bud Pollard. Vários países tentaram dar vida à história de Carroll e deixaram sua marca registrada nas mais diversas versões. Todavia, foi a produção estadunidense, *The Walt Disney Studios*, que popularizou seus escritos e o fez chegar ao público com melhor adesão (Leal, 2016).

A primeira tentativa da *Disney* foi em 1923. Nessa versão, Alice é levada a um estúdio de animação e se depara com uma prancheta repleta de desenhos de animais. Ali, os bichos começam a lutar. Depois disso, a menina sonha em fazer parte dos desenhos animados (Filmow, 2013). Mas, somente em 1951, o *Walt Disney Studios* trabalha uma versão com base na obra de Lewis Carroll. Porém, na época, o filme foi recebido pelo público com críticas, pois a produtora modificou muitas cenas que estavam no livro, dessa forma, perdeu a originalidade da história (Leal, 2016). No entanto, ao longo dos anos, com o avanço das mídias, o longa-metragem foi reconhecido, entendendo que naquele período a produção da *Disney* foi bem executada; tanto que em 1952, um ano depois do lançamento, o filme foi indicado ao Oscar de Melhor Trilha Sonora (Maio, 2022).

Em 2010, a *Disney* trabalha uma nova proposta para a obra de Carroll e, dessa vez, acerta o alvo da produção audiovisual. Apostando na criatividade de Tim Burton, explora os efeitos visuais; se supera nos figurinos e no cenário; investe num elenco de sucesso e provoca no público inúmeras reações, que fez com que o filme alcançasse o sucesso e ficasse na mente dos telespectadores como a primeira grande história conhecida

quando se fala em “*Alice no País das Maravilhas*” (Leal, 2016). Afinal, a excentricidade dos personagens e a sua “boa loucura” mostra que todo ser humano também tem uma dose daquilo que eles transmitem: a vontade de matar um Jaguadarte por dia e vencer as próprias batalhas.

5. Análise Fílmica: o protagonismo feminino na luta contra a imposição de padrões sociais

Esta pesquisa se insere na Análise Fílmica (Penafria, 2009) e centra-se na produção audiovisual de Tim Burton, em “*Alice no País das Maravilhas*” (2010), com o objetivo de investigar como o marcador social de gênero se manifesta na narrativa. Em particular, será analisado o episódio do pedido de casamento de Hamish a Alice. Nesta pesquisa são utilizadas a análise do texto e a análise da imagem, abordagens presentes na análise fílmica, proposta por Penafria (2009). Para complementar a metodologia, foi empregada ainda a análise de imagens fixas (Mendes, 2019), a qual permite inferir sobre o filme e os significados das imagens, a fim de observar de que forma o marcador de gênero aparece no filme a partir da cena do pedido de casamento.

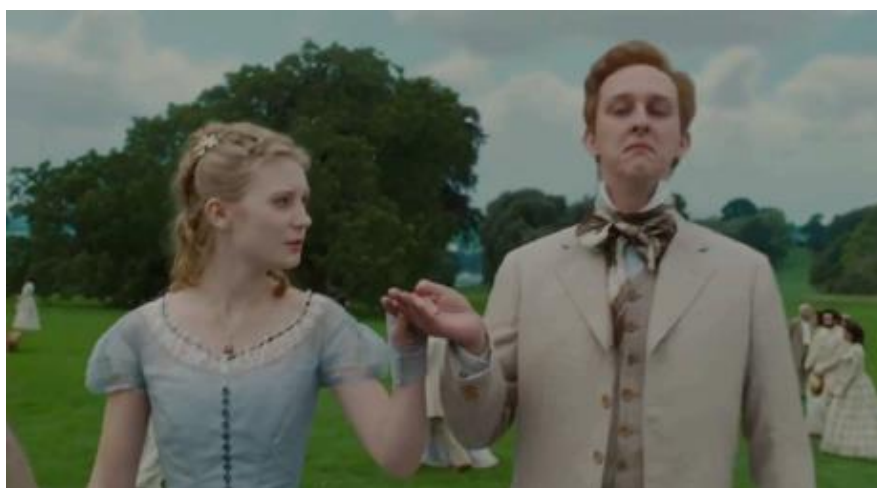
A análise deste trabalho também levará em conta a interpretação do analista sobre a disparidade de gênero na Inglaterra do século XIX, uma vez que ele é também espectador. As análises terão como respaldo o contexto histórico, econômico, social e político de “*Alice no País das Maravilhas*” (2010). Dado que o roteiro é elaborado antes das gravações, a análise começará pelos diálogos dos personagens e, em seguida, pela imagem correspondente.

5.1 Amores incompatíveis: o início do NÃO de Alice

Quando Alice chega à festa, todos a aguardam e o pedido de casamento parece iminente, marcado para a tradicional “Hora do Chá”, um

ritual sagrado do século XIX que não tolerava atrasos. Lady Ascot menciona que Alice e sua mãe já estão atrasadas, aumentando a pressa para a realização da cerimônia. No entanto, Alice se atreve a desafiar a norma, mesmo diante do silenciamento imposto por Hamish, seu suposto noivo (Figuras 1, 2 e 3). Esse silenciamento, conforme Jamieson (1995), é uma estratégia que limita a voz feminina, atribuindo à mulher adjetivos depreciativos como "mandona" ou "louca".

Figura 1



Fonte: Filme “Alice no País das Maravilhas” (2010)

“— Hamish, você nunca se cansa de dançar?
— Ao contrário, eu acho revigorante” (Burton, 2010, 05 min 49 s e 05 min 54 s).

Figura 2



“— Me acha engraçado?
— Não. De repente, imaginei as moças de calças e os homens de vestidos” (Burton, 2010, 06 min e 06 min 08 s).

Figura 3



“— Seria bom guardar sua imaginação só pra você. Quando tiver dúvida, fique em silêncio” (Burton, 2010, 06 min 09s e 06 min 14s).

O diálogo e as expressões faciais de Alice presente nas figuras 1, 2 e 3, revelam a personagem se sente insatisfeita com a rotina burguesa e a expectativa de ser a mulher perfeita; mas ela anseia por mais. O tédio de Alice em relação à tradição festiva da época a faz questionar Hamish, buscando validação em suas opiniões, mas não obtém resposta. Alice não se identifica com o ambiente de bailes e danças intermináveis que predominam na sociedade vitoriana (Santana & Senko, 2016).

Na figura 2, Alice desafia os padrões sociais da época, sugerindo que a diversidade enriquece a vida, enquanto Hamish a critica, ignorando sua importância. Ana Cristina (2009) discute o vestuário da era vitoriana, que reforçava papéis sociais e restringia a mulher ao ideal de mãe e esposa. Nessa cena, a imposição do vestuário para homens e mulheres reforça a depreciação de Alice por conviver com um homem que não compactua de seus pensamentos

Na figura 3, a atitude dominante de Hamish é visível, destacando sua insatisfação por ouvir Alice proferir palavras totalmente fora dos padrões vitorianos. O plano médio da cena enfatiza suas expressões, mostrando que Alice está infeliz e presa a regras que não a representam, enquanto Hamish encarna o homem branco da alta sociedade, que mantém controle sobre a mulher (Campos, 2008).

O diálogo da Figura 3, embora breve, revela a tentativa de Hamish de diminuir Alice, ordenando-lhe que se cale. Aqui, o padrão vitoriano do homem dominante se faz presente, pois coloca a mulher como alguém que precisa se silenciar para que o homem tenha a voz e o direito de comandar. Nas figuras 1 e 2, Hamish se mantém com a cabeça erguida, já na figura 3, ele a abaixa, indicando desdém pela fala de Alice, que, por sua vez, reflete a infelicidade e o desprezo por estar com alguém que não a respeita. Essa dinâmica evidencia a luta de Alice contra as imposições sociais da época, destacando sua busca por autonomia e liberdade.

5.2 O casamento arranjado

Casamentos arranjados eram comuns no século XIX, quando as mulheres muitas vezes não tinham poder de escolha. No filme “*Alice no País das Maravilhas*” (2010), isso se reflete na pressão que a protagonista enfrenta ao ser informada sobre seu iminente casamento com Hamish. Sua irmã, Margareth, deixa claro que todos na festa já sabiam, exceto a própria noiva, e a pressiona a aceitar a união. Alice expressa insegurança quanto ao casamento, mas Margareth insiste que um lorde seria a melhor opção, alertando sobre a importância de se casar antes de envelhecer sozinha.

Figura 4



“ — Hamish vai pedir sua mão.
— Vocês estragaram a surpresa. Eu poderia estrangular as duas.
Todos se esforçaram muito pra guardar segredo” (Burton, 2010, 07 min 19 s e 07 min 29 s).

Figura 5



— “Todos já estão sabendo?
— Foi por isso que vieram. É uma festa de compromisso.
Hamish pedirá sua mão no coreto. Quando você disser “sim”
todos vão...
— Mas eu não sei se quero me casar com Hamish
— Com quem, então? Não conseguirá alguém melhor que um
lorde. Logo terá 20 anos, Alice. Esse rostinho não será bonito
pra sempre” (Burton, 2010, 07 min 30 s e 07 min 52 s).

José de Alencar, na obra “Senhora” (2019), evidencia que o matrimônio era visto como um contrato social e um dote, com famílias escolhendo bons partidos não por amor, mas por interesse financeiro. Essa

dinâmica é destacada no diálogo de Alice e sua irmã, uma vez que ela, com apenas 19 anos, carrega inúmeros sonhos que não incluem o casamento.

Na obra de Burton (2010), essa idealização do casamento é simbolizada como uma imposição, um consentimento ruim e solitário que as mulheres teriam de carregar, como um fardo de dizer “sim” pelos outros e o peso de dizer “não” aos próprios sonhos. O diálogo entre Alice e sua irmã simboliza como as mulheres sofriam, sobretudo, pressão psicológica. A sociedade vitoriana discriminava as jovens solteiras, dando crédito somente àquelas que aceitassem ser as “damas do lar”. A melhor opção para elas era um casamento forçado, e quem se beneficiava dessa troca eram as famílias.

Nas figuras 1 e 2, Tim Burton utiliza a expressão facial de Alice nos planos de filmagem - primeiro plano e close-up - para transmitir seu descontentamento com a proposta de casamento. Essas escolhas visuais aproximam o público da protagonista, reforçando sua infelicidade em aceitar o pedido forçado de Hamish. Mendes (2019) ajuda o analista a fazer essa interpretação quando conceitua a importância da observação dos *frames* a partir da "contextualização da imagem no tempo e no espaço", pois, assim, é possível interpretar uma imagem considerando seu contexto histórico e social, o que se torna verídico nesta pesquisa, pois a Era Vitoriana foi marcada pela opressão feminina e a obrigação da aceitação do casamento arranjado.

Alice simboliza a luta por autonomia em uma sociedade que desconsiderava as vontades femininas em prol de um bom casamento. Christiane Maria Lopes (1986) aponta que a desigualdade sexual nesta época despertou uma conscientização nas mulheres sobre sua inferioridade em relação aos homens. O filme de Burton apresenta uma perspectiva que sugere a possibilidade de resistir a essa realidade, priorizando os próprios desejos e sonhos em vez das expectativas alheias.

5.3 O segredo da felicidade feminina na Era Vitoriana

Nas cenas que antecedem o pedido de casamento, Margareth orienta Alice a evitar três problemas que, segundo ela, levam a mulher à infelicidade: envelhecer sozinha, se tornar um desgosto para a mãe ao não realizar suas vontades e não se casar. A estrutura da vida vitoriana influenciou profundamente a percepção feminina, fazendo com que as mulheres se sentissem "erradas" ao não aderir a esses três princípios, que, na essência, convergem para um único: a formação de uma família. É fundamental ressaltar que esse modelo familiar deveria se alinhar ao padrão conservador da época, no qual o pai estabelece as regras, a mãe se submete ao lar e ao marido, e os filhos são instados a honrar seus pais e a seguir fielmente seus desígnios, incluindo a realização de um bom casamento e a constituição de uma nova família.

Figura 6



“ — Não vai querer acabar como a tia Imogene
— Você quer se tornar um fardo pra sua mãe?
— Não.
— Pois então. Vai se casar com Hamish. Será tão feliz como eu sou com Lowell, e sua vida será perfeita. Já está decidido”
(Burton, 2010, 07 min 53 s e 08 min 07 s).

Na figura 1, Margareth utiliza a representação de sua Tia Imogene para alertar Alice sobre os perigos de envelhecer sozinha, associando essa

condição à solidão e à doença, pois, no filme, Imogene é apresentada como uma mulher solitária à espera de um príncipe encantado. Márcio Azevedo (2022) analisou a Era Vitoriana e observou que, nesse período, mulheres eram frequentemente rotuladas como "loucas" por desobedecerem aos maridos ou almejavam conquistas pessoais. A ideia do "anjo do lar" tornou-se um arquétipo da mulher virtuosa, enquanto aquelas que divergiam desse padrão eram consideradas transgressoras (Silva, 2022).

Nesta figura, o plano de conjunto utilizado na cena orienta o olhar do espectador para Tia Imogene. Observa-se, ao redor dela, pessoas em conversas e cadeiras ao lado de sua mesa que permanecem vazias durante todo o tempo da trama. Essa representação ilustra a solidão da personagem e sinaliza a Alice seu possível futuro, caso não aceite o matrimônio. Ainda no contexto desta cena, o diálogo entre Alice e Margareth revela a opressão feminina, que frequentemente se originava de outras mulheres, uma vez que, na Era Vitoriana, elas eram ensinadas a viver dessa maneira.

Neste quadro, Alice se vê pressionada a priorizar os desejos da mãe, mesmo que essa escolha não a torne feliz. Margareth, casada, sugere que a responsabilidade recai sobre Alice, perpetuando a ideia de que mulheres solteiras eram consideradas um embaraço social (Nelson, 2015). Para aliviar essa pressão, Margareth sugere que Alice se case com um lorde, insinuando que a felicidade feminina estava condicionada ao matrimônio com um homem da nobreza.

5.4 A fuga aos padrões: o NÃO de Alice

Em romances literários do século XIX, as histórias frequentemente exaltam a capacidade masculina enquanto inferiorizam as mulheres. Segundo Souza e Souza (2019), as mulheres eram retratadas como responsáveis pelo casamento, pela felicidade do lar e satisfação sexual dos

maridos, sendo vistas como criações masculinas. Entretanto, a personagem Alice aparece como um exemplo que desafia essas normas sociais.

Figura 7



“ — Me desculpe, Hamish. Não posso casar com você. Não é o homem certo pra mim [...]” (Burton, 2010, 1h 37 min 19 s e 1h 37 min 23 s).

Em várias cenas do filme, Alice recusa um casamento arranjado com Hamish, demonstrando sua determinação em não aceitar imposições. Seu diálogo, “Não posso casar com você. Não é o homem certo pra mim” (Burton, 2010), reflete a coragem de rejeitar uma vida que não deseja. Alice não apenas desafia as expectativas de sua época, mas também encoraja outras mulheres a valorizarem suas opiniões e a não se conformarem com regras opressivas.

Considerando “um filme como um texto” (Penafria, 2019, p. 6), o espectador compreende que Alice não fazia o papel da mulher que iria aceitar todos os comandos. Pelo contrário, nesta cena, além de dizer “não” ao casamento arranjado, enfatiza ainda que o homem que fora escolhido para ela não era ideal. Na Inglaterra do século XIX, a rejeição feminina não era aceitável, uma vez que eram as famílias que estabeleciam as uniões. Como já mencionado nesta análise, o dote era um bem muito valioso para ser descartado, e, portanto, a recusa ao casamento era praticamente impensável.

No entanto, Alice não apenas rejeita Hamish, mas também todos aqueles que desejavam obrigá-la a se conformar com as expectativas sociais.

Ao analisar a Figura 1, de forma objetiva, o espectador percebe o foco da câmera em Alice, filmada em primeiríssimo plano. Contudo, ao realizar uma análise subjetiva, observa-se que a personagem volta seu olhar para Hamish expressando descontentamento, afinal, ela não queria se casar com ele. A análise da expressão facial de Alice revela a sua resistência e a tensão gerada pela rejeição ao lorde, algo inadmissível na Era Vitoriana. O silêncio que se segue à sua negativa expressa a incredulidade das famílias presentes, mostrando que a decisão de Alice quebra o padrão da época. Por meio de suas interações, ela se torna a protagonista que se recusa a ser controlada, representando as lutas que muitas mulheres ainda enfrentam na contemporaneidade.

[...] as imagens não atuam sozinhas na produção de sentidos [porque] o mundo do cotidiano é resultado da interação simbólica entre os sujeitos, sendo esta troca produzida e sustentada pela comunicação [...]. Contudo, não vivemos em um único mundo, mas em vários mundos que existem concomitantemente e são produzidos por nós: criamos, fabulamos e reproduzimos mundos e os entendimentos e sentidos a eles conectados (Mendes, 2019, p. 8).

A cena permite, portanto, que o espectador compreenda algo além do que está sendo representado, uma vez que as imagens comunicam significados profundos e possuem o poder de estabelecer uma conexão com o público, mediada pela interação entre o contexto apresentado e a realidade do espectador. Dessa forma, depreende-se que, ao tomar a decisão de negar o pedido de Hamish, Alice se torna um símbolo de encorajamento, sobretudo para as mulheres, afirmando que suas opiniões importam e que vale a pena fugir das regras sociais para não serem aprisionadas por elas.

6. Considerações Finais

A análise dos diálogos e cenas em "*Alice no País das Maravilhas*" (2010) revela a presença do marcador social de gênero na obra, refletindo as desigualdades enfrentadas pelas mulheres na Inglaterra do século XIX. Este estudo fundamenta-se em teorias que demonstram que as mulheres desse período eram frequentemente vítimas de violência psicológica e eram condicionadas a aceitar a dominação masculina em nome da família.

As vertentes femininas abordadas incluem casamento arranjado, envelhecimento sem companheiro e o direito à liberdade. Tais dimensões evidenciam a subordinação feminina, refletindo que o papel social da mulher era determinado pelo masculino, relegando-a à obediência e aceitação dos padrões patriarcais. Assim, a mulher era ensinada a priorizar o casamento e os cuidados domésticos, enquanto os homens gozavam de privilégios.

A obra de Tim Burton não apenas representa os padrões britânicos do século XIX, mas também se relaciona com a realidade contemporânea das mulheres. Apesar dos avanços, elas continuam a enfrentar silenciamento e a necessidade de reivindicar sua voz e direitos. A narrativa sugere que a independência feminina deve ser constantemente conquistada. Burton, ao adaptar a obra de Lewis Carroll, introduz temas de opressão e a necessidade de expressão feminina, permitindo que as mulheres contemporâneas se sintam representadas, uma vez que a personagem Alice simboliza a resistência e a busca por autonomia, mostrando que é possível dizer "não" e lutar pelo autoconhecimento e felicidade.

Espera-se que esta pesquisa contribua para a discussão das desigualdades sociais, incentivando a conscientização sobre a liberdade e os direitos das mulheres. A mensagem de Alice ressoa nessa busca por mudança, uma vez que resiste à opressão, servindo como um chamado à ação para todos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José. **Senhora**. Brasília: Edições Câmara, 2023.

ALICE no País das Maravilhas. **IMDB**, 2016. Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt1014759/?ref_=hm_rvi_tt_i_3. Acesso em: 28 set. 2023.

ALICE no País das Maravilhas. Direção de Tim Burton. Produção de Jennifer Todd, Joe Roth, Richard D. Zanuck, Suzanne Todd. Estados Unidos: **Disney +**, 2010. 1 DVD.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BURGESS, Anthony. **A Literatura Inglesa**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Disponível em:

https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problem%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidad-e-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf. Acesso em: 03 out. 2023.

CAMPOS, L. **Carmilla e Sabella**: em busca de uma identidade feminina em Joseph Sheridan Le Fanu e Tanith Lee. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Letras, São José dos Campos, 2008. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-16354/carmilla-e-sabella-em-busca-de-uma-identidade-feminina-em-joseph-sheridan-le-fanu-e-tanith-lee/>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CARROLL, Lewis. **Alice no País das Maravilhas**. Tradução: Clélia Regina Ramos. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2002. E-book. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/alicep.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

DA REDAÇÃO. Filme Alice no País das Maravilhas arrecada mais de US\$ 1 bi. **Exame**, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://exame.com/negocios/filme-alice-pais-maravilhas-arrecada-mais-us-1-bi-564155/>. Acesso em: 28 set. 2023.

DIFERENÇA salarial entre homens e mulheres aumenta pelo quarto mês. **Midianinja**, 2024. Disponível em: <https://midianinja.org/news/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-aumenta-pelo-quarto-mes/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. 4 ed. São Paulo: LTC, 1988.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2023.

JAMIESON, Kathleen. **Beyond the double binds: women and leadership**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

LEAL, Carla. As várias versões de Alice no País das Maravilhas. **Cinema Clássico**, 2016. Disponível em: <https://cinemaclassico.com/listas/versoes-alice-no-pais-das-maravilhas>. Acesso em: 15 set. 2023.

LOPES, Christiane. **A Mulher na Era Vitoriana: um Estudo da Identidade Feminina na Criação de Thomas Hardy**, Curitiba, 1986. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/24338/D%20-%20LOPES%2c%20CHRISTIANE%20MARIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 out. 2023.

MAIO, Matheus. Conheça 7 adaptações de Alice no País das Maravilhas. **Leia Ja**, 2022. Disponível em: <https://m.leiaja.com/cultura/2022/07/04/conheca-sete-adaptacoes-de-alice-no-pais-das-maravilhas/>. Acesso em: 20 out. 2023.

MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde1. **Cronos**. Rio Grande do Norte, v. 11, n. 2, p. 163-173, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/26568758/Diferen%C3%A7a_e_interseccionalidade_notas_para_pensar_pr%C3%A1ticas_em_sa%C3%BAde. Acesso em: 03 out. 2023.

MENDES, André. **Metodologia para Análise de Imagens Fixas**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/38143/2/andreMendesMetodImagens.pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

METZ, Christian. **Linguagem e cinema**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

NELSON, Heather. **The Law and the Lady: Consent and Marriage in Nineteenth-Century British Literature**. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Purdue, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. West Lafayette, Indiana, 2015. Disponível em: https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1456&context=open_access_dissertations. Acesso em: 8 jan. 2024.

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes - conceitos e metodologias. **Biblioteca de Ciências da Comunicação (BOCC)**. Lisboa: BOCC, 2009. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

PERFIL médio do deputado federal eleito é homem, branco, casado e com ensino superior. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao->

[em-numeros/noticia/2022/10/05/perfil-me](https://www.scielo.br/em-numeros/noticia/2022/10/05/perfil-me-dio-do-deputado-federal-eleito-e-homem-branco-casado-e-com-ensino-superior.ghhtml) dio-do-deputado-federal-eleito-e-homem-branco-casado-e-com-ensino-superior.ghhtml. Acesso em: 26 out. 2023.

PINTO, Céli. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2023.

SANTANA, Luciana; SENKO, Elaine. Perspectivas da Era Vitoriana: sociedade, vestuário, literatura e arte entre os séculos XIX e XX. **Revista Diálogos Mediterrâneos**. Paraná, n. 10, 2016. Disponível em: <https://www.dialogosmediterraneos.com.br/RevistaDM/article/view/209/216>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SANTOS, Luiza. **Sufrágio feminino e democracia no Brasil**. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/33232/33232.PDF>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SILVA, Ana. **O vestuário como elemento constituinte da identidade das mulheres de elite na Bahia**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2009. Disponível em: <http://200.128.81.65:8080/handle/tede/1277>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, Márcio. **A Linhagem de Jane Eyre: A degradação da personagem governanta em Amar, Verbo Intransitivo e a queda do gênero gótico em Nine Coaches Waiting e The Mistress Of Mellyn**. 2022. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Brasília, 2022. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/44952/1/2022_MarcioAzevedodaSilva.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, Sergio. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **SciELO**. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzhdT5gCxpg8sfQm4kzWZCw/#>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SOUZA, Sweder; SOUZA, Tatiana. A sexualidade velada da mulher vitoriana: análise da obra literária Carmilla, de Le Fanu. **Periódicus**. Salvador, v. 1, n. 11, p. 324-342, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22480/19972>. Acesso em: 06 jan. 2024.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação e Realidade, 1986.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Campinas: Unicamp, 2006.

TORQUATO, Gaudêncio. **Comunicação empresarial**. V. 11. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais. **Sociologia Especial**. São Paulo, 2014.

CAPÍTULO 11



Visibilidade midiática, identidade LGBTQ+ e mandato parlamentar: análise do enquadramento da *Folha de S. Paulo* sobre a atuação da deputada Duda Salabert (PDT) em 2023 no Congresso

João Carlos de Sousa (UFSJ)

Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ)

Arthur Raposo Gomes (UFJF)

RESUMO: O artigo discute gêneros, mídia e política e desenvolve uma análise do enquadramento noticioso do *Portal da Folha de S. Paulo* sobre a imagem da deputada Duda Salabert (PDT-MG) em 2023. A partir de um análise híbrida, mesclando Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento, foram selecionadas 34 notícias publicadas sobre a deputada trans. Quanto aos pacotes interpretativos, foram definidos: (a) “Transfobia e Violência contra a população LGBTQIA+”, com 15 notícias; (b) “Política e Atuação Parlamentar”, com 13 notícias; (c) “Direitos LGBTQIA+, com 6 notícias. Constata-se que, apesar de Salabert atuar em várias frentes no Congresso Nacional (pauta socioambiental, educação, defesa da democracia etc.), a mídia tende a dar visibilidade à deputada quando o assunto é transfobia, questões de gênero em detrimento de outros assuntos.

Palavras-Chave: Jornalismo; *Folha de S. Paulo*; Gêneros; Transfobia; Duda Salabert;

1. Introdução

Há quatro anos, desde 2019 até 2023, o Brasil manteve-se recordista no número de assassinatos de pessoas trans, sendo que foram registrados com requintes de crueldade. Oliveira, Santos e Gomes (2023) informm que o relatório da Transgender Europe (TGEU), que monitora dados levantados

por instituições trans e LGBTQIAP+, apontaram que 70% de todos os crimes registrados aconteceram na América do Sul e 33% no Brasil. Foram 89 mortes em 2021. Sabe-se, de antemão, que os números levantados estão distantes da realidade, tendo em vista que as instituições têm dificuldades de mapear todos os assassinatos e muitos casos são silenciados.

Gênero, orientação sexual e situação social são marcadores sociais, que apontam para a vulnerabilidade dessas vítimas. Na eleição de 2022, foram eleitas, pela primeira vez na história do país, duas mulheres trans: Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP), um marco para a democracia brasileira. Ao tomarem posse, as parlamentares encontraram um dos Parlamentos mais conservadores desde a redemocratização, que tem levantado pautas de extrema direita, como a criminalização do aborto, do uso de drogas, entre outros ataques às mulheres e às minorias. Além dos 99 deputados eleitos pelo PL, partido de Bolsonaro, há outros partidos de direita e parlamentares do Centrão (grupo de mais de 200 parlamentares que atuam em troca de cargos, emendas e até dinheiro ilícito ao pressionar o Executivo) que atuam junto às bancadas de direita. A ala progressista, que reúne deputados do PT, PSOL, PSB, PDT, Pcdob, Rede, limita-se a 140 deputados, insuficiente até para barrar emendas à Constituição.

Diante do cenário conservador, alguns episódios chamaram a atenção por ganharem repercussão na opinião pública, como o ato transfóbico do deputado Nikolas Ferreira, que, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, subiu à tribuna da Câmara, vestido de peruca loira, nomeando-se como “Nikole” e fez ataques às deputadas trans, com o discurso de que há “homens que se sentem mulheres e estão tomando o espaço dos homens”, numa referência à Duda e à Erika Hilton. Nikolas insiste em chamar Duda pelos pronomes masculinos como “ele”, “senhor”, como forma de atacá-la. Ao optar pela espetacularização, a direita tenta ofuscar os debates cruciais no Congresso, sobre economia, educação, pauta socioambiental. .

A proposta do artigo, então, é analisar o enquadramento noticioso do Portal da Folha de S. Paulo sobre a atuação da deputada Duda Salabert (PDT) em 2023. Para isso, recorreremos à pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise híbrida (análise de conteúdo mesclada à análise de enquadramento). A partir da coleta de 34 notícias, foi feita a categorização e análise das temáticas, valência (positiva, negativa ou neutra), autores das notícias e os pacotes interpretativos (“Transfobia e violência contra a população LGBTQIA+”, “Política e Atuação Parlamentar” e “Direitos LGBTQIA+”). Os resultados são apresentados ao longo do texto.

2. Referencial teórico: gêneros, transfobia e enquadramento noticioso

Quanto ao eixo “Identidades, gêneros e o universo trans”, constata-se que, numa sociedade cada vez mais marcada pelo efêmero e pelas transmutações, a ideia de identidade torna-se mais fluida e se tornou fragmentada (Hall, 1997). Se as identidades são cada vez mais efêmeras e plurais, conforme Hall (1997), por outro lado, a sociedade avançou pouco em relação a estigmas tão enraizados na vida social, que se refletem em outros campos sociais, como o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Goffman (1982) discute estigmas e analisa os diferentes aspectos da situação da pessoa estigmatizada, sejam os delinquentes, as prostitutas, os ciganos, os mendigos e até os músicos de *jazz*. O autor explica que tais pessoas são consideradas inseridas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Tal debate remete às vivências da popularização LGBTQIA+, negros, mulheres, já que, na sociedade, prevalece a ideia de que a dominação está nos grupos dominantes: gênero (dominação masculina), raça (branca), heteronormativa e cisgênero. O autor afirma que o diferente é visto como inferior, uma “deformação” ou “anormalidade”. Justifica-se, porque, até o fim do século XIX, a Psiquiatria definia “homossexualismo” como uma doença a ser tratada. Em 1973, a partir de lutas contra o preconceito, adotou-

se o termo homossexualidade por entender que não se trata de patologia, mas de orientação sexual.

A população LGBTQIA+ é um dos principais alvos de ataques numa sociedade conservadora e heteronormativa. Isso remete ao debate sobre gênero. Para Alves (2020, p. 59), expressão de gênero refere-se a um conjunto de elementos acionados pelos sujeitos para se apresentar num determinado gênero e “se materializa nos comportamentos, nos gestos, nas regras sociais, nas coisas, nos sujeitos, nas cores, nos lugares, nos objetos, nos corpos, nos hábitos, nas instituições e também nas produções culturais humanas”. Tal é a distinção entre cisgênero – para os que se identificam com o mesmo sexo que nasceram; e trans para os que se identificam com o sexo oposto, além de outras configurações de gênero, tendo em vista que se entende que se trata de algo fluido e mutável na vida.

Outro conceito remete à orientação sexual. Para Valença e Carvalho (2019) *apud* Santos (2020), a orientação sexual refere-se à indicação por quem uma pessoa se sente atraída, sexual e/ou afetivamente, cuja atração pode ser por pessoas do mesmo sexo, do gênero oposto, pelos dois ou nenhum. Não se vincula à identidade de gênero, mas à forma como ela se posiciona ou se percebe no mundo. Tem-se, hoje, a ampliação da sigla e da compreensão de gêneros – LGBTQIA+, que incorpora lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, transgêneros, intersexuais, assexuais, pansexuais e não binários. Nos dias atuais, as identidades são fluidas e em permanente construção social, para não ter a necessidade de enquadrar as pessoas, que podem assumir comportamentos diferentes em determinadas situações sem serem rotuladas.²³ Santos (2020) explica que transexuais se relacionam a

²³ Há diferentes nomeações da sigla, que foram incorporando novos grupos ao longo dos anos. Nos anos 70, quando começam os movimentos de defesa dos direitos, tem-se GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Hoje, alguns utilizam LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e + para outros grupos; outros incorporam LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais e Assexuais e + para outros grupos. Outros incorporam ainda os pansexuais e não binários LGBTQIAPN+. Aqui, será utilizada LGBTQIA+ por entender que já incorpora vários grupos e tem o + para outros gêneros não citados. Informações completas

posicionamentos de orientação sexual, indiferentemente se foi feita ou não a cirurgia de redesignação sexual, procedimento cirúrgico em que o órgão genital passa por alterações, a fim de apresentar elementos desejados pela(o) paciente, levando a se identificar melhor com o gênero que deseja vivenciar como tal.

Hoje, os olhares sobre a população LGBTQIA+ foram ampliados, tanto em busca de representatividade social, como na mídia e também no mundo acadêmico. Em decorrência disso, Sofia Favero (2020), ao propor uma ética pajubariana nos estudos que discutam pessoas trans, afirma que a inserção de mulheres trans e travestis no universo acadêmico como pesquisadoras aponta um deslocamento do lugar de “pesquisadas” para a de “pesquisadoras”. Considera necessária a criação de uma ética que concilie os esquemas linguísticos e cosmológicos (ética pajubariana) com o cenário científico atual. O intuito do artigo de Favero (2020) é problematizar as formas como tais agenciamentos podem ser potencializados na esfera acadêmica.

Ao traçar um panorama das pesquisas feitas sobre travestis e mulheres trans no Brasil, Favero (2020) afirma que, nos anos 90 do século XX, emergiram os estudos com foco voltado ao trabalho sexual ou à proposta etnográfica.²⁴ Na primeira década do século XXI, segundo Favero (2020), o campo, até então chamado de travestilidade, passou a ser rotulado como “estudos trans” ou “questões trans” e priorizou disputas de despatologização do gênero, que incluía a presença já de ativistas trans no universo científico. A terceira fase, nomeada “transfeminismo”, emerge a partir de 2010 e estimula a criação de organizações políticas dessa população. A quarta fase

em Site REFRESH. Glossário da diversidade: saiba o que significa cada letra da sigla LGBTQIAPN+. Disponível em <https://www.2refresh.com.br/2023/06/glossario-da-diversidade-saiba-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqiapn/>. Acesso em 20 de julho de 2023.

²⁴ Trata-se, segundo Favero (2020, p. 3), de “trabalhos que serviram para retratar a condição precária em que estavam situadas, expondo os contextos culturais e econômicos que se desdobravam, geralmente, por meio de uma discussão acerca da prostituição na Lapa (RJ) e no Pelourinho (BA) ”.

engloba o transfeminismo e a maior politização da diversidade sexual e de gênero na esfera pública – perpassados pelo contexto digital –, mobilizações de pessoas trans, que excedam os moldes tradicionais de fazer política. Relaciona-se à abertura possibilitada pelo ciberespaço, em que se pode criar canais para dar voz a grupos silenciados pela mídia. Ela destaca a inserção de pesquisadoras trans e travestis, na academia, espalhadas pelo país com publicações autorais.²⁵

Favero (2020) afirma que há muitos estudos voltados para entender a inserção da população trans na escola. Como reflexo da sociedade heteronormativa, prevalecem, no ambiente escolar, homens e mulheres cis e posturas estigmatizantes em relação à população LGBTQIA+, sendo, muitas vezes, mais violentos em relação a determinados grupos. Santos (2020) afirma que as escolas, os hospitais e as instituições sociais, em geral, têm gênero e marcadores sociais, de classe social, gênero, raça etc. A violência contra as pessoas trans acionam vários estigmas: gênero, orientação sexual, *status* social e raça. São marcadores sociais, enraizados no machismo, na transfobia e no racismo.

Segundo Favero (2020, p.7), nos estudos sobre trans e travestis, o que se questiona é que, para fazer uso político de algo, é preciso que tal questão seja historicizável e que possa se conectar. A autora questiona como muitas pesquisas lançam um olhar, baseado na política do relato, para procurar compreender as mulheres trans e travestis a partir da ênfase nas suas vulnerabilidades sociais, ficando subentendido que a vivência trans está atrelada a sofrimento, colocando-as num lugar de vitimização: “Dessa forma, aqueles que não são necessariamente marcados por percursos vitais tidos

²⁵ Favero (2020, p.4) menciona diversas pesquisadoras travestis e trans, que estão espalhadas pelo Brasil, como é o caso de Bia Bagagli (UNICAMP), Viviane Vergueiro (UFBA), Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ), Emilly Mel Fernandes (UFRN), Alícia Krüger (UEPG), Fran Demétrio (UNB), Megg Rayara (UFPR), Adriana Sales (UNESP), Luma Andrade (UNILAB), Ariane Senna (UFBA), Rebecka de França (UFRN), Marini Bataglin (UFRGS), Sofia Favero (UFRGS) e tantas outras.

como ‘sofridos’ ou que não trazem consigo os aspectos identitários necessários, podem ter acesso negado a suas autobiografias” (Favero, 2020, p.9). Ela enfatiza que o sentido de vitimização gera simplificação. Para a autora, além de enquadrar trans sob a ótica da vitimização, a autora aponta que se criam expectativas de que “travestis e mulheres trans posicionem-se subjetivamente em seus empreendimentos acadêmicos, como se a alternativa da privacidade se tornasse uma impossibilidade para as mesmas” (Favero, 2020, p. 9). Às pessoas cis, não se questiona quanto a orientações sexuais e/ou gêneros.

Quanto à ética pajubariana, Favero (2020) explica que o termo pajubá – de tradição yorubá e nagô – popularizou-se após ser incluído no ENEM de 2018, em que uma questão fazia referência à linguagem adotada pelas travestis aos estudantes. A autora explica que, no universo acadêmico, pajubá foi utilizado por diversos pesquisadores, que se interessam pelos estudos raciais, sexuais e de gênero.¹⁰ Pensar uma ética pajubariana não é somente um modo diferente de chamar determinada postura política frente a uma pesquisa, mas se trata de reconhecer as apurações marcadas pela travestilidade como encadeadas pela relação, que elas têm com seus campos. Não é apenas a transgressão da linguagem que está em debate, mas o rompimento com um modo “seguro” de obtenção de dados (Favero, 2020). “Pajubar a ética é cavar outras hipóteses, mudar a forma de fazer perguntas. E não significa que tal perniciosidade pode ser feita apenas pelas travestis, pois até pelos que com elas se envolvem em seus cotidianos laborais são capazes de fazê-lo” (Favero, 2020, p.16).

Segundo a autora, não basta chocar por que estuda travestilidade, mas entender que até ao se aplicar questionários há um deslocamento de pessoas cis para pessoas trans. A ética pajubariana implica em identificar os espaços que são negados a transexuais, limites impostos na produção de um texto e o tipo de conhecimento considerado academicamente relevante e se a

presença de elementos emotivos implica em romper com o rigor da ciência.²⁶ Ela reforça que reivindicar a ética do pajubá consiste em romper com a neutralidade cisgênera.

Quanto ao eixo “Imagem pública de Duda Salabert”, Oliveira (2023) analisa as estratégias midiáticas utilizadas pela então candidata Duda Salabert em 2022, quando concorreu à deputada federal. Duda emerge como uma das novas lideranças políticas no cenário mineiro e nacional. Duda Salabert Rosa, hoje com 44 anos, nasceu em Belo Horizonte, é professora de Literatura, ambientalista, ativista social, atuante na defesa da população LGBTQIA+, foi candidata ao Senado pelo PSOL em 2018 (ficando em oitavo lugar), vereadora da capital mineira, com a maior votação até então, de 37 mil votos (2021 a 2023) e deputada federal, eleita em 2022, com mais de 208 mil votos, a 3ª mais votada em Minas.²⁷

Em relação à carreira política, Duda foi candidato ao Senado em 2018 pelo PSOL, obtendo 351.874 votos (1,99%), ficando em oitavo lugar. Apesar das lutas das minorias e do movimento LGBT, a violência contra trans ainda é muito recorrente no Brasil. No caso de Duda Salabert, tem sofrido transfobia e ameaças de morte. Desde 2020, a situação agravou-se, quando a vereadora denunciou ter recebido uma mensagem via *e-mail* com ameaças

²⁶ Aquendar”, na sociabilidade das travestis e mulheres trans, costuma dizer respeito ao processo de “trucar” o próprio genital com alguma roupa íntima apertada. Em alguns contextos, todavia, “aquendar” vai dizer respeito a perceber algo. “Aquenda isso, mona!” – seria uma sentença facilmente traduzida como “veja isso!” ou então “esconda isso!”. Já o termo “trucar” pode significar conservar, guardar, enganar. (FAVERO, 2020, p. 15).

²⁷ Quanto à sua história de vida, Duda viveu socialmente como pertencente ao gênero masculino até 2014, quando passou a se assumir mulher. Casada desde 2011 com Raísa Novaes, que também é educadora, estão juntas desde 2006 e tiveram a primeira filha, Sol, em 19 de junho de 2019. Na gravidez de Sol, Duda teve que interromper o tratamento hormonal da transição de gênero. Na época, conseguiu sua licença maternidade e ficou afastada do trabalho por 120 dias, mesmo não sendo gestante ou lactante, tido como uma vitória para o movimento transgênero. Duda não precisou judicializar o pedido, pois o Colégio Bernoulli não recusou a petição. Foi reconhecida como mãe de Sol e teve o tempo necessário para ficar com o bebê. Não se sabe de outra mulher trans que tenha conseguido esse direito. Duda, para evitar a imposição de gênero, escolheu um nome neutro para a criança, tendo sido registrada como tendo duas mães. Atuou como professora de Literatura no Colégio Bernoulli, em Belo Horizonte, de 2007 a 2021, quando foi demitida, na polêmica que envolveu denúncias de transfobia por parte da escola, já que a sua saída atendeu pedidos de pais de alunos, que passaram a vê-la nas aulas remotas na pandemia da Covid-19.

de morte contra ela e a família. Na campanha de 2022, ela voltou a receber novas ameaças de morte de grupos neonazistas, tendo registrado uma denúncia na Polícia Civil em 1º de agosto de 2020. Ela divulgou o conteúdo do *e-mail* nas redes, cuja mensagem refere-se à perda do emprego. Com as constantes ameaças e a intolerância no Brasil, em 2022, Duda adotou medidas preventivas e, em suas viagens, usou colete à prova de balas escoltada por seguranças.

Oliveira (2023), ao analisar as estratégias de Duda na disputa de 2022, afirma que optou por focar nas redes sociais, em especial o *Instagram*.²⁸ Quanto à pesquisa documental, focou na coleta das postagens no *Instagram* de Duda, tomando como recorte 31 de julho de 2022 (oficialização da candidatura à deputada federal) a 10 de novembro (comemoração da sua eleição, da vitória de Lula e da sua declaração de apoio ao petista no 2º turno). Quanto às temáticas acionadas pela candidata Duda Salabert, Oliveira (2023) explica que houve ênfase na agenda socioambiental, com o maior número de postagens (17 das 68 postagens ou 25% dos *posts*). Isso se deve ao fato de ser ambientalista, ter um posicionamento crítico em relação às mineradoras bem como o vínculo das empresas com o governador Romeu Zema. Ademais, Duda reforçou ter feito uma campanha inovadora – “Campanha lixo zero” - a primeira campanha sem usar papel para deputada federal.

A segunda temática mais acionada (nove postagens – 13,25%) refere-se à sua atuação como vereadora e mensagens da campanha à deputada federal. Segundo Oliveira (2023), mescla-se a prestação de contas, ou *accountability*, e sua agenda de campanha. O terceiro tema é “Engajamento do eleitor”, com sete *posts* (10,29%). O quarto segmento acionado foi “violência política e ameaças de morte”, com seis mensagens (8,82%),

²⁸ Na época, Duda tinha 241 mil seguidores na rede e já havia feito 1.580 postagens. No *Instagram*, identifica-se como a “deputada federal mais votada da história de MG”, “professora de Literatura, vegana e mãe da Sol.

enviadas por *e-mail* ou em bilhetes deixados com falas agressivas. Com cinco *posts*, aparecem “Cenas de Campanha” e “Construção da imagem da candidata” (7,35% de cada). Duda Salabert mencionou o fato de que, se eleita deputada federal, seria a primeira trans no Congresso Nacional. Duda fez apenas quatro *posts* sobre questões identitárias (5,88%).

Quanto ao eixo “Jornalismo e enquadramento noticioso”, parte-se dos argumentos da perspectiva construcionista de que o jornalismo, assim como a linguagem, é uma construção social, que é compartilhada por diferentes atores sociais (Berger e Luckmann, 1998). No caso da imprensa, têm-se jornalistas, editores, donos das empresas, fontes e o público em geral que, juntos, interferem no processo de produção da notícia. Traquina (2001) apresenta um panorama das Teorias do Jornalismo, ao apontar as seis principais teorias desenvolvidas no século XX: (1) Teoria do Espelho - compreende o jornalismo como espelho da realidade e reforça o mito da objetividade; (2) Teoria da Ação Pessoal ou do Gatekeeper - visão microsociológica que dá ênfase no poder dos jornalistas em escolher o que será ou não notícia), (3) Teoria Organizacional - é macrosociológica e dá grande poder às organizações jornalísticas que, sem pressões, mas pelas próprias rotinas, levam os jornalistas a aderirem à cultura organizacional), (4) Teorias da Ação Política - prevê que, na visão da esquerda, a mídia reforça o capitalismo; para a direita, na imprensa, há jornalistas de esquerda infiltrados disseminando ideias progressistas), (5) Teoria Estruturalista - acredita que há um grande poder dos definidores primários ou fontes primárias, além de apontar os jornais como organizações burocráticas, que valorizam o valor-notícia centrado no que é negativo e os jornalistas atuam por meio de seus mapas culturais), (6) Teoria Etnoconstrucionista - a visão mais atual que entende o processo de produção como bem complexo. As empresas estabelecem uma ordem no espaço, a partir de três estratégias: (a) territorialidade geográfica, em que se define áreas priorizadas como fontes

de notícias, como, no caso do Brasil, as capitais Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, (b) a definição de sentinelas que cobrem as instituições mais importantes em cada editoria, (c) a ordem no tempo para que os veículos se organizem em relação ao tempo de cobertura.

A Teoria do Agendamento, proposta por McCombs e Shaw, segundo Oliveira, Fernandes e Chagas (2018), trabalha com a perspectiva de que a mídia agenda os temas que serão discutidos pelo indivíduo, bem como hierarquiza os assuntos por ordem de importância e ainda fornece repertórios discursivos. Outra corrente é a Teoria do Enquadramento, bem atual, que tem sido amplamente utilizada para entender como a mídia seleciona determinados aspectos do fato, contrariando o mito da objetividade jornalística. Tuchman (1993) explica que as notícias são o próprio enquadramento, já que, por meio delas, constrói-se a percepção de mundo e a relação da sociedade com ele. A autora afirma que esses enquadramentos podem ser problemáticos, pois esses recortes são o reflexo das estruturas das agências que produzem notícias (tipo de organização, rotina, ideologia, jornalista, seleção e construção da notícia). Segundo Tuchman, a rede de notícias impõe ordem ao mundo social pois permite que os acontecimentos noticiosos ocorram em determinados locais, mas não em outros.

4. Estudo de caso: o enquadramento do *Portal Folha* sobre a deputada Duda Salabert

Quanto aos procedimentos metodológicos, foram acionados: (a) pesquisa bibliográfica, (b) pesquisa documental; (c) análise híbrida – análise de conteúdo mesclada à análise de enquadramento. A pesquisa bibliográfica focou em levantar fontes de materiais respaldados pela comunidade científica – livros, teses, dissertações, artigos etc. – para discutir identidades, estigmas e transfobia e enquadramento. Quanto à pesquisa documental, foram coletadas as notícias no *Portal Folha de S. Paulo* que tratam de

assuntos referentes à deputada Salabert. O recorte temporal foi 2023, primeiro ano de atuação parlamentar. No total, foram 34 publicações, entre reportagens, notícias, notas, entrevista e artigo assinado.

4.1 Análise de Conteúdo

Ao longo de 2023, no primeiro ano de mandato como deputada federal, Duda Salabert (PDT) foi uma parlamentar com boa visibilidade, mas parte dos holofotes ocorreram em função de atos transfóbicos de líderes políticos de direita, como ataques que partiram do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Ao longo do ano, as matérias da *Folha* revelam que, apesar de ter uma atuação parlamentar em várias frentes (Meio Ambiente, Educação, Defesa da Democracia e Direitos das Minorias), Duda virou “notícia”, em grande parte, em questões ligadas ao fato de ser transexual, como nas situações que foi vítima de transfobia.

Ao fazer uma análise de conteúdo quantitativa das notícias (Bardin, 2011), constata-se que Duda Salabert tem uma visibilidade predominantemente positiva, principalmente porque há várias notícias em que a deputada foi alvo de transfobia, como no ato transfóbico de Nikolas Ferreira (PL), em 8 de março de 2023, quando subiu à tribuna da Câmara dos Deputados e fez ataques às deputadas transexuais. Outra polêmica ocorreu quando o General Heleno, ao comparecer à CPI de 8 de janeiro, em que Duda é uma das integrantes, fez a referência a ela como “senhor”, numa atitude transfóbica. Foram 22 notícias positivas (64,71%), 8 (oito) neutras (23,53%) e 4 (quatro) negativas (11,76%). Quanto às temáticas, houve um número mais amplo de assuntos referentes à atuação e à imagem de Duda Salabert. Em relação às 34 notícias, a temática mais acionada foi “transfobia”, com 11 unidades (32,36%). Em segundo, aparecem duas temáticas, com 4 (quatro) matérias cada (11,76%), que são “CPI dos Atos de 8 de janeiro” e “Direitos LGBTQIAPN+”. Com 3 (três) menções cada, aparecem “Política” e

“Representatividade”, equivalente a 8,83%. Com duas unidades, aparece “Política e Eleições” (5,88%). Com apenas 1 notícia, estão as temáticas – Linguagem neutra, Meio Ambiente, Transvivência, Políticas Públicas, Campanha de doação de sangue, Racismo e Política, Educação e Direitos Trabalhistas (2,94% cada).

4.2 Análise de Enquadramento

Quanto à Análise de Enquadramento, o objetivo é identificar, a partir do *corpus* coletado, das 34 matérias, a que “pacote interpretativo” estão vinculadas. Maia e Vimieiro (2011) explicam que o enquadramento prevê a articulação de determinados discursos em uma dada organização formal. As autoras definem os pacotes interpretativos como agrupamentos formados por determinados dispositivos simbólicos, que têm como essência o enquadramento. São definidos, na visão das autoras, como certo padrão em um determinado texto, que se compõe de diversos elementos. Segundo as autoras, tais elementos não são palavras, mas componentes ou dispositivos dos enquadramentos previamente definidos. Em vez de codificar os enquadramentos como um todo, sugere-se o enquadramento a partir de elementos isolados, os quais devem ser facilmente codificados em uma análise de conteúdo. Depois disso, uma análise dos agrupamentos desses componentes deve revelar os enquadramentos. No caso da pesquisa focada no enquadramento dado à Duda Salabert (PDT), das 34 notícias, definiu-se três pacotes interpretativos: “Transfobia e Violência contra a população LGBTQIAPN+” (refere-se às diversas formas de violência sofridas tanto pela comunidade como pela própria deputada em seu mandato, como os atos transfóbicos do parlamentar de extrema-direita Nikolas Ferreira (PL), ligado ao bolsonarismo), “Política e Atuação Parlamentar” (que trata da atuação de Duda para além das questões identitárias e de suas articulações no campo político), “Direitos LGBTQIA+”.

Quanto ao primeiro pacote, foram identificadas 15 notícias, o que teve mais visibilidade. Em segundo, aparece “Política e Atuação Parlamentar”, com 13 matérias. Por fim, o terceiro pacote – “Direitos LGBTQIAPN+”, apesar de remeter à atuação e imagem de Duda como trans, é o enquadramento focado em notícias que retratam direitos ou conquistas da população LGBTQIAPN+, em que a deputada é mencionada, com um total de 6 (seis) notícias.

4.2.1 Transfobia e Violência contra a população LGBTQIA+

O primeiro pacote interpretativo – “Transfobia e Violência contra a população LGBTQIA+” – que foca nas notícias publicadas pela *Folha de S. Paulo* que retratam transfobia e violência contra a população LGBTQIA+, tanto em ataques da direita contra as deputadas trans (Duda Salabert e Erika Hilton), em especial do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Foram identificadas 15 matérias, entre notas, notícias, reportagens e artigo de opinião. Constata-se que, apesar de Duda tentar ter uma visibilidade vinculada a sua atuação como parlamentar em diferentes áreas (pauta socioambiental, educação, defesa da democracia etc.), a mídia tende a dar destaque à deputada em notícias vinculadas a pautas identitárias, mesmo que de forma positiva. A transfobia, em geral, é o enquadramento em que Duda mais se torna notícia. Apesar de ser uma abordagem, em geral, factual, informativa, muitas vezes, por meio de notas ou notícias, sem fazer um aprofundamento dos assuntos tratados, há alguns espaços mais interpretativos e opinativos, como a entrevista com a deputada e algumas reportagens. Ao enquadrar a deputada preferencialmente pelo fato de ser uma mulher trans, faz com que o jornalismo reproduza uma visão estigmatizada e não contribua para “naturalizar” o debate sobre gêneros. Assim, há mais notícias negativas do que positivas. Das 15 matérias

analisadas, são 7 (sete) unidades com valência negativa, 6 (seis) com valência positiva e 2 (duas) neutras. São as matérias a seguir:

(1) *“Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis pelo 14º ano seguido”*: informa que a secretaria nacional LGBTQ+, em parceria com o Ministério da Justiça, articula projeto para proteção trans, com participação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e das deputadas Erika Hilton (PSOL) e Duda Salabert (PDT). Destaca o alto número de assassinatos de transexuais e travestis no Brasil, que ocupa o topo da lista pelo 14º ano seguido (24/01/2023; Notícia, Valência Positiva)

(2) *“Nós, travestis e transexuais: do estigma à admiração”*, assinado pela deputada Duda Salabert, traz a reflexão sobre o Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais. A parlamentar trata das dificuldades e estigmas enfrentados por travestis e transexuais no Brasil, destacando a violência e discriminação constante. Salabert questiona quando será possível discutir as vivências de pessoas trans sem focar na violência. Apesar do cenário adverso, celebra os avanços do movimento trans e destaca a importância do Dia da Visibilidade, apontando as conquistas (29/01/2023; Entrevista; Valência Positiva).

(3) *“Nikolas Ferreira responderá na Justiça acusação de injúria racial contra deputada trans”*: informa que o deputado Nikolas Ferreira responderá na Justiça de Minas Gerais pelo crime de injúria racial, por ataque transfóbico direcionado à então vereadora Duda Salabert. Apesar de apontar a condenação contra Nikolas, reforça o embate ideológico entre o parlamentar e a Duda Salabert (08/02/2023; Da Redação; Notícia, Valência Positiva).

(4) *“Deputados pedem a cassação do mandato de Nikolas Ferreira pelo episódio de transfobia no Dia da Mulher”*: no Dia Internacional da Mulher, a *Folha* trouxe informações sobre a repercussão do discurso transfóbico do deputado Nikolas. O parlamentar subiu à tribuna da Câmara

dos Deputados e fez um discurso transfóbico, vestido de peruca loira, nomeando-se “Nikole”, num ataque às deputadas trans. Tabata Amaral (PSB-SP) e Duda Salabert enviaram um pedido de cassação do deputado ao TSE (08/03/2023; Notícia; Valência Neutra).

(5) *“Partidos articulam punição a Nikolas, mas cassação é improvável”*: informa que Duda Salabert se reuniu com Alexandre Padilha (ministro de Relações Institucionais), para pedir ao governo posicionamento sobre o ato de transfobia de Nikolas. Contextualiza a criminalização da transfobia em 2019 pelo STF e as brechas que a lei possui, o que torna a cassação do deputado improvável (09/05/2023; Reportagem, Valência Negativa).

(6) *“Nikolas é um tema pequeno, queremos fazer o grande debate, diz Duda Salabert”*: entrevista exclusiva com a deputada Duda Salabert para tratar do episódio de transfobia cometido por Nikolas. A parlamentar comenta os desafios e violências enfrentados pela comunidade trans no Brasil e reconhece sua responsabilidade na defesa dessa população. Ela tenta desvincular sua imagem de pautas identitárias, mas tem dificuldades de manter sua posição nas entrevistas (12/03/2023; Rainer Bragon, Entrevista; Valência positiva).

(7) *“Café da Manhã: A ofensiva de projetos antitrans na política brasileira”*: traz o episódio do *podcast* de notícias diário da *Folha de S. Paulo*, “Café da Manhã”, que discute a repercussão do episódio de transfobia cometido por Nikolas Ferreira no Congresso Nacional, dia 08. É feito um levantamento inédito de pelo menos 69 projetos de lei antitrans, no âmbito federal, estadual e municipal (21/03/2023; Da Redação; Notícia; Valência positiva).

(8) *“Justiça manda Nikolas pagar R\$ 80 mil a Duda Salabert por transfobia”*: informa sobre a condenação judicial que obriga Nikolas Ferreira a pagar R\$ 80 mil à deputada Salabert por transfobia. A condenação

trata do episódio de 2020, em que Nikolas citou a vereadora pelo pronome masculino, insistindo em chamá-la de "ele" em entrevistas e posts em redes sociais. O juiz José Ricardo Freitas Vêras, da 33ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, proferiu a sentença. (19/04/2023; Isabella Cavalcante; Notícia, Valência positiva).

(9) “*Grupo de WhatsApp da direção do PT tem bate-boca e acusação de transfobia*”: informa sobre a acusação de transfobia que recai sobre deputados petistas que colocam em xeque a viabilidade da candidatura de Duda à Prefeitura de Belo Horizonte, por ser uma capital estratégica e as supostas dificuldades em lançar uma trans a concorrer. Informa sobre a discussão ocorrida no grupo de WhatsApp do diretório nacional do PT envolvendo parlamentares e dirigentes do partido. A controvérsia surgiu após o vice-presidente do PT, Washington Quaquá, questionar a possibilidade de o partido apoiar a candidatura de Salabert à PBH em 2024. Janaína Oliveira (secretária nacional LGBT do PT) acusou Quaquá de transfobia (11/07/2023, Matheus Teixeira, Danielle Brant e Guilherme Seto; Notícia, Valência Negativa).

(10) “*General Heleno diz que não era sua missão convencer Bolsonaro a sair das quatro linhas*”: faz um relato minucioso das discussões ocorridas na CPI dos Atos Antidemocráticos de 8 de janeiro em que Augusto Heleno foi convocado a prestar esclarecimentos. O ex-ministro negou minutas golpistas e, no momento de tensão, desrespeitou a deputada Salabert a chamando de “senhor”. A fala transfóbica é citada no final da reportagem (26/09/2023; Thaisa Oliveira; Reportagem; Valência Negativa).

(11) “*Presidente da CPI expulsa deputado e interrompe sessão após fala transfóbica de Heleno*”: informa sobre a expulsão do deputado Abílio Brunini (PL) da CPI do 8 de janeiro e faz menção ao ato de transfobia do General Heleno contra a deputada Duda Salabert, a chamando de “senhor” (26/09/2023; Mônica Bergamo; Nota; Valência Negativa).

(12) “*Duda Salabert aceita pedido de desculpas de Heleno*”, nota sobre o pedido de desculpas de Augusto Heleno para Duda Salabert, após ato transfóbico (26/09/2023; Da Redação; Nota; Valência Neutra).

(13) “*Mais notícias sobre a tentativa de golpe militar de Bolsonaro*”: Vinicius Torres Freire discute os relatos, investigações e delações sobre a tentativa de golpe militar pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. O ato transfóbico do General Heleno contra Duda Salabert, na CPI do 8 de janeiro é mencionado, mas o foco refere-se às discussões da CPI (26/07/2023; Vinicius Torres Freire; Nota; Valência Neutra).

(14) “*TJ de Minas confirma condenação de Nikolas Ferreira por transfobia contra Duda Salabert*”: descreve a condenação do deputado federal Nikolas Ferreira, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por crime de transfobia contra Duda Salabert, condenado a pagar uma indenização de 30 mil reais. Em 2020, Nikolas referiu-se à Duda pelo pronome masculino (14/12/2023; Leonardo Augusto; Notícia; Valência Positiva).

(15) “*Nikolas Ferreira elege bichos-papões progressistas em defesa do papel evangélico*”: dedicado ao lançamento do livro de Nikolas Ferreira, "O Cristão e a Política - Descubra Como Vencer a Guerra Cultural", analisa como o livro reproduz posicionamentos de extrema direita do deputado, como as críticas a pensadores vinculados à esquerda (Marx, Beauvoir, Paulo Freire). Ataca ideologias progressistas e defende a participação política dos evangélicos (19/12/2023; Anna Balloussier; Artigo; Valência Negativa).

4.2.2. Política e Atuação Parlamentar e Direitos LGBTQIA+: pacotes interpretativos

O segundo pacote interpretativo – “Política e Atuação Parlamentar” – que foca nas notícias da *Folha de S. Paulo* que retratam a atuação de Duda Salabert (PDT) no campo político e no mandato como parlamentar teve 13 unidades de análise. Constata-se que não há uma visibilidade em relação às

suas ações no Congresso, se não estiverem vinculadas à transexualidade e a direitos LGBT. Apesar de ser uma abordagem, em geral, factual, informativa, muitas vezes, por meio de notas, sem ter aprofundamento dos assuntos tratados, há uma visibilidade relativamente positiva para Duda Salabert. São sete neutras, quatro positivas e uma negativa. Quanto ao pacote “Direitos LGBTQIA+”, foram identificadas seis notícias em 2023. É uma cobertura reduzida, mas todas as notícias têm valência positiva. Como o artigo foca nos pacotes “Transfobia e violência de gêneros e “Direitos LGBTQIA+, o Quadro 1 traz as notícias.

Quadro 1
Pacotes Interpretativos “Política e Atuação Parlamentar” e “Direitos LGBTQIA+”

Data	Título	Valência	Pacotes Interpretativos
(1) 17/01/2023	Parlamentares LGBTQIA+ 'eleites' e integrantes do governo Lula se reunirão em Brasília	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+
(2) 21/01/2023	Gabinete Compartilhado no Congresso recebe 11 mil inscrições para 16 vagas de assessores	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(3) 24/01/2023	Agência Brasil, do governo federal, publica texto com linguagem neutra pela primeira vez	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+
(4) 19/02/2023	PDT pode ter apoio do governo para presidir comissão de Meio Ambiente da Câmara	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(5) 04/03/2023	Novatos assumem a cena política e escanteiam veteranos em Minas	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(6) 24/05/2023	Deputada propõe que autoridades recebam salário de professores 3 meses ao ano	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(7) 25/05/2023	Belo Horizonte tem pré-campanha com Zema indeciso e embate entre trans e bolsonarista.	Negativa	Política e Atuação Parlamentar
(8) 25/05/2023	Quem é quem na CPI do 8 de janeiro instalada no Congresso	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(9) 25/05/2023	Deputados contrataram investigados pelo STF por atos antidemocráticos	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(10) 01/06/2023	Alexandre de Moraes debate incluir identidade de gênero em registro de candidaturas no TSE.	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+
(11) 27/06/2023	LGBTs debatem cotas e pedem ao TSE opção para declarar orientação sexual de candidatos	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+
(12) 30/06/2023	Deputado acusado de racismo mudou declaração de pardo para branco em eleições	Neutra	Política e Atuação Parlamentar

(13) 10/08/2023	Kalil vê Zema sem cultura, fala em ficar no PSD e promete voltar às urnas em 2026.	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(14) 15/09/2023	'Fico perplexa', diz Ludmilla após ter campanha de doação de sangue barrada	Positiva	Política e Atuação Parlamentar
(15) 15/09/2023	Deputadas trans e líder indígena integram lista de 100 lideranças do futuro da Time	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+
(16) 30/09/2023	Deputadas aliadas cobram Lula em carta por indicação de mulher negra ao STF	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(17) 16/11/2023	União autoriza mineradora a voltar a operar na Serra do Curral, em Minas Gerais	Positiva	Política e Atuação Parlamentar
(18) 14/12/2023	Prefeitura de BH recusa R\$18 milhões para maternidade de partos humanizados	Neutra	Política e Atuação Parlamentar
(19) 29/12/2023	STF, Congresso e Planalto terão iluminação em homenagem ao Dia da Visibilidade Trans	Positiva	Direitos LGBTQIAPN+

Fonte: Elaboração própria, 2024

4. Considerações Finais

O estudo do enquadramento noticioso em relação à atuação e imagem da deputada Duda Salabert (PDT-MG) suscitou reflexões acerca do debate sobre gêneros, transfobia e o papel da mídia ao criar representações sociais e/ou reforçar padrões e estigmas. Em termos teóricos, conforme aponta Fávero (2020), há uma mobilização por parte das minorias na luta e conquistas de espaços e direitos, não somente nas questões identitárias, mas, principalmente, na inserção no mercado de trabalho e no próprio universo acadêmico. Por isso, ela propõe a ética pajubariana como contraponto à suposta neutralidade cisgênera.

Quanto ao estudo de caso, constata-se que a cobertura do *Portal da Folha* é ambígua. Por um lado, há alguns avanços na cobertura sobre a atuação da deputada Duda Salabert, abrindo espaço para que ela se posicione e seja convocada, em alguns casos, a tratar de temáticas que não se limitam ao fato de ser uma mulher trans. No entanto, a partir da análise de enquadramento, identificamos que o pacote interpretativo predominante ainda é “Transfobia e Violência contra a população LBTQIA+”, que teve 15 das 34 notícias. Isso significa que a deputada ganha visibilidade quando o assunto é gênero, transfobia. Em 2023, isso ocorreu, principalmente, em

função de atos transfóbicos do deputado de extrema direita Nikolas Ferreira (PL), que tem sido um oponente de Duda, desde que atuavam na Câmara de Vereadores em Belo Horizonte. O parlamentar tem como um de seus temas na agenda conservadora de costumes os ataques às minorias e, principalmente, à comunidade LBGT.

Assim, percebe-se que a mídia, por ser vinculada à dinâmica social, apesar de apontar avanços em relação aos direitos das minorias, ainda reproduz a lógica dominante e tem um olhar bem limitado quando se trata de dar a cobertura às deputadas trans, limitando a atuação das parlamentares a questões identitárias. Espera-se mais pluralidade, mais polifonia e abordagens mais contextualizadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. E. R. **Nome *sui generis***: o nome (social) como dispositivo de identificação de gênero. Belo Horizonte: Sociedade Mineira de Cultura; Ed. da PUC Minas, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

FAVERO, S. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial**, v.7, n.12, jan/jun de 2020, p.1-22

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. LTC, 1988.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&a, 1997.

MAIA, R.; VIMIEIRO, A.C. Análise indireta de enquadramentos da mídia. **Famecos**, v.18, n.1, p. 235-252, 2011.

OLIVEIRA, L. A. de; FERNANDES, C. M.; CHAGAS, G. C. Novos passos do golpe: o enquadramento da Reforma da Previdência no Jornal Nacional. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, pp.59-86, 2018.

OLIVEIRA, L.A; GOMES; A.R; SOUZA, J.C; Mídia, eleições e transfobia: análise das mensagens no *Instagram* da candidata Duda Salabert (PDT). **Anais** do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-Minas – 4 a 8/9/2023, 15p.

SANTOS, T. A. **Toda escola deveria ter uma Parada do Orgulho LGBTQIA+ que ajudasse a sair do armário e a enfrentar o *Bullying* com motivação LBGTfóbica.**

2020. 135p. Dissertação De Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. UFMG, 2020.

TRAQUINA, N. **Estudos de Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

TUCHMAN, G. Contando estórias. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**. Questões, teorias e ‘estórias’. Lisboa: Editora Vega, 1993.

CAPÍTULO 12



A Representação da Identidade de Gênero e Orientação Sexual de Cole Mackenzie: uma análise da personagem na série “*Anne With An E*”

Gabriel da Cruz Ventura (Univale)

Deborah Luisa Vieira dos Santos (UFJF/Univale)

Edmarcius Carvalho Novaes (Univale)

Suely Maria Rodrigues (Univale)

RESUMO: Este artigo analisa a representação LGBTQIAPN+ na segunda temporada de *Anne With an E*, da Netflix e CBC, focando na personagem Cole Mackenzie. A série explora a identidade *queer* num contexto do século XX, destacando a discrepância entre a realidade histórica e a imagem audiovisual progressista, e evidencia como produções culturais podem limitar ou ampliar a visibilidade dessa comunidade. Ao utilizar a análise fílmica de Manuela Penaria, examina-se como a criação de Cole, personagem ausente na obra original, serve para trazer à tona temas contemporâneos de identidade e resistência. Embora com limitações, a inclusão da personagem promove discussões sobre ativismo e visibilidade LGBTQIAPN+, refletindo o Consumo de Ativismo e Anacronismos pela coprodutora Netflix e a necessidade de mais representatividade nas mídias.

Palavras-Chave: Ficção Seriada, Representação, Identidade e Orientação Sexual, *Anne with an E*, Análise Fílmica.

1. Introdução

O presente artigo analisa como é a representação da temática da identidade e orientação sexual na 2ª temporada da série canadense *Anne with an E*, da plataforma de *streaming* Netflix e CBC, por meio da personagem Cole Mackenzie (Cory Gruter-Andrew). A série é uma releitura adaptada por Moira Walley-Beckett da obra “*Anne de Green Gables*”, publicada em 1908, da escritora Lucy Maud Montgomery (1874-1942).

A série veio ao ar no Brasil em 19 de março de 2017 e a segunda temporada estreou em 6 de julho de 2018. A ficção aborda várias temáticas

sociais de um viés progressista, que dentro do campo político, serve como apoio a pautas como gênero, etnia, raça, *queer*, indígena, entre outros (Gallego; Ortellado; Moretto, 2017).

A trama gira em torno de Anne (Amy McNulty), uma adolescente de cabelos ruivos e com sardas, adotada por engano por um casal de irmãos, Marillia (Geraldine James) e Matthew (R.H. Thomson), em Avonlea, uma cidade conservadora do início do século XX, no Canadá. Os irmãos queriam adotar um menino para fazer os trabalhos braçais na fazenda, e no primeiro momento se decepcionam ao encontrar uma menina enviada pelo orfanato, mas Anne insiste em permanecer no lar em Green Gables, informando ser útil, pedindo uma semana de teste. Anne, que em vários momentos solta frases inspiradoras e questionadoras, consegue conquistar, argumentando que as garotas conseguem fazer tudo o que os garotos fazem.

Cole (Cory Gruter-Andrew) é amigo de escola de Anne, e tem um papel coadjuvante dentro do arco-narrativo da protagonista. No entanto, Cole aparece em recortes importantes que trazem reflexões sobre a identidade *queer*. Ao longo da segunda temporada, Cole sofre perseguições e preconceito por um professor e colegas da turma. Além disso, ele engendra uma autodescoberta sobre a própria identidade e, pode-se dizer, da orientação sexual, por meio da identificação com a personagem Tia Josephine Berry (Deborah Grover), que na série é apresentada como uma senhora que vive uma relação lésbica, de forma discreta socialmente. Vindo de uma família humilde, Cole é obrigado a frequentar a escola, pois, caso contrário, teria que realizar os trabalhos braçais na fazenda de sua família.

Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar como é representada a temática da identidade de gênero e orientação sexual na segunda temporada da série canadense *Anne with an E*, com enfoque na personagem Cole Mackenzie, e como as produtoras da série atuam na ampliação ou na limitação da visibilidade *queer*.

Utiliza-se a metodologia denominada Análise Fílmica, de Manuela Penafria (2009), que consiste na observação decomposta da produção, com a interpretação a contar dos acontecimentos apresentados. Além disso, realiza-se uma revisão de literatura (Gil, 2008) sobre identidade de gênero, orientação sexual, e do tripé cultura, mídia e sociedade.

Esta investigação justifica-se pela importância da representação e representatividade LGBTQIAPN+ nas telas, e pelo papel social que a comunicação exerce nas diferentes relações sociais, as quais podem ser positivas e provocar discussões, mudanças, reconhecimento, visibilidade de lutas e, conseqüentemente, a conquista de direitos e cidadania. Por outro lado, essa representação pode ser negativa, reforçando preconceitos, fortalecendo estigmas, estereótipos, a marginalização, hierarquização de corpos e a desqualificação de grupos sociais (Honneth, 2009; Hall, 2016; Thompson, 2018; Goffman, 2021).

O artigo é dividido em quatro partes, sendo a primeira apresentação geral do tema, em seguida, o aporte teórico no campo da comunicação, estudos de gênero, cultura, identidade e orientação sexual, em terceiro lugar, a análise e discussão dos temas abordados pela série *Anne with an E*, a fim de compreender possíveis anacronismos e consumo de ativismo, e por fim, as considerações finais.

2. Gênero e Sexualidade: a representação de estigmas sociais

Neste tópico, são apresentadas as terminologias gênero, orientação sexual, *queer*, estigmas sociais, e problematiza-se a luta por reconhecimento, entendendo que tais conceitos estão entrelaçados e servem como um aporte teórico para a análise da personagem Cole, e o contexto que envolve a produção da trama, inclusive as produtoras da ficção.

2.1 Entrelaçando Gênero e Orientação Sexual, Queer e Estigmas Sociais

Em primeiro lugar, cabe evidenciar os conceitos de gênero e sexualidade. O primeiro, para Miriam Grossi (1998), serve para determinar tudo o que é social, cultural e determinado ao longo da história. No entanto, a partir do nascimento, as pessoas são inseridas nas relações sociais e, por isso, a interação é determinada a partir do sexo, atribuindo expectativas, padrões, normas de comportamento. Gênero é “mutável” (De Jesus, 2012), pois está intimamente ligado à identidade de uma pessoa, a forma como ela se enxerga e se relaciona consigo mesmo. Já o sexo, que é biológico, refere-se à genitália. Por fim, a orientação sexual é a atração afetiva e/ou sexual de uma pessoa. No entanto, o que acontece em grande parte, é o uso errôneo de “gênero” e “sexualidade” como sinônimos, o que pode ocasionar confusão e apagamento das problemáticas inerentes a cada tema. Além disso, trata-se de uma forma de gerar mais preconceitos e marginalização das pessoas LGBTQIAPN+ a partir de uma visão binária, o que acontece, por exemplo, quando uma pessoa da comunidade é questionada sobre “quem é o homem ou a mulher da relação?” (De Jesus, 2012).

A Teoria *Queer* ganhou visibilidade na forma como a conhecemos hoje, a partir dos anos 1980 nos Estados Unidos, no contexto da epidemia mundial de AIDS, quando o Estado se voltou contra os movimentos vanguardistas, fazendo com que os movimentos gays e lésbicos tornassem ainda intensos e criticassem também os próprios propósitos de suas lutas. Já no Brasil, diferentemente, devido à redemocratização após 20 anos de regime militar, os movimentos sociais acabaram por forçar o Estado a enxergar o problema de saúde pública que se instalou e a iniciar ações de assistência à saúde. (Miskolci, 2012).

A palavra “*queer*” é um xingamento nos Estados Unidos. No entanto, a ideia é incorporada pela população “*Queer Nation*” como forma de resistência, ante a rejeição pelo conservadorismo e desprezo da maioria com,

em grande parte, a ideia de nojo e “contaminação”. Assim surge *Queer*, um movimento de reação ao novo momento biopolítico instaurado pela AIDS. Desse modo, a teoria tem como problemática não exatamente a homossexualidade, mas sim o termo “abjeção”, que se refere ao espaço em que o coletivo relega aquele ou aquela que representa uma ameaça ao funcionamento, à ordem política e social (Miskolci, 2012), e que por isto se torna estigmatizada.

A pessoa estigmatizada é aquela que não está nos padrões estabelecidos em uma sociedade. Dentro de uma relação/interação estigmatizada e “normal”, a pessoa tida como estigmatizada é colocada em uma posição de desvantagem em relação a pessoa “normal”, e esse processo se expressa por variados fatores, como a rejeição a pessoas com deficiência, com transtornos mentais, homoafetivas e gêneros “fora” do padrão cisnormativo (Goffman, 2021).

Portanto, compreender estas categorias conceituais corrobora no entendimento das representações sociais sobre Cole, na segunda temporada da série. Entendido isto, na ficção, personagens como Cole e Anne performatizam pessoas estigmatizadas, uma vez que ambos sofrem violências na escola, como a rejeição em momentos e brincadeiras em grupo, como também comentários sobre a forma como são, de onde vieram, comportam e se expressam. Nota-se como o ambiente escolar pode provocar diferentes experiências negativas na vida das pessoas que não estão encaixadas nos padrões socialmente construídos. Além disso, se constitui como espaço que perpetua a luta constante por reconhecimento por parcelas estigmatizadas, o que demonstra como relações de poder se configuram entre os sujeitos em contextos em que a cidadania é negada pela força dominante (Hall, 2016; Honneth, 2009).

2.2 Luta por reconhecimento

Na formação do sujeito social, a luta pelo reconhecimento está inerente aos processos sociais. Em uma linha de pensamento da 3ª geração de pensadores da teoria crítica, como integrante, Honneth (2009) tece sobre o reconhecimento como uma estima do sujeito, enquanto o seu papel social. No momento em que há diferenças entre a pessoa e as normas sociais, inicia-se uma luta, que pode ter tanto individual quanto coletiva, por reconhecimento.

Quanto a luta se torna coletiva, o seu poder de avanço é maior, apontada como um caminho para uma sociedade mais justa e civilizada. Para Honneth (2009), a luta e o conflito são necessários, inclusive, para a construção da identidade do sujeito na coletividade. O processo de reconhecimento social está na reciprocidade dos sujeitos, após a formação social naturalizada das leis e normas sociais. A partir disso, o sujeito passa a enxergar o outro nas relações. Portanto, quando o sujeito ou grupo de pessoas não está nessa relação subordinada às normas, os direitos são violados e a luta e conflito são estabelecidos (Honneth, 2009).

Além disso, o tripé - amor, solidariedade e direito - são as bases que se violadas engendram essa luta (Honneth, 2009). Portanto, compreender como essas bases são violadas na existência da pessoa *queer* colabora na compreensão de como a busca por direito gera o conflito social, ante a visão binária compulsória que é perpetuada pelas instituições sociais, e neste caso, a escola.

3. Mídia, Representação anacrônica e consumo de ativismo

Neste tópico, discute-se como a mídia e cultura podem apresentar diferentes papéis sociais, dentre eles no campo da representação e a ficção seriada como produto cultural, em que os grupos se sentem ou não representados.

3.1 Cultura e Ficção Seriada

A terceira cultura (cultura emergente), a partir do século XX, é construída pela comunicação em massa, por meio do rádio, da TV e cinema, com produções padronizadas a fim de atingir o grande público, ao mesmo tempo em que não elimina outras culturas, como a religiosa, nacional e humanística, valendo-se delas para uma relação de dependência. Além disso, a cultura de massas, constituem o papel de controlar, incluir, censurar, entre outros, e mesmo, desintegrar outras culturas (Morin, 2003).

De outra maneira, o autor destaca que diferentemente das produções da Escola de Frankfurt no início do século XX, que viam a cultura como homogênea e não participativa dos sujeitos receptores, a cultura se destaca pela democratização simbólica dos bens que antes eram restritos à elite, fazendo com que mais pessoas passem a acessar aos conteúdos culturais e artísticos, bem como propõe a concepção de cultura das massas além de questões puramente do mercado, como proposto pelos frankfurtianos:

[...] a indústria cultural, os meios de comunicação, de massa e a cultura de massa surgem como funções do fenômeno da industrialização. É esta, através das alterações que produz no modo de produção e na forma do trabalho humano, que determina um tipo particular de indústria (a cultural) e de cultura (a de massa), implantando numa e noutra os mesmos princípios em vigor na produção econômica em geral: o uso crescente da máquina e a submissão do ritmo humano de trabalho ao ritmo da máquina; a exploração do trabalhador; a divisão do trabalho (Coelho, 1993, p. 5).

Nesse sentido, os estudos sobre as concepções de cultura, indústria cultural e cultura das massas contribuem para a análise de como se dá a evolução da cultura, como os processos de identificação e representação estabelecem-se por meio das interações entre as pessoas e a relação da mídia com os grupos e sujeitos. Nesse aspecto, a ficção seriada pode ser entendida como um produto midiático que atende aos requisitos da indústria cultural

pela padronização e aporte ideológico aos sujeitos. A série como produto está sujeita à cultura da convergência, onde passa por alterações para atender as vontades do público consumidor (Calazans, 2018 *apud* Jenkins, 2006).

A série *Anne with an E*, antes transmitida somente nos canais de televisão aberta e pública do Canadá pela CBC, passa a ter uma audiência maior e mais ativa na plataforma de *streaming* parceira, a Netflix. Na cultura da convergência, em que mudanças de relação são pautadas por questões mais econômicas do que avanços culturais, os produtos midiáticos têm dependido cada vez mais de uma relação de codependência entre as produtoras e o público consumidor. Além disso, o consumo midiático, não é mais um consumo solitário, mas sim coletivo, seja familiar, amigos ou qualquer rede, o grupo interfere na forma de ser consumido e na produção (Calazans, 2018 *Apud* Jenkins, 2006).

A ficção seriada antes de serem introduzidas na TV existiam em outros formatos, essa modalidade era caracterizada como epístolas literárias (cartas, sermões e outros), narrativas míticas, que após o desenvolvimento técnico do Folhetim, passou a fazer parte dos jornais no século XX e estendeu-se para o radiograma e radionovela. Por fim, passou-se para a forma como se conhece hoje, na versão audiovisual pelos seriados do cinema (Machado, 2020). Assim, para ele a séries são podem divididas de três formas:

[...] a primeira temos uma única narrativa (ou várias narrativas entrelaçadas e paralelas) que se sucede mais ou menos linearmente ao longo de todos os capítulos. É o caso dos teledramas, telenovelas e de alguns tipos de séries ou minisséries. No segundo caso, cada emissão é uma história completa e autônoma, com começo, meio e fim, e o que se repete no episódio seguinte são apenas os mesmos personagens principais e uma mesma situação narrativa. Neste caso, temos um protótipo básico que se multiplica em variantes diversas ao longo da duração do programa (Machado, 2014, p. 2).

O terceiro tipo de narrativa seriada configura-se:

[...] temos um terceiro tipo de serialização, em que a única coisa que se preserva nos vários episódios é o espírito geral das histórias, ou a temática, porém, em cada unidade, não apenas a história é completa e diferente das outras, como diferentes também são os personagens, os atores, os cenários e, às vezes, até os roteiristas e diretores. É o caso de todas aquelas séries em que os episódios têm em comum apenas o título genérico e o estilo das histórias, mas cada unidade é uma narrativa independente (Machado, 2014, p. 2).

Portanto, a partir do conceito e da caracterização por Machado (2014), entende-se que a série *Anne with an E* é enquadrada pelo primeiro tipo de narrativa em que há várias histórias paralelas entrelaçadas à história central das aventuras de Anne Shirley.

Ademais, Kellner (2001) discorre que as produções midiáticas transcodificam as lutas sociais, por meio de uma relação de interdependência entre cultura, ideologia, classes dominantes e o capitalismo. Assim, o espetáculo delas é a expressão dos conflitos cotidianos pela apropriação dos chamados produtos culturais, no sentido de atribuir a popularidade e a lucratividade. Diante disso, o autor destaca que a cultura das mídias é crucial para o entendimento das sociedades contemporâneas, inclusive pela formação das identidades, tanto individuais quanto coletivas, de modo que é moldada a percepção da propagação de narrativas, produtos audiovisuais e ideologias. Adicional a isso, a cultura das mídias não apenas influencia, como produz e modifica as estruturas de poder estabelecidas na sociedade. Dessa forma, entende-se que a mídia tem um expressivo poder e papel na construção de uma sociedade preconceituosa ou a contribuir por espaços sociais inclusivos, diverso e respeitoso.

3.2 Representação LGBTQIAPN+

Como apontado anteriormente, a luta pelo reconhecimento se dá pela estima social violada de um indivíduo ou grupo social (Honneth, 2009). E no campo das representações sociais essa luta também é retratada nos

produtos midiáticos seriados. No entanto, a representação das pessoas LGBTQIAPN+ na mídia apresenta-se ao longo do tempo controversa, principalmente no contexto brasileiro. Nota-se que, a partir do processo de redemocratização no país, com o início do movimento das “Diretas Já!”, apresentou um novo momento de busca pelos movimentos sociais diversos por cidadania e de ocupar novos espaços, inclusive nas produções fílmicas (Ferreira, 2020).

Além das representações da comunidade LGBTQIAPN+ não significarem ser algo necessariamente positivo, com o advento das mídias digitais, os movimentos sociais passaram a usar essas ferramentas para efetivar a autonomia de expressão de ideologias, ideias e comunicação entre os setores sociais. A partir disso, inicia-se um *frenesi* sobre a representatividade imagética como base política contra a hegemonia (Ferreira, 2020).

No Brasil, uma pesquisa realizada em dezembro de 2023 pela *Genial Quaest* (Ohana, 2023), que ouviu 2002 pessoas em 126 municípios, aponta como o público observa a representatividade LGBTQIAPN+ na mídia: 55% reprovam a exibição de beijo gay no meio televisivo, 35% declararam a favor, e 13% não souberam responder a pesquisa. Portanto, esse posicionamento revela o comportamento brasileiro frente a pautas de identidade de gênero e sexualidade (Ohana, 2023).

3.3 Netflix, Anacronismo e Consumo de Ativismo

Thompson (2018) contribui para a compreensão do papel midiático moderno pela pergunta: “o que está envolvido no uso da mídia para se comunicar e interagir com os outros?” (Thompson, 2018, p.19). A mídia gera diversas outras ideias para além do papel simbólico e de transmissão de informações, ela também propõe novas formas de interação cuja as relações são modificadas. Essas relações são, não só estabelecidas entre as pessoas,

mas também entre a própria mídia e o sujeito. Assim, a partir da ficção seriada, compreende-se que no telespectador além de gerar a identificação por meio da representação (Hall, 2016), a visão dele ao contato com o meio midiático modifica a sua experiência de mundo e de realidade, pela criação também, de novos relacionamentos com os outros e consigo mesmo (Thompson, 2018).

A Netflix em *Anne with an E* ao fazer uso de temas recentes, a partir das atualizações das construções de gênero e orientação sexual, na obra originalmente do século XX, faz uso de anacronismos. O termo anacronismo pode ganhar diversos sentidos, pelo seu entendimento histórico, poético e outras áreas afins. “A essa altura, o balanço revela três coisas: o anacronismo tem sentidos diversos (e não excludentes) na literatura, ele foi incorporado a questões distintas em diferentes âmbitos do conhecimento e invocado como tabu em contextos específicos de disputa” (Gonçalves, 2022, p. 301). Para fins de observação deste estudo, o conceito de anacronismo é usado como um evento que ocorre fora do seu tempo (Gonçalvez, 2022). Portanto, a produtora ao se fazer representações e discussões, aborda conceitos recentes em um tempo nos quais os estudos e as concepções sobre gênero e orientação sexual estavam em outras proporções.

Além de uma abordagem anacrônica, é possível identificar o uso do Consumo de Ativismo pela *Netflix*, ao trazer as questões sociais discutidas na ficção seriada. Com as transformações no modo de consumir e as interações dos sujeitos com os produtos midiáticos e pelo modo como “Vivemos em uma economia-mundo essencialmente capitalista e que, desde o começo do século vem sofrendo caóticas turbulências nos planos econômicos, políticos e culturais” (Miranda; Domingues; 2022, p. 24). Assim as lutas sociais atuam como divisor de águas em grande parte dessa mudança e, principalmente colocando-se como pauta a desestabilização do *status quo* (Miranda; Domingues, 2022). Conforme essas mudanças

ocorrem, as produções culturais ganham a catalização de autoridade, e o engajamento social reproduz a necessidade de produzir e consumir representação social.

Portanto, a série *Anne with an E* apresenta representações para além das existentes na obra original de 1908, em que a autora trata sob uma visão mais para a questão de gênero, mesmo assim, dentro daquela compreensão no tempo, em outros momentos, vistos como a frente de seu tempo. A personagem Cole é um exemplo dessa representação a mais, a qual o livro não aborda ou narra.

4. Cole Mackenzie: adaptação anacrônica e consumo de ativismo

O artigo discute como os conceitos de gênero e orientação sexual são representados na série *Anne with an E*, a partir da participação do personagem Cole Mackenzie na 2ª temporada, lançada em 2018, pela *Netflix*. Como metodologia de análise foi acionada a Análise Fílmica (Penafria, 2009), método que consiste na decomposição de um filme ou material audiovisual, neste caso, a análise da série *Anne with an E*.

Para a compreensão do que se trata esse método, a autora propõe a diferenciação entre análise fílmica e a análise fílmica crítica, uma vez que a primeira objetiva duas partes importantes: a descrição (decupagem) e, em seguida, propõe uma compreensão, ou seja, uma interpretação dos elementos de tal filme. Neste aspecto foram observadas as cenas em que o personagem aparece na trama e como as questões de gênero são representadas, bem como a apropriação dos temas pelas produtoras tomam forma na adaptação para o *streaming*.

4.1 Cole: O personagem *queer*

Na série *Anne with an E*, o Cole Mackenzie é apresentado como uma pessoa dissidente e “abjeta”. Na escola, o personagem é visto longe dos

interesses e comportamentos ditos comuns para os meninos, como as brincadeiras, a forma de se comunicar e se expressar para o mundo. O jovem tem interesse por desenhos em vez de jogar bola, é educado, gentil e cuidadoso, enquanto os demais colegas são violentos, agressivos e irreverentes. Na sociedade cisheteronormativa e patriarcal esses comportamentos para um homem é incentivado e valorizado, já que isso expressa segundo essa lógica a “verdadeira” masculinidade (hegemônica), em que as demais possibilidades de masculinidades não sejam respeitadas.

No primeiro episódio da sua aparição na segunda temporada, Cole Mackenzie está sentado em frente a sala de aula, isolado, desenhando uma árvore bem detalhada no caderno, enquanto os demais colegas estão com os seus grupos. Sobre as características físicas dele, pode-se descrever com corpo magro, alto, cabelos loiros avermelhados e, neste episódio, usando com uma boina na cabeça.

Diante desse cenário, Billy Andrews (Christian Martyn) é o personagem tido como o “valentão da turma” e junto com os seus colegas começam a implicar com Cole. No entanto, as implicações são discretas para não chamar a atenção do professor, mas que ao longo da trama passa a perceber e acoberta. Neste recorte, Billy joga para Cole uma bola de *basebol*. No entanto, Cole não se movimenta para pegar a bola, com isso, irritado, Billy o chama de “mocinha”. Com desconforto, Cole pega a bola e arremessa com força, mas em seguida continua debochando do seu jeito. Portanto, esse recorte, configura as primeiras provocações que, no campo da representação, configuram-se como normalizadoras no contexto escolar na pessoa que sofre as agressões. Esse sofrimento implica em reações negativas no âmbito social, psicológico e físico, gerando isolamento e falta de pertencimento social. Nesse aspecto, Cole representa como o espaço escolar pode ser um lugar de normalização da violência a pessoas que não estão enquadradas nos padrões socialmente construídos, como a cisheteronormatividade.

Na masculinidade hegemônica e pela dominação masculina, enxergam-se os traços de feminilidade como uma abjeção e são acionadas formas de violência física e psicológica para validar as normas sociais dominantes (Novaes, 2022). Cole tem gostos e comportamentos diferentes do que é aprovado socialmente para um homem no século XX, portanto, é visto como uma pessoa “anormal”, estigmatizada. Além disso, os agressores representam a violência sofrida em grande parte das pessoas *queers* no ambiente escolar, com xingamentos, isolamento social, críticas constantes ao modo de falar, vestir e de se apresentar. No primeiro momento, o isolamento social de Cole pode representar sua personalidade tímida. No entanto, é possível observar que a falta de reconhecimento social engendra esse isolamento que só a partir da amizade dele com a Anne, o telespectador passa a compreender mais sobre a sua personalidade e o contexto que o cerca.

4.3 A perseguição no ambiente escolar

No recorte em que é tomada para a sala de aula, Cole continua a dedicar-se ao desenho, enquanto o professor Sr. Philips (Stephen Tracey) escreve no quadro. Neste momento (11:12 segundos) Billy Andrews pega um pedaço de madeira e derruba a tinta da caneta de Cole (comum no século XX), que logo se assusta e derruba os papéis. Aparentemente bravo, o professor Philips questiona o acontecido, mas Cole, com medo, responde que irá limpar a bagunça. Não satisfeito, o professor obriga a escrever no quadro com letras “garrafais”: “Não desenhar durante a aula” (12:02 segundos). Além desta obrigação, o professor o obriga a sentar na fileira das meninas, após ser pego fazendo tranças no cabelo da Anne, com a justificativa seria que ele tinha “tendências femininas”. Portanto, é possível notar que a visão de gênero apresentada é binária e compulsória.

Outrossim, este recorte reflete sobre a relação aluno e professor no século XX e como a agressividade no ambiente escolar é expressão não só

da parte de colegas de turma, mas também de professores com seus métodos agressivos de punição, intensificado se a pessoa for abjeta.

A protagonista principal, Anne, comovida com a situação, ajuda Cole pegando o seu caderno e folhas pelo chão. Observa-se que Anne aqui tem a seu primeiro ato amigável com o Cole. Essas reações de Anne vão representar como a amizade entre os desiguais, ela tida como abjeção por ser órfão e por “falar demais”, enxergando o mundo de outro modo (progressista), auxilia na reciprocidade de apoio e solidariedade.

Cole escreve conforme pedido pelo professor. No entanto, ao olhar para o quadro, o professor vê a frase escrita de letra cursiva e de boa caligrafia e, com raiva, apaga a frase e o ordena escrever com menos “enfeites” e menor, aumentando a punição com ironia, obrigando-o a escrever a mesma frase repetida vezes (12:36 segundos). É possível observar que a série aborda sobre a violência escolar por parte do método de punição, agravada para a pessoa estigmatizada, como forma de exercício do poder cisheteronorma sobre a expressão não-hegemônica.

Nessa perspectiva, o comportamento *queer* incomoda a instância normalizadora, e a escola é tida como uma instituição que reforça os papéis de gênero e orientação sexual como uma visão binária e compulsória, em que outras expressões precisam ser “corrigidas” e não perpetuadas socialmente. Com isso, é possível observar como o professor representa a força que a escola tem sobre as pessoas de grupos minoritários e a punição “aumentada” como reflexo de como a orientação sexual passa a ser determinante dos agravos dos modos de punir.

Cole é de uma família humilde e que o obrigava a ir à escola. Caso contrário, deveria trabalhar na fazenda onde vivia. No entanto, essa aversão à escola é motivada pelo conflito em espaço onde existe uma constante luta para estar bem, sendo empregado o conceito de luta por reconhecimento

(Honneth, 2009). Ainda mais quando o professor acoberta a violência dos alunos agressores.

No entanto, o professor também é uma pessoa *queer* e o comportamento agressivo dele pode ser entendido como uma forma se enquadrar nas normatividades sociais de gênero e orientação sexual, enxergando-se diferente de Cole. Isso pode ser observado, a partir da cena em que o professor se olha no espelho e enxerga Cole arrumando a sala, como reflexo de si mesmo. A série nesse ponto contribui para entender que quem oprime em grande parte também é oprimido pelo sistema cisheteronorma que dita os padrões e os normaliza pelas instituições sociais. Ele, por ser professor, se vê em posição de normalizador no seu tempo.

Após a saída do professor Philips da escola, chega a sra. Stacy que revoluciona a forma de ensinar aos alunos. No primeiro momento, ela é questionada e pressionada pela sociedade conservadora, principalmente por ser uma mulher solteira e professora. Stacy vai até a casa de Cole quando ele não vai mais à escola por causa das violências que sofria. Nesse recorte, a personagem faltava da aula para ir à cabana que construiu com Anne para fazer esculturas de barros. Além disso, a professora ganha aos poucos a sociedade, após os alunos defenderem a forma criativa e inovadora que a professora ensinava.

4.4 A amizade como rede de apoio

Em outro recorte, Anne com algumas colegas observam Cole sentado em frente ao quadro, solitário comendo um lanche. Ela e Diana Berry (Dalila Bela) levantam-se e vão até Cole elogiando o desenho e dizendo que Billy é um bárbaro. Observa-se o primeiro contato direto delas com Cole na construção de uma amizade. Cole passa então a desenhar Anne em sua casa.

Ao longo da temporada, Cole engendra uma busca sobre a própria identidade, sofrendo crises existenciais por causa das situações difíceis

vivenciadas na escola. Anne, por ser amiga, busca acalmar e servir de apoio diante desses problemas. Por dizer frases inspiradoras, Anne em um momento de profunda tristeza de Cole diz que é “impossível ser feliz o tempo todo”, de modo a entender que faz parte da vida os momentos tristes e difíceis.

Diana Berry é a melhor amiga de Anne, e nos episódios passa a ter contatos também com Cole. Em um episódio, os três viajam para a cidade de Charlottetown, para a festa de aniversário da tia de Diana, a Josephine Berry. Esta última personagem representa um papel importantíssimo para o arco-narrativo de Cole, pois ela é uma mulher que vivia um casamento com outra mulher, a falecida Gertrude. Esse casamento era secreto, por se tratar do século XX. Josephine é um exemplo de mulher que quebrava os padrões da época não só por se relacionar com alguém do mesmo sexo, mas também por ter ascendido socialmente sem a presença de um homem (marido), já que para a época a riqueza era atrelada ao homem.

Na festa, os três divertem-se muito, inclusive Cole que vê pessoas dissidentes como ele, o que podem ser vistas como pessoas transexuais, *drag queens*, lésbicas e outros. A partir disso, Cole diz a Anne que “é como a tia Josephine”, como modo de indicar que também é uma pessoa *queer*, já que pela idade e pelo tempo do contexto da ficção os termos que conhecemos hoje não são conhecidos. Anne fica muito feliz pelo reconhecimento social de Cole.

Ao final da temporada, Cole decide que vai se mudar para Charlottetown, pois a Josephine deixou e se colocou à disposição para ajudá-lo, inclusive como artista, já que ela também é apreciadora das artes. Nesse aspecto, vale destacar que a mobilidade de Cole para um outro lugar a fim de se sentir socialmente aceito pode ser um tema como a continuidade de pesquisa e análise deste personagem, uma vez que ele pode exemplificar

diversas nuances enquanto pessoa *queer* que vivencia o que a literatura traz como metronormatividade.

5. Considerações Finais

É possível observar que a série *Anne with an E* aborda de forma respeitosa as questões sobre gênero e orientação sexual, mobilizando discussões importantes sobre a representação LGBTQIAPN+. Além disso, de certo modo, dá visibilidade sobre o preconceito sofrido pelas pessoas dessa parcela da sociedade, como a violência no ambiente escolar, e evidencia questões voltadas à descoberta da orientação sexual na adolescência, com suas implicações psicológicas, sociais e físicas.

Dessa forma, salienta-se que a série se passa no final do século XIX, em uma época em que a homotranssexualidade era considerada uma doença mental e, portanto, era amplamente estigmatizada e criminalizada. Ademais, pois é notável as atualizações e anacronismos na série, pela criação de personagens como Cole e Tia Josephine para trazer representação e ativismo, uma vez que ambos não existem na obra original, que trata mais sob um viés feminista. Essa inserção pode ser explicada pelo Consumo de Ativismo como estratégia de apropriação dos discursos atuais para engajar e atender a demanda de consumo.

De outro modo, é possível verificar os papéis de gênero sendo discutidos ao longo da trama, tendo em vista as formas de feminilidades e masculinidades, de modo a compreender o imperativo das normatividades culturais e socialmente estabelecidas para o período retratado. Cole, portanto, é um jovem que se vê dissidente ante o padrão masculinidade, tendo como viril e violenta. Para a comunidade LGBT+ que consome produtos midiáticos, essa identificação da representação não hegemônica é positiva tendo em vista que coloca em visibilidade outras formas de viver

gênero, identidade e orientação sexual. No entanto, é preciso mais representações nas obras cinematográficas.

Além disso, esta análise contribui para o campo da comunicação e ciências sociais aplicadas em diálogo com os estudos de gênero e sexualidade, os quais ganham novos contornos e representações na atualidade. Quando produtos culturais como a série ora analisada são observados, é pertinente entender que eles não estão livres de valores e ideais, o que contribui para a formação dos espectadores.

REFERÊNCIAS

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. 35. ed. Brasil: Brasiliense, 1993. 43 p.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, v. 2, p. 42, 2012.

DOMINGUES, Izabela; MIRANDA, Ana Paula de. **Consumo de ativismo**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2. ed., 2022.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Representações, representatividade e dismorfias: mediatização das identidades. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 341-352, 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/fc0b3843-a503-4fbf-8187-03dd27b646cf/003054864.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. “Guerras culturais” e “populismo anti-petista” nas ruas de 2017. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 1-8, jul. 2017. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13540.pdf>. Acesso em: 28 out. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a identidade deteriorada. 4. ed. São Paulo: Ltc, 2021.

GONÇALVES, B. G. de O. Os sentidos do anacronismo. **Hist. Historiogr.**, Ouro Preto, v. 15, n. 38, p. 285-314, jan./abr. 2022 - DOI <https://doi.org/10.15848/hh.v15i38.1829>.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Revista antropologia em primeira mão, 1998.

HALBERSTAM, Judith. **In a Queer Time & Place**. Transgender Bodies, Subcultural Lives. New York and London: New York University Press, 2005.

- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento** – A gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- JEFFERSON. **Parada Temporal**: anne with an e 2x07 ∴ memory has as many moods as the temper. ANNE WITH AN E 2X07 – MEMORY HAS AS MANY MOODS AS THE TEMPER. 2020. Disponível em: <https://www.paradatemporal.com/2020/09/anne-with-e-2x07-memory-has-as-many.html>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 78 p
- MONTGOMERY, Lucy Maud. **Anne de Green Gables**. 13. ed. Jandira: Ciranda Cultural, 2020.
- MOREIRA, Bruna. Descubra o que é nicho de mercado e como definir o seu. **Rockcontent**, 2018. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/nicho-de-mercado/>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- MORIN, Edgar. **Cultura das massas no século XX**: o espírito do tempo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018. 456 p. Maura Ribeiro.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. 1a ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1978.
- NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Prazer, maricona'**: multiterritorialidades de homens gays envelhecetes em Governador Valadares. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.
- OHANA, Victor. 55% dos brasileiros são contrários a exibição de beijo gay em novelas, diz pesquisa. **Carta Capital**, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/55-dos-brasileiros-sao-contrarios-a-exibicao-de-beijo-gay-em-novelas-diz-pesquisa/>. Acesso em: 01 mar. 2024.
- ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, 2020.
- SCHMITZ, Alberto. Mortes violentas de LGBTQ+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2022. **Grupo Dignidade**, publicado em 19 de jan. 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em: 14 set. 2023.
- THOMPSON, John B. A interação mediada na era digital. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018.

SEÇÃO III



MÍDIA, CULTURA E SOCIEDADE

CAPÍTULO 13



Camisa verde amarela, direita e Madonna: uma disputa pelas cores, valores e representação

Diego Cabral (UFSJ)

Vanessa Maia Barbosa de Paiva (UFSJ)

RESUMO: O futebol chega ao Brasil por meio dos navios ingleses mercantilistas carregando um laço simbólico que atravessa a prática de apenas mero entretenimento. O esporte foi utilizado como ferramenta aglutinadora com viés sociopolítico na construção histórica do país. A partir das relações entre futebol, cultura brasileira e poder, o presente artigo tem como foco a cantora Madonna e o uso do objeto – Camisa da Seleção Brasileira de Futebol – no show realizado, em Copacabana –RJ na sua turnê mundial “*The celebration Tour*”. É possível observar que tal vestimenta carrega consigo um valor único de representação nacional – dependendo do ponto de vista. Com isso, são analisados os desdobramentos durante o show, personagens, instâncias de poderes e teorias literárias envolta do polêmico objeto. Com este texto, temos o objetivo de dialogar com estudiosos do mundo do futebol com nação/identidade/memória, teorias literárias, mídia e política. O intuito é trazer todos os elementos citados para uma discussão mais profunda em nosso contexto social. Criticar o poder aqui é uma questão de sobrevivência em nossa concepção.

Palavras Chaves: Objeto; Madonna; política; literatura; futebol.

1. Introdução

Para problematizar o objeto camisa da Seleção Brasileira de Futebol levantamos questões que discutem um possível resgate cultural. A artista Madonna levantou temas que abrangem a cultura brasileira, formação identitárias e mídias, ao simples fato de vestir a vestimenta em sua turnê mundial “*Celebration Tour*”, em 4 de maio de 2024, no estado do Rio de Janeiro. A estadunidense, após fazer uso do adereço em sua apresentação, mexeu com o símbolo que vem sendo culturalmente ligado a extrema-direita

política do país, que se apropriou das cores da bandeira para viés ideológico/partidário.

Nesse sentido, Madonna Louise Veronica Ciccone, a Madonna, problematizou a polarização política no país ao entrar ao lado de Pabllo Vittar usando a camisa da Seleção Brasileira de Futebol para travar mais um round na batalha ideológica sobre as intenções de significação das camisa da seleção e das cores que as compõe. O dia 4 de maio de 2024, ao som da bateria formada por ritmistas mirins da escola de samba do Rio de Janeiro, a Rainha do Pop, em forma de heroína – não com superpoderes, mas como símbolo mundial de quem utilizou sua performance como arma em inúmeras batalhas sociais pelo mundo, fez chover simbologia em Copacabana e inúmeros questionamentos foram levantados para nossas inquietações. Cada peça em nossa engrenagem será encaixada minunciosamente sobre o palco da vida. Problematizar a crítica cultural aqui é uma questão de sobrevivência.

Para sustentar a nossa argumentação, utilizaremos dos estudos de Sarah Murray (2022, p. 95) que discute os significados da cultura a fim de validar um pensamento urgente. “Em meus estudos culturais, então, o objetivo é antigo e não precisa ser modificado: criticar o poder como *relações* de atenção e cultura como um modo de vida”. Ao mesclarmos Madonna e Pabllo Vittar em nosso diálogo sobre a apropriação da camisa de futebol pela extrema-direita brasileira, precisamos trazer mais atores para esse enredo que beira o ficcional, não por ser inventado, mas por trazer traços que fazem nossas mentes refletir sobre os direcionamentos que nossas vestimentas vêm tomando no Brasil.

Falando em atores – entenda por pensadores/autores – tomaremos de empréstimos alguns conceitos, para apararmos nossas arestas em relação à uma camisa com poder quase “mágico”, esta “magia” vem da resignificação da nossa camisa verde, amarela ou azul de futebol. Bhabha (1998, p. 198 – 207) disserta sobre o hibridismo cultural de um país e a tradução na dispersão

da narrativa nacional. O autor vai na ferida e crava suas palavras por meio da literatura, mídia e outros meios culturais, o que dialoga plausivelmente em nossa crítica cultural.

Nas palavras de Rosenveld (1993, p. 85), é notado o poderio do futebol no país, já que “dar pontapés numa bola é o mesmo que um ato de emancipação”. Apesar das palavras proferidas não serem sobre nosso objeto de estudo neste artigo, o futebol é o eixo central para que a Camisa da Seleção Brasileira exista e seja ressignificada ao longo dos anos, de acordo com o interesse sociopolítico que demonstraremos.

De tal modo, quando Madonna ao lado de Pablo Vittar vestem o uniforme de futebol, elas carregam consigo uma retórica de pensamentos. “O simples fato de que o objeto tenha pertencido a alguém celebre, poderoso, confere-lhe valor” Baudrillard (2004, p. 85). Pensando na camisa da seleção como este objeto de celebração, ao qual se referiu Baudrillard, damos ênfase para o valor em sua forma social, para a transmissão de energia para uma parcela de brasileiros (as) sustentado pelo poder das Divas e outros elementos que fazem parte de todo enredo realizado no mega show, em Copacabana - RJ.

Pode parecer estranho para determinado grupo de leitor, mas a relação do futebol x Madonna não é de hoje. Em 1993, a cantora apresentou-se em dois estádios históricos do Brasil: Maracanã e Morumbi. Em solo carioca, Madonna brincou com o futebol e causou polêmica ao vestir o manto Rubro-Negro em uma cidade com quatro grandes equipes/torcidas. Já um dia antes da apresentação de 2024, na sexta-feira (03), o Instagram oficial do Clube de Regatas Flamengo não esqueceu o fato e avisou “te vejo amanhã” onde mostra a cantora à época vestida com uma blusa personalizada do Rubro-Negro carioca.

O relato serve para chamarmos atenção sobre a notoriedade do futebol/camisa como ferramenta aglutinadora de poder social e, lembrar a

eficácia de Madonna ao utilizar um objeto. “É então que funciona a astúcia da subjetividade: o objeto possuído jamais é uma mediação pobre” (Baudrillard, 2004, p. 98).

Polêmicas combinam com a cantora, basta uma pesquisa no Google para entendermos que futebol combina com controvérsia. Acrescente o interesse sócio-político nesta vestimenta e passaremos de meros admiradores para adversários em vários campos de batalha: futebol, política, comunicação de significações e disputas identitárias pelo simbolismo verde-amarelo.

Como já mencionado, Madonna e polêmicas caminham em um ritmo “harmônico” na trajetória da cantora. Em outra aparição ao país, em 2008, o nome de Madonna esteve de novo nas páginas esportivas dos jornais que cobriram o Campeonato Brasileiro. À época, dirigentes são-paulinos colocaram supostamente o juiz Wagner Tardelli em uma lista vip para o show, fato que obrigou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) a trocar de árbitro um dia antes da partida decisiva da competição. Em 2016, Tardelli foi indenizado em R\$ 300 mil por danos morais., segundo a ESPN.com.br (03/05/2024).

O último exemplo, também, insere em nosso contexto uma camisa e a mídia, a Rainha do Pop transformou-se em “vira casaca” – termo utilizado para quem começa a torcer para outro clube de futebol - após vestir uma camisa do Vasco da Gama e sair na capa da revista do clube em um dos seus momentos mais marcantes da história: o primeiro acesso depois de cair para série B. “Madona ‘roubou’ o protagonismo da capa. A mesma edição, comercializada à época por R\$ 7,99, trazia o pôster do título da segunda divisão – a chamada ficou limitada ao ‘pé’ da revista, abaixo da Rainha do Pop”.

Como integrantes de uma nação que acompanha o futebol, também não conseguimos ficar indiferentes ao momento que Madonna subverteu os

valores até então difundidos pela direita, quando ela, defensora dos direitos LGBTQIAP+, do amor livre e da democracia, fez uso camisa da Seleção Brasileira com viés ideológico no âmbito sociopolítico. Para Anderson (2008, p. 16,17), alguns fatores são essenciais para construção identitária do país, na qual, interfere no modo de acobertamos um estado de nação beirando sua exceção. “Foi assim que nos transformamos no país do samba, e é por eles que morremos ou defendemos a nacionalidade”.

Não citamos o “país do samba” em nosso pensamento, mas sambamos com o “pop” da Madonna para ligarmos ponto-chaves em nosso raciocínio, que traz todos as notas para uma reflexão mais profunda da conexão da americana com a camisa da Seleção Brasileira de Futebol e o que podemos retirar desse possível resgate cultural. “É a magia do nacionalismo que converte o acaso em destino” (Anderson, 2008, p.39).

No drible dentro do grande campo teórico que estuda a constituição de símbolos e nações, convocamos elementos com visões culturológicas distintas, mas que aguçam nossas reflexões para jogar com força nem sempre harmônicas: música, política e futebol. O intuito seria o de detalhar nossa inquietação com os usos da camisa verde e amarela e, ainda, uma estrela do mundo Pop provoca nossos sentimentos quando usa a camisa da Seleção Brasileira de Futebol revertendo valores autoritários e antidemocráticos por conceitos como liberdade, autoestima e pertencimento. Pensamentos distintos e antagônicos, mas amplamente defendidos em nossa recente brasilidade por diversas camadas sociais.

2. Madonna no colo representativo de Pablo Vittar

A parceria perfomista entre a Diva do Pop americana e a Drag Queen brasileira é uma obra que tangencia o mundo imagético do cinema. No cinema, se tem artista, tem figurino. E, neste caso, a camisa da Seleção Brasileira de Futebol foi a grande estrela.

Nestas reflexões, podemos atribuir ao alter ego da Vittar no show em questão, com os pensamentos inquietantes de Piglia (1991, p. 60), quando este autor afirma que “ninguém, exceto em caso de paranoia muito específica e muito inocente, pensa que as palavras passam a ser suas depois de usá-las”. Neste caso, estamos entendendo as “palavras” como a performance de palco de Vittar e Madonna, já que apresentação realizada pelas duas estrelas nunca mais serão delas depois de realizada. Todos estes atos carregam um elevado teor simbólico em muitos redutos sociais da população brasileira.

Num sentido alegórico, poderíamos alegar que o show de Madonna, em determinado momento foi tomado de êxtase. Nossa alegação vem da reação “delirante”, após Pablo Vittar pegar Madonna no colo, enlouquecendo o público, no teor eufórico e festivo do ato. O gesto representativo unindo as duas trouxe uma sensação de euforia, sentimento tantas vezes compartilhados quando a camisa verde e amarela foi usada.

A principal representação simbólica e propagandista de uma seleção está ligada ao contato visual durante toda a partida de futebol, fator que identifica e, conseqüentemente, diferencia as seleções: o uniforme, que (geralmente) carrega as cores da bandeira do país provocando um efeito de união e de representação coletivo. (Oliveira e Farias, 2021, p. 4).

A imagem tem poder. Ver Madonna sendo “carregada” pela Pablo Vittar, ambas “travestidas” com a camisa Seleção Brasileira de Futebol nos fazem pertencer a um grupo, partilhar seus valores, torcer pela camisa e o que ela representa. O uso “travestidas” é intencional para chamar atenção em nosso jogo de palavras, sobre o quão forte é o “efeito de união e de representação” mencionados por Oliveira e Faria. Foi o sentimento de união e de representação que tomou o público presente na Praia de Copacabana quando este se integrou aos atos performistas das cantoras/símbolos.

Imaginem o show da *Celebration Tour* sem nossa diva Drag Queen? As palavras seriam até hoje lembradas por nós? Recordando Le Goff (1990,

p. 206) “nas sociedades, a distinção do presente e do passado (e do futuro) implica essa escalada na memória e essa libertação do presente que pressupõe a educação e, para além disso, a instituição de uma memória coletiva, a par da memória individual”. Madonna usando a Camisa da Seleção Brasileira em seu show ficou na memória coletiva dos brasileiros.

3. A direita sucumbe diante da ‘Rainha do Pop’: indústria cultural, valores e disputas

Os que usaram a camisa verde e amarela como símbolo de autoritarismo, que perseguiram a população LGBTQIAP+, fizeram “arminha” nas redes sociais estavam presentes no show em meio a 1,5 milhão de brasileiros (as) espremidos (as) com a NÃO tradicional família brasileira, levantando poeira na Praia de Copacabana-RJ. Com esta provocação inicial, estamos querendo dizer que a extrema-direita brasileira remexeu suas ideologias conservadoras, se jogando na pista de Madonna. Conforme o site do jornal *Extra*, o periódico britânico *The Guardian* replicou o evento da estadunidense em terras tupiniquins: “Para esfregar sal nas feridas bolsonaristas, Madonna e Vittar balançavam a bandeira amarela e verde do Brasil – o principal símbolo do movimento nacionalista religioso da extrema-direita de Bolsonaro” (*Jornal O Extra/Agito*, 10/05/2024).

O *The Guardian* não apenas retirou as vendas de nossos olhos para o problema em nossa bandeira/camisa, como foi cirúrgico ao citar três escudeiros extremistas da direita sociopolítica do país que estavam no show de Madonna. “O advogado de Jair Bolsonaro e ex-secretário de comunicação, Fábio Wajngarten; o governador bolsonarista do Rio de Janeiro Cláudio Castro; e um senador bolsonarista chamado Jorge Seif compareceram para ver o show final da turnê *Celebration* de Madonna”. O que eles devem ter sentido quando viram uma camisa verde e amarela afrontando seus valores?

O *Instagram* oficial do senador de Santa Catarina, Jorge Seif (PL), é uma aquarela em verde-amarelismo e, conseqüentemente, aparece algumas vezes usando o uniforme da Seleção Brasileira de Futebol para uma comunicação política.

O governador Jorginho Melo (PL), por meio da página social de Seif aparece ao lado de Jair Bolsonaro no dia 10 de agosto de 2024 fazendo uma “tabelinha” com ex-presidente, vestidos com o uniforme de futebol para anunciar “Mais uma vez, Santa Catarina acerta e faz justiça, ao defender a liberdade e a vida! (seguindo por um *emoji* religioso)” (*Instagram* oficial do Senador Jorge Seif, 10/08/2024).

O senador utiliza da postagem para enfatizar a manchete do Jornal *O Globo* “Assembleia de SC aprova anistia de governador bolsonarista (Jorginho Melo) a professores que não se vacinaram contra a Covid-19”. Estamos considerando estes usuários da camisa de futebol conforme os entende Mainguénau (1997, p. 11-12) como “sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou conjunturas históricas”.

Os três políticos citados na turnê são apenas para exemplificarmos os personagens que firmam um contrato social com seu público alvo em questão. Vale salientar que, mesmo em um dos maiores eventos culturais já feitos no país, apenas o “patriota” governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), surfou nas ondas de Madonna e realizou cinco postagens, que foram carregadas por ataques de seus seguidores entre os dias quatro e cinco de maio de 2024.

Conforme explica Brinati (2015), é possível verificar o sentido catalisador do futebol em determinado espaço, que é absorvido pelo receptor se este estiver inserido e levando em consideração as interferências externas e internas de sua visão culturológica. “Assim, as representações identitárias influenciam de tal maneira o indivíduo, que procura respostas para sua existência individual e coletiva. E, deste modo, muitas identidades são

vivenciadas de maneira polifônica nos mesmos sujeitos” (Brinati, 2015, p. 44).

Em diálogo com o argentino Ricardo Piglia (1991, p.60), pode-se entender que buscamos uma causa intencional, mas sabemos que em nossa fala existem múltiplas falas para sustentar nossa crítica que vai esbarrar no impessoal. “Para em escritor, memória é tradição. Uma memória impessoal, feita de citações, onde se falam, onde se falam todas as línguas. Os fragmentos e tons de outros escritos retornam como memórias pessoais. Mais claramente, às vezes, do que memórias vivas”.

Nossa intenção foi intercalar o show da Madonna e sua inesperada surpresa ao trazer outra representatividade para a Camisa da Seleção Brasileira de Futebol, diferente do que estava sendo comunicado quando políticos de extrema direita estavam dando, associando-a ao autoritarismo.

Os produtos com valor mercadológico foram apresentados e vendidos na loja virtual da *The Celebration Tour*. Os adereços flertam com nossos desejos, mas os preços inviabilizam a realização uma vez que:

O item mais barato é uma camisa com a arte da turnê, que custa 45 dólares (cerca de 230 reais). Já o terço banhado a ouro, com a imagem do Cristo Redentor, passa de R\$ 1 mil, na conversão. As camisetas em referência à Seleção, por sua vez, saem por mais de 400 reais, cada. Vale lembrar que os preços não incluem o valor do frete da compra, que é mais caro para quem deseja receber os itens antes do show (*Revista Exame*, 29/04/2024).

Segundo Adorno (1997), a indústria cultural visa uma organização capitalista de consumo desordenado ou ordenado de produtos culturais pelo mercado. Quando citamos à loja virtual da *The Celebration* entendemos que os preços praticados para os produtos são incompatíveis com a renda do brasileiro e o mercado onde estão inseridos os produtos em questão.

Walter Benjamin, (1985, p. 173) resgata o passado para pensar sobre o nosso presente. “A exponibilidade de uma obra de arte cresceu em tal

escala, com os vários métodos de sua reprodutibilidade técnica, que a mudança de ênfase de um polo para outro corresponde a uma mudança qualitativa comparável à que ocorreu na pré-história”

5. Considerações Finais

“Nunca será apenas uma camisa”. No ápice da polarização política que vivemos no país, adotamos a personagem Madonna para mostrarmos como a Camisa da Seleção Brasileira de Futebol foi ressignificada para o uso ideológico político/cultural. A estratégia de narração não é nova, mas é aperfeiçoada e traz consigo um jogo simbólico utilizado através do uso do objeto pela estadunidense. Entendemos que foi importante estabelecermos uma linha lógica, trazendo a mídia, literatura e crítica a cultura, para mostrarmos como foi realizado esse processo de resgate nesse exato momento da nossa conjuntura histórica.

Para Bhabha (1998), o nacionalismo cria novas formas de identificação e pertencimento sobre a nação. Como pode ser notado, nosso objeto passa de simples adereços e cria-se uma fonte de poderio social. Tal olhar se faz necessário, uma vez que a instância política utilizou como “propriedade privada” a camisa esportiva, em uma suposta defesa da democracia, que esteve em xeque, para conseguir atingir seu *nicho* eleitoral, buscando-se intimidações e espalhando o medo.

Começo esse escrito com duas frases que, tamanho o horror que carregam, foram insistentemente replicadas nas redes desde o domingo 21, num contexto misto de pânico e clamores por mais amor, respeito, alteridade, afeto...ou só pela democracia, mesmo. Todo mundo já sabe a autoria, então não vou referenciar. Aí está: “Vai haver uma limpeza como nunca houve antes nesse país. Vou varrer os vermelhos do Brasil (*Carta Capital*, 23/10/2018. OPINIÃO).

Como pode ser notado, o artigo de opinião foi escrito em 2018 e traz palavras de alto teor significativo como “Varrer os vermelhos do Brasil”, em uma clara alusão ao Partido dos Trabalhadores (PT), que era adversário

político do “personagem” e, agora, ex-presidente *Jair Messias Bolsonaro*, que fez do uniforme da Seleção Canarinho um jogo de espetacularização nas cores verde, amarela, azul, branca e entre outras jogadas.

Nosso recorte se atreveu a dar mais notoriedade no exato momento em que a Madonna vestiu – 4 de maio de 2024 - nossa Camisa da Seleção Brasileira de Futebol, claro que, em vários momentos necessitamos de outras aparições do tempo e personagens para validar nossa pesquisa. Nossa intenção foi mostrarmos os minutos registrados pela americana e o como um ato midiático/marketing/culturológico agitou nosso contexto sócio-político. Madonna e todo o conjunto da obra utilizou pequenos *frames* em sua apresentação e silenciou o mais falador dos agitadores e, por outro lado, orquestrou o orgulho da representatividade de um resgate de uma das camisas mais poderosas do Brasil, sim, voltamos a repetir poder – leu-se muito dessa da palavra por aqui-, já que a Rainha do Pop refletiu o amarelo da vestimenta para os quatro cantos do Brasil e sua imagem dourada rodou o mundo.

A relação da cantora e sua tradição para lutar contra preconceitos teve seu objetivo alcançado mais uma vez. A Rainha do Pop é metódica e trouxe um problema atual para sua apresentação – uso exacerbado da camisa da Seleção Brasileira de Futebol. Seu espetáculo foge de apenas um mero entretenimento e finca raízes nas lutas identitárias. A ação de apenas “vestir” nossa camisa, pode parecer aos olhos menos atentos apenas uma jogada mercadológica, porém, nada mais é que, seu autógrafo, uma marca registrada, em sua constante batalha em prol da sua visão culturológica de um sistema engessado pelas diretrizes conservadoras.

A Camisa de Futebol da Seleção Brasileira de Futebol ganhou o mundo, não por mostrar a identificação com uma nação, mas pelo simbolismo político/cultural que fizeram com que as “novas” cores – a depender de quem está olhando – vestem alguns personagens políticos em

detrimento de outros. A intenção deste texto foi a de mostrar esta disputa na apropriação de uma das vestimentas mais significativas, culturalmente falando, no Brasil

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Teoria Estética**. São Paulo: Editora 34, 1997.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. 3ª reimpressão – São Paulo: Companhia das Letras, Contexto 2008. 1983, 1991.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.165-196.

BHABHA, Homi. Disserminação-o tempo, a narrativa e as Margens da Nação moderna In: BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana L.L. Reis, Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 198-207.

BAUDRILLARD, Jean. **Sistema de Objetos**. Tradução Zulmira Ribeiro Tavares – São Paulo: Perspectiva, 2004 – (Debates; 70/ dirigida por J. Guinsburg).

BRINATI, Francisco. **Maracanazo e Mineiratzen**: Imprensa e a representação da Seleção Brasileira nas Copas de 1950 e 2014. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória, tradução**. Berardo Leitão ... [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

MASCARENHAS, Gilberto. **Entradas e Bandeiras a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: Ed UEJ, 2014. 256 p.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.

MURRAY, Sarah. Estudos culturais pós-digitais. In: SANTOS et al. **O que são estudos culturais hoje?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 92 – 109.

PIGLIA, Ricardo. Memoria y Tradición. *Anais do II Congresso ABRALIC*. Belo Horizonte: UFMG, 1991, V. 1 p. 60-66.

ROSENFELD, Anatol. —O futebol no Brasil. In: *Negro, macumba e futebol*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1993.

OLIVEIRA E FARIAS. Os Novos Sentidos da “Amarelinha”: Relações Discursivas Entre Político e Esportivo Na Camisa da Seleção Brasileira na Copa 2018. **Record**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p 1-19, jan. /jun. 2021.

INSTAGRAM OFICIAL DO SENADOR JORGE SEIF [@jorgeseifjunior]. *Mais uma vez, Santa Catarina acerta e faz justiça, ao defender liberdade e a vida!* Instagram: Disponível em: // <https://www.instagram.com/p/C-fMSbmRIpz/?igsh=MTBycm8zdmd3cmk4NQ%3D%3D>. Acessado em: 13/08/2024.

INSTAGRAM OFICIAL DO GOVERNADOR CLÁUDIO CASTRO [@claudiocastorj]. Disponível em: <https://www.instagram.com/claudiocastorj?igsh=MXZteXNkaHJxdjA2bA%3D%3D>. Acessado em 13/08/2024. Postagens realizadas nos dias 4 e 5 de maio de 2024.

INSTAGRAM OFICIAL DA FÍGURA PÚBLICA FÁBIO WAJNGARTEB [@fabiowajngarten]. Disponível em: <https://www.instagram.com/fabiowajngarten?igsh=NGY1a2pvZWExcTNm>. Acessado em: 13/08/2024.

SITES CONSULTADOS:

https://www.espn.com.br/futebol/brasileirao/artigo/_/id/13606040/madonna-camisa-flamengo-posou-vasco-pivo-polemica-titulo-sao-paulo <acessado em 15/08/2024>

<https://www.cartacapital.com.br/opinioao/signos-ideologia-e-politica-de-aniquilacao/> <acessado: 15/08/2024>

<https://exame.com/marketing/madonna-no-rio-loja-oficial-tem-terco-de-r-1-mil-camisa-da-selecao-e-outros-itens-veja/> <Acessado em: 22/08/20024>

CAPÍTULO 14



A noção de político na enunciação da torcida organizada: a análise do enunciado “antes morto que vermelho”

João Gabriel Andrade Ribeiro (UFSJ)

Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ)

RESUMO: O artigo discute como o futebol, mais do que uma prática esportiva, se configura como um fenômeno cultural e político no Brasil, especialmente através das manifestações das torcidas organizadas. Utilizando teorias da enunciação e da noção de político, o estudo explora o slogan "Antes morto que vermelho", usado pela torcida organizada do Botafogo, analisando-o como um enunciado carregado de significados identitários, culturais e históricos. O trabalho demonstra que o slogan transcende a rivalidade esportiva ao evocar memórias coletivas e tensões sociais, tornando-se uma expressão simbólica de rejeição e pertencimento. A partir das perspectivas de Benveniste, Ducrot e Guimarães, o artigo investiga como a escolha das palavras e a construção linguística mobilizam valores e divisões, gerando exclusões e reafirmando identidades dentro e fora dos estádios. O estudo evidencia que a linguagem utilizada nas provocações futebolísticas reflete e reforça conflitos de natureza política, ampliando nossa compreensão do papel do futebol como uma arena de disputas simbólicas e de construção de realidades na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Futebol, enunciação, política, rivalidade.

1. Introdução

O futebol é uma manifestação cultural de grande relevância no Brasil, transcende o simples ato de competir em um campo e se torna uma linguagem própria, carregada de significados e expressões de identidade coletiva. Nas arquibancadas, essa paixão materializa-se em formas organizadas de apoio, em que os torcedores demonstram sua devoção e vínculo emocional com os clubes. As torcidas organizadas representam,

assim, o lado mais estruturado e visível dessa cultura futebolística, transformando os estádios em palcos de intensa emoção coletiva e reafirmando o papel do futebol como um fenômeno cultural profundamente enraizado na sociedade brasileira.

Porém, a paixão que une torcedores em torno de um time também reflete aspectos sociais e políticos que vão além do esporte. As torcidas organizadas, com seus cânticos, bandeiras e slogans, muitas vezes incorporam e expressam tensões latentes na sociedade, fazendo do ato de torcer um processo de enunciação que envolve a escolha de palavras e símbolos que carregam significados profundos. Esse fenômeno revela como a linguagem é utilizada não só para criar um senso de pertencimento, mas também para posicionar os indivíduos dentro de um contexto social mais amplo.

Seguindo essa linha, a enunciação, conforme discutida por Émile Benveniste (1989), destaca o papel da linguagem na constituição do sujeito e na construção de enunciados que vão além da esfera individual, posicionando-o dentro de um cenário cultural e político mais amplo. Já Oswald Ducrot (1977) e Eduardo Guimarães (2002) exploram como a linguagem carrega uma dimensão argumentativa e política, revelando as complexas relações entre o que é dito e os significados subjacentes que permeiam essas manifestações coletivas.

Este estudo visa analisar uma postagem da Torcida "Loucos pelo Botafogo" nas redes sociais, que, ao convocar seus membros com o slogan "antes morto que vermelho", gerou um intenso debate público. Utilizando a perspectiva dos Estudos Enunciativos, trataremos esse episódio como um acontecimento enunciativo, que carrega em sua composição a noção de político. Através dessa análise, pretende-se compreender as múltiplas camadas de significação que emergem do universo do futebol, revelando o

impacto social e cultural dessa modalidade que, para muitos, representa mais do que um esporte, mas uma verdadeira forma de vida.

2. Contextualizando o acontecimento

A rivalidade entre Botafogo e Flamengo é uma das mais antigas e intensas do futebol brasileiro, marcada por confrontos históricos dentro e fora dos gramados. Conhecida como Clássico da Rivalidade, essa disputa vai além das quatro linhas, envolvendo aspectos culturais, sociais e, principalmente, emocionais. O Botafogo de Futebol e Regatas, tradicionalmente associado à classe média carioca, carrega uma história de glórias no futebol nacional e internacional e carrega em seu escudo e uniforme as cores alvinegras. Por outro lado, o Clube de Regatas do Flamengo, com uma das maiores torcidas do mundo, é considerado um símbolo de popularidade e pertencimento entre as classes mais populares do Rio de Janeiro e do Brasil, representado pelas cores rubro negras.

As provocações entre as torcidas de Botafogo e Flamengo são um elemento recorrente nessa rivalidade, frequentemente alimentando o clima de tensão e disputa além das partidas em campo e, em alguns casos, resultando em mortes. Episódios como o "chororô", utilizado pelos flamenguistas para provocar os botafoguenses após uma sequência de derrotas e eliminações do alvinegro, tornaram-se parte do folclore esportivo. Por outro lado, a torcida do Botafogo também alimentou provocações, como no episódio do "jogo do senta", que ganhou esse nome após os jogadores do Flamengo, seguindo instruções do banco e dirigentes, protestarem contra a validação do quinto gol do Botafogo, sentando-se em campo aos 31 minutos do segundo tempo e permanecendo assim até o final da partida.

Figuras 1 e 2 – Chororô e Jogo do Senta



Fonte: *Portal UOL*, 2023

Fonte: *Globo Esporte*, 2023

No contexto do Campeonato Brasileiro de 2023, essa rivalidade foi reacendida nas vésperas de um confronto direto entre Botafogo e Flamengo. A torcida organizada “Loucos pelo Botafogo” publicou em suas redes sociais uma convocação para o clássico, utilizando o slogan “Antes morto que vermelho”. A frase, claramente direcionada à cor símbolo do Flamengo, desencadeou uma série de reações nas redes sociais, tanto por parte dos botafoguenses quanto dos flamenguistas. No entanto, a polêmica maior surgiu quando se estabeleceu uma conexão com a expressão alemã “*Lieber tot als rot*”, usada pela rádio *Werwolf* durante o período nazista, como uma forma de propaganda de rejeição extrema ao comunismo, sugerindo que a morte seria preferível a adotar a ideologia comunista.

Figura 3 – Postagem do perfil “Loucos pelo Botafogo”



Fonte: *Instagram* Oficial da Loucos pelo Botafogo

A escolha desse slogan, aparentemente mais uma provocação corriqueira entre as torcidas, acabou sendo associada a implicações políticas e históricas. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entrou com uma notícia de infração junto ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), pedindo uma punição ao Botafogo, já que, segundo a entidade, a manifestação violava o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) ao incitar atos discriminatórios e apologia ao ódio. A ABI solicitou uma multa de até R\$100 mil como forma de sanção ao clube.

A Procuradoria do STJD chegou a analisar o caso, mas decidiu arquivá-lo, alegando que o ato foi realizado em ambiente virtual, o que, de acordo com a jurisprudência vigente, não implica responsabilidade direta do clube nos termos do CBJD. O episódio ilustra como uma ação aparentemente restrita ao universo esportivo pode ter repercussões muito mais amplas, tocando em questões de identidade, enunciação, política e história, transformando um simples slogan de torcida em um discurso de grande proporção política.

3. Palavras em jogo

A linguagem desempenha um papel central na construção de significados e na articulação de identidades, moldando a maneira como interpretamos o mundo e nos relacionamos com os outros. Ela não apenas transmite informações, mas também carrega conotações culturais e sociais que influenciam nossa compreensão nos diferentes contextos onde estamos inseridos. Por meio da escolha de palavras e estruturas, a linguagem revela nuances de experiências e emoções, fortalecendo identidades individuais e coletivas.

No contexto do futebol, as manifestações proferidas por torcidas organizadas transcendem o âmbito esportivo e frequentemente reverberam tensões políticas e sociais mais amplas, que, muitas vezes, geram punições ao clube. Os torcedores são indivíduos altamente suscetíveis à alienação, são irracionais e emocionalmente instáveis, fazendo do esporte uma fuga da realidade e de suas frustrações pessoais (Hollanda, 2009).

Este caráter pulsante que o torcedor de futebol carrega e incorpora quando está no estádio, e até mesmo fora dele, faz com que o esporte transcenda a simples competição. O ato de torcer torna-se uma expressão coletiva de identidade, pertencimento e paixão, onde o campo se transforma em um espaço de catarse, caracterizado por um processo de liberação emocional intensa em que os torcedores encontram um meio de expressar suas emoções por meio dos cantos, gritos e celebrações. Tal sentimento é analisado pelo sociólogo francês Michel Maffesoli (2006), como um traço típico da sociabilidade, que remete a relações permeadas pela ideia de pertencimento, de sentimento comunitário, movidas pela emoção e não pela racionalidade.

As torcidas organizadas, por sua vez, personificam uma energia que permite ao futebol ser visto não apenas como um jogo, mas como um fenômeno cultural que une e mobiliza multidões, tornando-se um reflexo das

complexas relações sociais e culturais que compõem a identidade de seus adeptos. Isso consolida um conjunto de identidades ligadas aos clubes, refletindo um vínculo emocional e concreto entre os torcedores e seus respectivos times. Toledo (1996) descreve esse fenômeno como um “estilo de vida clubístico”, que vai além do simples ato de torcer e se manifesta em comportamentos, valores e rituais que tornam a prática de acompanhar o futebol parte integrante da rotina de seus adeptos.

Nesse contexto, as torcidas organizadas são a representação mais visível e estruturada dessa cultura. Com músicas de autoria própria, coreografias e demonstrações incansáveis de apoio, essas torcidas transformam os estádios em palcos de intensa emoção coletiva, reafirmando o papel do futebol como um fenômeno cultural profundamente enraizado na sociedade brasileira. No entanto, em certos momentos, a paixão pela defesa do clube ultrapassa o espírito esportivo e se manifesta em comportamentos de rivalidade extrema, que podem resultar em episódios de violência, tanto dentro quanto fora dos estádios. Assim, as torcidas organizadas, apesar de simbolizarem o senso de identidade e união entre os torcedores, também carregam uma faceta que reflete tensões sociais e potencializa conflitos, expondo o lado sombrio dessa dedicação incondicional ao clube.

Ao escolher palavras e frases, a torcida não apenas comunica um sentimento de rivalidade, mas também se posiciona dentro de um contexto que carrega, em sua natureza, aspectos sociais e políticos. Segundo Émile Benveniste (1989), a enunciação não é meramente um ato de expressão individual, mas sim um processo pelo qual o sujeito se constitui dentro de um cenário discursivo. Aquilo que é dito por um sujeito, perdendo o caráter de potencialidade da língua e manifestado na atualidade, passa por processos de interpretações que variam de pessoa para pessoa, com uma relação de dependência significativa com o lugar, o contexto, quem diz e para quem é dito.

Ademais, seguindo as teorias de Oswald Ducrot (1977), o slogan “antes morto que vermelho”, utilizado pela torcida, pode ser compreendido como parte de uma estratégia argumentativa que visa mobilizar emoções e influenciar atitudes. A polêmica gerada em torno do uso de uma expressão com conotações históricas de regimes autoritários demonstra que a enunciação apresenta um caráter político, na medida em que desafia os limites da linguagem e seus efeitos no espaço-tempo. Por fim, a perspectiva de Eduardo Guimarães (2002) nos ajuda a compreender o que é o caráter político que buscamos identificar. Para o autor, o político é um exemplo de contradição a qualquer normatividade que se estabeleça e, por consequência, gera a divisão do real. O campo político, mesmo que estabeleça exclusões, é o espaço carregado de tensões geradas pela tentativa de marginalizados ou excluídos em afirmar sua presença e reivindicar um lugar na sociedade.

Assim, ao considerar a enunciação como uma prática política, entendemos que as manifestações verbais das torcidas organizadas ultrapassam a simples rivalidade esportiva e se tornam formas de resistência, afirmação e disputa simbólica. O uso da expressão carregada de significados históricos e políticos, como “antes morto que vermelho” revela como a linguagem serve para construir e consolidar identidades coletivas, ao mesmo tempo em que desafia e tensiona normas sociais. Dessa forma, o político se manifesta no espaço do futebol como um campo de forças, onde grupos se posicionam, afirmam suas presenças e reivindicam visibilidade e poder, fazendo do estádio um microcosmo das tensões sociais mais amplas. A linguagem, nesse contexto, não é neutra; ela é um meio de expressão de poder, resistência e pertencimento, evidenciando a capacidade do futebol de servir como um reflexo das dinâmicas sociais e culturais em constante disputa.

4. O jogo do acontecimento: entendendo além das quatro linhas

A análise desse enunciado envolve compreender não apenas o que é dito, mas também como e em quais circunstâncias ele ganha o seu significado e quais outros compõem a sua natureza, ainda que implicitamente. No caso do slogan "Antes morto que vermelho", utilizado pela torcida organizada do Botafogo, há uma carga simbólica, ideológica e dissimulada que transcende a simples rivalidade entre clubes. A frase, além de ser uma provocação direta ao Flamengo, também carrega implicações históricas, sociais e políticas, que despertam reações diversas no público. Tais implicações podem passar despercebidas no exato momento em que a frase é compartilhada nas redes sociais, mas surgem à tona na medida em que se recupera, historicamente, uma memória discursiva, social e política.

Essa memória envolve um processo de retomada histórica, uma vez que definimos a fala relacionada com contextos anteriores. A memória discursiva entra em cena ao trazer para o enunciado atual, as vozes de enunciados anteriores, sejam eles explícitos ou implícitos, o que ajuda a construir a multiplicidade de sentidos. E ao juntar essa memória discursiva com o contexto em que a frase é dita, o significado, por sua vez, sofre uma influência direta.

Nesta parte do texto, será feita uma análise semântica da frase, considerando os aspectos linguísticos e de enunciação. O enunciado será tratado como um acontecimento político, observando como a escolha das palavras e a estrutura da frase refletem, potencializam e reforçam uma identidade coletiva e, ao mesmo tempo, expõem tensões entre diferentes grupos. Ao longo desta análise, buscaremos entender como esse enunciado atua no campo da linguagem como um veículo de atuação política, inserida no contexto esportivo.

Antes, faremos um pequeno exercício, desmembrando o enunciado analisado para entendermos melhor o sentido produzido na postagem da torcida:

Enunciado: “Antes morto que vermelho”

A preposição "**antes**" desempenha um papel crucial na construção do sentido da frase, funcionando como um operador de preferência e hierarquia. Ao ser utilizada nesta expressão, ela estabelece uma escolha que não é meramente uma preferência comum, mas sim uma afirmação extrema e categórica. O "antes" sugere uma priorização absoluta, posicionando a morte como um destino mais aceitável do que a associação com o "vermelho." Esta construção hierárquica de valores é estratégica, uma vez que, na linguagem da rivalidade futebolística, expressa um repúdio radical.

Além disso, o uso de "antes" na enunciação reforça a construção de uma identidade botafoguense que se define, em parte, pela negação do outro — neste caso, o Flamengo. Linguisticamente, "antes" não só organiza os valores do sujeito enunciador, mas também impõe uma estrutura lógica que intensifica o contraste entre vida/morte e aceitação/rejeição. Esse uso estratégico indica que a escolha não é simplesmente uma expressão de gosto, mas um compromisso simbólico que transcende o âmbito esportivo e adentra um espaço de significação cultural e emocional profundamente enraizado.

O adjetivo "**morto**" é carregado de significação e traz consigo um impacto emocional intenso, pois evoca a ideia do fim absoluto, da inexistência, da perda irreversível. No contexto da frase, a escolha de "morto" é uma hipérbole que intensifica o impacto da mensagem e reforça a radicalidade da oposição à cor vermelha e, consequentemente, ao Flamengo. O uso desse termo em uma expressão de torcida revela como as paixões futebolísticas podem mobilizar conceitos extremos para marcar posições identitárias. Aqui, a morte não é simplesmente o término da vida biológica, mas um estado metafórico que o enunciador prefere à associação com o "vermelho."

Essa hipérbole amplifica o drama da escolha, criando um efeito de choque que comunica não apenas uma aversão, mas uma repulsa total que parece estar enraizada em aspectos culturais, históricos e emocionais mais profundos. Na análise enunciativa, "morto" também é carregado de afetividade e subjetividade, sugerindo uma disposição quase sacrificial que reforça a seriedade e intensidade do vínculo identitário entre o torcedor e o Botafogo. Além disso, o termo carrega consigo valores simbólicos associados à noção de pureza e resistência — o torcedor preferiria "morrer" (figurativamente) do que trair a pureza de sua identidade clubística.

A conjunção "**que**" desempenha o papel de ponte linguística entre dois estados antagônicos, estabelecendo uma comparação direta. No enunciado, "que" é uma partícula de conexão que não apenas compara, mas também hierarquiza e confronta. Ela funciona como o eixo em que a enunciação se equilibra, reforçando a dicotomia entre o que é aceito e o que é rejeitado. Ao conectar "morto" e "vermelho," a conjunção serve como uma articulação que revela a rigidez e inflexibilidade do sujeito enunciador, que delimita claramente os valores opostos: vida digna vs. associação indesejável.

A importância de "**que**" na estrutura da frase está na sua capacidade de explicitar a escolha categórica feita pelo enunciador, forçando o interlocutor a confrontar a severidade dessa escolha. Linguisticamente, ela acentua a comparação, solidificando a postura do torcedor como intransigente e orgulhoso em sua identidade, um fator que faz parte da dinâmica social e cultural do futebol, onde afirmações de superioridade e rejeição são parte do jogo retórico que define rivalidades e pertencimentos.

O substantivo "**vermelho**" é, sem dúvida, o núcleo semântico da expressão. Mais do que uma simples referência à cor, ele é o símbolo da alteridade e da rivalidade que define a identidade da torcida do Botafogo. O "vermelho" opera como uma metonímia do Flamengo, evocando

imediatamente a imagem do time adversário e tudo que ele representa. No entanto, a escolha do termo é carregada de sentidos que ultrapassam o campo esportivo, pois "vermelho" também remete a significados políticos, históricos e culturais. Historicamente, o vermelho é associado a regimes revolucionários e ideologias radicais, o que adiciona uma camada extra de significação ao slogan, sugerindo um repúdio não apenas ao adversário esportivo, mas a tudo que o "vermelho" pode simbolicamente representar.

A cor, no ato de enunciação, transforma-se em um marcador de oposição e resistência, indicando que o torcedor botafoguense não apenas rejeita o Flamengo, mas também qualquer ideia de conformidade com o "outro." Essa marcação se manifesta ainda na prática de inverter o escudo do Flamengo na publicação, um gesto simbólico que denota a inversão dos valores associados ao rival. Na análise enunciativa, "vermelho" torna-se um signo denso que encapsula uma rede de sentidos — alteridade, oposição, provocação — e reforça a identidade do torcedor em sua relação de rejeição ao adversário, ampliando o jogo de forças simbólicas que perpassam o futebol.

5. A perspectiva da enunciação sob um olhar político

O enunciado "Antes morto que vermelho", proferido pela torcida organizada do Botafogo, exemplifica um ato de enunciação que vai além do simples uso da língua para comunicação. Seguindo as perspectivas de Benveniste, Ducrot e Eduardo Guimarães, podemos analisar como essa construção discursiva, aparentemente trivial, carrega significados profundos e contextuais, e como seu impacto transcende o domínio esportivo, transformando-se em um acontecimento político.

Segundo Benveniste (1989), a enunciação é o momento em que a língua deixa de ser apenas uma possibilidade e se transforma em ato. Antes de ser pronunciado, o enunciado "Antes morto que vermelho" existia como

uma potencialidade da língua, uma construção semiótica passível de ser utilizada em diferentes contextos (a escolha de uma peça de roupa que não combina ou uma cor de tinta que não agradou). Contudo, ao ser empregada, ela não só passa a existir no nível semântico, como também adquire sentidos específicos que refletem o contexto em que foi enunciada.

Essa enunciação, ao ser realizada, converte-se em discurso, como observado por Aresi (2020), ao afirmar que a enunciação é um fenômeno que se manifesta constantemente por meio de atos individuais, os quais estão em contínuo processo de transformação da língua em discurso, utilizando os próprios mecanismos da língua. A frase, então, ganha vida na medida em que a torcida a utiliza para se posicionar dentro de um universo de significados compartilhados. O impacto disso não se limita a uma mera rivalidade esportiva: "vermelho" não é apenas a cor do time adversário, mas uma representação simbólica que evoca outras dimensões de identidade e rejeição.

Ducrot (1997) contribui com a ideia de que a língua não serve apenas para comunicação, mas principalmente para argumentar. Cada ato de enunciação, como este, é um acontecimento único, dotado de uma intenção argumentativa. Ao dizer "Antes morto que vermelho", a torcida estabelece uma intersubjetividade entre o "eu" (o grupo que se identifica com o Botafogo) e o "tu" (os flamenguistas e, por extensão, qualquer outro). A frase torna-se um argumento emocional, quase ideológico, que serve para reforçar a identidade de um grupo em oposição ao outro. Essa construção se ancora em crenças compartilhadas sobre o mundo — no caso, a ideia de que ser "vermelho" é algo inaceitável dentro do contexto simbólico daquela torcida.

O conceito de memória também é essencial para entendermos duas condições essenciais para a análise deste acontecimento: a rivalidade entre os clubes e a relação da frase analisada com o nazismo. Segundo Ducrot, a memória é uma parte que se recorta do memorável. No contexto do futebol,

episódios como o "chororô" e o "jogo do senta" fazem parte da memória coletiva desse clássico regional, que reforça as narrativas que servem de sustento para a rivalidade entre as torcidas. A frase "Antes morto que vermelho", então, não surge isolada; ela se conecta a uma longa história de confrontos, provocação e rivalidade entre Botafogo e Flamengo, e sua força reside exatamente nessa capacidade de acionar memórias que são imediatamente reconhecíveis pelos dois grupos.

Uma vez que pensamos na relação da frase com a expressão "Lieber tot als rot" (literalmente, "melhor morto do que vermelho"), usada pelo regime nazista como uma propaganda anticomunista, inserimos o enunciado da torcida em um espaço de referências amplamente associadas ao passado histórico e político. Esse é o memorável: algo que está disponível para ser evocado, mesmo que de forma implícita ou inconsciente, devido à, neste caso, sua visibilidade histórica.

Quando a torcida do Botafogo utiliza o enunciado "Antes morto que vermelho", ainda que seu contexto imediato seja uma provocação futebolística, o recorte de memória mostra ativa o que vai além do campo esportivo. A memória associada à expressão, ligada a um discurso violento e de ódio do período nazista, é inevitavelmente resgatada por aqueles que reconhecem sua origem. Assim, a enunciação traz consigo um peso simbólico que ultrapassa a rivalidade futebolística, ativando uma memória social carregada de tensões políticas e históricas que causam repercussão.

Por fim, Eduardo Guimarães (2018) nos lembra que as formas da língua são formas sociais. A frase "Antes morto que vermelho" não é apenas uma construção linguística, mas uma manifestação de formas sociais e históricas que moldam a identidade coletiva. Guimarães (2018) aponta que a língua toma seus falantes e os agencia enquanto seus, ou seja, a língua utiliza os sujeitos como instrumentos de construção de sentido. Nesse caso, a Loucos pelo Botafogo, ao enunciar essa frase, participa de um processo de

agência linguística no qual os sentidos sociais e políticos são construídos e reforçados. O enunciado não apenas vive dentro de um ambiente futebolístico, mas perpassa por valores e identidades coletivas que se articulam no espaço público - o que explica a reação de denúncia ao clube e a capacidade de, em um enunciado, apresentar a linguagem como um acontecimento político.

6. Considerações Finais

A análise do enunciado "Antes morto que vermelho", à luz das teorias da enunciação e da noção de político, revela como algumas manifestações presentes em contextos aparentemente triviais, como o futebol, podem ser profundamente marcadas por tensões sociais e políticas. A complexidade do político, neste contexto, se manifesta na contradição inerente à normatividade discursiva, que não apenas estabelece divisões dentro do real, mas também delimita fronteiras de pertencimento, alteridade e exclusão.

O slogan utilizado pela torcida organizada do Botafogo, ao mobilizar uma rejeição extrema ao "vermelho", revela como o futebol transcende o esporte e se torna um terreno simbólico de disputas identitárias e políticas. A associação do "vermelho" ao Flamengo, por um lado, reforça a rivalidade esportiva; por outro, evoca um conjunto de valores e significados que remetem à construção de uma alteridade inaceitável. Assim, o "outro" — o rival — não é apenas um adversário a ser vencido no campo esportivo, mas um símbolo a ser rejeitado de forma categórica, construindo, ao mesmo tempo, uma identidade botafoguense que se afirma pelo contraste.

O político, neste contexto, não se limita à simples rivalidade, mas se manifesta na capacidade do enunciado de produzir exclusões e de estabelecer um espaço de confronto simbólico. É nesse terreno que o enunciado "Antes morto que vermelho" se insere, não apenas como uma provocação esportiva, mas como um ato de enunciação que articula um regime de valores. A

escolha das palavras sugere um radicalismo que vai além do campo de futebol, insinuando uma intransigência que poderia ser relacionada a exemplos mais amplos de rejeição e divisão social. Esse movimento é intrinsecamente político, pois envolve a construção de uma identidade coletiva em oposição a uma alteridade que é marcada por símbolos culturais, sociais e até históricos.

Além da dimensão identitária, a frase "Antes morto que vermelho" também carrega consigo uma carga histórica e cultural que a torna um objeto de análise política mais complexo. Ao evocar uma memória discursiva que remete a períodos de regimes autoritários, especialmente os que estiveram ligados a ideias de rejeição ao comunismo e outros contextos de polarização política, o enunciado transcende a esfera do futebol e toca em questões sensíveis que envolvem a história e a memória coletiva. A repercussão pública e institucional da frase demonstra como aquilo que aparenta ser apenas uma provocação esportiva pode, na verdade, ressuscitar traumas e tensões históricas, funcionando como um gatilho que ativa memórias de exclusão e violência simbólica.

Essa reação pública e institucional ao uso do enunciado "Antes morto que vermelho" revela a complexidade do campo político, que é constantemente tensionado por tentativas de afirmação de identidades, mas que, ao fazê-lo, acabam por expor contradições profundas da sociedade contemporânea. No momento em que o enunciado tenta demarcar uma identidade forte e coesa, ele acaba por gerar reações que questionam essa coesão, expondo os limites da normatividade social e as dificuldades em lidar com símbolos que carregam múltiplos sentidos.

Portanto, a análise deste caso específico nos permite entender o político não apenas como um campo de conflito e disputa, mas também como um espaço de negociação de sentidos e identidades que se manifesta através da linguagem. O enunciado "Antes morto que vermelho" é, nesse sentido,

mais do que uma simples provocação esportiva; é um ato de enunciação carregado de significados que reflete a complexa relação entre linguagem, identidade e poder no espaço público. O enunciado reflete sua capacidade de agir como um veículo de ação política, capaz de gerar exclusões, reações e disputas de sentido no campo social.

Por fim, ao observar como a linguagem no futebol pode se tornar uma arena de expressão política e social, destacamos a importância de compreender os enunciados para além do que aparentam. A linguagem, mesmo em contextos cotidianos e populares como o futebol, é um elemento estruturante das relações sociais, servindo como um meio de construir, contestar e negociar identidades e poderes. O enunciado analisado é um exemplo concreto de como a linguagem é usada para afirmar pertencas e, ao mesmo tempo, para delinear exclusões, evidenciando a dimensão profundamente política que a linguagem pode assumir, independentemente do contexto em que é proferida.

Assim, a análise crítica do enunciado "Antes morto que vermelho" não apenas contribui para o entendimento das rivalidades esportivas, mas também amplia nossa compreensão das formas como a linguagem opera na sociedade contemporânea, sendo um agente poderoso na construção de realidades e na articulação de conflitos que são, essencialmente, políticos.

REFERÊNCIAS

ARESI, Fábio. **A relação entre língua e sociedade na reflexão teórica de Émile Benveniste**. 2020. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2020.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Princípios de Semântica Linguística**. Tradução de Eduardo Guimarães. São Paulo: Cultrix, 1977.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Pontes, Campinas, 2002

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas, SP: Pontes, 2018

HOLLANDA, B. B. B. Futebol, arte e política: a catarse e seus efeitos na representação do torcedor. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 48, p. 123-140, 2009.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

TOLEDO, L. H. **Torcidas organizadas de futebol**. Campinas: Autores Associados/FAPESP., 1996.

CAPÍTULO 15



Uma Análise de Campos: como o *BookTok* fala de Clássicos Literários?

Sarah Sofia Szabó (UNIP)

RESUMO: Este artigo tem por objetivo refletir sobre o papel dos influenciadores de conteúdos literários de plataformas como *TikTok*, dentro do campo literário (BOURDIEU, 1982,1996), a partir da leitura de campo e dos distintos capitais que são mobilizados, buscando analisar os possíveis tensionamentos oriundos dessa nova prática de “leitura”, especificamente no universo das obras clássicas. A pesquisa traz como recorte a literatura “clássica” brasileira, mais precisamente as leituras obrigatórias do vestibular da Universidade de São Paulo (USP), no período de 2020 a 2025, São abordadas as maneiras pelas quais influenciadores digitais atuam no campo literário, tencionando-o ao se intitularem 'críticos' literários, em contraste com os críticos de literatura tradicionalmente inseridos no espaço acadêmico. Além disso, é feita uma análise do uso dos influenciadores digitais como parte de estratégias de marketing editorial para a divulgação de livros e produtos literários.

Palavras-Chave: *TikTok*; Bourdieu; Mercado editorial; *BookTok*;

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo compreender as relações do campo literário, conforme proposto por Bourdieu (2002), quando influenciado pela presença de influenciadores digitais literários. Para a análise, inicialmente, são definidos os principais elementos envolvidos, como o conceito de campo literário e os capitais presentes nesse contexto (Bourdieu, 1996). Em seguida, são apresentados influenciadores digitais literários no *TikTok* que são relevantes para o estudo.

A teoria de Pierre Bourdieu sobre o campo literário oferece uma lente para analisar as disputas e os conflitos gerados pelo ingresso de novos agentes, como os *BookTokers*, no universo editorial. O conceito de campo,

como um espaço social estruturado e hierarquizado, é central para compreender a dinâmica das relações de poder dentro do mundo literário. Bourdieu define o conceito de campo como espaço onde ocorre uma constante batalha por capital simbólico, que é conquistado e disputado por agentes e instituições que possuem a legitimidade para ocupá-los (Bourdieu, 1982).

Para o autor (1996), o campo literário é um espaço social onde literatos, como romancistas e poetas, interagem de maneira colaborativa ou de confronto, tanto entre si quanto com o campo de poder. Este campo de poder envolve relações de força entre agentes que compartilham capital cultural, laços sociais ou reconhecimento social, o que lhes permite ocupar posições dominantes dentro desse espaço. Esta definição destaca as dinâmicas complexas e competitivas entre os agentes culturais, que buscam legitimação e visibilidade dentro de um cenário mais amplo de relações sociais e políticas. Para Bourdieu (1996), no campo literário, o reconhecimento está centrado em autores estabelecidos e em instituições que conferem legitimidade, como grandes editoras, críticos literários e universidades. Apoiada nos princípios de campo de Bourdieu, Dalcastagne aponta:

Não é possível equivaler um livro lançado por um romancista consagrado, comentado na grande imprensa, exposto nas livrarias, adotado nas universidades, com uma obra de edição caseira, distribuída apenas aos parentes e amigos do autor. Sem que haja aqui qualquer julgamento de valor literário, esta última não gera efeitos no campo literário e, portanto, não pertence a ele (Dalcastagnè, 2005, p. 22-23).

Deve-se destacar que ao definir o campo literário como integrante de um campo de poder maior, Pierre Bourdieu (1996) observa que as regras para a entrada e manutenção desse campo, leva à exclusão de certos grupos ao longo do tempo. Para Bourdieu (1996, p.244), o campo do poder é o espaço das relações de força entre agentes ou instituições e entre distintos tipos de

capital, em que "os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital [para conseguir dominar o campo correspondente e cujas] lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão" (Bourdieu, 1996, p. 50)

Assim, o campo é o lugar de lutas entre detentores de poderes (ou de espécies de capital) diferentes que, como as lutas simbólicas entre os artistas e os ‘burgueses’ do século XIX, têm por aposta a transformação ou conservação do valor relativo das diferentes espécies de capital que determina, ele próprio, a cada momento, as forças suscetíveis de ser lançadas nessas lutas.

Não obstante, a chegada dos *BookTokers* no mercado editorial pode ser vista como uma interrupção nesse campo, que, segundo Bourdieu (1996), sempre esteve marcado por lutas entre princípios heterônomos e autônomos. Os *BookTokers*, em sua maioria, são agentes sem os tradicionais instrumentos de consagração, como o reconhecimento das elites literárias ou as publicações em grandes editoras, mas têm ganhado relevância justamente por seu capital simbólico, construído nas redes sociais. Isso gera uma disrupção no campo literário, que, conforme o autor, caracteriza-se pela disputa entre os que dominam o mercado econômico e cultural e os que se posicionam à margem, defendendo a autonomia e resistindo à homogeneização imposta pelo grande mercado (Bourdieu, 1996).

Esse fenômeno é amplificado pelo ambiente digital, no qual as interações se tornam mais acessíveis e diretas, dando voz a novos agentes que conseguem influenciar o mercado editorial, como os *BookTokers*. Eles são capazes de movimentar a produção, circulação e consumo de livros, criando uma rede de influência autônoma e descentralizada. Ao mesmo tempo, sua atuação reflete um novo tipo de “*habitus*”, conceituado pelo autor como “um sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e

unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (Bourdieu, 1982, p. 91). O *habitus* é entendido por Bourdieu como as disposições e práticas que orientam o comportamento dos indivíduos dentro de um campo social (Bourdieu, 1982). Esse *habitus*, em constante negociação com o campo dominante, permite aos *BookTokers* desafiar as convenções estabelecidas e, por conseguinte, gerar uma disputa simbólica sobre o que deve ser considerado “literatura” e quem possui o direito de legitimá-la.

A teoria do campo, portanto, é útil para entender a complexa relação dos *BookTokers* com o mercado editorial, especialmente no contexto brasileiro. Eles não apenas interagem com o mercado de maneira autônoma, mas também entram em um jogo de poder onde se questiona a autoridade das instituições tradicionais da literatura. A batalha pela hegemonia sobre a produção e circulação de significados, como propõe Bourdieu, se reflete nas dinâmicas entre esses novos agentes e os sistemas consolidados de legitimidade literária. Assim, os *BookTokers*, ao desafiar a autoridade das instituições estabelecidas, tornam-se parte de um campo literário em constante transformação, onde as disputas por capital simbólico e os processos de legitimação estão longe de ser definitivos.

Este estudo tem como objetivo investigar a reconfiguração do campo literário a partir da atuação dos *BookTokes*, analisando como os *BookTokes* contribuem para a produção e distribuição de novos sentidos literários, introduzindo novas possibilidades tanto para a literatura quanto para o mercado editorial.

.

2. Influenciadores Digitais Literário no *TikTok*

Os influenciadores digitais literários no *TikTok* são os chamados *BookTokes*, *book* que em inglês significa livro, e a terminologia *-Tok* da plataforma *TikTok*. Desde a ascensão do *TikTok* no Brasil, canais que falam

de literatura são encontrados, como o de Tiago Valente (@otiagovalente), *BookTokes* que produz vídeos sobre livros desde março de 2019 ²⁹ , ou Patrick Torres (@patzzic) que começou com seus vídeos em abril de 2021³⁰ (Perotto & Pereira & Carbonieri, 2023). Utilizando a #booktok ou #booktokbr na barra de pesquisa do aplicativo encontra-se com facilidade uma variedade de canais e vídeos que falam dos mais diversos gêneros literários. Consequentemente, a presença dos *BookTokes* gerou um impacto no mercado editorial como acompanhado pelas matérias citadas a seguir. Foi feito um mapeamento a partir do dia 1 de janeiro de 2019 até o dia 20 de junho de 2024, pela plataforma do Google Notícias ³¹ , com o intuito de registrar a primeira matéria que citava os *Tiktokers* como responsável pelas vendas de livros. Considerada apenas as notícias até o dia 20 de junho de 2024, com o intuito de registrar a primeira notícia sobre assunto e a notícia mais recente. Com o resultado da comparação destas duas notícias e seus diferentes impactos no mercado literário com o foco nos *BookTokers*.

Identificou-se uma notícia da *Folha de S. Paulo*³², publicada em 2 de julho de 2021, e a mais recente reportagem da *Meio & Mensagem*³³, datada de 13 de junho de 2024. Esta última destaca que a presença dos *BookTokes* continua exercendo um impacto significativo nas vendas literárias, impulsionado pela crescente popularidade da plataforma no Brasil. Conforme citado na notícia da *Meio & Mensagem*, geram:

²⁹ Disponível em <https://www.tiktok.com/@otiagovalente/video/6673035376413641990> . Acesso em 15 de julho de 2024.

³⁰ Disponível em [Resolvi que vou falar de livros no tiktok · #tortoarado #literatura](#) Acesso em 15 de Julho de 2024.

³¹ A palavra usada para a pesquisa no Google Notícia foi “BookTokers”. A pesquisa foi feita no dia 26 de junho de 2024, às 20h00.

³² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/07/tiktok-foi-de-usina-de-bobagens-a-uma-poderosa-maquina-de-vender-livros.shtml> Acesso em: 15 de jul. de 2024.

³³ Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/booktok-tendencia-no-tiktok-incentiva-leitura-e-fortalece-editoras> Acesso em: 15 de jul. de 2024.

(..) impacto no mercado editorial será profundo, segundo Nohoa.(Nohoa Arcanjo, cofundadora & CBO da Creators.Illc). Tanto ela quanto Santos (Flávio Santos, CEO e cofundador da M Field) entendem que, neste contexto, editoras e autores terão que se adaptar a essa nova realidade, investindo em conteúdo digital e estratégias de marketing que dialoguem com a linguagem do TikTok (Meios & Mensagem, 2024)

E citado na notícia da *Folha de S. Paulo*:

Especialista em marketing de livros, Vinicius Barreto, da agência #CoisaDeLivreiro, afirma que o *TikTok* pode transformar a maneira como as editoras promovem seus livros, com a migração de verbas usadas em outras redes sociais e na compra de espaços publicitários em livrarias para influenciadores (*Folha de S. Paulo*, 2021)

Desde a primeira notícia de 2021 sobre a influência dos *BookTokes* no setor literário, publicada pela *Folha de S. Paulo*, já se reconhecia o grande impacto dessa atuação. A reportagem da *Meio & Mensagem* confirma que esse impacto persiste até o presente, evidenciando que o setor de marketing editorial continua a ver os influenciadores digitais como agentes de mudança nos hábitos de leitura, especialmente entre os jovens (Terra,2017).

É possível inferir que entre os anos 2021 e 2024 as vendas de livros que abordam conteúdos literários foram influenciadas por vídeos do *TikTok* de maneira a gerar um aumento na receita da cadeia produtiva envolvida. O aumento das vendas levou as empresas a estabelecerem vínculos com *BookTokes*, devido ao seu forte apelo no marketing. “O discurso circulante sustenta que os influenciadores são aqueles que têm algum poder no processo de decisão de compra de um sujeito”. Assim, a presença dos influenciadores e seu conteúdo publicitário é relevante não apenas no mercado literário, mas em toda a lógica dos influenciadores digitais (Karhawi, 2017, p.48).

A publicidade feita por meio das plataformas é o ganho monetário desses trabalhadores. “Ao arregimentar um público de leitores, os *BookTokers* consolidam o acúmulo de capital simbólico” (Vilela apud

Nunes, 2021), que muito interessa às empresas ligadas ao mercado editorial. E as empresas contratantes dos influenciadores escolhem seus “outdoors” de maneira a atingir um público de nicho. Em resumo, os *BookTokes* falam de livros, e as editoras querem atingir um público leitor, contratam um *BookToker* para fazer um vídeo publicitário, e como visto nas notícias apresentadas, o resultado é positivo para as vendas (Shtern; Hill, 2021). Devido à presença de figuras de influenciadores digitais em um campo literário (Bourdieu, 2011), analisamos os efeitos de figuras jovens e conectadas ao digital se infiltrando em um campo que não os pertence à priori, mesmo que tais agentes consigam mobilizar capital econômico e conquistem prestígio no campo (Bourdieu, 2011).

3. O campo literário e os clássicos

Este tópico tem o propósito de refletir sobre a comparação entre os *BookTokes* e os agentes do campo literário, considerando que a literatura clássica é composta por obras selecionadas por especialistas na área. Não buscamos discutir a seleção dessas obras, mas utilizamos as obras 'clássicas' como base para a coleta de dados, a partir da lista das leituras obrigatórias do vestibular da Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST), durante os anos de 2019 até 2024. A escolha do vestibular da FUVEST como parâmetro deve-se ao forte enfoque em leituras clássicas. A seleção de livros para vestibulares é significativa no campo literário brasileiro, pois esses livros são escolhidos como parte do processo de ingresso ao ensino superior. Como o campo literário é interligado ao campo acadêmico e ambos têm a natureza da manutenção de suas “regras”, compreende-se que:

Os agentes possuem comportamentos naturalizados, assimilados e introjetados, que também são, ao mesmo tempo, responsáveis pela manutenção da configuração social dos campos onde eles estabelecem suas relações. Cada campo possui um habitus próprio, que determina o

funcionamento, dita as regras de socialização e distribui os indivíduos em diferentes posições de acordo com o acúmulo de capitais; outro conceito chave para compreensão da teoria bourdiana (Vilela, 2023 *apud* Nunes, 2021).

A literatura brasileira é valorizada por diversos agentes do campo literário. A partir dos conteúdos criados sobre essas obras clássicas, é possível identificar como os recém-ingressantes entram no campo literário e contribuem para tencioná-lo.

3.1 Metodologia e *Corpus* de Análise

Para selecionar as obras a serem analisadas, foi realizado um levantamento dos livros exigidos pelo vestibular da FUVEST, conforme detalhado na Tabela 1, em anexo. As obras mencionadas fazem parte das listas de leitura obrigatória do período de 2020 a 2025³⁴. A calcular a frequência do autor temos os seguintes: Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade apresentam uma frequência de 11,76% cada, seguidos por Graciliano Ramos com 9,80%, e Gregório de Matos e Cecília Meireles, ambos com 7,84%. Para a análise das literaturas clássicas, esses autores foram escolhidos como figuras de referência. A presença desses escritores na produção de conteúdo dos *BookTokes* servirá como um indicador da inclusão de clássicos em conteúdos digitais que não pertencem originalmente ao "campo" acadêmico. Para uma análise mais aprofundada, selecionamos Patrick Torres como figura comparativa, uma vez que seu conteúdo inclui autores frequentemente mencionados em listas de vestibulares ao longo dos anos.

³⁴ A numeração das provas segue a regra de levar o ano do ingresso dos que passaram na prova, exemplo a prova de 2020 é aplicada no ano de 2019, e assim logicamente todas as outras. Pois as provas são aplicadas no final de cada ano para o ingresso dos alunos no começo do próximo ano.

Quadro 1
Levantamento das obras do vestibular da FUVEST 2020-2025

Autor	Título	Total/ano Fuvest	Título	Total/ ano Fuvest	Total de citações (qualquer ano)	Percentual	Domínio Público
Milton Hatoum	Dois irmãos	1			1	1,96%	Não
Gregório de Matos	Poemas Escolhidos	4			4	7,84%	Sim -1767
Machado de Assis	Quincas Borba	6			6	11,76%	Sim -1891
Carlos Drummond de Andrade	Alguma poesia	4	Claro Enigma	2	6	11,76%	Não
Graciliano Ramos	Angústia	5			5	9,80%	Sim - 2024
Eça de Queirós	A Ilustre Casa de Ramires	1	A Relíquia	2	3	5,88%	Sim - 1970
Pepetela	Mayombe	2			2	3,92%	Não
Guimarães Rosa	Campo Geral	3	Sagarana	1	4	7,84%	Não
Aluísio Azevedo	O Cortiço	1			1	1,96%	Sim (1984)
Helena Morley	Minha Vida de Menina	1			1	1,96%	Não
Cecília Meireles	Romanceiro da Inconfidência	4			4	7,84%	Não
Bernardo Carvalho	Nove Noites	3			3	5,88%	Não
Fernando Pessoa	Mensagem	3			3	5,88%	Sim - 2005

Mia Couto	Terra Sonâmbula*	2			2	3,92%	Não
Tomás Antônio Gonzaga	Marília de Dirceu-	2			2	3,92%	Sim - 1890
Dyonélio Machado	Os ratos	1			1	1,96%	Não
Luís Bernardo Honwana	Nós matamos o cão tinoso!	2			2	3,92%	Não
Ruth Guimarães	Água Funda	1			1	1,96%	Não
				Total:	51		

Fonte: elaboração própria, 2024.

4. Booktoker

Patrick Torres é um influenciador no *BookTok*, com o canal @patzzic, que conta com 377.700 seguidores e 8,1 milhões de curtidas³⁵. Seu canal foi selecionado para análise devido ao foco em "clássicos" da literatura. Utilizando a lista do vestibular FUVEST como referência, foi realizado um levantamento do número de vídeos postados desde o início do canal, em 2021, até 20 de junho de 2024, data limite para o recorte do artigo, para uma comparação condizendo com a pesquisa feita no capítulo inicial sobre as notícias. Foram computados todos os vídeos cujo tema principal eram autores presentes nas listas da FUVEST. O resultado foi: Patrick desde o início do canal gerou muito conteúdo sobre Machado de Assis, apenas em 2021, foram postados 13 vídeos sobre o autor. Outros autores citados foram: Graciliano Ramos e Aluísio Azevedo com 3 vídeos sobre as obras *Vidas Secas* e *O Cortiço*, respectivamente. E Guimarães Rosa com um vídeo apenas sobre *Grande Sertão Veredas*. Para o balanço geral dos anos de 2021 até 2024 foram feitos 53 vídeos sobre Machado de Assis, 6 sobre Graciliano

³⁵ O número de seguidores e curtidas pode variar, este valor foi do dia 20 de junho de 2024.

Ramos, 3 de Aluísio de Azevedo e Guimarães Rosa e 1 sobre Fernando Pessoa. Em proporção Patrick fez 80,30% ³⁶ dos vídeos sobre Machado de Assis. Patrick fez conteúdo sobre clássicos do vestibular da FUVEST em 11,81% dos vídeos. Com essa base quantitativa, analisou-se como Patrick Torres cria seus vídeos sobre os clássicos. Em muitos vídeos sobre Machado de Assis e outros autores, Patrick utiliza o que ele chama de “fofoca literária”. No início de seus vídeos, ele apresenta partes de romances ou seus enredos, mas adaptados com elementos cotidianos e atuais. Para ilustrar, veja a transcrição do vídeo “Tadinho do meu pai”:³⁷

E meu pai, que jura que não sou filho dele. Na verdade, envelheceu dizendo para todo mundo que minha mãe teve um caso com o melhor amigo dele. E que sou filho desse cara. Ele diz até hoje que eu sou a cara desse amigo dele e até o jeito que me comporto lembra esse amigo dele [...] será que minha mãe traiu o meu pai? Talvez você descubra isso lendo Dom Casmurro Machado de Assis.

Patrick cria vídeos que contêm o enredo de clássicos como fofocas atuais e cotidianas, em uma tentativa de engajar a juventude a se interessar por leituras mais “duras” (Sibilia, 2015). O influenciador acaba por gerar uma identificação dos usuários do *TikTok* para um campo que não pertencem. A leitura e compreensão integral de livros “clássicos” para as provas de vestibular não é democrática. E Patrick cria um espaço de fácil acesso dos jovens, por meio da rede social *TikTok*, onde podem adquirir uma compreensão mais ampla da literatura brasileira que não teriam acesso anteriormente (Perotto & Pereira & Carbonieri, 2023)

Como o próprio *influencer* Patrick (2024) menciona em entrevista para o *jornal A Tarde*: “é muito interessante pensar que o seu trabalho vai para uma perspectiva de “quebrar esse ciclo de certa forma e de abordar o novo dentro dessa perspectiva, dessa brincadeira de pensar a literatura

³⁶ 80,30% dos vídeos do total que apresentou autores das listas da FUVEST 2020-2025.

³⁷ Retirado do TikTok canal @patzzic publicado na data 30 de abril de 2021

brasileira, que não é brincadeira, não é coisa séria”³⁸. O impacto de Patrick reside na tentativa de desvincular as leituras brasileiras de um campo rígido, instigando, por meio do *TikTok*, a valorização dos escritores nacionais em vez de apenas internacionais. Essa abordagem mais flexível e dinâmica dos influenciadores digitais contrasta com o discurso do campo literário, cuja representação está refletida no discurso de Machado de Assis, ao mencionar qual seria o objetivo da Academia Brasileira de Letras (ABL). De acordo com Assis, a ABL busca preservar a literatura como uma unidade, visando a conservação e o fortalecimento do campo literário.

O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária. Tal obra exige, não só a compreensão pública, mas ainda e principalmente a vossa constância. A Academia Francesa, pela qual está se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso. Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. (20 de julho de 1897, Machado de Assis).³⁹

Embora o discurso mencionado seja de 1897, o site da Academia Brasileira de Letras (ABL) ainda considera essa visão como um elemento fundamental para a instituição. Além disso, ter uma cadeira na ABL exige o reconhecimento dos pares. De acordo com Bourdieu (2011), o campo é definido por suas regras internas e pela manutenção de sua ordem, funcionando como um microcosmo que estabelece o que é oferecido e como o espaço é estruturado. Propõe-se um exercício imaginativo: considerar a possibilidade de um *BookToker* ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL). Com base na teoria de Bourdieu, isso seria inimaginável

³⁸ Acesso em 15 de julho de 2024, disponível em: <https://atarde.com.br/cultura/culturaliteratura/influencers-de-livros-celebram-impacto-de-seus-contedos-nos-jovens-1268177>

³⁹ Fonte: site da Academia Brasileira de Letras: <https://www.academia.org.br> acesso em: 08 de Agosto de 2024

devido à rigidez que a ABL imprime ao campo literário. O perfil típico de um *Booktoker*, que geralmente é o de um entusiasta literário que resenha seus livros favoritos para um público amplo, contrasta fortemente com o perfil dos literatos tradicionais. A fala de José Paulo Cavalcanti, ocupante da cadeira 39 da ABL, exemplifica bem esse antagonismo.

Escrever é o requinte supremo”, escolhi essa frase de Pessoa (Soares, no Desassossego) para falar da tal Inteligência Artificial – IA. E já peço perdão, amigo leitor, para dizer que nasci analógico. Acontece com a humanidade inteira. Diferente de quase todos é que continuei a ser, com poucas alterações, desde que me entendi por gente⁴⁰.

A vangloriarão no que ele diz “analógico” é o que se entende por algo oposto às novas tecnologias, o que José Cavalcanti diz é a negação do novo, e por assim dizer a manutenção do *habitus* (Bourdieu, 1996).

5. Considerações Finais

Conforme já foi discutido nos tópicos anteriores, houve uma mudança significativa na forma como editoras e outros elementos da cadeia produtiva utilizam influenciadores digitais para o marketing de livros. O mercado editorial, assim como qualquer outro mercado, opera sob a lógica de maximização do lucro. Porém, o campo é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. (Bourdieu, 2011). Entende-se que os campos partem da mesma lógica de ser um microcosmo com “regras” próprias, e o mercado editorial é um elemento presente dentro do campo literário, e este elemento em específico está inserido na cadeia produtiva criativa e tem como finalidade o lucro.

Entretanto, a presença de outros elementos do campo literário como estudiosos da literatura acaba por gerar conflitos nas regras do campo. O

⁴⁰ Fonte: site da Academia Brasileira de Letras: <https://www.academia.org.br> acesso em: 08 de agosto de 2024

mercado editorial vê o livro como um produto a ser vendido, mesmo que tenha uma carga de simbologias culturais como explicado por Vilela (2023, p. 15). “Essa preocupação relacionada à associação do livro com as práticas mercantis, e a forma como tais práticas poderiam depreciá-lo, destituindo-o de seu caráter sublime, distinto, quase sagrado, são recorrentes na história do próprio livro”. A escassez de livros antes da invenção da impressão em escala industrial conferiu ao livro um caráter especial, que persiste até hoje, mesmo com a "democratização" do acesso à leitura. O livro tornou-se um símbolo de "cultura elevada," e a leitura é frequentemente associada a um aumento de inteligência e status social aos olhos da sociedade. (Vilela, 2023).

As práticas do mercado editorial não deixam de ter seu caráter lucrativo e financeiro, livros são objetos de comércio. Por outro lado, Schettino aponta que a lógica comercial inserida no campo literário acaba por “tensionar as duas dimensões, a comercial e a cultural, num jogo de oposição e atração, que ao fim mostra a forte imbricação desses dois polos como características existenciais deste mercado” (2013, p. 4). Por fim, a ambiguidade associada à figura do livro pode ser vista nas diferentes lógicas que regem os *BookTokers* e os acadêmicos. O *BookToker* é um leitor-consumidor, cuja influência se reflete diretamente nas vendas de livros. Em contraste, os acadêmicos procuram se distanciar das características comerciais dos livros, focando-se nas suas qualidades culturais. Essas duas figuras possuem capitais distintos que sustentam sua legitimidade no campo literário.

REFERÊNCIAS

ABIDIN, Crystal. **Internet Celebrity**: understanding fame online. Bingley, Uk: Emerald Publishing Limited, 2018.

ABIDIN, Crystal. Mapping Internet Celebrity on TikTok: exploring attention economies and visibility labours. **Cultural Science Journal**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 77-103, 2020, p. 77-103.

ABIDIN, Crystal; KAYE, D. Bondy Valdovinos. TikTok Syllabus: teaching socio-cultural issues on tiktok. **Tiktok Cultures Research Network (Tcrn)**, Centre for Culture and Technology (CCAT), Curtin University, nov. 2021. Disponível em: <https://tiktokcultures.com/syllabus2021/>. Acesso em: 23 mai. 2024.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Página inicial. Disponível em: <https://www.academia.org.br/>. Acesso em: 20 jun 2024.

AGGARWAL, Nikita; KAYE, D. Bondy Valdovinos; ODINET, Christopher K. #Fintok and Financial Regulation. **Ssrn Electronic Journal**, 2022, p. 334-369.

ALMEIDA, João. Influencers de livros celebram impacto de seus conteúdos nos jovens. *A Tarde*, 2024. Disponível em: <https://atarde.com.br/cultura/culturaliteratura/influencers-de-livros-celebram-impacto-de-seus-conteudos-nos-jovens-1268177>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 9.ed. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], v. 0, n. 5, p. 193-216, jul. 2011. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-33522011000100008>.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

BURGESS, Jean. Platform studies. In: CUNNINGHAM, Stuart; CRAIG, David. **Creator Culture: An Introduction to Global Social Media Entertainment**. Nova York: New York University Press, 2021, p. 21-38.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance contemporâneo brasileiro: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 26, p.13-71, 2005.

FOLHA DE S. PAULO. TikTok foi de usina de bobagens a uma poderosa máquina de vender livros. *Folha de S. Paulo*, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/07/tiktok-foi-de-usina-de-bobagens-a-uma-poderosa-maquina-de-vender-livros.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GUIÑEZ-CABRERA, Nataly; MANSILLA-OBANDO, Katherine. *Booktokers: generating and sharing book content on TikTok*. **Comunicar**, v. 30, n. 71, 2022, p. 119-130.

KARHAWI, Issaaf. Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão. **Communicare**, São Paulo, v.17, p.46-61, 2017.

KARHAWI, Issaaf. **De blogueira a influenciadora**: etapas de profissionalização da blogosfera de moda brasileira. Porto Alegre: Editora Sulina, 2020.

KARHAWI, Issaaf. Influencers, creators e posts: proposição de categorias dos conteúdos publicados por influenciadores digitais. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, v.17, p. 139-160, dez. 2023.

KAYE, D. Bondy Valdovinos. JazzTok: creativity, community, and improvisation on tiktok. **Jazz and Culture**, v. 6, n. 2, 2023, p. 92-116.

MARTENS, Marianne; BALLING, Gitte; HIGGASON, Kristen A. #BookTokMadeMeReadIt: young adult reading communities across an international, sociotechnical landscape. **Information and Learning Sciences**, v. 123, n. 11/12, 2022, p. 705-722.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais: Linguagens, ambientes, redes**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

MEIO & MENSAGEM. BookTok: tendência no TikTok incentiva leitura e fortalece editoras. Meio & Mensagem, 2023. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/booktok-tendencia-no-tiktok-incentiva-leitura-e-fortalece-editoras> . Acesso em: 15 jul. 2024.

PATZZIC. TikTok: @patzzic. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@patzzic>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PEROTTO, Jhonatan; PEREIRA, Vinicius Carvalho; CARBONIERI, Divanize. **Fofoca literária na rede social TikTok**: um estudo de caso sobre o influenciador literário digital @patzzic. **Soletras**, n. 46, p. 480-499, 2023.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, 2020, p. 1-10.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RIBEIRO, Helena Gabrielle Souza. “Isso é tão Aesthetic!”: a estetização da imagem de moda do .:look do dia.: no Instagram ao “arrumese comigo!” no Tiktok. **Dobra[S] – Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, n. 39, 2023, p. 201-225.

SCHETTINO, Thais Sena. Um grupo em mudança: os livreiros e o saber profissional. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 6, p. 605-619, 2013.

SCOLARI, Carlos A.; FRATICELLI, Damián; TOMASENA, José M. “A Semio-Discursive Analysis of Spanish-Speaking Booktubers”. In: CUNNINGHAM, S.; CRAIG, D. (ed.). **Creator Culture: An Introduction to Global Social Media Entertainment**. Nova York: New York University Press, 2021, p. 75-95.

SHTERN, Jeremy; HILL, Stephanie. The Political Economy of Sponsored Content and Social Media Entertainment Production. In: CUNNINGHAM, Stuart; CRAIG, David. **Creator Culture: An Introduction to Global Social Media Entertainment**. Nova York: New York University Press, 2021. p. 250-270.

TERRA, Carolina. Do broadcast ao socialcast: apontamentos sobre a cauda longa da influência digital, os micro-influenciadores. **Revista Comunicare**, São Paulo, v. 17, 2017, p. 80-101.

SIBILIA, Paula. **Autenticidade e performance**: a construção de si como personagem visível. *Fronteiras*, São Leopoldo, v. 17, n. 3, p. 353-364, 2015

VILELA, Igor Ribeiro. **O BookTok e a disputa por poderes no campo editorial**. São Cristóvão, 2023. Monografia (graduação em Publicidade e Propaganda) – Departamento de Comunicação Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2023.

CAPÍTULO 16



Literar para Ressignificar: A percepção do Outro como contradiscurso à intolerância do fundamentalismo evangélico nas redes sociais

Claudinei Fernandes Paulino da Silva (UNIP)

RESUMO: Em um contexto cada vez mais midiático e carregado de discursos de intolerância nas redes sociais, sendo estes capilarizados com estereotipagens e violência simbólica, o presente artigo propõe refletir o significado de *Literar* e sua contribuição para a percepção do outro, ou seja, para a alteridade, a partir de: Paul Ricoeur, Judith Butler, Emanuel Levinás, Stuart Hall, Muniz Sodré. Também busca responder se é possível *Literar* nas redes sociais em meio aos discursos de intolerância do fundamentalismo evangélico. Conclui que, mesmo de forma não abrangente, através de canais de escuta e interação nas mídias digitais é possível *Literar* nas redes sociais, contribuindo como espaço pedagógico e dialogal. A pesquisa é bibliográfica e o caminho percorrido se dá por meio do diálogo de forma interdisciplinar: Comunicação, literatura e teologia.

Palavras-Chave: Literar, fundamentalismo evangélico, discursos, redes sociais, alteridade

1. Introdução

Este artigo tem como proposta refletir o significado de *Literar* e sua contribuição para a percepção do outro, ou seja, para a alteridade. Também busca responder se é possível *Literar* nas redes sociais em meio aos discursos de intolerância do fundamentalismo evangélico. A pesquisa é bibliográfica e o caminho percorrido é por meio do diálogo entre diversos autores e de forma interdisciplinar: Literatura, Teologia e Comunicação. Num primeiro momento discute o *Literar: a palavra que não cabe em si*. Apresenta o conceito que é inspirado no projeto “Literar com a infância, da Universidade Federal de Goiás” (Santos, 2021) e como este é resignificado neste trabalho. Os referenciais teóricos neste primeiro momento são: Paul Ricoeur, Eli

Brandão, Antonio Cândido, Judith Butlher, E. Levinas e João Cabral de Mello Neto. Em seguida, aborda o que vem a ser *o Fundamentalismo Evangélico*, um breve histórico, seu *ethos* cultural e método de leitura. Como referenciais, destacam-se: Karen Armstrong, Júlio Zabatiero, Karl Joseph Kuschel, Ricardo Quadros Gouvêa e Leonardo Boff. Após isso, há a reflexão sobre *estereotipagens: as contradições do fundamentalismo evangélico*. A compreensão de estereotipagem se dá a partir de Stuart Hall, o qual possibilita perceber os desdobramentos das estereotipagens no fundamentalismo evangélico.

O artigo trabalha, ainda, *o fundamentalismo, redes sociais e violência simbólica*. O termo violência simbólica também tem como referência Stuart Hall. A força dos discursos do fundamentalismo evangélico se faz presente no ambiente das redes sociais, naquilo que Muniz Sodré chama de *ethos* midiaticizado (Sodré, 2002, p.29). Aponta ainda dados sobre discursos de intolerância e ódio nas redes sociais e como os algoritmos facilitam a recepção destes discursos. Também um breve histórico do protestantismo, seu legado teológico, sua vocação para pluralidade, as contradições teológicas e metodológicas do fundamentalismo evangélico e sua aptidão nos meios de comunicação. Alguns referenciais teóricos: Stuart Hall, Muniz Sodré, Harry Pross e Angela Marques. Após este caminho percorrido, por último, tenta-se responder se é possível Literar nas redes sociais, sobretudo, para ser um contradiscurso à intolerância do fundamentalismo evangélico. *Literar e Navegar: Possibilitando novos mundos a partir do diálogo nas redes sociais*, tendo como alguns referenciais teóricos: Edgar Morin, Waldecy Tenório, Michele Petit, além de outros já mencionados.

2. Literar: a palavra que não cabe em si

O conceito Literar, utilizado nesta pesquisa, baseia-se no projeto “Literar com a infância”, da Universidade Federal de Goiás, o qual “se refere

à leitura, à releitura, à criação do novo, à reflexão sobre o lido e ao diálogo sobre o próprio ato de ler” (Santos 2021). Além disso, constrói-se também na contação e representação, discursos e contradiscursos.

Assim como numa travessia, um texto é capaz de levar consigo palavras, vida, mundos e sentimentos, e no caminho encontrar novas vozes e olhares, configurar tessituras e potencializar sentidos, além de ressignificar discursos. Paul Ricoeur afirma que “o discurso na escrita, ao se autonomizar semanticamente, ultrapassa a referência situacional, substituindo por um quase mundo, que projeta um diferente modo de estar no mundo, possibilitando ao ser humano a construção de si próprio” (Ricoeur *apud* Brandão, 2005, p.163).

Este “diferente modo de estar no mundo” e a “construção de si próprio” tornam-se possíveis a partir da leitura. Trata-se não de uma leitura que visa absorver um discurso como algo a ser reproduzido, mas, ao contrário, “compreender não é repetir o evento do discurso em evento semelhante, é gerar um novo acontecimento”. (Ricoeur, 1995, p.121). Inclusive, este novo acontecimento pode ser resistência ou recriação. O texto, cuja etimologia vem do “verbo tecer, é o entrelaçamento de palavras, linhas, orações, períodos, tecido-objeto do processo de comunicação e interação, por isso mesmo tecido que tem algo a dizer” (Brandão, 2005, p.162).

Obviamente que isso não se dá de forma tão simples, entretanto, o texto, enquanto discurso, é potencialmente um comunicador porque pode ser comum-na-dor, como também comum-causa-dor. É o enredar, criar redes, entrelaçar. Redes podem servir para socialização e acolhimento, assim como para emaranhar ou apanhar para si. Pode ser suporte ou armadilha, ambientes harmônicos ou hostis. As redes e suas ambiguidades se encaixam também nas mídias digitais, inclusive são tratadas como plataformas de Redes

Sociais, cujas interações e violências se enredam muitas vezes, provocando ambientes de aproximação, mas também de tensões e polarizações.

Literar não é simplesmente a reprodução de uma ideia, um informe, é ler, interpretar e reconstruir, portanto, tem na literatura, textos e discursos, a potência. Não é possível literar sem literatura. Nesta relação se vê as questões humanas, trabalha a tessitura da existência, possibilita resistência e resiliência em meio aos estereótipos, pois caminha na verossimilhança. “A literatura é capaz de — incorporar em si a diversidade e a multiplicidade da vida” (Böll, 1997, p.209). Nesta multiplicidade e diversidade estão os dramas, medos, alegrias, anseios, decisões, contingências, enfim, tudo aquilo que é pertinente ao existir, inclusive as contradições.

Para Antonio Candido “a função da literatura está ligada à complexidade de sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório, mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório)” (Candido, 2011, p.178,179). Esta relação humano -contradição não deveria ser estranha, afinal a contradição é inerente a condição humana, por isso a literatura lida com o contraditório, transcende o rigor científico.

As experiências carregadas de conflitos e tensões permeiam o ser humano no mundo. O caos e a ordem podem conviver na mesma casa. Isso é um problema para uma mentalidade que avalia a vida de forma maniqueísta; bem e mal, sucesso e fracasso, certo e errado, moral e imoral, geralmente com um único viés interpretativo. Isso acaba gerando pressões e provocando adoecimentos, afinal, os que não se encaixam podem ser “cancelados”.

A literatura é fermento de vida para o ato de literar.

Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente /.../A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro

a se organizar e; em seguida, a organizar o mundo” (Candido, 2011, p.178,179).

Organizar a si e organizar o mundo por meio da palavra. A chave de leitura para este papel humanizador é a vida, como afirma Levinas, o rosto do Outro: “Estar em relação face a face com o outro é ser incapaz de matar. Também é a situação do discurso/.../rosto e discurso estão amarrados. Ele fala e é nisso que se torna possível e começa todo discurso (Levinas, 1985, p.87, *apud* Butler, 2011, p.22)”.

A interpretação se dá, portanto, percebendo o outro e se fazendo percebido, construindo assim uma teia de significados na alteridade. Na interação com o outro, proporciona-se uma compreensão possível (Diniz e Pimentel, 2002). Mas, e quando a vida está em situação de vulnerabilidade e os ambientes ao seu redor são hostis e violentos? E quando para alguns o significado só pode ser unilateral, ou seja, só aceitável se estiver dentro de seu arcabouço hermenêutico? Estas chaves de leitura tendem a manter e reproduzir as vulnerabilidades, pois não vislumbram a organização de outros mundos, pelo contrário, há mundos tidos como inimigos, indignos, impuros. Um dos principais protagonistas deste viés absolutista é o fundamentalismo evangélico, o qual será discutido neste trabalho. Antes, entretanto, vale ressaltar que mesmo em meio a este aparato dogmático, a organização da palavra se faz resiliente, é potência de sentido que se constrói no lidar com outros, pois é palavra que não cabe em si. Como o poema de João Cabral de Melo Neto.

Um galo sozinho não tece manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
E o lance a outro; de um outro galo
Que o apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,

Este literar, que se tece assim na interação, como no entrecruzamento dos gritos dos galos, nas múltiplas vozes, a cada manhã, poderia acontecer também nas redes sociais entre os discursos absolutistas do fundamentalismo evangélico? Para ampliar a discussão e buscar respostas a esta pergunta se faz necessário compreender o que vem a ser o fundamentalismo evangélico, seu *ethos* cultural e sua força midiática.

3. O Fundamentalismo Evangélico

O conceito “fundamentalismo” ficou conhecido no começo do Séc. XX, nos EUA, devido a uma obra denominada *The Fundamentals: A testimony of the Truth*. (Torrey, 2003). A ideia era defender o protestantismo retratado como ortodoxo daquilo que entendiam como ameaça à fé. Dentre estas ameaças estavam o criticismo bíblico, teologia liberal, socialismo, ateísmo, evolucionismo e tudo aquilo que a modernidade apresentava. Com um método de leitura literalista das Escrituras (Bíblia), sua hermenêutica se valeu do olhar iluminista, ou seja, a Bíblia vista com uma perspectiva científica. A preocupação era provar que as passagens bíblicas eram fatos, literais, poderiam ser provadas, ignorando os possíveis métodos de leitura a partir dos gêneros literários, os quais lidam também com o poético, metafórico, com estilos literários diversos, uma vez que a Bíblia antes de tudo é literatura.

É possível perceber a contradição, pois embora a ciência fosse tida como inimiga, se utilizava o método moderno para interpretar a Bíblia. A riqueza literária se reduziu a uma leitura técnica e dogmática.

Quem era o sujeito com mente iluminista, que apontava esta hermenêutica como única possível? E por quê?

Mais bem visto como uma “mente” do que como um “corpo”, consequentemente, sua relação com o mundo exterior (à mente) é a de sujeito – objeto. Não admira que se tenha construído, a partir daí, a ideia de homem branco, europeu, adulto, educado, empreendedor, conquistador como o próprio “sujeito universal”. A concepção iluminista do sujeito prescindia dos atributos de gênero, cultura, posição socioeconômica, religião; de fato, prescindia dos “não sujeitos”, mulher, pobre, índio, negro, doente, criança, idoso etc. É este o sujeito que interpreta a Bíblia e encontra nela sua própria imagem. (Zabatiero, 2008, p.17)

Os “não sujeitos” não tiveram a mesma recepção no processo hermenêutico, uma vez que a invisibilidade e passividade não permitiram sua autonomia e direito no interpretar, até mesmo de se perceberem. A própria Bíblia retrata o drama dos excluídos, escravizados, pessoas em cativeiros, oprimidos, a vulnerabilidade e precariedade.

“Se queriam voltar ao “fundamental”, os protestantes americanos agiram de um modo peculiarmente moderno” (Armstrong, 2001, p.10). Ainda, nesta discussão, Karen Armstrong (2001, p.9) destaca que “democracia, pluralismo, tolerância religiosa, paz internacional, liberdade de expressão, separação entre Igreja e Estado – nada disso lhes interessa. Os fundamentalistas cristãos rejeitam as descobertas da biologia e da física sobre as origens da vida e afirmam que o Livro de Gênesis é cientificamente exato em todos os detalhes”.

Os diversos gêneros literários da Bíblia sendo lidos apenas sob o olhar da modernidade, reduzindo assim a riqueza de sentido que esta literatura traz. Elienai Cabral Jr afirma que falta poesia aos fundamentalistas. “Um crente fundamentalista lendo a poesia tão presente na Bíblia é como um lutador de sumô tentando jogar capoeira” (Cabral Jr., 2013, p.71). Não há sensibilidade e leveza, apenas a tentativa de manter ordem, não conseguem lidar com outras vozes, com a pluralidade.

A linguagem literária se encontra no outro extremo: ama a pluralidade e complexidade, inclui o fator pessoal do autor e leitor, atualiza conotações, desperta alusões, não retrai ambiguidades sugestivas,

prefere a novidade inesperada e a surpresa, transpõe a expressão ao plano metafórico e simbólico. (Schökel *apud* Magalhães, 2000, p.100).

Karl-Josef Kuschel (2018), em sua obra “Talvez escute Deus os poetas. A literatura enquanto desafio à fé cristã”, em seu primeiro capítulo, apresenta o diálogo de Paulo no areópago em Atenas. “Como alguns dos vossos poetas também disseram” (Atos 17:28). Nesta passagem, Kuschel destaca o diálogo entre a fé cristã e a poesia grega, mundos muito diversos naquele contexto, embora sob a vigilância do império romano. Pluralidade e diálogo entre religião e cultura. Algo que dificilmente acontece no fundamentalismo.

O fundamentalismo evangélico atual tem sido mais beligerante e pouco ou quase nada voltado à reflexão e ao diálogo. O que fica perceptível é a rápida adesão às mídias digitais e sua utilização como mecanismo de propagação de suas crenças e seu *ethos* (modo de ser) cultural. Estas crenças se dão não mais na defesa de uma teologia, mas numa ideologia, cuja finalidade é o poder, por meio de ascensão política em todos os âmbitos, seja executivo, legislativo e judiciário. As mensagens midiáticas se valem do messianismo político e teorias de conspiração, fomentando uma colonização do comportamento moral e do pensamento. Enxergam sempre uma crise ética, mas uma ética que predominantemente gira em torno de costumes, do “acobertamento, o pragmatismo, a hipocrisia e a falsa moralidade burguesa” (Gouvêa, 2021, p. 130), além da demonização das pautas que consideram inimigas.

Atrelado a isso, há uma utilização de clichês (ideias estereotipadas, chavões) dos quais tornam o discurso muito mais fácil de ser absorvido, mesmo que seja bastante questionável e até mesmo inverossímil. Os clichês dão a este discurso um tom altamente agressivo e intolerante. O fundamentalismo, embora seja fortemente presente entre os evangélicos não tem a chancela, isto é, não representa o que é ser evangélico. Como bem

destaca Leonardo Boff, “naturalmente nem todos os protestantes conservadores são fundamentalistas” (Boff, 2002, p.16).

4. Estereotipagens: as contradições do Fundamentalismo

A compreensão de estereotipagens utilizada aqui é a de Stuart Hall. Segundo ele, estereotipagem é uma prática de produção de significados. Ao discutir o conceito, Hall destaca que esta ou estas, implantam uma ideia de cisão, dividindo o normal do anormal, aceitável do inaceitável e a partir disso expelle tudo o que é diferente (Hall, 2016, p.191). Este olhar reducionista e segregador é o que define ser aceitável, normal, e também o que deve ser excluído.

O estabelecimento da normalidade (ou seja, o que é aceito como “normal”) através de tipos sociais e estereótipos é um aspecto do hábito de grupos de decisão (...) que tentam moldar toda a sociedade de acordo com sua própria visão de mundo, sistema de valores, sensibilidades e ideologia. Essa concepção de mundo está tão clara para esses grupos, que fazem com que ela pareça (como realmente parece para eles) “natural” e “inevitável” para todos e, na medida em que têm sucesso nessa empreitada, eles estabelecem sua hegemonia” (Hall, 2016, p.193).

Não se admite pluralidade, vozes diferentes, a linguagem é a do poder. Um exemplo no Brasil é a tentativa constante da bancada evangélica na Câmara dos deputados de ignorar o Estado Laico, através de propostas de pautas ideológicas, religiosas e de comportamentos (costumes), desrespeitando pensamentos e orientações divergentes. O fundamentalismo caminha de forma contrária a alteridade. Não há aceitação do que considera diferente, pois o diferente é visto como ameaça.

Para o fundamentalista, o demônio é o “outro”, isto é, o demônio é identificado com toda forma de alteridade. Em vez de dialogar com o outro, ele o hostiliza. Em vez de ver no outro o espelho através do qual ele poderia contemplar suas próprias fraquezas para seu próprio bem, o fundamentalista vê no outro (e na alteridade) uma ameaça. (Gouvêa, 2021, p.54).

Como contradiscurso, a alteridade é a percepção do outro, no outro se percebe a si. Deus é visto no rosto do outro.

A teologia começa, para mim, no rosto do próximo. A divindade de Deus dá-se no humano. Deus desce no “rosto” do outro. Reconhecer Deus é ouvir seu mandamento: “Tu não matarás” que não é somente o interdito do assassinato, mas é um apelo a uma responsabilidade incessante em relação a outrem – ser único – como se eu fosse eleito a essa responsabilidade que me dá, a mim também, a possibilidade de me reconhecer único, insubstituível, e de dizer “eu”. (Levinás, 1994b, p.202, *apud* Campos, 2016, p.1463).

É preciso ficar claro que o fundamentalismo evangélico não é a representação do ser evangélico, o que seria também uma estereotipagem. O fundamentalismo além de ser agente de estereotipagem também leva para o meio evangélico estereotipagem, pois a sociedade acaba enxergando os evangélicos de uma forma estereotipada, reduzida, como se fosse uma única voz, com os mesmos padrões. Os evangélicos são plurais, muito diversos.

5. Fundamentalismo, Redes Sociais e Violência Simbólica

O fundamentalismo evangélico propaga seu espectro ideológico fomentando a opinião de muitas pessoas nas redes sociais. Estas redes também podem ser territórios de vulnerabilidades, pois possibilitam a divulgação e propagação acelerada de agressões e violências simbólicas. Graças aos algoritmos (Quadrado; Ferreira, 2020, p.420) que distribuem e organizam a relação de dados causando o “efeito bolha”, isto é, pessoas que fazem parte destas bolhas são governadas por algoritmos, não por discernimento racional. A linguagem desta cultura midiática não tem a racionalidade como instrumento de avaliação, a passionalidade parece ser a bússola nesta midiática, próximo daquilo que Muniz Sodré (2002) chama de ciberocracia.

A internet, segundo Elienai Cabral Jr (2013, p.49), “não é uma mídia. É um espírito, ou se preferir, é uma linguagem de época /.../ um horizonte doador de sentido”. Esta linguagem de época, que se conecta em redes, aquilo que Harry Pross aponta como mídia terciária e que, mesmo nesta condição, entende que toda comunicação começa e termina no corpo (Pross *apud* Miklos, 2021, p.306) e este é entendido como conjunto de experiências, sendo assim, é possível afirmar que pode ser agente ou o alvo da violência simbólica.

Violência simbólica aqui referida se dá a partir da perspectiva de Stuart Hall, pensada dentro da estereotipagem. “Outra característica de estereotipagem é sua prática de fechamento e exclusão. Simbolicamente, ela fixa os limites e exclui tudo o que não lhe pertence”. (Hall, 2016, p. 192). A violência simbólica nas redes sociais acaba propagando ódio e intolerância, no caso com uma roupagem religiosa.

De acordo com Quadrado e Ferreira (2020), uma pesquisa na ferramenta de busca Google, em 2020, revela 36,6 milhões de entradas aproximadamente, quando se procura “discurso do ódio”, contra 8,08 milhões de entradas quando se busca “discurso de intolerância”. Destacam ainda dois tipos de agentes que propagam estes discursos, os *haters speech in form* e *haters speech in substance*. Ambos propagam mensagens preconceituosas, tendo como base o racismo, as diferenças religiosas, étnicas e de nacionalidade. Mencionam a compreensão de Rosenfeld, o qual faz distinção entre os dois conceitos. *Hater speech in form* se vale das manifestações odiosas, enquanto que o *hater speech in substance* se refere “à modalidade velada do discurso de ódio” (Quadrado; Ferreira, 2020, p.422).

Nesta “modalidade velada”, constata-se as estereotipagens, além de frases de efeito com aparência de valores religiosos, proporcionando assim uma narrativa maniqueísta, a necessidade de combater o mal se apropriando

da representação do bem. O outro não pode ser o que ele quer ser. Na mesma direção de Hall, Derrida (2006, p.293) aponta violência como “aquilo que não permite ao outro ser o que ele é, aquilo que não deixa lugar ao outro”. O Outro será sempre reduzido, uma estereotipagem.

Angela Marques amplia e ajuda a compreender estes perfis, destaca Butler ao discutir sobre enquadramento social e midiático.

O enquadramento para Butler, define os termos e os limites da inteligibilidade humana, tornando espreitado e legítimo o discurso de desumanização de certas vidas e modos de vida. Nesse sentido, os enquadramentos sociais e midiáticos /.../estabelecem uma distinção entre grupos, instituições e sujeitos, definem aqueles que são obrigados a viver no ostracismo, na humilhação e na exposição a morte, poupando aqueles reconhecidos como “seres humanos” (Marques, 2028, p.21).

Os últimos anos foram marcados por estas estereotipagens nas redes sociais, por exemplo, o discurso: “Deus, pátria e família”, uma expressão reduzida e acrítica. Afinal; que leitura sobre Deus? O que querem dizer por pátria? Não há no Novo Testamento nenhum discurso defendendo nacionalismos. O que entendem por família? Em toda a Bíblia há várias formatações de família, sempre enviesadas na cultura e tradição, mas que foram se transformando com o tempo, desde o Pentateuco até a tradição neotestamentária, inclusive se contrapondo ao modelo familiar romano. Quem são os que se encaixam e não se encaixam na perspectiva fundamentalista? São discursos que não aceitam contrariedades e críticas. Gianni Vattimo (2006, p.290) também traz uma contribuição importante sobre isso ao afirmar que “o discurso violento é a falta de discursos, de argumentação como aquilo que permite a objeção” (2006, p.290). Fundamentalismos não suportam a objeção.

Estas estereotipagens foram crescendo e tomando proporções imensas, inclusive “criando” inimigos e se alimentando da necessidade de combatê-los, fixando os limites e excluindo o que não lhes pertence. Utilizando uma linguagem bíblica é o “pouco de fermento levedando toda a

massa” (Gálatas 5:9, Bíblia). No Brasil recente, o fundamentalismo evangélico elegeu como inimigos as comunidades LGBTQIAPN+, a Esquerda (política) e as religiões de matriz africana. Além de uma perspectiva patriarcal sobre questões de gênero, em especial pautas que envolvem a mulher. O fundamentalismo se preocupa muito em manter a ordem, reproduzir a norma, o costume, não consegue lidar com o novo, com o que é atual. “É sempre ‘quenofóbico’ (o grego *Kainos*, isto é, novo) (Gouvêa, 2021, p.51). Esta “quenofobia” não aceita o literar!

Há um certo contágio entre aqueles que recebem este discurso, geralmente sem um aparato crítico. Muniz Sodré menciona Richard Dawkins, o qual comenta sobre a cultura midiática, ou seja, o *ethos* midiaticizado.

(...) um “contágio” cultural ou semiótico entre as duas ordens, o norte americano Richard Dawkins criou a noção de “meme” (derivada de uma suposta teoria denominada memetics), ou “vírus da mente”. O meme seria uma “unidade básica de imitação”, capaz de replicar um repertório cultural, assim como o gene replica uma estrutura biológica (Sodré, 2002 p.29).

Isso se alinha com a extrema direita, pois navegam na mesma bolha digital (grupos retroalimentando ideias em espaços virtuais), são parte da mesma cibercultura. Ambos utilizam as redes sociais como potência de discurso. Quadrado e Ferreira apresentam seis características de um discurso que demonstra intolerância: “o discurso do ódio; a proposição de revisionismo histórico; a utilização de argumentação depreciativa (*ad hominem*); retórica contraditória; o raciocínio maniqueísta; e a divulgação de informações falsas (*fake news*)” (Quadrado & Ferreira, 2020, p. 425).

Percebe-se nisto a estereotipagem e a violência simbólica, carregada de xenofobia, intolerância, manipulação e ódio, inclusive sugere a divisão do país, com isso fixando limites e excluindo o que entende não fazer parte. Nota-se que em nome de Deus ele aponta quem são os inimigos e traidores,

simplesmente porque não se encaixam em seu viés político. Se vê como um porta voz da moralidade e do bem. Algo completamente contraditório ao evangelho.

6. Literar e Navegar: possibilitando novos mundos nas redes sociais

Muitas feridas são causadas pelos discursos de ódio e intolerância do fundamentalismo evangélico nas redes sociais. Entre as vítimas da violência simbólica estão também as vozes discordantes dentre os evangélicos, que acabam sendo estigmatizados e tratados como traidores. Dentre várias discussões em sua obra “Para onde vai o mundo?”, Edgar Morin (2010, p.7) afirma que, “hoje, a batalha se trava no terreno do espírito”. Não se pode negar que este terreno do espírito se intensifica nas redes sociais.

Se as redes sociais são utilizadas para os discursos de intolerância, para violência simbólica, poderiam ser utilizadas também como meio de conscientização e diálogo? Como lidar com este universo cibernético? A literatura pode contribuir?

Em uma entrevista na Revista Unisinos (IHU) online, o professor Waldecy Tenório (2008) destaca que “a literatura, segundo Barthes, desafia o Pai Político e o Pai Religioso”. O autor ainda ressalta que “Platão expulsa os poetas da República, o Papa os ameaça com a excomunhão e o secretário geral do partido diz que são reacionários porque não adotam as “posições corretas” do Grande irmão” (Tenório, 2008, edição 251).

Mas quanto à internet e as redes sociais? Tenório (2008) faz menção de uma pergunta desconcertante feita por um estudante a um grande literato. “Umberto Eco nos contou a história de um estudante que, em plena aula, perguntou: “professor, na época da internet, o senhor ainda serve para alguma coisa?”. Talvez esta pergunta retrata o quanto a vida está condicionada ao mundo virtual, porém as experiências humanas atravessam este contexto e não se limitam a atender o mercado ou armazenar

informações. Por isso, Tenório afirma que “o ato pedagógico tem a ver com outras águas, tem a ver com a correnteza principal do rio que fertiliza a condição humana/.../a educação deve entrar no cenário da cultura como antídoto para o esquecimento do ser.” (Tenório, 2008, edição 251).

Estas águas, rios que fertilizam a condição humana, também atravessam as redes sociais. O termo utilizado para o lidar com a internet é “navegar”. Em navegação há travessias, há os perigos, mas também há descobertas e conhecimentos. Se os discursos de ódio são fertilizados, a vida também não poderia ser? A questão talvez seja em como fertilizar a vida. Michele Petit em seu livro “A arte de ler ou como resistir a adversidade”, logo no primeiro capítulo, cujo título é “Tudo começa pela recepção” traz uma citação de Antonio Porchia: “Aquilo que é meu, eu sempre consigo de outras mãos” (Petit, 2009, p.18). Não há, portanto, um “meu” sem os outros.

Acreditar que é possível resistir aos discursos de intolerância, as estereotipagens e violência simbólica através do literar, mesmo em redes sociais, com textos breves e diálogos, se faz importante. Utilizando uma linguagem bíblica, é o pequeno grão de mostarda que se torna a maior das hortaliças (Mateus 13:31,32). Semente tem potência de vida, mas deve ser plantada. Mesmo que a recepção seja hostil por muitos, há sempre a possibilidade de conscientizar e apontar outros caminhos, como o da alteridade. Petit menciona livros que são transportados de barco desde o Chile e até em algumas regiões do Brasil. Ela cita a iraniana Noush-Afarin Ansari, a qual afirma: “os livros adoram a errância, e os que ficam nas bibliotecas são livros tristes” (2009, p.18). Ficar estático é tristeza, textos são errantes, devem navegar, mediados sim, mesmo em águas virtuais.

Nesta diáspora cibernética, os ‘*memes*’ peregrinos e textos curtos podem auxiliar na construção de diálogos. Não é possível mais pensar o mundo sem levar em consideração as redes sociais. Estas dão voz, algumas vozes machucam, violentam, mas outras levam paz, amparo, solidariedade.

As crises humanas não se limitam ao espaço físico, transpassam o mundo virtual. Como afirma Michele Petit: “Hoje, é possível dizer que o mundo inteiro é um espaço em crise”. (Petit, 2009, p.18). Por mundo, não se pode esquecer do mundo das redes sociais, o qual também ecoa a condição humana.

Literar nas redes sociais pode ser uma construção de pontes, diálogos e interações. Breves contações de histórias, inclusive sobre paz, justiça, respeito e tolerância. Para isso é necessário lidar com as peculiaridades das redes sociais, sensibilidade humana e alteridade como contradiscurso à intolerância do fundamentalismo evangélico. Importante pensar quem é o outro nas redes sociais. Que rosto está por trás das interações? Que precariedades são possíveis perceber?

De forma criativa apresentar o diálogo entre cultura, ciência, literatura, arte e religião, lidar de maneira crítica com as estereotipagens e encontrar a vida, não uma redução ou uma representação. Harry Pross (1997, p.14) cita as palavras de Fausto, de Goethe: “Captamos a vida no seu colorido brilho celeste”. Em meio a intolerância e a violência nas redes sociais, o grande desafio é captar a vida, enxergar seu colorido brilho e potencializar esta vida. Algumas maneiras seriam a fomentação de canais de escuta, como *podcast*, canais no *YouTube* com vídeos longos e shorts, além de *reels* no *Instagram*, que possibilitem interação e diálogo para adolescentes e jovens. A abordagem de temas que são tabus ou temas considerados inapropriados nos meios fundamentalistas, sempre lidando com o respeito. Dentro destes canais, apresentar de forma pedagógica as possibilidades de interpretações e a construção destes métodos de leitura, contribuindo para um olhar mais maduro e consciente dos textos bíblicos e da literatura em geral, fazendo o exercício do Literar.

Obviamente que este exercício do literar nas redes sociais não atende de maneira abrangente, sobretudo por se tratar de um mundo fragmentado,

superficial e diluído neste *ethos* midiaticizado (Sodré, 2002, p.29). Entretanto, o literar pode auxiliar na conscientização daqueles que transitam no meio religioso, sobretudo evangélicos, e que ainda não foram absorvidos pelo jugo do fundamentalismo e ao mesmo tempo enxergar a leveza, a poesia, na alteridade. Como afirma o texto bíblico: “Não se amoldem ao padrão deste mundo, mas transformem-se pela renovação da sua mente (...)” (Romanos 12:2). Por mundo (grego *aion*) que também pode ser traduzido por tempo, era, século ou espírito de época. Uma época de pouca racionalidade, muita intolerância e um *ethos* midiaticizado. Mente renovada não acontece com discursos de intolerância, estereotipagens e violência simbólica nas redes sociais, mas com a percepção do outro como contradiscurso à intolerância

7. Considerações Finais

A presente pesquisa se propôs a refletir o significado de Literar e sua contribuição para a percepção do outro. De forma interdisciplinar e através de diálogo entre vários autores, a pesquisa também tentou responder se é possível Literar nas redes sociais em meio aos discursos de intolerância do fundamentalismo evangélico, frente aos desafios deste “contágio” cultural (Sodré, 2002, p.29), que se intensifica nas redes sociais em um mundo cada vez mais fragmentado e pouco afeito a racionalidade. É possível através do Literar, ressignificar mentalidades, através da literatura, textos e discursos, percebendo o outro e a si mesmo. Entretanto, nas redes sociais, o Literar acontece por meios de canais, recursos midiáticos e digitais, tendo em mente que se as redes sociais são utilizadas para propagar intolerância nos discursos do fundamentalismo evangélico, também pode ser utilizada para fomentar, de forma criativa e respeitosa, a alteridade, ou seja, perceber o outro.

O fundamentalismo evangélico não é a representação do ser evangélico, mas se apropria da identidade, negando o legado histórico, plural e teológico do protestantismo. O Literar nas redes não atenderá todas as

demandas, mas pode auxiliar as pessoas que transitam nos meios religiosos, sobretudo no meio evangélico, que não se fecharam ao absolutismo do fundamentalismo e navegam nestas redes. Por meio de canais, como *YouTube* e conversas em *podcast*, sempre com temas vinculados a este público, de forma que levem a reflexão, intercambiando Bíblia, ciência, literatura, arte e cultura, com uma linguagem simples e criativa. Obviamente que não é possível definir o alcance, pois o cenário é bastante complexo, entretanto, o Literar nas redes sociais tende a contribuir como espaço pedagógico e dialogal.

REFERÊNCIAS

ARMNSTRONG, Karen. **Em nome de Deus:** o Fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

BOFF, Leondardo. **Fundamentalismo.** A globalização e o futuro da humanidade. Rio de Janeiro, Sextante, 2002.

BÖLL, Henrich apud SOETHE, Paulo Astor. Henrich Böll e a legitimação teológica do discurso literário. **Perspectiva teológica.** Ano XXIX, nº 78, maio a agosto, 1997, p.209.

BRANDÃO, Eli. ...E o divino se fez verbo: conjunções entre símbolos e metáfora. **Estudos de Religião 29.** Revista Semestral de Estudos e Pesquisas em Religião. Ano XIX, dezembro de 2005, São Bernardo do campo, SP: Metodista.

BUTLER, Judith. Vida Precária. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. Revisão de Richard Miskolci. **Contemporânea. Revista de Sociologia da UFScar**, n.1, p.13-33. Jan-Jun 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3> Acesso em 27 de outubro de 2023

CABRAL JR, Elienai. **E se alguém acender a luz?** Desiludir-se com crenças, reencantar-se com a fé. São Paulo: Fonte Editorial/Doxa, 2013.

CAMPOS, Fabiano Victor. **Levinas e a teologia.** Horizonte – PUC Minas, Belo Horizonte, v.14, n.44, p. 1460-1494, out./dez.2016. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.21755841.2016v14n44p1460> Acesso em 18 de outubro de 2023.

CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã.** Tradução Israel Belo de Azevedo. 2 ed. São Paulo. Vida nova, 1995.

CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. 5ª edição corrigida pelo autor. Ouro azul. Rio de Janeiro, 2011.

DERRIDA, Jacques; VATTIMO, Gianni. **Da violência e da beleza. Diálogo entre Jacques Derrida e Gianni Vattimo**. Tradução Rossano Pecoraro. Revista Alceu (PUC-RJ), vol.7, n.13, pp 284-294, jul/dez.2006. Disponível em: <http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=356&sid=9> Acesso em 28 de outubro de 2023.

DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima et al. **Redes, Sociedades e Territórios**. 3ª Edição. Santa Cruz do Sul. Edunisc, 2021.

DINIZ, Caetano da Providência Santos; PIMENTEL, Adelma do Socorro Gonçalves. Uma Proposta metodológica para Análise do Discurso baseada na hermenêutica de Paul Ricoeur. **Psicologia em Pesquisa versão online** vol.16 n1 Juiz de Fora Jan/abr 2022. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/sciele.php. Acesso em 18 de outubro de 2023.

GABATZ, Celso; HANKE, Ezequiel. O Lugar das religiões no debate público da contemporaneidade: laicidade, diversidades e fundamentalismo(s). **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo. V.45, n.01. p.07-26, jan/jun 2019. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp> Acesso em 14 de novembro de 2023

GOUVÊA, Ricardo Quadros. **Piedade Pervertida**. Um manifesto Antifundamentalista em nome de uma Teologia de Transformação. São Paulo. Recriar, 2021.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro. Apicuri, 2016.

KUSCHEL, Karl-Joseph. **Talvez escute Deus os poetas**. A literatura enquanto desafio a fé cristã. Lisboa. Universidade Católica Editora, 2018.

MAGALHÃES, Antonio. **Deus no espelho das palavras**. Teologia e literatura em diálogo. São Paulo. Paulinas, 2000.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro - organizadora. **Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas**. Belo Horizonte, MG. PPGCOM UFMG, 2018.

MIKLOS, Jorge; SOUZA, Ronivaldo Moreira de. **Religião e Mídia**: um ensaio sobre as (trans)formações do sagrado midiaticizado. REU, Sorocaba, SP, v.47, p.299-318, dez.2021. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/4783> Acesso em 20 de Outubro de 2023.

MORIN, Edgar. **Para onde vai o mundo?** Tradução de Francisco Morás. Petrópolis. Vozes, 2010.

NETO, João Cabral. **Obra Completa**. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1999.

NETO, Ruppenthal Wilibaldo; NASCIMENTO, Lucas Merlo (Org.) **O Ser humano no Antigo Testamento**: ensaios de antropologia bíblica. São Paulo. Recriar, 2020.

PETIT, Michele. **A arte de ler ou como resistir a adversidade**. Tradução Arthur Bueno e Camila Boldrini. Ed.34, 2009.

PROSS, Harry. **A Sociedade do Protesto**. Tradução: Peter Naumann. São Paulo. Annablume, 1997.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.23, n.3, p. 419-428, set.dez.2020.Disponível em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/198202592020v23n3p419> Acesso em 20 de Outubro de 2023

RICOUER, Paul. **Teoria da Interpretação**. Porto. Porto Editora, 1995.

ROCHA, Lucas. <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mais-de-26-dos-brasileiros-tem-diagnostico-de-ansiedade-diz-estudo/> Acesso em 10 de Agosto de 2023.

SANTOS, Soraia Vieira [et.al]. **Literar com a infância no enfrentamento do (des)conhecido**. Goiânia. Cegraf UFG, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/literar-com-infancia/index.html> Acesso em 13 de outubro de 2023

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. Uma teoria da comunicação linear em rede. Petrópolis. Vozes, 2002.

TENÓRIO, Waldecy. Meu Deus, meu conflito. **Teologia e literatura**. Revista online do instituto Humanitas Unisinos. Edição 251, 17 de março 2008. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/1635-waldecy-tenorio-2>. Acesso em 18 de outubro de 2023

TORREY, R.A. **The Fundamentals: A Testimony to the truth**. Baker Pub Group. 2003

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. Hemenêutica fundamentalista: uma estética do interpretar. **Estudos de Religião**, Ano XXII, n.25 p.17, jul/dez.2008

CAPÍTULO 17



A dança do universo consciente: o papel das mudanças nas tecnologias de comunicação e das ferramentas literárias do jornalismo científico sobre a perspectiva de Marcelo Gleiser

Cristiano Otaviano (UFSJ)

Pedro Bustamante Teixeira (UFJF)

RESUMO: Quase três décadas separam o lançamento do primeiro livro de Marcelo Gleiser, *A dança do universo* (1997), e a publicação de sua mais recente obra, *O despertar do universo consciente* (2024). O objetivo do presente trabalho é, a partir dos dois textos, realizar uma reflexão sobre as continuidades e transformações na escrita e na perspectiva do físico brasileiro, sob dois pontos de vista: (a) as transições tecnológicas na observação do universo e na comunicação e sua influência sobre o olhar do autor sobre o universo, a ciência e a Terra; (b) a utilização e refinamento de técnicas literárias na construção de textos sobre ciência. Entre outros, fazem parte do referencial teórico autores como Marshall McLuhan, Eduardo Subirats, Carl Sagan, Fabíola de Oliveira e Warren Burkett.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Científico; Astronomia; Tecnologias; Literatura; Progresso.

1. Introdução

A história de nossa perspectiva sobre o universo é, também, a história das ferramentas que criamos para observá-lo e, conseqüentemente, compreendê-lo. Se é certo dizer que a beleza está nos olhos de quem vê, é coerente concluir que qualquer prótese sobre nossos olhos levará a uma mudança de nossos conceitos sobre o belo. Novas lentes fazem com que o horizonte se expanda, com que detalhes se revelem, o que, por fim, nos modifica.

Especificando a perspectiva dos estudiosos de McLuhan: os homens criam próteses para os olhos, as próteses para os olhos recriam o olhar dos homens. Se isso vale para os efeitos que as câmeras e telas dos smartphones produzem sobre nós, por que não valeria para o efeito dos telescópios sobre a visão dos astrônomos, dos físicos e de qualquer um que decidiu contemplar os céus?

Assim, por milênios, observamos a abóbada celeste e buscamos dar significado aos objetos que conseguíamos identificar. Geração após geração, esquadrihamos o comportamento de cada estrelinha visível, de cada fenômeno. A partir daí, criamos hipóteses. Hipóteses que, para muitos de nós, se tornaram certezas. Dogmaticamente, afirmamos: somos o centro de tudo, o umbigo do universo.

Aí veio a revolução copernicana dos céus. Veio Galileu. Vieram os telescópios, extensões dos nossos olhos que foram levando o horizonte para longe, longe, longe... Perdemos a centralidade para o Sol, o Sistema Solar perdeu a centralidade da Via Láctea, a Via Láctea tornou-se só mais uma entre bilhões e bilhões de galáxias, espalhadas num universo em expansão. Atônitos, observamos o imensurável que nos cercava. Como uma criança que, em meio a uma enorme cidade, se desgarra dos pais e espreita em volta, com os lábios caídos.

A partir de diferentes prismas, passagens dessa história são contadas em dois livros do físico brasileiro Marcelo Gleiser. Um é sua obra de estreia, *A dança do universo* (1997). O outro, *O despertar do universo consciente* (2024), acaba de ser publicado. A dividir os dois, não somente 27 anos, mas o surgimento de novas máquinas de visão, de novos telescópios que permitiram olhar mais de perto as casas e os prédios dessa cidade/universo, espiar apartamentos e quartos em busca de seus habitantes. A dividir os dois,

o fato de que Gleiser evidentemente dá sentidos totalmente diferentes à única palavra que se repete nos títulos: universo.

O primeiro objetivo do presente trabalho é analisar a influência dessa mudança tecnológica – o surgimento de novos telescópios, capazes de detectar planetas em torno de outras estrelas e estudar diversas de suas características – sobre as perspectivas de Gleiser. Tal análise utilizará como referência autores que consideram a influência das tecnologias sobre nossa perspectiva, tendo Marshall McLuhan como ponto de partida. Por outro lado, dado que Gleiser coloca em pauta nossa perspectiva sobre o progresso, serão utilizados autores que debatem o tema, como Eduardo Subirats.

O segundo objetivo do trabalho é debater as continuidades e transformações da construção discursiva de Marcelo Gleiser, nos dois textos. A tradução da pesquisa científica em material que possa ser compreendido pelas massas é um dos grandes desafios do jornalismo científico. Comumente, são empregadas ferramentas discursivas da literatura. Pensar a forma como um renomado divulgador científico, com atuação em diversos veículos de comunicação da imprensa brasileira e internacional, realiza esse processo é de evidente importância para essa área do jornalismo. Para realizar esse debate, serão acessadas as reflexões estruturadas por divulgadores científicos como Carl Sagan e por estudiosos do jornalismo científico, como Fabíola de Oliveira e Warren Burkett.

2. A Dança está nos olhos de quem vê

Os dois livros de Marcelo Gleiser que compõem o corpus do presente trabalho compartilham mais do que a palavra em comum em seus títulos. *A dança do universo* (1997) e *O despertar do universo consciente* (2024) também apresentam diversas semelhanças na construção dos capítulos e no ordenamento das questões. Em ambos, há uma busca por falar sobre o

universo a partir de ideias e saberes tradicionais, que são ordenados cronologicamente e de forma respeitosa, compreendendo que foram estruturados conforme as limitações tecnológicas de cada época.

O primeiro sintoma do diálogo entre as obras pode ser percebido já nas capas escolhidas para suas primeiras edições (Figura 1). Por um lado, *A dança do universo*, lançada em 1997 pela Companhia das Letras, tem como cartão de visitas um detalhe de *Noite Estrelada*, de Van Gogh, em que se vê a imagem de um céu noturno sobre uma cidade. Por outro, a encadernação de *O despertar do universo consciente* traz como fachada a fotografia de um homem sobre uma elevação natural, um platô, de braços abertos para o alto, em que se divisa nossa Lua, encaminhando-se para o quarto crescente, e algumas estrelas. Cenas muitíssimo semelhantes, indicando os pontos de diálogo entre os dois livros.

Por outro lado, há que se considerar duas diferenças, que irão se refletir no conteúdo das obras. Em primeiro lugar, enquanto *A dança do universo* representa a humanidade através de um casario, indicando a civilização construída pela nossa espécie como espectadora dos fenômenos que ocorrem nos céus, *O despertar do universo consciente* traz para o primeiro plano um ser humano em meio à natureza, mostrando que somos parte da evolução da vida no próprio universo. Um segundo aspecto interessante é que o livro de estreia de Gleiser, através da capa escolhida, coloca em destaque os céus, os astros que compõem o universo sobre nossas cabeças. Já no último livro, ainda que ocupe igual parcela da capa, essa parte tem poucas estrelas e um pequeno quarto crescente, indicando destaque na testemunha da dança.

Figura 1 – Capas de *A dança do universo* e de *O despertar do universo consciente*



Fonte: divulgação

Já observando os textos, encontramos outros pontos de proximidade. Há, nos dois casos, a descrição do natural assombro com que nossos antepassados distantes, por milênios, acompanharam a “dança” dos astros que povoam nosso céu (notadamente o noturno). Em seguida, é narrado o surgimento de explicações místicas – algumas das quais se tornaram dogmas religiosos – para o grande “bailado” sobre nossas cabeças. Por fim, são listados as ideias e os instrumentos que permitiram decifrar muitas das regras desse baile em que, conforme demonstrou Edwin Hubble, há trilhões de dançarinos. E o salão não para de se expandir.

O Grande Debate fora finalmente concluído, após séculos de especulação. Vivemos num Universo povoado por um número gigantesco de galáxias, espalhadas pela vastidão do espaço cósmico. Nossa galáxia, a Via Láctea, é apenas uma entre bilhões de outras, sendo sua posição

perfeitamente irrelevante. Nosso planeta não ocupa uma posição especial no sistema solar, nosso Sol não ocupa uma posição especial em nossa galáxia, e nossa galáxia não ocupa uma posição especial no Universo. O que temos de especial é a habilidade de nos maravilharmos com a beleza do cosmo. (Gleiser, 1997, p. 283)

A última frase da citação acima é um indício que permite entendermos por que Gleiser, quase trinta anos depois, refaz o mesmo percurso, em diversos temas de *O despertar do universo consciente*: o ponto de vista. Na primeira obra, o foco é no baile, na coreografia fantástica que povoa os céus que nos cercam. Na segunda, o foco é na única testemunha conhecida capaz de apreciar e entender esse baile: nós.

Um dos principais motivos para tal guinada são os avanços tecnológicos das últimas décadas. Eles têm feito, na percepção de Gleiser, com que se perceba que a vida inteligente e tecnológica, como a humana, é extremamente rara. Por isso, de certa forma, a grande maravilha da dança do universo são nossos olhos, capazes de compreendê-la. É isso que ele afirma para contraditar aqueles que se entristecem com a falta de evidências de vida extraterrestre:

(...) o que sugiro neste livro é virar esse argumento ao avesso. Em vez de lamentar a ausência de vida extraterrestre e temer a possibilidade de estarmos sós no universo, devemos celebrar a vida que existe aqui e usar o que aprendemos sobre ela para recontar a história de quem somos. A vida que ocorre na Terra é preciosa e rara, e nós somos a única espécie que tem consciência disso. Nosso planeta é uma esfera azul flutuando na vastidão gelada do espaço em um cosmo que pouco liga para nossa existência. O universo não liga para nada. Mas nós ligamos. (...) O universo só tem uma história porque estamos aqui para contá-la (Gleiser, 2024, p. 198).

Recorrendo à metáfora usada pelo próprio Gleiser: se o universo dança, é porque temos olhos para ver esse bailado. Com tal percepção – que se constituiu a partir de uma hipótese sobre a vida no universo, a da *Terra rara* – o físico propõe uma guinada na noção de que nosso planeta é

mediocre, de que o que nossas possibilidades são medíocres. Não, somos uma oportunidade raríssima, talvez única. Quase quatorze anos depois do Big Bang, o universo pôde olhar para si mesmo: “o universo despertou quando a vida se tornou capaz de contar a própria história” (Ibidem, p. 199).

3. Me Vejo no que vejo

“Me vejo no que vejo / Como entrar por meus olhos / Em um olho mais límpido”: os versos que constituem a abertura de *Blanco*, versão de Haroldo de Campos para um poema de Octavio Paz – e que se tornaram canção na voz de Marisa Monte – bem poderiam resumir a história da percepção humana sobre o universo. Cada evolução na tecnologia produziu um “olho mais límpido” para contemplarmos o céu, modificando a forma como percebemos nossa posição no cosmos. Noutras palavras, “um telescópio é uma extensão do olho”, como afirma McLuhan (2005, p. 270).

O filósofo canadense constitui um interessante instrumental teórico para pensarmos a forma como Gleiser explica o universo. Já no primeiro capítulo de sua mais conhecida obra – *Os meios de comunicação como extensões do homem* (2005) – ele afirma:

(...) para efeitos práticos e operacionais, o meio é a mensagem. Isto apenas significa que as consequências sociais e pessoais de qualquer meio — ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos — constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos. (McLuhan, 2005, p. 15)

Há poucos contextos em que a afirmativa de que “o meio é uma mensagem” faz mais sentido do que ao considerarmos os efeitos dos telescópios (e suas evoluções) na percepção da humanidade sobre si mesma. A ideia que temos de nosso lugar no real foi profundamente modificada por essas invenções, com reflexos em toda a sociedade. “Perceber é conceber / Águas de pensamentos / Sou a criatura / Do que vejo”: este outro trecho de

Blanco nos lembra que, coletivamente, fomos produtos daquilo que éramos capazes de conceber, a partir de nossa percepção.

Quando o meio que tínhamos eram nossos olhos, tudo o que estava nos céus parecia girar à nossa volta: o Sol, a Lua, os planetas, as estrelas. Com o telescópio, impôs-se como evidente a realidade daquilo que Copérnico dissera: a Terra e os demais planetas giram em torno do Sol. A evolução dos telescópios fez com que percebêssemos mais e mais a complexidade dos sistemas estelares que se estendem pela Via Láctea e além. Parecia que a vida era algo banal e que éramos um dos infinitos experimentos fadados ao fracasso.

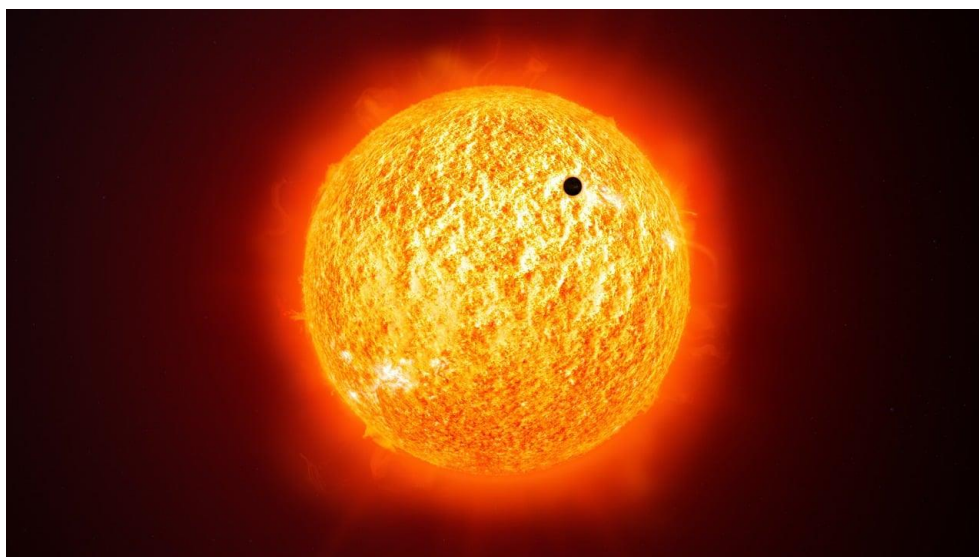
A libertação da indigência material (...) se converteu (...) num vazio slogan propagandístico diante da realidade institucionalmente complexa e não-transparente do desenvolvimento científico. (...) E aquela visão emancipadora da civilização com que o humanismo científico havia sonhado, desde a revolução copernicana dos céus até a concepção moderna do progresso, foi trocada pela perspectiva do ocaso da história e do homem. (Subirats, 1989, p. 37-8)

Como bem descreve Subirats, da revolução copernicana dos céus resultou – ainda que isso nada tenha a ver com Copérnico, como bem pontua Gleiser – uma perspectiva negativa sobre a humanidade. Passamos a nos ver como astronomicamente medíocres. No entanto, depois de séculos que pareciam corroborar essas percepções, outras evidências foram surgindo em direção contrária.

O início dessa consciência se deu, segundo Gleiser, quando descobrimos que os nossos planetas vizinhos não são os oásis fantasiados pela ficção científica da primeira metade do século XX: “hoje sabemos (...) que a probabilidade de encontrar vida em outros planetas do sistema solar é extremamente baixa” (Gleiser, 2024, p. 115). Tal percepção seria reforçada com o surgimento de telescópios que puderam descobrir e sondar planetas em outras estrelas (nomeados como exoplanetas). Isso ocorreu graças ao

desenvolvimento de diversas técnicas. Uma delas é a do *trânsito*, em que o equipamento detecta a diminuição do brilho do astro ocasionada pela passagem de um planeta em frente a ele, sob nosso ponto de vista (Figura 2). O tempo que demora para o fenômeno se repetir define o período orbital (duração do ano) do astro.

Figura 2 – Trânsito planetário



Fonte: Pixabay

Passadas três décadas, mais de 5000 exoplanetas foram confirmados, mas nenhum traz profunda semelhança com o nosso. Ganha corpo (e evidências) a ideia de que astros como a Terra são raros. Talvez, raríssimos. Isso sem contar a história de nosso lar, evidentemente irrepetível. De um entusiasmo inicial com novas descobertas, Gleiser (2024, p. 150, grifos do autor) chega a uma percepção: “Nosso mundo é único. Existe apenas *uma* Terra na nossa galáxia e, arrisco dizer, *no universo visível inteiro*. Não existe um clone da Terra. A presença da vida muda tudo, afetando o planeta como um todo de uma forma única e não duplicável”.

A mesma tecnologia que nos tirou do centro permite que, de outra forma, voltemos a nos perceber como especiais. O universo é imenso, mas

somos o único planeta conhecido que tem consciência disso. A valorização dessa posição e a defesa dessa Terra contra nossa própria imaturidade é o objetivo manifesto do livro de Gleiser.

4. Ciência como Poesia

Marcelo Gleiser é um dos físicos mais respeitados do mundo na atualidade. Com um percurso acadêmico sólido, é professor e pesquisador da Faculdade de Dartmouth, nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, marcou sua trajetória pela tentativa de estabelecer pontes entre a academia e a sociedade, esforço que em 2019 lhe rendeu o Prêmio Templeton, considerado o “Nobel da Espiritualidade”. Foi o primeiro latino-americano a receber tal homenagem.

A busca por falar sobre ciência ao grande público tem diversas facetas. Uma delas é a produção de livros. Já são mais de dez publicados, incluindo os dois que são objetos do presente trabalho. Gleiser também tem atuação marcante na imprensa brasileira. Entre outras coisas, manteve por mais que duas décadas uma coluna na Folha de São Paulo e apresentou quadros no programa *Fantástico*, da TV Globo. Ao mesmo tempo, o cientista tem um canal de divulgação científica no *YouTube*. Lá, em meio a diferentes materiais, estruturou uma série de vídeos com um título peculiar: “Física para poetas”.

Mais que um nome chamativo, tal produção – que é homônima de uma disciplina ministrada por ele em Dartmouth – revela uma profunda consciência da necessidade de tradução da ciência para a população. Semelhante empreitada pressupõe o uso de instrumentos que permitam reconstituir conceitos complexos em imagens palatáveis para multidões que não possuem conhecimento técnico sobre essa ou aquela área. Algo que funcionará como resposta a necessidades prementes das pessoas, como

diagnostica Carl Sagan em *O mundo assombrado pelos demônios* (2006, p. 18):

Em todo mundo, existe um enorme número de pessoas inteligentes e até talentosas que nutrem uma paixão pela ciência. Mas essa paixão não é correspondida. Os levantamentos sugerem que 95% dos norte-americanos são “cientificamente analfabetos” (Sagan, 2006, p. 18).

Na verdade, de certa forma, esse número é maior, pois mesmo os cientistas precisam de instrumentos discursivos para entender alguma outra área da ciência, hoje tão especializada, que não dominam. Se não, de resto sobra a opacidade, o que nos lembra a frase com que Merleau-Ponty (2014, p. 7) inicia *O olho e o espírito*: “a ciência manipula as coisas e renuncia a habitá-las”.

Outros autores reiteram a necessidade superar esse fosso. Inclusive para que se construa uma sociedade realmente democrática. É o caso da jornalista Alícia Ivanissevich, que deplora as críticas da comunidade científica à falta de sintonia da população com a academia. Para ela, muitos cientistas não compreendem que deles deve partir, essencialmente, a iniciativa de reduzir esse fosso:

É hora de a comunidade científica sair de sua torre de marfim – para usar um chavão da área – e divulgar seus resultados de pesquisa para a sociedade. Afinal, é a própria sociedade que financia, indiretamente, por meio de impostos, os estudos científicos. Esse conhecimento, entretanto, deve ser apresentado de forma agradável e compreensível para o público; caso contrário, qualquer esforço de divulgação será em vão (Ivanissevich, 2005, p. 20).

É aí que entram os instrumentos literários como ferramentas para o jornalismo científico. Warren Burket (1990), Fabíola de Oliveira (2007) e diversos outros autores listam vários deles, que funcionam como verdadeiras pontes que permitem aproximar o leitor dos cada vez mais complexos conceitos científicos. Dadas as limitações que temos para o presente

trabalho, citaremos dois deles, presentes na obra de Gleiser: a metáfora e a ficcionalização.

Na literatura de divulgação científica, as metáforas são consideradas essenciais para traduzir conceitos. É o que comenta Cláudio Bertolli Filho (2006, p. 4-5), ao afirmar que “para melhor comunicar os fatos da ciência, os jornalistas recorrem a múltiplas estratégias permitidas pela linguagem, inclusive uma profusão de metáforas e analogias”. Mais à frente, num contraponto, o autor comenta que este recurso é visto com reservas por cientistas, pois pode “levar a erros e simplificações interpretativas de suas ideias” (Ibidem, p. 5).

Todavia, cabe ressaltar que o *Manual de edição em Jornalismo Científico*, editado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), afirma que “analogias e metáforas são (...) ferramentas para tornar os números relacionáveis” (Knight Science Journalism Program, 2020, p. 61). Para exemplificar seu uso, é citado o exemplo de uma fita de DNA, que possui cerca de 6,5 bilhões de pares de bases:

Esse é um número muito grande que, para a maioria das pessoas, é difícil de dimensionar. Para criar uma referência, pode-se comparar uma fita de DNA à obra Guerra e Paz, do escritor Liev Tolstói. O romance contém cerca de 2,5 milhões de caracteres, o que significa que cada uma de nossas células contém um texto que é tão longo quanto 2.600 cópias dessa obra-prima da literatura russa. (Ibidem)

Na verdade, fato é que muitas metáforas se popularizaram e foram usadas pelos próprios cientistas para propagarem suas pesquisas, como o “gato de Schrödinger” ou o nome “buraco negro”. Conhecedor dessas necessidades, Gleiser produz obras ricas em metáforas. O título do livro de estreia já revela essa consciência, que se espalha pelo texto, na tradução poética de conceitos, como no exemplo abaixo:

A plasticidade do espaço-tempo, alicerce fundamental da relatividade geral, é maravilhosamente expressa na expansão do Universo. Carregadas pela geometria em expansão, bilhões de galáxias decoram, com sua infinita riqueza de luz e forma, a imensidão crescente do espaço. O Universo é uma entidade dinâmica, dançando a dança do devir, da transformação. Em todas as escalas, dos componentes mais minúsculos da matéria até o Universo como um todo, movimento e transformação emergem como símbolos da nova visão de mundo, substituindo a visão rígida da física clássica. (Gleiser, 1997, p. 357)

Por outro lado, há outras estratégias, como a ficcionalização/dramatização (calcada em elementos reais) de cenas centrais da história da ciência, como forma de aproximar o leitor. Trata-se de recurso muito utilizado em livros-reportagem, que pode servir para ajudar as pessoas a entenderem melhor a extensão de certos fatos. É o que ocorre, por exemplo, nas páginas iniciais de *O despertar do universo consciente*, quando somos transportados para o momento em que Copérnico recebe uma cópia de sua obra-prima, finalmente publicada. Assim começa o texto de Gleiser:

Paralisado por um derrame, o velho e solitário astrônomo passava os dias refletindo sobre o universo, deitado em sua cama, no alto da torre onde morava. À noite, com grande esforço, erguia a cabeça o suficiente para contemplar o céu noturno que surgia enquadrado pela janela. Seus olhos vagavam pela escuridão como dois planetas, vasculhando as profundezas do espaço. As estrelas eram a sua casa, onde estava mais próximo de Deus (Gleiser, 2024, p. 27).

Sem criar fantasias, o texto de Gleiser constrói empatia com uma das figuras mais emblemáticas da história da ciência. Mais que ficção, é uma reconstituição de um importante momento histórico. Um portal que transporta o leitor para um momento perdido no tempo, mas que ecoa até hoje. Tais recursos são muito úteis para entendermos o significado dos eventos, mormente dos científicos, que comumente parecem áridos, inacessíveis. Necessidade que Edgar Morin diagnosticou ao falar de *projeção e identificação*, tema para um debate posterior, mais alongado.

5. Considerações Finais

Quem assiste ao filme *Tempos Modernos*, de Charlie Chaplin, se vê diante de um roteiro que traduz uma impressão muito comum no mundo contemporâneo: estamos sendo carregados pelo processo de modernização, qual folhas secas carregadas pelo vento. Tal sensação de desamparo só aumenta frente a representações catastróficas do futuro, alardeadas por previsões pessimistas, que se espalham pela ficção científica.

Nesse contexto, a busca por socializar o conhecimento é essencial, pois permite que mais camadas da sociedade absorvam repertório para produzir uma reflexão qualificada sobre as técnicas que construímos, os efeitos delas sobre nós e as margens de manobra que nos são possíveis. Esse é o papel do jornalismo científico. No entanto, José Marques de Melo e José Hamilton Ribeiro veem percalços em tal caminho:

Seu exercício esbarra, de maneira cristalina e inevitável, nas ‘relações de poder’ que se estabelecem entre cientistas e jornalistas, estes figurando como ‘newsmakers’, propensos a socializar o conhecimento erudito, e aqueles atuando como ‘gatekeepers’, nem sempre dispostos a facilitar a popularização da ciência. (Melo, Ribeiro, 2014, p. 40)

A experiência mostra que essa afirmativa deve ser relativizada, pois por vezes o jornalismo científico mal realizado pode levar a distorções na divulgação de notícias dessa editoria. Basta analisar o que foi publicado durante a pandemia de Covid-19 para identificar tal situação. Tal período, aliás, constitui um repositório riquíssimo de exemplos positivos e negativos de cobertura jornalística.

De toda maneira, a reflexão de Marques de Melo toca um ponto nevrálgico e a atuação de cientistas como Marcelo Gleiser ganha papel estratégico para servir como conexão entre esses dois pólos. Se, retomando Merleau-Ponty (cf. item 4), vivemos num mundo manipulado pela ciência, é preciso que os profissionais que labutam nessa área compreendam que seu

papel não se reduz à pesquisa: há uma responsabilidade social pelo resultado, a fim de que se evite a sensação de abandono citada pelo filósofo francês.

É também contra isso que Gleiser se volta, principalmente no último livro. Como coautores dessas tecnologias, precisamos compreender nossas possibilidades, precisamos perceber nossa grandeza coletiva e o tesouro que é o planeta em que vivemos. Entendendo o que o progresso fez conosco, realinhar os rumos do progresso. É um caminho difícil. Por isso, *O despertar do universo consciente* é também um manifesto. Para tomar as rédeas do destino das técnicas que criamos e que nos assombram, para produzir as pontes entre ciência e sociedade (essência do jornalismo científico) precisamos de leveza. Precisamos de poesia.

REFERÊNCIAS

BERTOLI FILHO, Claudio. **Elementos fundamentais para a prática do jornalismo científico**. 2006. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, UNESP. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/bertolli-claudio-elementos-fundamentais-jornalismocientifico.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BURKET, Warren. **Jornalismo Científico**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

GLEISER, Marcelo. **A dança do universo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GLEISER, Marcelo. **O despertar do universo consciente**: um manifesto para o futuro da humanidade. São Paulo: Record, 2024.

IVANISSEVICH, Alícia. **A mídia como intérprete**: como popularizar a ciência com responsabilidade e sem sensacionalismo. In: VILAS BOAS, Sérgio (org.). **Formação & Informação Científica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2005.

KNIGHT SCIENCE JOURNALISM PROGRAM, Mit. **Manual de Edição em Jornalismo Científico do KSJ MIT**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology., 2020. Disponível em: <https://dev-journalismcourses.pantheonsite.io/wp-content/uploads/2021/11/ksj-handbook-v1.6-pt.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2005.

MELO, José Marques de; RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalismo Científico: Teoria e prática**. São Paulo: INTERCOM, 2014.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito**. Belo Horizonte: Cosac Naify, 2014.

OLIVEIRA, Fabíola. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

SUBIRATS, Eduardo. **A cultura como espetáculo**. São Paulo: Nobel, 1989.

CAPÍTULO 18



Adaptações musicais como ferramenta diegética em *Bridgerton*

Lara Karoline Souza de Aquino (UNIP)

Adrianne de Paula Fonseca (UNIP)

RESUMO: Propomos uma investigação ancorada na Análise de Conteúdo para TV de Casetti e Chio (1999) do seriado *Bridgerton* (2020 – atual) para compreender como a relação entre a narrativa e a música em adaptações de séries. Utilizaremos como apoio bibliográfico os conceitos sobre som de Do Carmo-Roldão, Bazi e Oliveira (2007), anacronismo de Didi-Huberman (2017) e indústria cultural de Morin (2002) para entender como a série usa do som e adaptações de músicas atuais para o clássico como componente diegético para influenciar as percepções do espectador a respeito dos irmãos Bridgerton.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação e Cultura; Mulheres; *Streaming*; Adaptações; Anacronismo.

1. Introdução

Bridgerton é uma adaptação homônima da coleção de livros da autora Julia Quinn, *Os Bridgertons* que contam a história da família inglesa Bridgerton durante o século XIX, ambientada na Regência Inglesa. Produzida pela Shondaland, a produtora estadunidense de Shonda Rhimes, a série revisita a obra original ao incorporar novas tramas e representações, como o núcleo negro da nobreza inglesa, além de utilizar recursos narrativos próprios do formato seriado. Entre esses elementos, destaca-se a trilha sonora — nosso objeto de análise — que combina músicas pop contemporâneas com arranjos clássicos, criando um diálogo inovador com o contexto histórico.

O presente trabalho explora a relação entre a narrativa e a música em adaptações de séries, utilizando a metodologia de análise fílmica de Casetti e Chio (1999). Como objeto, temos um comparativo entre a primeira e a terceira temporadas da série *Bridgerton* (2020 – 2024) para propor um contraponto entre a evolução da produção até o momento, focando nas músicas utilizadas nas cenas dos bailes da temporada social e como elas representam os irmãos Bridgerton em cena. Propomos uma análise de como as músicas foram integradas à narrativa e sua conexão com a cultura pop, buscando compreender seus efeitos na ambientação e no engajamento do público.

Partimos do princípio de que os produtos audiovisuais são construções sociais deliberadas, que utilizam elementos do mundo real para atrair, impactar e estabelecer vínculos com os espectadores. Para tanto, adotamos a metodologia de Casetti e Chio (1999) que compreende um conjunto de técnicas de investigação empírica para o estudo de conteúdos televisivos, entendendo que a análise não é neutra e que diferentes enfoques podem ser tomados a partir das imagens de um mesmo objeto se parecendo, de certo modo, com um mosaico.

Nessas produções, o som não se limita a um papel ilustrativo; ele é um componente diegético crucial, influenciando diretamente a experiência do telespectador (Do Carmo-Roldão; Bazi; Oliveira, 2007). Carvalho (2007) destaca que o uso do som se baseia nos princípios de invisibilidade, inaudibilidade, continuidade e unidade da narração, contribuindo para a coesão narrativa mesmo antes do advento do cinema sonoro. Em *Bridgerton*, escolhas anacrônicas são deliberadamente adotadas, oferecendo um olhar crítico e histórico sobre o século XIX. O anacronismo não é estático, mas sim um conceito transversal à arte, sujeito a constantes reinterpretações pelo presente, alinhando-se à perspectiva de que arte e conhecimento estão

profundamente interligados a essa abordagem (Didi-Huberman, 2017; Gonçalves, 2022).

O uso de músicas como recurso narrativo tem se mostrado uma ferramenta poderosa para criar conexão com o público. Na primeira temporada de *Bridgerton*, isso é evidente já no episódio inicial, quando a adaptação instrumental de "thank u, next", de Ariana Grande, acompanha a protagonista em seu primeiro baile da temporada social, enquanto busca um pretendente. No spin-off da série, essa prática se expande com trilhas focadas em artistas negras, ressaltando a narrativa de uma Rainha preta e abordando questões de racismo e os direitos recém-adquiridos pela aristocracia negra.

2. Dos Romances de Época à Ficção Seriada

Morin (2002), ao discutir a Indústria Cultural, argumenta que o crescimento de uma empresa depende de sua capacidade de alcançar públicos diversos, abrangendo diferentes gêneros, faixas etárias e classes sociais. Os produtos dessa indústria não apenas refletem, mas também moldam paradigmas da vida cotidiana, influenciando identidades e valores. Kellner (2001) ressalta que, no contexto da sociedade tecno-capitalista, esses produtos criam repertórios culturais que orientam as construções identitárias dos indivíduos. No entanto, essa dinâmica frequentemente resulta na categorização dos sujeitos em "caixinhas" desprovidas de significado e de lutas sociais, enfraquecendo a construção de uma sociedade igualitária (Perez; Trindade, 2016).

Filmes, séries, músicas e livros, produtos de entretenimento no geral, integram um sistema interligado que influencia diretamente os comportamentos da sociedade. A cultura, nesse contexto, é concebida pela Indústria Cultural, uma engrenagem do capitalismo voltada para atender aos interesses comerciais dos grandes conglomerados de comunicação, que veem a sociedade como um mercado consumidor. Essa visão, descrita como

uma perspectiva apocalíptica da cultura de massa na era tecnológica, sugere que a criação de produtos midiáticos segue uma lógica articulada para sustentar as cadeias de produção, integrando obra e *merchandising* — publicidade e propaganda — com o objetivo de prever e controlar as reações do público (Rüdiger, 2001). Esse padrão é evidente nos lançamentos de novas edições e relançamentos de capas dos livros da coleção *Bridgerton*, que coincidem com a estreia da série (Figura 1).

Figura 1 - Lançamento de duas novas edições do livro O Duque e Eu' em dezembro de 2020.



Fonte: <https://www.facebook.com/juliaquinnbrasil/posts/o-livro-o-duque-e-eu-ganha-nova-capa-na-versão-popchic-e-já-está-a-venda-em-algu/3337381009722749/>

Os sistemas de produção em massa, criticados pela Escola de Frankfurt, enfrentam um paradoxo: o mercado cultural demanda constante novidade e personalização. Como aponta Morin (2002, p. 25), “um filme pode ser concebido em função de algumas receitas-padrão (intriga amorosa, happy end), mas deve ter sua personalidade, sua originalidade, sua unicidade”. Essa contradição evidencia-se na coexistência de uma produção

em larga escala com a busca por originalidade, levando à criação de “personagens-tipo” e “situações-tipo”. Embora as histórias variem em certos detalhes, mantêm-se dentro de moldes reconhecíveis.

Além disso, o aumento no lançamento de produções audiovisuais, muitas vezes com pouca ou nenhuma divulgação, resultam em um ciclo rápido de esquecimento. Algo conflitante, já que apesar da abundância de conteúdo, vivemos na era da "falta" de conteúdo, marcada pela constante substituição de um lançamento por outro e cancelamentos de produções seriadas, conforme aponta Da Costa Brito (2015).

Com o advento do *streaming*, novos hábitos de consumo emergiram. Essas plataformas, que oferecem acesso contínuo a conteúdos audiovisuais sem necessidade de download, consolidaram-se como pilares da Indústria Cultural contemporânea. Atendendo a públicos diversos, o *streaming* opera em lógicas próprias de mercado, geralmente por meio de assinaturas mensais, ampliando a disputa por audiência de forma contínua e síncrona.

Para Machado (2018), o conteúdo televisivo não se limita mais à televisão, transformando-se em multimídia ao ser distribuído por dispositivos móveis, redes sociais, portais de notícias e plataformas de streaming. Esse ambiente favorece a ficção seriada, que, embora presente há décadas nas grades de programação tradicionais, ganhou novo vigor na era digital. Segundo o autor, a ficção seriada possui uma relevância econômica e cultural significativa, atraindo tanto produtores quanto audiências. Trata-se de um processo globalizante que resulta em conteúdos transnacionais, alinhados aos temas e conflitos contemporâneos (Machado, 2018, p. 5).

Dado que as audiências globais não atuam mais de forma passiva, torna-se evidente o impacto de suas críticas em busca de maior representatividade nos produtos culturais. A pressão por inclusão de novos discursos, corpos e ideais leva as empresas a incorporarem pautas sociais em suas estratégias, fomentando o engajamento de determinados consumidores.

Assim, o engajamento com causas sociais torna-se não apenas uma resposta às demandas da audiência, mas também uma ferramenta competitiva no mercado cultural.

3. A Música como recurso narrativo: Anacronismos e Mídia

Diante da ampla oferta de produções no mercado, consumidores mais exigentes e a disputa pelo tempo livre, a observação de Morin (2002) sobre a importância de personalidade, originalidade e unicidade permanece relevante. Nesse contexto, grandes estúdios buscam constantemente seu próximo grande sucesso, com adaptações audiovisuais ganhando destaque nos últimos anos (Acevedo et al., 2020). Entre 2011 e 2022, foram lançadas 93 adaptações de narrativas para o audiovisual, ampliando as possibilidades criativas em termos de construções narrativas e representações (Ribeiro Cruz; Chicalski Santana; Armstrong Pedroso, 2023).

A série *Bridgerton*, por exemplo, baseada nos livros homônimos, expande o universo literário com novos elementos, como a trilha sonora. O som deixa de ser meramente ilustrativo para se tornar um componente diegético em certas cenas, essencial para a construção de significados (Do Carmo-Roldão; Bazi; Oliveira, 2007). Enquanto os sons diegéticos fazem parte do mundo da narrativa, como diálogos e música dentro da cena, os sons não-diegéticos, como trilhas incidentais e efeitos sonoros, servem para intensificar a experiência emocional do espectador.

Em *Bridgerton*, as músicas dos bailes desempenham um papel crucial, influenciando a recepção do público ao alinhar emoções com o ritmo visual (Costa, 2007). Essas estratégias sonoras inovadoras fortalecem a conexão entre obra e audiência, explorando novas formas de comunicação sensorial. Na adaptação do imaginário do século XIX para as telas, a produção do seriado adota escolhas deliberadamente anacrônicas, abrangendo temas como representações femininas, questões raciais e de gênero. Essas escolhas

não devem ser vistas como erros históricos, mas como parte de um "passado em movimento", um olhar que permite refletir criticamente sobre o papel da mulher em seu contexto histórico, alinhando-se à visão de Didi-Huberman (2017) e De Lemos Capanema (2021). Como afirma Didi-Huberman (2017, p. 16), "Diante de uma imagem — por mais antiga que seja —, o presente nunca cessa de se reconfigurar".

Para Didi-Huberman, a imagem é dialética, situando-se em um passado que se reconfigura constantemente, morrendo e renascendo nas narrativas contemporâneas. Ele argumenta que a memória, por sua própria natureza, é anacrônica, construída a partir de montagens e reconstruções inconscientes. Esse pensamento se baseia nos modelos temporais de Walter Benjamin (1987), que postula um afastamento da historicidade positivista, valorizando a memória e a relação com o objeto histórico. Nessa perspectiva, o anacronismo não é um erro, mas um recurso transversal à arte, possibilitando análises multidisciplinares (Didi-Huberman, 2017; Gonçalves, 2022).

Benjamin (1987) também destaca o potencial transformador do olhar crítico sobre o passado, permitindo confrontar as falhas históricas e lutar pelo legado dos oprimidos. No contexto audiovisual, o anacronismo reflete-se na abordagem interseccional dos estudos feministas, originados no feminismo negro. A interseccionalidade, conceito introduzido por Crenshaw e citado por Hirata (2002), examina como diferentes formas de subordinação interagem, moldando as experiências individuais e preenchendo lacunas deixadas pelo feminismo tradicional.

4. As músicas em *Bridgerton*

A série *Bridgerton* destaca-se por apresentar protagonistas femininas complexas, que equilibram características como vulnerabilidade, insegurança e traços tradicionalmente associados ao feminino. Ambientada

na Londres Regencial, acompanhamos a família Bridgerton, liderada pela viúva Violet e seus oito filhos, enquanto cada um busca o amor verdadeiro, espelhando-se no casamento idealizado de seus pais, Violet e Edmund.

A primeira temporada (2020) foca em Daphne Bridgerton (Phoebe Dynevor) e seu relacionamento com o duque de Hastings (Regé-Jean Page), que evolui de um acordo conveniente para uma história de amor verdadeiro. A segunda temporada (2022) explora o visconde Anthony Bridgerton (Jonathan Bailey), que, sob pressão social, se vê dividido entre um casamento arranjado com Edwina (Charithra Chandran) e sua paixão por Kate Sharma (Simone Ashley). Em 2023, o universo da série se expandiu com o spin-off *Rainha Charlotte*, narrando a história da monarca (India Amarteifio/Golda Rosheuvel) e do Rei George III (Corey Mylchreest/James Fleet), retratando a inclusão de negros na corte regencial. A terceira temporada (2024) segue Colin Bridgerton (Luke Newton) e Penelope Featherington (Nicola Coughlan), com destaque para a revelação da identidade de Lady Whistledown.

Embora ambientada no século XIX, a série moderniza elementos visuais e sonoros. A trilha sonora combina músicas contemporâneas, reinterpretadas no estilo erudito, com instrumentos da época, criando uma conexão entre o moderno e o histórico. Kris Bowers observa que essa adaptação sonora permite que o público se relacione de novas formas com os momentos retratados (Cruz, 2022). Com 19 músicas na primeira temporada e 24 na terceira, a trilha abrange artistas de Taylor Swift a Nirvana, além de composições originais.

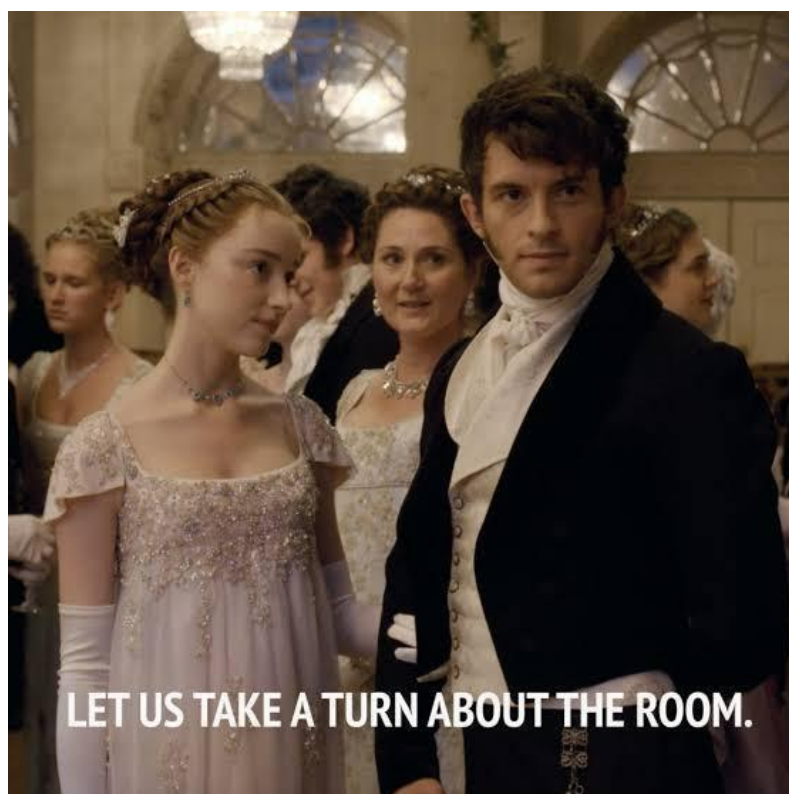
Este estudo propõe analisar o universo de *Bridgerton*, com foco nas adaptações musicais realizadas nos bailes da primeira e terceira temporadas para caráter comparativo. O objetivo é investigar como a trilha sonora contemporânea, adaptada ao estilo erudito, atua como elemento narrativo nas

histórias ambientadas no século XIX na representação e contraste dos irmãos Bridgerton. Com base na Análise de Conteúdo para TV de Casetti e Chio (1999) temos as cinco etapas para a análise para construirmos a interpretação da obra: a) definir o problema e formular hipóteses: as músicas tem papel na diegese da obra; b) eleger o corpus de trabalho: trilha-sonora dos bailes de apresentação da temporada social; c) definir as unidades de classificação: adaptações musicais para o clássico; d) preparar a ficha de análise e aplicá-la ao texto: encontro da música correspondente e personagens em cena. e) computar os resultados: comparações feitas na conclusão e na interpretação das cenas.

4.1 As Músicas na 1ª temporada de *Bridgerton*

O primeiro baile de abertura, centrado na história de Daphne e Simon, acontece no primeiro episódio. A cena é marcada pela versão instrumental de "thank u, next", de Ariana Grande, enquanto Antony Bridgerton (Jonathan Bailey) conduz a irmã pelo salão em busca de um pretendente adequado. O refrão "obrigada, próximo, obrigada, próximo, obrigada, próximo" (Grande, 2019, tradução nossa) estabelece o ritmo da dança, refletindo simultaneamente a atitude de Antony, que rejeita todos os candidatos que se aproximam de Daphne. Essa postura sublinha o peso de sua responsabilidade como "homem da casa", interferindo diretamente nas escolhas de sua irmã e limitando sua autonomia sobre seus relacionamentos. A tentativa de controle de Antony sobre a vida de Daphne é novamente evidenciada quando ele descobre seu envolvimento com o duque, o que culmina em um confronto no duelo pela honra de sua irmã.

Figura 2
Antony conduzindo irmã pelo salão de baile na busca de bons pretendentes



Fonte: Divulgação Netflix, 2020

A escolha da música "thank u, next" na trilha sonora mantém seu significado ao longo dos episódios, destacando-se em momentos chave. A linha "Nós temos as melhores conversas" pode se referir aos diálogos entre Daphne e Simon no parque sobre o prazer feminino, ou ao conselho da matriarca Bridgerton sobre a importância de se casar com o melhor amigo. O trecho "Vou fazer essa merda durar" ressoa quando Daphne aceita um casamento sem filhos, seja por amor ou para preservar sua honra. Já a frase "Eu tenho tanto amor, Tenho tanta paciência, Eu aprendi com a dor" reflete o aprendizado de Daphne diante da dor de ser enganada pelo marido e da rejeição anterior, evidenciando sua paciência em nome da reputação.

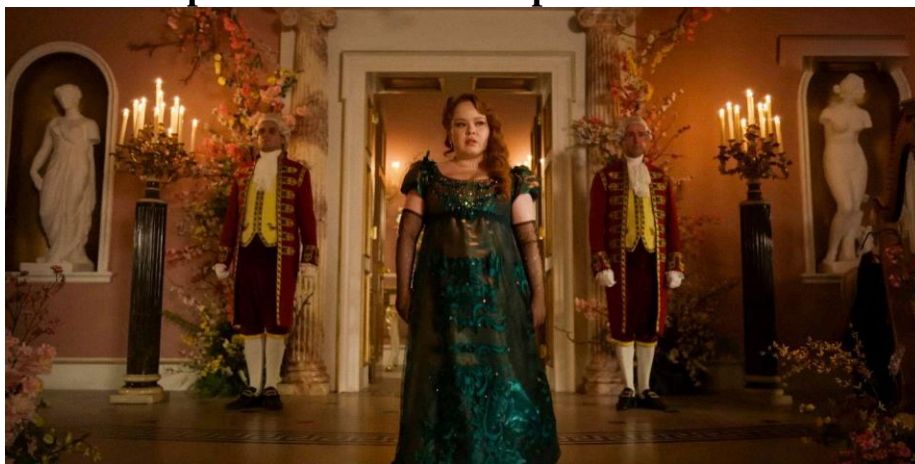
Assim, a trilha sonora funciona como uma extensão do enredo, ajudando a construir a carga emocional dos personagens e intensificando os sentimentos presentes nas cenas. Ela permite que o público se envolva na

narrativa por meio da emoção, seja pela sincronia da música com as ações ou pela identificação com as adaptações musicais (Costa, 2007).

4.2 As Músicas na 3ª temporada de *Bridgerton*

Na terceira temporada, a música de sucesso "abcdefu", da cantora Gayle, embala a entrada de Penelope Featherington (Nicola Coughlan) no primeiro baile da temporada, após sua transformação visual e mudança de estilo. Agora, ela se apresenta como alguém que deixou para trás os sentimentos da juventude. O trecho "Eu estava a fim de você, mas agora já superei" (Gayle, 2022, tradução nossa) marca a revelação de Penelope à corte, mostrando-a como uma mulher renovada após os anos de rejeições e frequentes experiências frustrantes naquele ambiente. A frase "E eu estava tentando ser legal, mas nada está dando certo então me deixa soletrar" reflete o confronto entre Penelope e Colin Bridgerton (Luke Newton), quando ela o questiona sobre uma conversa de uma temporada anterior: durante o baile de sua mãe, Colin afirmou que nunca sonharia em cortejá-la, algo que a abalou profundamente. Essa experiência se torna um combustível para a transformação de Penelope, que agora se apresenta confiante, segura e recebendo olhares que nunca teve antes, refletindo o espírito da música de não se importar com as opiniões alheias.

Figura 3 - Penelope Featherington revelando seu novo visual durante o primeiro baile da temporada social



Fonte: Divulgação *Netflix*, 2024.

O grande momento da série ocorre quando a identidade secreta de Penelope como a colunista social Lady Whistledown (voz de Julie Andrews) é revelada. Desde o primeiro episódio da primeira temporada, Whistledown tem sido uma presença enigmática, escrevendo anonimamente uma coluna que expõe os segredos da alta sociedade. O trecho "sempre teve que se colocar acima de mim" conecta-se à dinâmica entre Colin e Penelope, especialmente quando ele tenta convencê-la a abandonar sua carreira como Lady Whistledown. Colin, além de sentir ciúmes do sucesso de Penelope como escritora, também percebe que nunca teve a coragem de dar o primeiro passo em sua própria vida. A música de Gayle torna-se a trilha sonora dessa fase de empoderamento de Penelope, simbolizando sua libertação das expectativas alheias e o início de uma nova jornada pessoal e social.

5. Considerações Finais

Em resumo, o uso de músicas pop no universo de *Bridgerton* destaca a relevância da trilha sonora na construção de narrativas em séries. A escolha de canções populares contemporâneas em um contexto histórico cria um anacronismo intencional, que, longe de afastar o público, facilita a identificação e aproximação com a história (Didi-Huberman, 2017; Gonçalves, 2022). As músicas não apenas reforçam os significados visuais, mas também aproximam o público de um século marcado por costumes distantes, como os bailes e as dinâmicas da corte.

Nas duas cenas analisadas, observamos a presença dos irmãos Bridgerton: Antony, Daphne e Colin. Aqui, focaremos nos irmãos homens, que demonstram comportamentos distintos na expressão da masculinidade. Ambos, homens do século XIX, apresentam características intrínsecas da dominação masculina (Bourdieu, 2002), mas ainda assim se encontram em uma posição privilegiada, com o incentivo da matriarca para buscarem o

amor verdadeiro — algo que encontramos em Colin, mas não em Antony, pelo menos neste momento.

Antony não busca o amor para si nem para Daphne. Ele procura por escolhas seguras, assumindo o papel de chefe da família após a morte do pai, e carrega o peso da responsabilidade de garantir um bom casamento para a irmã. Como o irmão mais velho, ele segue os padrões esperados, mas na terceira temporada, essa preocupação não se reflete em Colin, principalmente por ser homem.

Colin, por sua vez, enfrenta outros conflitos. Ele não sente um propósito claro em sua vida, vivendo à sombra do irmão mais velho, que herdou o título, e do segundo, sempre visto como uma reserva. Livre das expectativas familiares, Colin embarca em viagens exploratórias, mas sem um objetivo concreto ou algo palpável que realize seu desejo de se tornar escritor — algo que contrasta com Penelope, que já é uma escritora bem-sucedida e remunerada.

Percebemos como as figuras masculinas de Antony e Colin ilustram as diferentes pressões e expectativas que moldam a masculinidade em contextos históricos e familiares. Antony, como o irmão mais velho, sente o peso da responsabilidade de ser o chefe da família na adoção da postura pragmática, priorizando a segurança e os deveres sociais. Sua luta interna reflete o conformismo das estruturas patriarcais, onde o amor é visto mais como uma obrigação do que uma escolha genuína. Já Colin está em busca de uma identidade própria, que foi mascarada pela repaginada de visual pós viagem pela Europa, mas a questão não havia sido solucionada propriamente e segue enfrentando a incerteza da posição de “terceiro filho” que é um privilégio e uma limitação exposta por ele.

A dualidade dos irmãos é marcada pelo contraste de escolhas e destinos sendo refletida nas entrelinhas das melodias escolhidas para as duas cenas que mesmo em versões instrumentais, a música pop moderna

estabelece uma conexão entre o período histórico representado e a cultura atual, tornando a narrativa mais acessível e cativante para o público contemporâneo. A familiaridade com essas canções e seus contextos emocionais ajuda a criar empatia com a trama e os personagens. Além disso, a música atua como um elemento dramático, intensificando os sentimentos das cenas, moldando o estado emocional dos personagens e enriquecendo a experiência do público. Essa amplificação emocional é crucial para criar uma experiência imersiva e envolvente (Carvalho, 2007).

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa et al. As plataformas de streaming e seu impacto no comportamento do consumidor. **REA-Revista Eletrônica de Administração**, v. 19, n. 2, p. 287-300, 2020.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. (Obras escolhidas, vol. I). São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.222/232.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARVALHO, Marcia. A trilha sonora do cinema: proposta para um “ouvir” analítico. **Caligrama (São Paulo. Online)**, v. 3, n. 1, 2007.

CASETTI, Francesco; CHIO, Frederico di. **Análisis de la televisión**: instrumentos, métodos y prácticas de investigación. Barcelona: Paidós, 1999.

COSTA, Fábio Freire da. **Poética do pop**: a música como recurso narrativo no cinema contemporâneo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2007.

CRUZ, Felipe Branco. ‘Bridgerton’: o homem por trás da atrevida trilha sonora da série **Veja**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/o-som-e-a-furia/bridgerton-o-homem-por-tras-da-atrevida-trilha-sonora-da-serie/>. Acesso em 23 mar 2023.

DA COSTA BRITO, Wallace. Os conceitos pós-modernidade e hipermodernidade em Gilles Lipovetsky. **Perspectivas em psicologia**, v. 19, n. 2, 2015.

DE LEMOS CAPANEMA, Letícia Xavier. Fantasmagorias da escravidão no cinema brasileiro: anacronismos e sobrevivências de um passado traumático. **Logos**, v. 28, n. 3, p. 17-17, 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo. História da arte e anacronismo das imagens**, 2015.

DO CARMO-ROLDÃO, Ivete Cardoso; BAZI, Rogério Eduardo Rodrigue; OLIVEIRA, Ana Paula Silva. O espaço do documentário e da vídeoreportagem na televisão brasileira: uma contribuição ao debate. **Contracampo**, n. 17, p. 107-126, 2007.

GAYLE. **abcdefu**. Jersey: Atlantic Records, 2021.

GONÇALVES, Rosa Gabriella. Algumas considerações acerca do anacronismo na história da arte. **Viso: Cadernos de estética aplicada**, v. 15, n. 29, p. 1-16, 2022.

GRANDE, Ariana. **Thank U, Next**. Los Angeles: Republic Records, 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia - estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

MACHADO, Heitor Leal. As Pesquisas sobre Ficção Seriada: um estudo da produção acadêmica brasileira de 2013 a 2017. **Revista GEMInIS**, São Carlos, UFSCar, v. 9, n. 2, p. 04-28, 2018.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**. Neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

RIBEIRO CRUZ, Artur; CHICALSKI SANTANA, Náthaly Caroline; ARMSTRONG PEDROSO, Sabrina. Estudo de adaptações audiovisuais de obras literárias entre 2011 e 2022: impacto das plataformas de streaming, sexismo e efeitos da pandemia na produção de filmes e séries. **Revista Difusão**, v. 1, n. 11, 2023.

RÜDIGER, Francisco. A escola de Frankfurt. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, p. 131-150, 2001.

TRINDADE, Eneus; PEREZ, Clotilde. Para pensar as dimensões do consumo midiático: teoria, metodologia e aspectos empíricos. **Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura**, v. 14, n. 3, 2016.

ORGANIZADORES/AUTORES

LUIZ ADEMIR DE OLIVEIRA – Bolsista de Produtividade CNPq – Nível 4 desde 2023, é mestre e doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, mestre em Comunicação Social pela UFMG, graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela UFJF. Atualmente, atua como docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PROMEL) e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: luizoli@ufsjeu.br.

CARLA MONTUORI FERNANDES - Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutora em Comunicação Política pela Universidad de Valladolid. Docente titular do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Paulista (UNIP). E-mail: carla.montuori@docente.unip.br.

AUTORES

ADRIANNE DE PAULA FONSECA – Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista (UNIP), é graduada em Direito pela Universidade de Lavras - Unilavras, Especialista em Direito Público pela PUC Minas. E-mail: depaula.acad@gmail.com.

ALEX LUCIANO FERNANDES - Doutorando em Patologia Experimental e Ambiental pela Universidade Paulista (UNIP), bolsista CAPES. Mestre em Patologia Experimental e Ambiental pela Universidade Paulista (UNIP). E-mail: alexlf_vet@yahoo.com.br.

ANA CARLA DE OLIVEIRA MELLO COSTA PINHO - Doutoranda em Comunicação e Cultura Midiática, com Bolsa PROSUP/CAPES (BRASIL) no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP), Mestre em Educação pela UMESE, Bacharel

em Direito pela PUC-PR. Professora nos Cursos de Direito, Pedagogia e Filosofia, Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar e Mediação de Conflitos no

Centro Universitário Assunção, SP. E-mail: anacarlapinho@uol.com.br e/ou ana.pinho@professor.unifai.edu.br.

ANA ISA FONSECA DE MOURA – Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: anaisa159.aif@gmail.com

ANA LUIZA VIEIRA MORAIS – Mestranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Bolsista pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: analuizavieirast@gmail.com.

ARTHUR RAPOSO GOMES – Jornalista pela UFSJ (2019) e publicitário pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (atualmente UniAcademia, 2017), é mestre e doutorando em Comunicação pela UFJF (2022). Atua com produção, direção e consultoria em Comunicação. No momento, é professor substituto no Departamento de Comunicação Social da UFSJ. E-mail: arthurraposogomes@gmail.com.

CAROLINA OFRANTI SAMPAIO - Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UNB), Mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Graduada em Comunicação Social – Jornalismo Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: carolinaofranti@gmail.com.

CLAUDINEI FERNANDES PAULINO DA SILVA - Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista (UNIP), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). E-mail: Email:claudinei-paulino@uol.com.br.

CRISTIANO OTAVIANO - Doutor em Estudos Literários pela UFJF, Mestre em Ciência da Literatura pela UFRJ, Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela UFJF. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFJF, sob supervisão do professor Pedro Bustamante Teixeira, e é docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura (PROMEL) e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFSJ. E-mail: cristianoufsj@gmail.com.

DEBORAH LUÍSA VIEIRA DOS SANTOS – Doutora e Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Atualmente, é professora do Núcleo de Humanidades e Comunicação da Universidade Vale do Rio Doce (Univale), e diretora da Univale Editora. E-mail: deborah.santos@univale.br.

DIEGO CABRAL - Mestrando da Letras na Linha “Literatura e Memória Cultural” do Programa de Pós-Graduação em Letras (PROMEL) e Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: jor.diegocabral@gmail.com.

EDMARCIUS CARVALHO NOVAES - Doutor Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). Professor e pesquisador na Universidade Vale do Rio Doce. Atua no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território. E-mail: edmarcius.novaes@univale.br.

ELVIS WANDERLEY DOS SANTOS - Mestre e doutor em Comunicação pela Universidade Paulista. Graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco e Sociologia pela Universidade Federal R de Pernambuco. É coordenador e professor do curso de Jornalismo da Universidade Paulista. E-mail: elvis.santos@docente.unip.br.

GABRIEL DA CRUZ VENTURA - Mestrando em Gestão Integrada do Território, Bolsista CAPES, Graduado em Comunicação Social -

Publicidade pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). E-mail: gabriel.ventura@univale.br.

HUMBERTO GUIMARÃES NETO - Mestrando em Comunicação pela Universidade Paulista. MBA em Negócios Internacionais pela Thunderbird School of Global Management. Especialista em Gestão Empresarial pela Universidade Cruzeiro do Sul. E-mail: humbertoguimaraesneto@gmail.com.

ISABELA DIAMANTINO BRAGA DOS SANTOS - Bacharela em Publicidade e Propaganda pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). E-mail: diamantinoisabela2019@gmail.com.

ISSAAF KARHAWI - Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Atuou no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista (UNIP) até novembro de 2024 e atualmente é Professora Titular da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). E-mail: issaaf@gmail.com.

IVAN VASCONCELOS FIGUEIREDO – Mestre e Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente, é docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras (PROMEL) e coordenador do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: ivanvasconcelos@ufsj.edu.br.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS: Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), atualmente participa da pesquisa “Transfobia, mídia e política: análise das estratégias da deputada Duda Salabert no Instagram”. E-mail: js86633@gmail.com.

JOÃO GABRIEL ANDRADE RIBEIRO – Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – Teoria Literária e Crítica da Cultura (PROMEL) e Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: andrade.ribeirojg@aluno.ufsj.edu.br.

LAFAIETE MARTINS - Mestrando em Comunicação pela Universidade Paulista. Especialista em Marketing Digital e E-commerce pelo Google Carreira. Especialista em Propaganda e Marketing pela São Judas Tadeu. E-mail: lafaietetprofessor@gmail.com.

LARA KAROLINE SOUZA DE AQUINO - Mestranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática pela Universidade Paulista (UNIP) com Bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É bacharela em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: laraaquino.souza@gmail.com.

LUCIANA JANIZELLO – Mestra em Comunicação pela Universidade Paulista. Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade São Marcos. E-mail: janizello@hotmail.com.

LUÍSA MEINBERG DE ALMEIDA FIRMINO - Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: luisameinberg.af@gmail.com.

MARINA ALVARENGA BOTELHO – Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista (UNIP), é bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche da CAPES na Western Sydney University, na Austrália, Graduanda em Letras pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Mestra em Educação pela UFLA, Especialista em Cinema e Audiovisual pela Estácio e Bacharela em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: marina_rc.alvarenga@hotmail.com.

PEDRO BUSTAMANTE TEIXEIRA - Mestre e Doutor em Estudos Literários e Representações Culturais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Graduado em Língua Italiana e respectivas literaturas (2007) e em Língua Portuguesa e respectivas literaturas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2008). Professor de Língua e Literatura Italianas no

Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Faculdade de Letras e Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: pedro.teixeira@ufjf.br.

SARAH MONTEIRO AMORIM - Graduanda em Publicidade e Propaganda pela Universidade Vale do Rio Doce. E-mail: sarah.amorim@univale.br.

SARAH SOFIA SZABÓ - Mestranda em Comunicação pela Universidade Paulista (UNIP), graduada em Design de Animação pelo Centro Universitário SENAC. E-mail: szabosarah.profissional@gmail.com.

SILVIO CESAR DE OLIVEIRA - Mestrando em Comunicação pela Universidade Paulista. Pós-graduado em Administração de Marketing pela USCS. MBA em Tecnologia e Negócios na Internet pela UFSCar. E-mail: silvio@scoliv.com.br.

SUELY MARIA RODRIGUES - Doutora em Saúde Coletiva (UFMG). Professora Adjunta do Curso de Odontologia e do Mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT) da Universidade Vale do Rio Doce. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa SAIS. E-mail: suely.rodriques@univale.br.

VANESSA MAIA BARBOSA DE PAIVA. Professora do Mestrado em Letras (PROMEL/UFSJ) e do Departamento de Comunicação Social (DCOMS) da Universidade Federal de São João del-Rei. Jornalista graduada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestra em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutora em Educação (UFES/ES), Pós-doutora (UERJ/RJ/2017 e UFRJ 2023). E-mail: vanesssamaia@gmail.com.

VÂNIA MÁRCIA DE PAULA - Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Paulista (UNIP), Mestre em Administração pela Universidade Fluminense (UFF) e graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Bolsista da Capes. E-mail: vania.paula@ifsudestemg.edu.br.